

Ricardo da Costa

A GUERRA NA IDADE MÉDIA



*Um estudo da mentalidade
de cruzada na Península Ibérica*

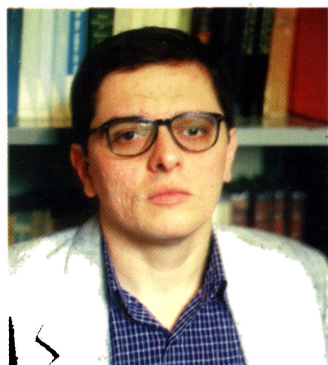
Falar de “mentalidade” sem confinar o estudo do homem a um istmo precário de tempo (criando um frágil decalque histórico) e, sobretudo, sem torná-lo alienígena em relação à dinâmica das relações sociais que tece o pano de fundo da História. Ou, por outra, entrever a historicidade à contraluz dos acontecimentos sem dela fazer cega apologia – o que seria sestro historicista, e não um historicismo pujante. Estes são alguns desafios com os quais se depara o historiador das mentalidades neste final de século XX profuso em conceitos para todos os paladares. Ricardo Costa fez sua opção: inspirou-se em Georges Duby, para quem “uma sociedade não se explica unicamente pelo material, mas nela intervêm, de forma determinante, fatores que revelam do mental, da idéia, da representação ideológica”

O autor deste *A Guerra na Idade Média* nos diz que a mentalidade cruzadística em Portugal floresceu a partir do século XII, ao contrário de outros historiadores que não enxergaram na Ordem do Hospital de São João de Jerusalém a difusora (em terras lusas) da *ideologia* em torno da qual o guerreiro cruzado peninsular bateu-se pela fé cristã. Isto, por si, já constitui novidade, mas acrescenta-se à tese original o rigor teórico-metodológico e, em particular, o fato de trazer ao nosso meio editorial o debate em torno de uma época apaixonante.

Sidney Silveira
Jornalista

O historiador Ricardo Luiz Silveira da Costa nasceu em 1962, no Rio de Janeiro. Desde sua graduação na Universidade Estácio de Sá (UNESA) vem se especializando em História Medieval, com ênfase no tema da mentalidade de cruzada, tanto na Palestina quanto na Península Ibérica. Sua dissertação de mestrado, defendida e aprovada com indicação para publicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em 1977, originou o presente livro, que a EDIÇÕES PARATODOS agora traz a público.

Autor de vários artigos em revistas especializadas, Ricardo da Costa lecionou durante três anos na UERJ, na graduação dos cursos de História, Filosofia, Ciências Sociais e Educação Artística. Atualmente é doutorando em História Medieval pela UFF – onde faz parte do Grupo de Estudos Medievais (*Scriptorium*) dirigido pela Dra. Vânia Leite Fróes – e professor nos cursos de pós-graduação *lato sensu* da Universidade Cândido Mendes (RJ), onde leciona a cadeira de Metodologia de Pesquisa.



A GUERRA NA IDADE MÉDIA

Ricardo Luiz Silveira da Costa

A GUERRA NA IDADE MÉDIA
*Estudo da mentalidade de cruzada na
Península Ibérica*



Minha Impalpável Bibliotheca

Edições Paratodos
Rio de Janeiro – Agosto de 1998

© 1998 - Ricardo da Costa

Capa

*Mariano & Henry
gedeon@sti.com.br*

Ilustração de capa

"O triunfante guerreiro cristão"

Iluminura do Códice do Beato de Gerona (975), folha 134v

Projeto gráfico

Jane Lucas Assunção

Preparação de texto

Carlos Frederico Manes Guerreiro

Revisão

Luiz Ricardo Leitão

Impressão e Encadernação

Editora Vozes Ltda.



***Todos os direitos desta publicação
são reservados aos autores.***

Esta obra foi publicada por EDIÇÕES PARATODOS

Rua Júlio Cesar, 90 – Cep 21810-070 – RJ

Caixa Postal 25004 – Cep 20552-970 – RJ

Tel/Fax (021) 331-5001 - Fax (021) 258-4980

Correspondência com o autor

ricardo.costa@montreal.com.br

ISBN 85-86451-04-5

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria sido possível sem a ajuda de muitos. Devo tornar público meus agradecimentos

Aos meus irmãos, Renata — pelos seus conhecimentos no microcomputador, que tanto me foram úteis, e Sidney Silveira da Costa — pelas inestimáveis revisões ortográficas e leituras críticas;

À minha mãe, Cleyde da Silveira Sapha — pela vida, dedicação, amor, formação, enfim, por tudo ao longo desses anos; e pela ajuda na guarda de seu neto, meu filho Ricardo;

Aos amigos Carlos Marques Olivieri (BNDES), Paulo Marconi, Sérgio Póvoa (Bolsa de Valores do Rio de Janeiro), Dra. Marly Cardoso Vieira e Sérgio Murilo de Souza, Profa. Adriana e Mariano — pela gentil colaboração na fase final do texto;

Ao Pastor Fausto Aguiar de Vasconcelos (Primeira Igreja Batista do Rio de Janeiro — Escola Vitória) e ao filósofo Esteve Jaulent (Centro de Extensão Universitária) — pelas entrevistas sobre filosofia cristã e Ramón Llull, respectivamente;

Ao amigo de todas as horas, Prof. José Francisco de Moura (UFRJ) — que, desde nosso curso de graduação na Universidade Estácio de Sá (UNESA) divide comigo as alegrias e os percalços da profissão. As conversas sobre métodos e teorias de História foram de grande valor. Nossas diferentes visões de mundo solidificaram a amizade, num profundo respeito mútuo;

Ao grande historiador, genealogista e heraldicista, Dr. Rui Vieira da Cunha — por seu incentivo despojado e since-

ro apoio desde a elaboração de minha monografia de graduação até hoje. Suas críticas e sugestões foram fundamentais em todo o processo de construção do texto. Um grande erudito, uma alma cristã na acepção da palavra;

Ao eterno mestre Carlos Alberto Sertã — pelas agradáveis e atenciosas entrevistas sobre o mundo romano;

A todos os colegas que fazem e fizeram parte do *Grupo de Estudos Medievais da UFF (Scriptorium)*, dirigido pela Dr.^a Vânia Fróes, especialmente os professores José D'Assunção e Roberto Fabri. Os incessantes e enriquecedores encontros do grupo durante todo o período do mestrado forjaram e cristalizaram idéias, ensinando-me o sentido real do *modus vivendi* acadêmico: a síntese dialética através da união incessante de contrários;

À Dr.^a Vânia Leite Fróes (UFF) — pela preciosa orientação durante todo o caminho, pela infinita paciência, ensino, carinho e conselhos nos momentos importantes;

Por fim, à minha querida e saudosa avó América da Silveira Sapha — sem ela *nada* disso seria possível.

*À minha esposa Sueila e
meus filhos, Ricardo e Isadora.*

SUMÁRIO

Agradecimentos	5
Prefácio	13
Apresentação	17
Introdução	26
O conceito de guerra medieval e o caso histórico português	30
Os conceitos de ideologia, ideologia cavaleiresca e mentalidade	36

Primeira Parte:

a construção da mentalidade de cruzada

Capítulo I

O homem a cavalo na Península Ibérica:

romanos, visigodos e muçulmanos	44
I. 1. Roma e a Península Ibérica: o conceito de missão civilizacional	45
I. 2. As ondas germânicas na Península: os visigodos	49
I. 3. A cultura guerreira visigoda	54
I. 4. O anti-semitismo visigodo	60
I. 5. A invasão árabe: a motivação da fé	64

Capítulo II

A mentalidade de cruzada na Península Ibérica	69
II. 1. A idéia de cruzada na cristandade ocidental	69
a) Cluny	71
II. 2. A alteridade: o conceito muçulmano de guerra santa (<i>jihad</i>)	75
II. 3. O conceito de Reconquista relido na idéia de cruzada	77
II. 4. Estratégia, estrutura e armamentos dos exércitos cristãos na Península Ibérica	82
II. 5. As “vagas” muçulmanas: Almorávidas (1056 — 1147), Almôadas (1130 — 1269) e o recrudescimento da mentalidade de cruzada	89

Capítulo III

A estratificação da sociedade medieval portuguesa

com base na guerra: os bellatores	98
III. 1. A nobreza	98
a) Ricos-Homens	100
b) Infanções	103
c) Cavaleiros (milites nobiles)	104
d) Escudeiros	107
III. 2. O Povo	109
a) Cavaleiros-vilãos	109
b) Besteiros do conto	112

Capítulo IV

A Cruzada em Portugal	117
IV. 1. Portugal e a Reconquista	117
IV. 2. A Ordem do Hospital em Portugal	123
IV. 3. O <i>sentido civilizacional</i> da guerra cruzadística hospitalária: o modelo de repovoamento da Ordem do Hospital	127

Segunda Parte: *cristalização textual*

Capítulo V

Ramón Llull (1235 — 1315) e o modelo cavaleiresco ibérico inserido na mentalidade cruzadística	136
V. 1. O <i>Libro del Orden de Caballería</i> e o simbolismo das armas do cavaleiro: a espada e o escudo	141

Capítulo VI

A permanência da mentalidade de cruzada em Portugal	155
VI. 1. As fontes	157
a) O Livro de Linhagens do Conde D. Pedro	157
b) A Crónica Geral de Espanha de 1344	160
VI. 2. A Conquista de Lisboa aos mouros em 1147	161
VI. 3. A Cruz do Santo Lenho do Marmelar	165
VI. 4. Análise semântica da narrativa da Conquista de Lisboa aos mouros em 1147	173

Capítulo VII

O teatro da guerra na sociedade medieval portuguesa:

Afonso IV (1325-1357), o protagonista da

batalha do Salado	187
VII. 1. Ato 1 — Afirmando-se pela força	191
VII. 2. Ato 2 — O protagonista no centro do palco: rei-guerreiro, rei-cruzado	203
VII. 3. Ato 3 — A guerra: <i>modus vivendi</i> da política afonsina	206
VII. 4. Ato 4 — A Peste Negra e o bode expiatório: os judeus	215
VII. 5. Ato 5 — O epílogo do reinado: Inês de Castro e Afonso IV, o “flagelo benéfico”	223

Capítulo VIII

A batalha do Salado: paradigma cruzado português

VIII. 1. Cristãos, muçulmanos e a astrologia no Salado	240
VIII. 2. A tática militar hospitalária no Salado: a az	244
VIII. 3. O maravilhoso cristão no Salado	246
VIII. 4. O maravilhoso cristão materializado: a Cruz do Marmelar e a Ordem do Hospital	250
VIII. 5. Análise semântica da narrativa da Batalha do Salado	259

Capítulo IX

O segundo protagonista do Salado em cena:

o prior do Hospital D. Álvaro Gonçalves Pereira

IX. 1. A genealogia maravilhosa do prior 877	268
IX. 2. Uma pré-biografia idealizada	282
IX. 3. A Ordem do Hospital e a permanência da mentalidade de cruzada em Portugal: o conceito de crystalização textual tardia	287
IX. 4. A Ordem do Hospital e sua importância na difusão da ideologia cavaleiresca	291

Capítulo X

Conclusão

Bibliografia	305
---------------------------	------------

PREFÁCIO

Apresentar um livro é sempre tarefa honrosa e difícil. Honrosa porque o prefaciador é escolhido entre muitos e, é claro, isso pressupõe confiança e afetividade. Difícil porque quem prefacia tem por função “tornar presentes” certos aspectos da obra, comentando-os e avaliando o alcance de sua contribuição. Função que não exclui certos mecanismos de filtragem e seleção inerentes, é claro, à própria análise. É como produzir o primeiro nível de memória de um texto antes mesmo de ele ser exibido ao público. Explicitadas as responsabilidades, cabe sempre a apresentação do autor em primeiro lugar.

Conheci Ricardo Luiz Silveira da Costa no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História e tive a satisfação de orientar seus trabalhos. Naquela ocasião já se preocupava com questões relativas às ordens militares, mais particularmente à Ordem do Hospital. Pesquisador entusiasmado e profundamente envolvido com o tema que veio a constituir mais tarde, com as devidas adequações, o seu trabalho final no mestrado.

A marca desse autor é a de um guerreiro, bem ao estilo medieval. Fascina-o como pesquisador os caminhos pouco desbravados. Elegeu como tema de sua dissertação não o estudo da guerra em si ou particularmente das ordens militares, mas um aspecto específico da guerra medieval — a Reconquista na Península Ibérica. Dessa escolha, resultou *A Cruz do Santo Lenho do Marmelar*. Título poético, bem ao gosto dos cronistas portugueses, verdadeiros repórteres dessa guerra santa que se operou contra o infiel real e imaginário e que deu respaldo ideológico à autonomia portuguesa e à contribuição de sua própria identidade.

Trata-se de um estudo da permanência da mentalidade de cruzada no imaginário cavaleiresco ibérico durante a Reconquista Portuguesa, entre os séculos XII e XIV. Baseia-se em séria pesquisa com fontes primárias adequadas ao tema e tratadas com pertinência metodológica. Partindo da idéia central de uma permanência em longa duração, o autor mostra como a mentalidade cruzadística está presente desde cedo em Portugal e de que forma é utilizada ao longo do tempo.

As leituras e apropriações baseiam-se, diz-nos o autor, num modelo de cavaleiro idealizado com explícitas referências no *Libro del Orden de Caballería* do catalão Ramón Lull.

Esse modelo, presente no longo processo de reconquista, com pequenas variações, associou à guerra ibérica os símbolos que alimentaram a cruzada contra os infiéis que tomaram Jerusalém.

Nas narrativas estudadas — *A Conquista de Lisboa de 1147* e a Batalha do Salado de 1340 contida no título XXI do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* — destaca-se um símbolo, a Cruz do Santo Lenho do Marmelar com amplo campo de sentidos, cuja semantização está diretamente ligada à guerra cruzada clássica.

A Batalha do Salado, segundo o material cronístico, é um verdadeiro paradigma da guerra de reconquista e portadora dos mesmos sentidos dos outros movimentos cristãos que confrontaram Ocidente/Oriente, povo eleito/povo infiel, cruzados/não cruzados. Tendo o pesquisador detectado a Batalha do Salado como modelo da mentalidade cruzada em Portugal, sugere finalmente que tal modelo permanece em longa duração, portador de sentidos como missão, guerra santa e vocação do povo eleito.

A dissertação é parte do livro que ora se apresenta ao público como *História da Guerra na Idade Média*. A esse núcleo central, acrescentaram-se outros textos que abordam de forma evolutiva a história da guerra, tomando a Península Ibérica como cenário para a reconstituição de técnicas de guerra e de tipos de confronto, bem como da construção do próprio conceito de guerra santa.

Tema pouco explorado, particularmente no Brasil, intrincado com questões que estão no centro da sociedade medieval, muitas vezes é tido como fronteira para os trabalhos de pesquisa em História. Isso porque uma história da guerra está no limite entre o fazer histórico e os elementos técnicos que se encontram no ambiente da guerra. Um conhecimento deverá pressupor outro.

Muitas vezes escritas por militares, as histórias da guerra oferecem-se ao público e ao mundo científico como narrativas heróicas ou como uma sucessão de descrições das técnicas e das ações de batalhas. Faz muita diferença que se tenha uma *História da Guerra na Idade Média* escrita por historiador. Parece-me que seu olhar confere amplitude bem maior ao tema, inscrevendo a guerra na própria formação histórica que a gerou e não como resultado de meras circunstâncias ou de longa sucessão de causa e efeito.

No caso da Idade Média, espaço-tempo que o autor se propõe estudar, a guerra é feita por um segmento da sociedade, *bellatores*, que detém o monopólio das armas. As especificidades do mundo medieval passam pela sociedade guerreira. A guerra é parte da vida e da morte na Idade Média — compõe o cotidiano desses séculos.

Longe de constituir-se apenas no confronto que se dá pela manutenção da segurança ou por defesa de determinado grupo social, étnico ou político, a guerra na Idade Média é um padrão de referência — é em parte o fato político-jurídico que dá origem à sociedade guerreira, intrincado universo social de relações de dependência — o tecido que constitui boa parte das relações sociais no Oriente cristão medieval.

Marc Bloch¹ refere-se a essa rede de vínculos sobretudo militares, que tece seus fios de cima para baixo da escala humana e que deu à civilização do feudalismo europeu seu caráter mais original.

Sacralizada por um lado, militarizada por outro, a sociedade na Idade Média acaba por fundir esses níveis. Luta-se

1 BLOCH, Marc. *La Sociedad Feudal. La formacion de los vinculos de dependencia*. Mexico: UTEHA, 1960.

em nome de Deus e para Deus. A guerra é santa e garante a salvação. Oferece-se assim como respaldo ideológico das hierarquias e monopólios medievais.

Estudar a guerra na Idade Média é penetrar no cerne desse mundo. Não se trata de fazer uma História de Guerra *stricto sensu*, numa perspectiva meramente internalista. Trata-se, sim, de abordar um momento da História em que ela é parte constitutiva da sociedade. A razão de ser do cavaleiro é a guerra. É para ela que ele existe e está eternamente disponível. É por ela que obtém a salvação.

Ir às cruzadas, expulsar os infiéis da península são motivações suficientes para dotar de sentido uma vida e todo um segmento social. São ainda referências fortes para inclusão em determinada pátria, não com a idéia que dela hoje temos, mas no sentido medieval de pátria de todos os cristãos e para a constituição de um reino como Portugal em cujo substrato ideológico encontram-se as noções de missão, cruzada e vocação de um povo escolhido.

Eis o que Ricardo da Costa apresenta em seu trabalho de pesquisador.

O livro é atraente para o público leigo e provocante para o erudito. Retorna o autor a velhas questões da História, relendo-as e instigando a repensá-las.

É pela vertente de um tema ibérico que trabalha a Idade Média, tão pouco estudada no Brasil.

Atuando junto ao Laboratório de Estudos Medievais (*Scriptorium*) na Universidade Federal Fluminense, cujas preocupações organizam-se em torno de questões relativas à constituição de identidades na Península Ibérica, do imaginário político e da própria cultura Ibérica, o autor apresenta ao público o resultado de suas pesquisas.

Mas a História continua, e Ricardo também.

A História da Guerra é apenas o início...

Vânia Leite Fróes

Professora titular de História Medieval da
Universidade Federal Fluminense

APRESENTAÇÃO

A partir do estabelecimento da dinastia de Borgonha — e o surgimento do reino de Portugal como entidade autônoma a Castela — foi-se fixando na mentalidade da nobreza ibérica uma idéia de cruzada graças, em parte, à instalação das ordens hierosolimitanas (templários e hospitalários). Esta mentalidade cruzadística teve seu paradigma em Portugal na primeira metade do século XIV, com a invasão africana muçulmano-merínida e a batalha do Salado (1340), vencida pela coligação Castela, Aragão e Portugal¹

A forte presença da Ordem do Hospital na batalha do Salado (1340) indica o quanto a propagação e permanência desta mentalidade de cruzada e os ideais cavaleirescos estiveram associados à presença das ordens militares e suas estreitas conexões com as casas reais peninsulares. Neste sentido, preocupa-nos estabelecer a imagem que a nobreza portuguesa tinha dos hospitalários lusos e o momento em que se cristalizou esta mentalidade cruzadística no seio da nobreza.

Utilizamos o conceito de cristalização textual tardia ao nos referirmos à mentalidade de cruzada em Portugal, sem, no entanto, abandonarmos a idéia de cruzada já presente durante o processo de Reconquista, principalmente a partir do século XII. Além disso, investigamos a difusão da ideologia cavaleiresca por entre a nobreza portuguesa, tentando estabelecer as ordens militares (em especial a Ordem do Hospital) como veículos institucionais que serviram de intermediadores culturais daquele modelo cavaleiresco-cruzado.

1 **Merínidas** (ou marínidas) — dinastia berbere-muçulmana de Fez que reinou no Marrocos de 1196 a 1464.

Estas preocupações tiveram base hipotética no *corpus documental*, que teve como epicentro o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* — mais especificamente seu título XXI, local de uma refundição posterior à produção original do Livro². Além disso, trabalhamos com trechos da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, igualmente atribuída ao conde, a *Conquista de Lisboa de 1147*, de um autor desconhecido e a *Crónica de Don Alfonso el Onceno*, que possui uma passagem descritiva da batalha do Salado, do ponto de vista castelhano. Estas fontes serviram de suporte analítico-comparativo à fonte principal.

Trabalhamos com outra fonte ibérica, o *Libro del Orden de Caballería*, de autoria do filósofo catalão Ramón Llull (1235-1315). Tentamos situar o universo simbólico da cavalaria hispânica e sua mentalidade de cruzada dentro de seu contexto histórico. Ao observarmos as sucessivas ondas berbere-muçulmanas, também trabalhamos com crônicas de alguns autores muçulmanos (Ibn Abdun — séc. XII, Ibn Said — séc. XIII, e Ibn al-Jatib — séc. XIV)³

Na **Introdução**, tratamos das diferentes abordagens a respeito da guerra e a violência trabalhadas pelos cientistas sociais, e o conceitos de guerra medieval, ideologia, ideologia cavaleiresca e mentalidade, historicizando o período abordado.

No **capítulo I**, “O homem a cavalo na Península Ibérica: romanos, visigodos e muçulmanos” buscamos os antecedentes históricos da idéia de fronteira de conflito entre culturas distintas que a Península Ibérica parece ter forjado ao longo dos séculos na Europa. A crise do Império Romano na Península e a invasão dos bárbaros foram pensados como o ponto de partida para a concepção dicotômica de mundo

2 MATTOSO, José (ed. crítica). *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Lisboa: Publicações do II Centenário da Academia das Ciências, 1980, volume II/1, 1980.

3 “Tratado de Ibn Abdun”, “La Ihata”, de Ibn al-Jatib e “Kitab al-Mugrib”, de Ibn Said. In: SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio (org.). *La España Musulmana — Según los autores islámicos y cristianos medievales*. Madrid: Espasa-Calpe, S. A., 1986, tomo II.

que a região parece ter ajudado a incutir nos povos que nela habitaram.

No **capítulo II**, “A mentalidade de cruzada na Península Ibérica”, abordamos a idéia de cruzada no ocidente cristão — com a importância de Cluny para a Península — e no mundo muçulmano; a definição dos conceitos de Reconquista e de guerra santa (*jihad*), igualmente importantes tanto na concepção de guerra muçulmana quanto na formação do ideal cruzadístico cristão; as sucessivas invasões muçulmanas do norte da África a partir do século XI, que radicalizaram a concepção de guerra de ambos os lados.

A necessidade de conhecer os atores sociais envolvidos no processo da Reconquista portuguesa fez com que se visse a importância de tratar da estrutura social em Portugal a partir do século XI. Este é o conteúdo do **capítulo III**, “A estratificação da sociedade medieval portuguesa com base na guerra: os *bellatores*”

A participação de Portugal no processo de Reconquista sob o ângulo cruzadístico, a chegada da Ordem do Hospital na Península Ibérica e seu modelo de guerra baseado no sentido civilizacional cristão, que norteou o processo de repovoamento das áreas reconquistadas, são os assuntos analisados no **capítulo IV**, “A cruzada em Portugal”

O **capítulo V**, “Ramón Llull (1235 — 1315): o modelo cavaleiresco ibérico inserido na mentalidade cruzadística” trata do modelo cavaleiresco-cruzado ibérico proposto por Ramón Llull em sua obra *Libro del Orden de Caballeria*. O contexto histórico da obra e a simbologia das armas do cavaleiro inseridos na mentalidade cruzadística cristã foram analisados dentro da perspectiva cavaleiresca ibérica.

O **capítulo VI**, “A permanência da mentalidade de cruzada em Portugal” analisa e comenta as fontes cristãs utilizadas (o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, a *Crónica Geral de Espanha de 1344* — ambas atribuídas ao conde). O documento sobre a *Conquista de Lisboa de 1147* foi trabalhado tendo como eixo básico a idéia da instalação da men-

talidade de cruzada já naquele período de formação do reino português, opondo-se à tese do historiador Carl Erdmann⁴, cuja obra é discutida neste capítulo.

A cruz do Santo Lenho do Marmelar, presente na tomada da cidade, foi analisada como relíquia cristológica e cruzada, um elo material de ligação entre este acontecimento e a batalha do Salado. Através deste objeto, aferimos a mentalidade cruzadística presente em Portugal, pelo menos desde o século XII.

O **capítulo VII**, “O teatro da guerra na sociedade medieval portuguesa: Afonso IV (1325-1357), o protagonista da batalha do Salado”, é uma breve biografia bélica do reinado daquele monarca. Possui como base teórico-metodológica o conceito de teatocracia, ou seja, a idéia de que o grande ator político “comanda o real do através imaginário”, produzindo um espetáculo político. O poder estabelecido só se conserva pela manipulação, de símbolos, de imagens. O grande protagonista político é reconhecido pela sua força dramática⁵

O **capítulo VIII**, “A batalha do Salado: paradigma cruzado português”, é um desdobramento natural do antecedente. Ainda trabalhamos a tática militar hospitalária comentada no título XXI do *Livro de Linhagens*. Por outro lado, como na *Conquista de Lisboa de 1147*, mais uma vez a cruz do Santo Lenho do Marmelar surge como uma relíquia cruzada motivadora das forças cristãs em luta. No entanto, a diferença significativa neste momento é a sua posse por parte da Ordem do Hospital. Dessa forma, a entrada da cruz em cena em mãos monástico-militares hierosolimitanas tornou o maravilhoso cristão materializado.

Tratamos destas manifestações físicas resultantes da aparição da Santa Cruz em campo de batalha como uma hierofania — algo de sagrado e misterioso ligado à realidade e que não pertence a este mundo⁶. A hierofania é um momen-

4 ERDMANN, Carl. *A Ideia de Cruzada em Portugal*. Coimbra: Publicações do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, 1940.

BALANDIER, Georges. *O Poder em Cena*. Brasília: Editora UnB, 1982, p. 07.

to de distinção do cotidiano⁷. A Cruz do Santo Lenho revelou uma realidade sobrenatural, representou algo simbolicamente contido dentro de um espaço sagrado peninsular e cruzado⁸. A cruz foi o ponto de convergência entre a batalha do Salado e a Terra Santa. O espaço físico do Salado tornou-se, assim, sagrado, com valor existencial de referência cristã, um ponto fixo, centro do mundo para os personagens envolvidos⁹.

Foi realizada ainda uma breve análise semântica da narrativa da batalha do Salado contida no título XXI do *Livro de Linhagens*. Foram confirmados alguns núcleos de sentido relatados no acontecimento. Ocupamo-nos da ação paradigmática, o discurso do emissor (produtor da mensagem) remetendo a um significado: o enunciado e seus vestígios contidos na fonte.

O **capítulo IX**, “O segundo protagonista do Salado em cena: o prior do Hospital D. Álvaro Gonçalves Pereira”, trabalha com uma genealogia fantástica desenvolvida pelo cronista no título XXI do *Livro de Linhagens*. Seu objetivo principal é o enaltecimento do tronco dos Pereiras, família que possuía vários membros em ordens religiosas em Portugal, especialmente na hospitalária. Desenvolvemos uma análise *pari passu* desta linhagem, que culmina numa pré-biografia idealizada feita por este mesmo cronista na figura do prior do Hospital D. Álvaro Gonçalves Pereira.



Consideramos fundamental uma definição precisa do arcabouço teórico por parte do historiador. Embora nosso tempo seja o de crise dos paradigmas historiográficos — prin-

6 ROSENDALIL, Zeny. *Espaço & Religião — uma abordagem geográfica*. Rio de Janeiro: UERJ/NEPEC, 1996, p. 27.

7 *Ibid.*

8 “...espaço sagrado, consagrado por uma hierofania (...) geografia mítica sagrada, a única espécie efetivamente real, em oposição à geografia profana...” — ELIADE, Mircea. *Imagens e Símbolos. Ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso*. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p. 35.

9 ROSENDALIL, Zeny. *Op. cit.*

principalmente dos que defendem um sentido à História e teorias globais explicativas¹⁰ — devemos tornar claro aos leitores nossas opções metodológicas.

Utilizamos como base teórica de nossa pesquisa histórica autores (Peter Burke, Georges Balandier) que estão inseridos na abordagem sociológica intitulada por Christopher Lloyd de interpretismo sociológico e antropológico, ou realismo simbólico. Esta corrente teórico-metodológica basicamente relaciona o modelo dramatúrgico da ação social com os novos modelos de narrativa histórica¹¹. Tentamos articular o uso desta abordagem com o conceito de ideologia, de forma semelhante à proposta de Michel Vovelle¹².

Dessa forma, não abandonamos a análise; na verdade, podemos definir a metodologia deste trabalho como uma pesquisa histórica analítico-descritiva (narrativa). Nossa abordagem interpretista não exclui a noção de análise científica estrutural para a História. Acreditamos que seja possível conhecer as estruturas¹³ de uma determinada época independente da consciência que os atores do período tinham delas.

10 Ver CARDOSO, Ciro Flamarion. "No Limiar do Século XXI". In: *Tempo. Dossiê Teoria e Metodologia*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, vol. 1, n.º 2, dezembro de 1996, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1996, pp. 07-30.

11 "Esta corrente, além de reservar um papel central à teoria na explicação histórica, sustenta a **essencialidade do método hermenêutico** (...) Adotam um conceito quase fenomenológico da sociedade como tendo apenas em parte uma existência objetiva e externa, sempre **mediada e conhecida através de formas de consciência** (...) esses interpretistas teoricamente informados tentam preservar um lugar central tanto para o poder social estruturante do povo quanto para o poder das estruturas culturais (ou sistemas de símbolos) de influenciar a ação (os grifos são meus)." — LLOYD, Christopher. *As Estruturas da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995, p. 97-99.

12 VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

13 "Por estrutura os observadores do social entendem uma organização, uma coerência, relações bastante fixas entre realidades e massas sociais. Para nós, historiadores, uma estrutura é, sem dúvida, reunião, arquitetura, porém, mais ainda, uma realidade que o tempo usa mal e veicula muito longamente. Certas estruturas, por durarem tanto, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: elas obstruem a história, atrapalhando-a, orientando assim seu fluxo. Outras se desfazem com mais rapidez. Mas todas são ao mesmo tempo sustentáculos e obstáculos (...) também os quadros mentais são prisões de longa duração." — BRAUDEL, Fernand. "História e ciências sociais. A longa duração". In: BURGUTÈRE, André. *Dicionário das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1993, verbete "Estruturas", p. 309.

O referencial cognitivo do cientista histórico é superior à de qualquer ator social do período estudado. Possuímos a distância temporal, instrumentos teóricos em constantes processos de aprimoramento, a possibilidade de consultar diferentes tipos de documentos, etc.

O real possui positividade: interpretamos evidências, fatos. A vitória dos francos sobre os muçulmanos em Tours aconteceu, e conduziu a história européia para outra direção diferente do que seria a vitória moura — essa já é uma interpretação contrafactual, mas bem provável. Da mesma forma, *realmente aconteceu* a vitória cristã no Salado frente ao avanço merínida em 1340. Portanto, trabalhamos com a análise, interpretação e confrontação de evidências escritas, não ficção. Não podemos inventar fatos¹⁴.

Em contrapartida, a partir de um certo grau de constatação evidencial não acreditamos que seja possível a unicidade das conclusões ou das interpretações¹⁵. Os recortes e as perguntas feitas sobre os fatos são diferentes e conduzem a respostas diferentes, isto sem falar nas diferentes formações acadêmicas e visões políticas dos historiadores. E mesmo que três, dez, cem historiadores façam a mesma pergunta a respeito da mesma questão histórica, os resultados conclusivos podem (e muitas vezes são) completamente diferentes. A multiplicidade dos debates entre as várias correntes historiográficas atuais reforça nossa tese.

Além disso, como este trabalho pretende mostrar, defendemos a idéia de uma História-Conceito, ou História Conceitual, mas num sentido bastante diferente do proposto por Paul Veyne¹⁶. Entendemos por História Conceitual a cri-

14 A defesa da positividade dos fatos é feita por diferentes correntes historiográficas. Ver, por exemplo, HOBBSBAWN, Eric. *Sobre a História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, e TUCHMANN, Barbara W. *A Prática da História*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1991. Ambos defendem a positividade do fato.

15 O próprio Christopher Lloyd, ao sistematizar os fundamentos filosóficos da abordagem metodológica interpretista, colocou-a entre o holismo e o estruturismo. Ver LLOYD, Christopher. *As Estruturas da História*, p. 91.

ação por parte do historiador de modelos explicativos através de conceitos-chaves interligados que tentem interpretar e explicar os processos históricos de curta, média e longa duração. Consideramos que tais processos são sempre únicos, irrepetíveis e específicos de cada tempo, sociedade e cultura, mas passíveis de processualização. Daí a necessidade de se conhecer o significado social e histórico das ações, gestos e crenças dos indivíduos daquela cultura específica, como afirma a hermenêutica e o interpretismo¹⁷. No entanto, ao contrário de Gadamer, acreditamos que a utilização do método interpretista-hermenêutico não exclui a objetividade científica¹⁸. Portanto, acreditamos que a dicotomia subjetividade/objetividade é falsa¹⁹.

Por esse motivo não deixamos de lado o peso dos indivíduos e a possibilidade destes de alterarem as estruturas através da reciprocidade de suas relações socioculturais²⁰. As explicações científico-causais e a compreensão hermenêutica devem apoiar-se mutuamente e não se oporem. Em outras palavras: os modos de apresentação narrativo e o analítico como estão feitos neste trabalho são igualmente necessários

16 VEYNE, Paul. "A História conceitual". In: LE GOFF, Jacques, e NORA, Pierre (dir.). **História — Novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1995, pp. 64-88.

17 A hermenêutica é um "...método de interpretação, primeiro, dos textos, e, depois, do universo social, histórico e psicológico (...) com a designação de *verstehen*, Weber e Dilthey contrastaram o método da interpretação com o método científico objetivo. Sua subjetividade inevitável é o tópico das principais obras de Gadamer" — BLACKBURN, Simon. *Dicionário Oxford de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, p. 181.

18 A defesa da subjetividade inevitável da hermenêutica é feita em GADAMER, Hans-Georg. *Truth and Method*. London: Sheed & Ward, 1975. Ver também LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Lisboa: Gradiva, 1989.

19 LLOYD, Christopher. *As Estruturas da História*, p. 89.

20 "...escolhem-se, em princípio, os casos (individuais) que (...) exprimem de maneira especialmente significativa um grupo social, uma civilização, uma cultura ou uma conjuntura (...) Permitem, assim, romper os limites das representações mentais globalizantes (...) Será o caso de uma biografia que não se limite a reconstituir o itinerário individual do protagonista, mas averigue até que ponto ele é influenciado e exprime a sua época..." — MATTOSO, José. "Breves reflexões sobre o individual e o colectivo em História". In: **A escrita da História — teoria e métodos**. Lisboa: Editorial Estampa, 1988, p. 60.

(e complementares) para relatar processos históricos²¹. Esta metodologia e visão da História permeia todo o trabalho²².



O **capítulo IX** trata ainda de duas possibilidades históricas relacionadas com a Ordem do Hospital. Uma é a permanência da mentalidade de cruzada em Portugal, que se liga à presença da Ordem em território luso. Aqui desenvolvemos o conceito de cristalização textual tardia, sem contudo abandonarmos a perspectiva cruzada presente nos séculos anteriores. Outro é a importância da Ordem do Hospital na difusão da ideologia cavaleiresca por entre a nobreza portuguesa, uma importante hipótese levantada pelo historiador José Mattoso. Ambas as possibilidades indicam uma importância fundamental dos hospitalários na formação e consolidação da ideologia cruzadística e cavaleiresca no seio da aristocracia portuguesa quatrocentista, indícios que sugerem um desenvolvimento de futuras pesquisas sobre o assunto.

A **Conclusão** aponta basicamente para as duas reflexões. De um lado, a possibilidade de existência de uma mentalidade cruzadística nobiliárquica desde a formação do reino luso. De outro, a afirmação do paradigma da mentalidade de cruzada em Portugal na primeira metade do século XIV, com a vitória portuguesa-castelhana na batalha do Salado, e a associação feita pelo cronista quatrocentista com a família dos Pereiras (linhagem guerreira e cruzada) e a Ordem do Hospital.

21 LLOYD, Christopher. *As Estruturas da História*, p. 89.

22 Trata-se, obviamente, de um esboço teórico. Mas nosso tempo ainda é o da busca por novos paradigmas historiográficos. Os horizontes ainda não foram precisados. Para as recentes discussões (ainda imprecisas) sobre teorias históricas, ver, por exemplo, BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (org.). *Passados e Presentes — campos e cantos da História*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1998.

INTRODUÇÃO

"...aquele monstro que se sustenta das fazendas, do sangue, das vilas, e quanto mais come e consome tanto menos se farta. É a guerra aquela tempestade terrestre, que leva os campos, as casas, as vilas, os castelos, as cidades e, talvez em um momento sorve os reinos e monarquias inteiras. É a guerra aquela calamidade composta de todas as calamidades, em quem não há mal algum que, ou se não padeça ou se não tema, nem bem que seja próprio e seguro..."

Padre Antônio Vieira
(sermão proferido em Lisboa, em 1668²³)

A história da guerra começa com a escrita²⁴. Isto significa que, a partir de aproximadamente 3.100 a. C., o homem organizou-se em grupos para matar, pilhar e conquistar. Isto embora já existam fortes indícios que o ato de guerrear remonta a períodos anteriores. O antropólogo Paul Tacon esteve recentemente (1994) trabalhando uma pintura rupestre de cerca de 10.000 anos na Austrália. Ela é uma das mais antigas descrições de combate já encontradas.

Esta tendência belicista já teve um sem-número de interpretações. A constatação do permanente estado de violência na história traz-nos indagações que tentaremos, brevemente, abordar.

23 *Apud.* MARQUES, José. "A presença da Igreja na História Militar Portuguesa das origens aos finais do século XIV". In: *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987, p. 10.

24 KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995, p. 133.

Às vésperas do século XXI, as Ciências Humanas estão longe de chegar a um consenso quanto à origem da violência²⁵. Antropólogos, sociólogos, psicanalistas e etólogos ainda controvertem a agressividade na história. (A Etologia faz um estudo comparado do comportamento dos animais, tratando de seus hábitos e sua acomodação às condições do ambiente. Além disso, ela estuda os costumes, usos e caracteres humanos. Trata-se de uma “abordagem biológica do estudo do comportamento.”²⁶) A questão básica gira em torno de um ponto: o homem é violento por natureza ou sua potencialidade para a violência é traduzida em uso pela ação de fatores materiais?²⁷

A teoria da violência inata é combatida ferozmente por cientistas sociais. Existem inúmeras definições antagônicas a respeito da “natureza humana”. No entanto, o conceito é “um componente básico do pensamento social.”²⁸

Entre psicanalistas inexiste consenso: ainda discutem as funções adaptativas da agressividade, o problema da origem e do desenvolvimento dos impulsos agressivos e também a pulsão de morte freudiana²⁹. No 4.º Simpósio da Formação Freudiana realizado no Rio de Janeiro — e que teve como tema geral o título “Violência psíquica, violência social” — os psicanalistas presentes divulgaram o caráter de inconclusão do evento.

Já os neurologistas reconhecem no sistema límbico — cérebro central inferior — a base física das reações de medo, aversão e ameaça. Esta área contém três grupos de células,

25 “Não existe uma definição consensual ou incontroversa de violência. O termo é potente demais para que isso seja possível.” — ARBLASTER, Anthony. “Violência”. In: OUTHWAITE, William e BOTTOMORE, Tom (ed.). *Dicionário do Pensamento Social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996, p. 803.

26 BATESON, Patrick. “Etologia”. In: OUTHWAITE, William e BOTTOMORE, Tom (ed.). *Op. cit.*, p. 286.

27 KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*, p. 95.

28 BERRY, Christopher. “Natureza Humana”. In: OUTHWAITE, William e BOTTOMORE, Tom (ed.). *Op. cit.*, p. 517.

29 GAY, Peter. *A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud — O cultivo do ódio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 532-535.

"(...) hipotálamo, septo e amígdala (...) quando danificada ou eletricamente estimulada, produz mudanças no comportamento do sujeito (...) reduzindo o comportamento agressivo e o desempenho sexual."³⁰

Estudos recentes apontam o sistema límbico como a chave para a inteligência, a inteligência límbica³¹. Chegaram à conclusão de que a agressão é função do cérebro inferior receptiva a um controle pelo cérebro superior. As duas partes se comunicam através de hormônios e transmissores químicos. Testosterona e serotonina são identificados como causadores das variações da agressividade. No entanto, os mesmos neurologistas enfatizam que estes efeitos hormonais tendem a ser moderados pelo contexto³².

Parece-nos claro que entre defensores e oponentes da tese da agressividade inata, há posições exacerbadas. Porquanto ainda são inconclusivas as respostas a uma pergunta básica: por que os homens se reúnem em grupos para lutar uns contra os outros? Obviamente, esta dissertação não se propõe a responder esta pergunta — apenas tomamos como ponto de partida a constatação de que a agressividade é, sem dúvida, um combustível para a ação humana e deve ser levada em conta como um dos componentes básicos para a mudança histórica³³. Reconhecemos que a capacidade do homem de modificar a expressão da agressão através de sua história é notável³⁴. A guerra é uma instituição permanente, uma sólida tradição da humanidade, arraigada no imaginário dos homens, nas instituições e em nosso *habitus* social³⁵. A

30 KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*, p. 97.

31 MACHIAIDO, Luiz. *O cérebro do cérebro*. Rio de Janeiro: Cepuerj, 1997. O autor considera o sistema límbico responsável pela coleta de dados e informações, retenção da memória e pelo trabalho com dados que auxiliem na informação para a inteligência e criatividade.

32 KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*, p. 98.

33 GAY, Peter. *Freud para historiadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 83; *A experiência burguesa da ruína: Vitória a Freud — O cultivo do ódio*, p. 11.

34 KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*, p. 100.

35 ELIAS, Norbert. *A Condição Humana — Considerações sobre a evolução da humanidade, por ocasião do quadragésimo aniversário do fim de uma guerra (8 de Maio de 1985)*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S. A./Difel, 1991, p. 14.

agressividade humana ainda resiste a todas as tentativas de controle social, coerção jurídica e regras comportamentais.

No entanto, ao historiador interessa saber como cada sociedade trabalhou com isso. A história da guerra passa, na Idade Média, pela construção do feudalismo. Nele, a sociedade previa um segmento específico para o monopólio das armas: a nobreza. Como o caso peninsular apresenta uma série de variáveis, principalmente em relação ao modelo feudal clássico anglo-francês, particularizaremos neste trabalho a mentalidade de cruzada presente entre a nobreza medieval portuguesa na guerra na Península Ibérica na fase final da Reconquista.

O CONCEITO DE GUERRA MEDIEVAL E O CASO HISTÓRICO PORTUGUÊS

A animosidade — elemento inicial e deflagrador da violência humana — é um instinto impermeável ao ato civilizador das culturas. No entanto, historiadores e cientistas sociais afirmam que tanto a violência quanto a guerra são dados culturais falocêntricos, ao mesmo tempo destrutivos e criadores³⁶. Para que possamos trabalhar com este tema, devemos de antemão delinear os conceitos.

O que define então um conflito como guerra na sociedade medieval? Dentre as inúmeras tentativas de estabelecer parâmetros conceituais precisos (o que indica a inexistência de uma definição unívoca) optamos por traçar alguns pontos convergentes — especificamente para o caso medieval ibérico.

A guerra medieval foi uma atividade militar coletiva levada a cabo pela nobreza. No caso peninsular, era também fenômeno de psicologia social, que ocasionou um processo catalisador de coesão interna³⁷, e especificamente no caso português, com base principalmente no aumento do prestígio guerreiro de seu primeiro rei e da autoridade das instituições políticas. O reconhecimento da necessidade de uma autoridade suprema e o aumento do prestígio e autoridade

36 "Não se pode negar, é claro, que existe uma relação entre guerra, poder militar e masculinidade (...) guerrear é uma expressão concreta da agressividade masculina." — GIDDENS, Anthony. *Para Além da Esquerda e da Direita — o futuro da política radical*. São Paulo: Unesp, 1996, p. 266.

37 GORI, Umberto. "Guerra". In: BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco (org.). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UnB, 1995, vol. I (A/K), p. 572.

das instituições políticas são alguns dos indicativos do nascimento de um Estado³⁸. Isto proporcionou um elã congregativo de considerável força mental, e auxiliou os grupos medievais a formarem gradativamente estados assentados em bases monárquicas.

No ocidente europeu a guerra era uma situação agressiva socialmente reconhecida, em que se verificavam hostilidades de níveis variados, porém com extensão e continuidade sistemáticas. Era “a crueza da força a serviço do prestígio, da segurança, da ambição e da riqueza”³⁹, um fato social arraigado na mentalidade da época. De fato, a guerra medieval era uma ocasião social para a ostentação e o ritual; ela, possuía valores guerreiros promovidos pelas camadas aristocráticas⁴⁰.

É interessante observar que a palavra guerra nos foi legada pela língua germânica ocidental: *werra*, que significa peleja, discórdia — também do germânico herdamos as palavras elmo e lança⁴¹. Etimologicamente, guerra é feminino, e tudo que pertencia ao mundo feminino na Idade Média encerrava-se no ministério dos demônios, principalmente se vinha da Península. Para o europeu medieval além-Pireneus, as “Espanhas” eram “...regiões corrompidas, infectadas, perturbadas e endemoniadas pela presença de mouros e judeus.”⁴² O feminino, tanto a guerra quanto a mulher, seduzia o homem medieval constantemente, e em especial o cavaleiro.

Por exemplo, na Escala das Virtudes — miniatura extraída do *Hortus Deliciarum*, da abadessa Herrada de Hohenburgo, século XII — uma escada que conduzia ao céu repre-

38 Ver STRAYER, Joseph R. *As Origens Medievais do Estado Moderno*. Lisboa: Gradiva, s/d, p. 116.

39 SOUZA, Armindo de. “Realizações”. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal — A Monarquia Feudal (1096-1480)*, p. 524.

40 GIDDENS, Anthony. *Para Além da Esquerda e da Direita*, p. 263.

41 FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986, p. 876; STÖRIG, Hans Joachim. *A Aventura das Línguas — Uma viagem através da História dos idiomas do mundo*. São Paulo: Melhoramentos, 1990, p. 112-120.

42 DUBY, Georges. *O Domingo de Bouvines — 27 de julho de 1214*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p. 30.

senta as tentações que levam os seres humanos a tombarem ante o pecado. Nesta iluminura, o cavaleiro ocupava o degrau inferior — abaixo do clérigo, da monja, do frade, do recluso, e finalmente do eremita, a quem cabia a primazia nesta pirâmide hierárquica, o lugar mais alto, ainda que suscetível às tentações do mal.

Na parte inferior da escada, um dragão alado aguardava, de fauces abertas, a queda. No quadro, o cavaleiro era metaforicamente o primeiro a fraquejar diante da perdição, associada à mulher. O paralelismo entre a idéia medieval da mulher (não a da Virgem Maria, mas a da Eva) e a guerra tinha sua confluência nos instintos sexuais e combativos. A guerra medieval possuía componentes eróticos, com analogias entre a arte de amar e a de guerrear.

O universo trovadoresco estava marcado por imagens belicistas: "O amante faz o cerco à sua dama. Trava assaltos amorosos à sua virtude. Ele a ataca frontalmente, a persegue, procura vencer as últimas defesas do seu pudor e rompê-las de surpresa."⁴³ A partir dos séculos XII e XIII, esta linguagem amorosa, repleta de gestos da arte do combate, passou a ter uma retórica que incorporou a glorificação guerreira na exaltação amorosa: era o mundo maniqueísta, que no terreno do ideal deveria optar por um ou outro. O erotismo seria contido no âmbito do romance cortês, da atmosfera onírica dos torneios cavaleirescos. Em Portugal, o mundo trovadoresco foi utilizado pela corte régia nos reinados de Afonso III e D. Dinis como espaço de disputa de poder, estratégia centralizadora que se valeu da apropriação da *disputatio* lírica dos jograis e segréis⁴⁴.

Neste universo mental, dicotomizado pelo mundo invível, podemos aplicar o conceito maquiavélico de fortuna à

43 "A chave da explicação de tudo é a existência, na Idade Média, de *uma lei efetivamente comum à arte de amar e à arte militar, e que se chama cavalaria* (o grifo é meu)." — ROUGEMONT, Denis de. *O Amor e o Ocidente*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988, p. 172-178.

44 BARROS, José Costa D'Assunção. *A Arena dos Trouvadores — Estudo das representações das tensões sociais no cancionário galego-português (1250-1340)*.

guerra peninsular medieval: ele abrangia a intuição (também uma força feminina), o inesperado, a casualidade, a sorte, fatores do imponderável quando tratamos da guerra medieval. Como afirmou Maquiavel,

*"...não obstante, e porque nosso livre arbítrio não desapareça, penso poder ser verdade que a fortuna seja árbitra de metade de nossas ações, mas que, ainda assim, ela nos deixe governar quase a outra metade. Comparo-a a um desses rios impetuosos que, quando se encolerizam, alagam as planícies, destroem as árvores, os edifícios (...) não é menos verdade que os homens, quando volta a calma, podem fazer reparos e barragens, de modo que em outra cheia, aqueles rios correrão por um canal e o seu ímpeto não será tão livre nem tão danoso."*⁴⁵

Este conceito pode ser utilizado porque a guerra na Idade Média não tinha os determinantes técnicos e econômicos que a guerra moderna imprimiu: a pólvora e a máquina, que aumentam a distância física entre os dois lados; tampouco a idéia de logística (armazenamento de víveres, transporte, distribuição, manutenção e evacuação de material).

Naturalmente a Idade Média não desconhecia a idéia da fortuna. A coleção de canções germânicas profanas denominada *Carmina Burana* (uma coletânea de obras anônimas datada de 1300 e provenientes da abadia bávara de Benedictbeuern) que transmite por tradição a obra do Arquipoeta, é uma estimulante exaltação à natureza em forma de fortes tons primários.

O Arquipoeta (morto cerca de 1165) foi um latino anônimo, provavelmente da Renânia, patrocinado pelo arcebispo de Colônia e chanceler de Frederico Barba-Ruiva, Reinaldo de Dassel. Sua obra mais famosa, *Confessio*, expressou os paradoxos e o brilho da Renascença cultural do século XII,

45 MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Nova Cultural, Coleção Os Pensadores, 1991, p. 103.

com sua confiança na razão e na natureza⁴⁶. Nela sobressaem-se vigorosos impactos rítmicos; em duas canções (CB 16, CB 17) lamenta-se a pouca estabilidade da Fortuna, que com seu sobe-e-desce traz alegrias e desgraças para os homens:

“O FORTUNA (CB 17)

I

*O Fortuna,
velut luna
statu variabilis,
semper crescis
aut decrescis;
vita detestabilis
nunc obdurat
et tunc curat
ludo mentis aciem,
egestatem,
potestatem
dissolvit ut glaciem.*

Ó Fortuna
tal a lua,
uma forma variável!
Sempre enchendo
Ou encolhendo:
ó que vida execrável!
Pouco duras,
quando curas
de nossa mente as mazelas;
a pobreza,
a riqueza,
tu derretes ou congelas.

II

*Sors immanis
et inanis,
rota tu volubilis,
status malus,
vana salus
semper dissolubilis,
obumbrata
et velata
michi quoque niteris;
nunc per ludum
dorsum nudum
fero tui sceleris.*

Bruta sorte,
és de morte:
tua roda é volúvel,
benfazeja,
malfazeja,
toda sorte é dissolúvel.
Disfarçada
de boa fada,
minha ruína sempre queres;
simulando
estar brincando,
minhas costas nuas feres.

46 LOYN, H. R. (org.). *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990, p. 29 e 75.

III

*Sors salutis
et virtutis
michi nunc contraria,
est affectus
et defectus
semper in angaria.
Hac in hora
sine mora
corde pulsum tangite;
quod per sortem
sternit fortem,
mecum omnes plangite!"*

Gozar saúde,
mostrar virtude:
isto escapa a minha sina;
opulento
ou pulguento
o azar me arruína.
Chegou a hora,
convém agora,
o alaúde dedilhar;
a pouca sorte
do homem forte
devemos todos lamentar.⁴⁷

Estes fatores enfraqueceram o militarismo guerreiro dos estados pré-modernos. O cristão e o muçulmano lutavam corpo-a-corpo, a estratégia como hoje a concebemos inexistia⁴⁸. Forças paralelas tomavam iniciativas, dificultavam a coordenação perfeitamente hierarquizada⁴⁹. Isto pelo menos até o fim do século XI, quando, após a entrada das ordens militares hierosolimitanas (provenientes da Palestina) na Península, uma ideologia cavaleiresca passou lentamente a ser difundida no meio nobiliárquico peninsular.

1

47 CARMINA BURANA [Canções de Beuern]. WOENSEL, Maurice van (trad., introd. e notas). São Paulo: ARS POETICA, 1994, p. 32-35.

48 PRESTWICH, Michael. "A Era da Cavalaria". In: BOYLE, Charles (ed.). *A Arte da Guerra*. São Paulo: Time-Life/Abril Livros, 1993, p. 55.

49 MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal — Antes de Portugal*, p. 479.

OS CONCEITOS DE IDEOLOGIA, IDEOLOGIA CAVALEIRESCA E MENTALIDADE

Podemos definir o conceito de ideologia como sistema de valores, idéias, crenças e símbolos que norteiam a conduta dos homens e, principalmente, dos grupos sociais⁵⁰. Trata-se de um sistema de representações globalizante, deformante e estabilizador, que pretende preservar as relações sociais preexistentes, mascarando funções sociais e econômicas⁵¹. A ideologia não é um reflexo do vivido, mas um projeto de agir sobre a realidade social⁵². Ela permite ao grupo criar uma identidade comum que coordena suas ações, fazendo-o agir coletivamente⁵³. No entanto, numa mesma sociedade coexistem vários sistemas de representações ideológicas concorrentes, correspondendo a diferentes estratos culturais, étnicos e de relações de poder⁵⁴.

A ideologia está estreitamente associada a um sistema de crenças. Na Idade Média europeia, toda representação das relações sociais baseava-se em textos da teologia cristã⁵⁵.

50 THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Editora Vozes, 1995, p. 203.

51 DUBY, Georges. "História social e ideologias das sociedades" In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (dir.). *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 132.

52 DUBY, Georges. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982, p. 21.

53 CALLINICOS, Alex. *Making History*. London: Basil Blackwell, 1987, p. 135.

54 DUBY, Georges. "História social e ideologias das sociedades" In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (dir.). *História: Novos Problemas*, *Ibid.*

55 *Id. Ibid.*

A Igreja pretendeu, a partir do século XI, moralizar o mundo militar, moldando a cavalaria com um código ético particular — entendemos o conceito de ética como uma “avaliação normativa das ações e do caráter dos indivíduos e grupos sociais (...) usada como moralidade para se referir às obrigações e deveres que governam a ação individual”⁵⁶. Nesse aspecto, a ética é uma das manifestações da ideologia. As três principais determinações dessa ética cavaleiresca seriam: fidelidade, valerosidade e largueza (generosidade)⁵⁷.

Assim, através de uma literatura clerical composta para um auditório guerreiro — o modelo proposto por Bernardo de Clairvaux e Ramón Llull é bom exemplo disso — pouco a pouco foi tomando corpo uma ideologia própria ao grupo de cavaleiros, a ideologia cavaleiresca, realização do esquema ideológico das três ordens do feudalismo⁵⁸.

Este sistema de valores propagou-se para o restante da nobreza peninsular a partir de um pequeno grupo de nobres pertencentes às ordens militares criadas durante a primeira cruzada na Terra Santa — templários e hospitalários. Estes cavaleiros monástico-militares eram a realização perfeita do modelo ideológico cavaleiresco proposto cem anos antes pelos clérigos letrados, porque conjugavam as duas categorias dominantes da sociedade, a ordem dos religiosos e a dos cavaleiros⁵⁹. As ordens militares serviram como intermediadores culturais desta concepção de mundo que lentamente foi sendo irradiada para a nobreza medieval portuguesa.

Por outro lado, é necessário que se faça uma articulação entre o conceito de ideologia e o de mentalidade, já que ambos pertencem ao mesmo universo. A mentalidade é uma

56 O'NEIL, John. “Ética” In: OUTHWAITE, William e BYTOMORE, Tom (ed.). *Op. cit.*, p. 278. Para a questão da *ética cristã* ver PEGORARO, Olinto A. “Ética e seus paradigmas.” In: HÜTNE, Leda Miranda (org.). *Ética*. Rio de Janeiro: UAPÊ/SEAL, 1997, p. 25-67.

57 DUBY, Georges. *Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987, p. 118.

58 DUBY, Georges. “História social e ideologias das sociedades” *Op. cit.*, p. 144.

59 DUBY, Georges. *Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo*, p. 21.

expressão da cultura de um tempo, em sua forma mais abrangente⁶⁰ — poderíamos acrescentar, expressão da cultura registrada em forma escrita —, algo que muda muito mais lentamente do que o social e o econômico⁶¹.

Seriam mesmo representações do mundo social⁶², algo que todos os homens de um tempo teriam em comum, “o que é concebido e sentido, o campo da inteligência e do sentido”⁶³, algo pouco explícito. O estudo da mentalidade de uma época, como entendemos, se preocupa com as relações entre as condições objetivas da vida humana e como estes mesmos homens narraram o que viveram⁶⁴.

Neste sentido, a ideologia é do âmbito da mentalidade; o que a difere é o seu caráter. A ideologia é um projeto de agir sobre a realidade social, algo explícito. Como afirma Jacques Le Goff, não foram as idéias de São Tomás de Aquino e São Boaventura que conduziram os espíritos; estas seriam “nebulosas mentais”, “ecos deformados”⁶⁵. Em nossas palavras, eram ideologias. Como as de Ramón Llull. Como as do cronista-presbítero da *Conquista de Lisboa de 1147* e do cronista-refundidor da narrativa da Batalha do Salado.



Assim, a guerra era um ser feminino, como a sorte. Espaço de sedução, era por excelência o lugar dos machos jovens, ávidos por leite, audazes e impetuosos na busca da *virtu* maquiavélica: “...é melhor ser impetuoso do que circunspecto”, porque

60 ARIÈS, Philippe. “A história das mentalidades”. In: LE GOFF, Jacques (dir.). *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p. 154.

61 LE GOFF, Jacques. “As mentalidades: uma história ambígua”. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (dir.). *História: Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 69.

62 HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 09.

63 CHARTIER, Roger. *A História Cultural — entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil/DIFEL, 1990, p. 41.

64 VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, pp. 9-25.

65 LE GOFF, Jacques. “As mentalidades: uma história ambígua”, p. 78.

“.. a sorte é mulher e, para dominá-la, é preciso bater-lhe e contrariá-la (...) ela se deixa dominar mais por estes do que por aqueles que procedem friamente. A sorte, como mulher, é sempre amiga dos jovens, porque são menos circunspectos, mais ferozes e com maior audácia a dominam” (os grifos são meus) ⁶⁶.

A guerra sempre esteve associada à juventude⁶⁷. E por acaso não era jovem o mundo feudal⁶⁸?

A Reconquista possibilitava a esta nobreza guerreira oportunidades para uma dinâmica da fortuna e do irracional. A luta maniqueísta era a sociogênese da cruzada, a força física era “elemento indispensável ao poder social.”⁶⁹ O combate, a luta pela cruz era a válvula de escape para as pulsões diante do avanço do processo civilizador, que disciplinava e regulamentava os impulsos humanos⁷⁰. Esta “mobilização estatal da violência”⁷¹ levou a um controle direcionado das pulsões.

As guerras peninsulares de Reconquista passaram então a ter uma função determinante neste processo. Reforçaram a autoridade da Igreja, contendo o impulso guerreiro dentro de uma estrutura ética e legal, ensinando à classe cavaleira européia as disciplinas da guerra e assentando os alicerces para a ascensão dos reinos europeus⁷². As funções políticas, militares e religiosas ainda não se haviam diferenciado das econômicas⁷³. Portanto, enfocar a mentalidade de

66 MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*, p. 105.

67 LORIGA, Sabrina. “A experiência militar”. In: LEVI, Giovanni e SCHMITT, Jean-Claude (org.). *História dos Jovens 2 — A época contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 17.

68 BLOCH, Marc. *A Sociedade Feudal*. Lisboa: Edições 70, 1987, p. 90-91.

69 ELLAS, Norbert. *O Processo Civilizador. Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, volume II, p. 63.

70 ELLAS, Norbert. *O processo civilizador. Formação do Estado e Civilização*, p. 44.

71 CHARTIER, Roger. *A História Cultural — Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil/DIFEL, 1990, p. 109.

72 KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*, p. 312.

73 ELLAS, Norbert. *O Processo Civilizador. Formação do Estado e Civilização*, volume II, p. 46.

cruzada é essencial para compreender as pressões mentais a que os medievos estavam sujeitos.

O Estado moderno como o conhecemos tem sua origem no período que corresponde aos anos de 1100 a 1600⁷⁴. Mas o que nos interessa particularmente neste processo é a gradativa detenção do monopólio da coação física⁷⁵. Como detentor, no interior de suas fronteiras, do poder político, econômico e do monopólio da violência legítima⁷⁶, o Estado subordinou o indivíduo ao poder público⁷⁷, valendo-se da força como instrumento de fato. Isto liga intrinsecamente o processo de guerra santa à consolidação das fronteiras portuguesas e à lenta formação de uma identidade nacional à custa da ênfase da defesa contra o castelhano⁷⁸, e sobretudo contra o infiel.

Na Idade Média, principalmente, a guerra foi a virtude cavaleiresca, a audácia, o desprezo da morte, a “alegria no coração dos homens”⁷⁹. Representava a esperança nas recompensas do outro mundo — e o butim neste mundo. A guerra na forma da cruzada era a obra pia da redenção, a salvação da alma. Como na pregação do papa Urbano II em Clermont (1095):

*“... pero es Cristo quien lo ordena (...) A los que fueren allí y perdieren la vida en la empresa, durante el viaje por tierra o por mar, o en pelea contra los infieles, séanles en esa hora perdonados sus pecados...”*⁸⁰.

74 STRAYER, Joseph R. *As Origens Medievais do Estado Moderno*, p. 18.

75 BOBBIO, Norberto. “Estado”. In: ROMANO, Ruggiero (dir.). *Enciclopédia Einaudi*, 14. *Estado — Guerra*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989, p. 235.

76 ROMANO, Ruggiero (dir.). *Enciclopédia Einaudi*, 14. *Estado — Guerra*, p. 275.

77 BLOCH, Marc. *A Sociedade Feudal*, p. 439.

78 MARQUES, A. H. de Oliveira. *A sociedade medieval portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1987, p. 2.

79 BLOCH, Marc. *A Sociedade Feudal*, p. 307.

80 LEHMANN, Johannes. *Las cruzadas — Los aventureros de Dios*. Barcelona: Ediciones Martínez Roca, 1989, 32.

E para os “falsos cruzados”, o imaginário medieval se encarregou de jogá-los no limbo. Os *Vers de la Mort* (Versos da Morte), poema escrito pelo monge-poeta Hélinand de Froidmont entre 1194 — 1197, mostravam a importância que a cristandade atribuía aos guerreiros da fé: “A morte acalma os furiosos/E arrefece os excitados/Os combates, a morte os termina/E põe em cruz os falsos cruzados/(...) Só a morte sabe e adivinha/Exatamente nossas qualidades.”⁸¹

Este canto de cruzada trouxe o remédio da guerra santa para os penitentes⁸². Dentro desta ideologia, a cristandade expandiu-se territorialmente. Como indaga Marc Bloch: “Quer fosse da Espanha ou da Síria, a Guerra Santa não oferecia a atracção de uma que era também uma obra pia?”⁸³ Foi a inauguração de uma nova fase histórica, já que a idéia cristã tradicional de fuga do mundo foi substituída pelo ideal de conquista cristã do mundo⁸⁴.

As ordens militares foram as divulgadoras, na Península, da mentalidade cruzadística: a guerra santa, seu motivo, sua ideologia. A Reconquista ibérica possuiu especificidade própria. Foi uma forma de combate medieval em que seus antagonistas — cristãos e muçulmanos — não se consideravam com as mesmas qualidades, com os mesmos direitos humanos.

Em que pese o caráter cavaleiresco das guerras medievais, este foi um tipo singular de combate de não iguais. A cristandade, embora preparada ideologicamente para a arte guerreira com suas regras e prerrogativas peculiares, no caso

81 FROIDMONT, Hélinand. *Os Versos da Morte — poema do século XII*. São Paulo: Ateliê Editorial/Editora Imaginário, 1996, p. 53.

82 PAYEN, Jean Charles. “O *Homo Viator* e o Cruzado — a morte e a salvação na tradição da estrofe de doze versos”. In: BRAET, Herman & VERBEKE, Werner (eds.). *A morte na Idade Média*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 214 e 228.

83 BLOCH, Marc. *A Sociedade Feudal*, p. 309.

84 REALE, Giovanni e ANTISERI, Dario. *História da Filosofia*. São Paulo: Edições Paulinas, 1990, vol. I, p. 484.

específico da Reconquista travou um tipo de guerra que excluiu o caráter lúdico do belicismo cavaleiresco. Isto porque, de um modo geral, a guerra medieval possuía esse caráter lúdico — pressupunha a existência de regras limitativas, e seus participantes consideravam-se uns aos outros como iguais. Não foi este o caso da Reconquista⁸⁵.

O fenômeno da guerra cruzada deve ser analisado e considerado dentro de seu contexto histórico. Foi um ato social que pressupôs a contraposição de vontades coletivas politicamente organizadas⁸⁶. Seu meio foi a violência, seu fim, a imposição da vontade vencedora⁸⁷. A guerra, enquanto meio para se chegar a um fim, esteve para além da política, foi uma expressão da cultura⁸⁸. No caso da sociedade medieval, determinante das distintas formas culturais regionais⁸⁹

No caso de Portugal, como em toda a Europa medieval, a guerra era uma das atividades mais prezadas pela nobreza. Desde a tenra infância, treinavam-se os varões para a arte da guerra, e até os jogos e divertimentos lúdicos tinham como finalidade cultural a perspectiva guerreira⁹⁰. Neste aspecto, a guerra era um jogo que exigia coragem e cálculo, prudência e audácia, sem nunca excluir o risco⁹¹. Para o homem medieval, a guerra expressava a vontade de Deus — a coroação ou o castigo de um povo definiam-se no campo da morte. Os portugueses eram reconhecidos como exímios guerreiros pelas culturas européias do período. Wolfram von Eschenbach, poeta alemão do século XIII, ao se referir aos portugueses presentes num torneio no “reino da Espanha”, em Toledo, disse:

85 Para o **caráter lúdico** da guerra, ver HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens — O Jogo como elemento da Cultura*. São Paulo: Editora Perspectiva S. A., 1996, p. 101-118.

86 ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília: Editora UnB, 1986, p. 69.

87 CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. Lisboa: Publicações Europa-América, s/d, p. 29.

88 KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*, p. 28.

89 *Id. Ibid.*

90 MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, p. 335

91 ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*, p. 71.

*"O rei de Patrígalt implantou ali verdadeira floresta de lanças. Na verdade essa força representa nada se comparada à dos portugueses, igualmente presentes no local. Nós os chamamos de valentões, em virtude de sua mania de perfurar o maior número possível de escudos"*⁹²

Na Península, a tradição de cruzada da Reconquista e o constante contato com o "outro" imprimiram no povo luso a pecha de "gentes duras", rudes. Estas são as próprias palavras do cronista Jean Froissart (c. 1337 — c. 1410), eco último da apologia cavaleiresca: "Los portugueses son gente duras. No los tendré si no es por conquista."⁹³

A cavalaria portuguesa teve seu momento paradigmático na guerra santa cruzada da batalha do Salado, quando, dirigida pelo prior do Hospital D. Álvaro Gonçalves Pereira e pelo rei Afonso IV, foi vitoriosa frente ao Islã. A batalha do Salado deu aos hospitalários portugueses um sentido de cruzada que já tinha sido perdido no Oriente, transferindo para a Península o espaço sagrado da Terra Santa.

A cavalaria cristã teve nas ordens militares uma vertente espiritual que se contrapunha à cavalaria histórica, formando uma espécie de cavalaria do sonho e imaginário⁹⁴ — perfeição mitológica que, na maioria das vezes, não correspondia à realidade. De qualquer modo, a mitologia cavaleiresca incorporou-se no patrimônio cultural dos povos do Ocidente⁹⁵.

92 PATTER, A. R. Schmidt Patier (trad.). WOLFRAM VON ESCHENBACH. *Parsifal*. São Paulo: Antroposófica, 1995, Livro II, estrofe 66, p. 66.

93 FROISSART. *Crônicas*. Madrid: Ediciones Siruela, 1988, p. 305.

94 MELFIRO, Maria Lucília F. *A Mitologia dos Povos Germânicos*. Lisboa: Editorial Presença, 1994, p. 144.

95 MELFIRO, Maria Lucília F. *Opus. cit.*, p. 142.

O HOMEM A CAVALO NA PENÍNSULA IBÉRICA: ROMANOS, VISIGODOS E MUÇULMANOS

A guerra durante o período medieval na Península Ibérica entranhou-se na cultura de forma dinâmica, em todos os aspectos das manifestações humanas daquelas sociedades⁹⁶. Organizada para necessidades guerreiras, a sociedade medieval ibérica via o mundo como grande campo de batalha, onde melhor se exprimiam os desígnios divinos. E é sob este ângulo que trataremos a guerra medieval: uma mentalidade social no âmbito da expressão cultural de um tempo, isto é, historicamente situada. No caso ibérico, abrangia mais do que quaisquer condicionantes materiais, políticas ou econômicas; era a própria cultura em si⁹⁷.

Trabalharemos com a guerra como palco da implantação e ascensão de uma nova elite guerreira na Península, que deu o tom cultural e belicista de todo o período medieval: a cavalaria. Isto coloca o espaço temporal a partir da incursões das culturas “bárbaras” na Península. Trataremos especificamente do final do poder romano e da chegada dos visigodos, como antecedentes históricos que moldaram a elite guerreira cristã dos séculos seguintes.

96 LOYN, H. R. (org.). *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990, p. 176-178.

97 KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 28.

I. 1. Roma e a Península Ibérica: *o conceito de missão civilizacional*

A cavalaria não era novidade para as sociedades germânicas invasoras dos séculos IV — V. Os romanos sempre a empregaram, mas a força de seus exércitos apoiava-se principalmente na infantaria⁹⁸. Em seu tratado sobre a arte militar, o escritor romano-cristão Vegetício (*Vegetius*, 383 — 392 d.C.) discorreu sobre a melhor maneira de combinar cavalaria e infantaria em campo de batalha⁹⁹:

“Após ter organizado a infantaria em batalha, coloca-se a cavalaria em alas, de tal maneira que os couraceiros e os lanceiros entrem imediatamente em contato com a tropa e que os arqueiros e os cavaleiros que estão sem armadura se estendam um pouco mais. Os primeiros, mais resolutos, são destinados a cobrir os flancos da infantaria; os outros, mais ágeis, caem sobre as alas inimigas, forçando-os e dispersando-os. Um general deve saber que espécie de cavalaria necessita opor aos diferentes corpos do inimigo; porque nós vemos todos os dias, sem nos aprofundarmos no motivo, que igual tropa que domina outra prova, por sua vez, um poder superior a uma tropa mais fraca na aparência. Se a sua cavalaria lhe parece inferior à do inimigo, disponha-a entre os soldados da infantaria, escolha dentre os mais ágeis aqueles que se denominam “vélites”; que eles estejam protegidos por um escudo leve e exercitados para este tipo de combate. Uma cavalaria assim distribuída vencerá outra superior. Também nossos antigos generais repararam na desvantagem do número colocando dessa maneira entre dois cavaleiros um desses jovens soldados bem treinados na corrida e no

98 FERRIL, Arthur. *A queda do Império Romano — A explicação militar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989, p. 33.

99 “Ilávio Vegetício Renato (...) advoga a volta ao sistema da Legião Clássica, cujo treinamento e organização ele descreve (...) pode ter sido ministro das Finanças de Teodósio I (379—395 d.C.)” — BOWDER, Diana. *Quem foi quem na Roma Antiga*. São Paulo: ART Editora/Círculo do Livro, s/d, p. 268.

*manejo do escudo, da espada e da lança (os grifos são meus). (trad. de Marly Cardoso Vieira e Sérgio Murilo de Souza)*¹⁰⁰

Vegécio não é considerado pelos especialistas um grande escritor. Seu modelo de legião romana era composto basicamente por cidadãos. Para o século IV isto era um anacronismo, pois desde o edito de Caracala (212 d.C.) de nome *Constitutio Antoniniana* — que concedia cidadania romana a todos os habitantes livres do Império, inclusive os *dediticii* (massas camponesas não abrangidas pela romanização) — houve progressivo alargamento do exército romano “a todo o universo civilizado”¹⁰¹. Pelo menos a partir de Augusto (27 a.C. — 14 d.C.), a crescente necessidade da manutenção de tropas nas províncias conquistadas dissociou o conceito de cidadão do ofício das armas. A partir das reformas promovidas por Caio Mário (157 a.C. — 86 a.C.), todo cidadão romano, mesmo os que não possuísem terras, poderia se alistar no exército.

No século IV, o soldado romano deveria ser preferencialmente de origem camponesa, o mais isolado possível da sociedade civil, considerada por Tácito como “corruptora”: “...los soldados se viciasen más por su trato com los paisanos

100 “Caput XVI — *De equitibus ordinandis* — Constructa acie peditum, equites ponuntur in cornibus, ita ut loricati omnes, et contati juncti sint peditibus: sagittarii autem, vel qui loricas non habent, longius evagentur. A fortioribus namque equitibus, peditum protegenda sunt latera: et a velocioribus atque expeditis, bostium cornua superfundenda, atque turbanda. Scire dux debet, contra quos drungos, hoc est, globos bostium, quos equites oportet poni. Nam nescioqua occulta ratione, immo pæne divina, alii contra alios dimicant melius et qui fortiores vicerunt, ab inferioribus sæpe vincuntur. Quod si equites imparēs fuerint, more veterum velocissimi cum scutis levibus pedites, ad hoc ipsum exercitum, iisdem miscendi sunt, quos expeditus velites nominabant. Quo facto quamvis fortissimi bostium venerint equites, tamen adversus mixtum agmen pures esse non possunt. Unum hoc remedium veteres omnes duces invenerunt, ut assuefacerent juvenes currentes egregie, et inter hinos equites singulos ex his pedites collocarent, cum levioribus scutis, gladiis, atque missilibus.” — Vegetius. *De Re Militari*. Nisard, III, 16, 5, p. 706.

101 CARRIÉ, Jean-Michel. “O soldado” In: GIARDINA, Andrea (dir.). *O Homem Romano*. Lisboa: Editorial Presença, 1992, p. 91. “A partir dessa data esbateu-se definitivamente a distinção entre cidadãos e não-cidadãos.” — FABIÃO, Carlos. “O Passado Proto-Histórico e Romano” In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal — Volume I — Antes de Portugal*. *Ibid.*, p. 279.

(Historias, I, LIII)¹⁰². Em contrapartida, os historiadores consideram a “imagem” que Végécio tem do exército romano uma expressão literária da visão do cidadão comum¹⁰³. No século IV já havia surgido no imaginário romano uma estreita relação entre temperamento guerreiro e “romanidade”, uma espécie de “virtude” cultural que possibilitou a expansão da civilização romana¹⁰⁴.

O sentido de missão civilizacional estava presente na filosofia bélica de Roma. Seu método de conquista consistia basicamente na construção de estradas para fins militares e implantação de fortes e guarnições de tropas regulares ao longo das vias de comunicação¹⁰⁵. Os acampamentos militares, ao manterem em suas respectivas regiões soldados licenciados, muitas vezes ajudaram a propagar a civilização urbana. Tanto que, a partir do século II d.C., os soldados romanos já não se diferenciavam etnicamente das populações locais¹⁰⁶. Muitos deles viviam em situação de concubinato, e era concedido tanto à companheira “estrangeira” (*focaria*) quanto aos filhos dessa união a cidadania romana. Nos testamentos militares, admitia-se que parte do soldo depositado obrigatoriamente ao longo da carreira fosse legada à *focaria*¹⁰⁷.

Esta “cidadania não-excludente” revela uma permeabilidade antitética à imagem de duas civilizações culturalmente antagonicas. Isto embora tenham ocorrido retrocessos neste processo aculturador — por exemplo, as leis de 370/375 de Valentiniano (364 — 375 d.C.) e Valente (364 — 378 d.C.), que condenavam à morte os romanos casados com bárbaros¹⁰⁸.

102 TÁCTICO, Cayo Cornelio. *Obras Completas*. Madrid: M. Aguilar, Editor, 1946, p. 670. Esta frase “soa como uma máxima de sabedoria antiga que, para bem dos soldados, justifica o seu afastamento das cidades, que os amolecem.” — CARRIÉ, Jean-Michel. “O soldado”. In: GIARDINA, Andrea (dir.). *O Homem Romano*, *Ibid.*, p. 93.

103 GIARDINA, Andrea. *O Homem Romano*. *Ibid.*, p. 07.

104 *Ibid.*, p. 08.

105 TREVELYAN, G. M. *História Concisa de Inglaterra*. Lisboa: Publicações Europa-América, s/d, vol. I, p. 32

106 CARRIÉ, Jean-Michel. “O soldado” *Ibid.*, p. 96.

107 *Ibid.*, p. 99.

108 PIRENNE, Henri. *Muomé e Carlos Magno*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, s/d, p. 23.

A Península Ibérica não fugiu ao conceito de missão civilizacional de Roma: o exército romano também funcionou como um “agente de romanização”. Já em meados do século II a.C., um verdadeiro processo de miscigenação com as populações indígenas generalizou este novo modo de vida na Hispânia. Um bom exemplo é o caso da colônia de Carteia, fundada em 171 a.C., com o objetivo de acolher famílias de soldados da Hispânia¹⁰⁹

O povo germânico, em contrapartida, também era o “não-romano”. Em sua *Germania*, Tácito, transpondo valores romanos para o universo bárbaro, entrevia o perigo que estes povos representavam para Roma, mas reconhecia o valor do guerreiro germânico (*virtus*), com seu senso de liberdade (*libertas*) inexistente na civilização romana¹¹⁰:

*“Los jefes atienden a los asuntos de menos monta; los más importantes se resuelven entre todos (...) Cuando están en número suficiente, se sientan a deliberar armados (...) Luego el rey o el caudillo, según su edad, nobleza, gloria guerrera y elocuencia, son oídos más por la persuasión que por el poder del mando. Si su dictamen les desagrada lo muestran con murmullos; si lo aprueban, agitan sus frámeas (os grifos são meus).”*¹¹¹

Uma raça de guerreiros fortes e, ao contrário do romano, que não permitia o porte de armas dentro da área pomerial citadina (zona protegida pelos deuses), um povo que tratava de questões públicas de armas na mão.

109 FABIÃO, Carlos. “O Passado Proto-Histórico e Romano” In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal — Volume I — Antes de Portugal*. *Ibid.*, p. 243-244.

110 “*Germania*, ou *Origens e nação dos germanos*. Monografia histórica e etnográfica (98 d.C.) profundamente influenciada por Posidônio, Lívio ou Plínio, o Velho.” — BOWDER, Diana. *Quem foi quem na Roma antiga*. São Paulo: ART Editora/Círculo do Livro. s/d, p. 246-247. Na questão dos valores romanos, por exemplo, *virtus*, desde o século VI a.C., era uma deusa romana, mas também significava a coragem do líder cívico, capacidade de governar.

111 TÁCITO, Cayo Cornelio. *Obras Completas*. Madrid: M. Aguilar, Editor. 1946, “*Germania*”, XI, p. 1020-1021.

1. 2. *As ondas germânicas na Península: os visigodos*

Embora não-excludente, como vimos, o contato entre romanos e germânicos foi o da civilização clássica contra a floresta primitiva, o do universalismo legalista contra o tribalismo sangüinário, a urbe imperial contra o “equivalente social de uma força da natureza”¹¹². Um dos maiores símbolos de unidade cultural para os germânicos foi a floresta. A densidade, pureza e isolamento das árvores confundia-se no ardor bélico: a força retilínea e gigantesca dos carvalhos era análoga à virtude da constância do guerreiro¹¹³.

Aconteceram momentos e níveis distintos de aculturação dos povos germânicos. No caso dos visigodos, o primeiro grande contato foi catastrófico. Empurrados pelos hunos na primeira metade do século IV, ostrogodos que viviam ao norte e leste do mar Negro fugiram para oeste, pressionando os visigodos para a fronteira romana no Danúbio. Um exército visigodo enfrentou os hunos no Dniester, sendo batido.

Os remanescentes, liderados por Fritigern e Alavivo, solicitaram às autoridades do Danúbio para estabelecerem-se no Império, na Mésia e na Trácia. O imperador Valente concordou, com a condição de abandonarem as armas e cederm os jovens como reféns. Após a travessia, em 376, os visigodos — estimados em cerca de 200.000¹¹⁴ — foram explorados por funcionários romanos. Segundo o historiador dos godos Jordanis, famintos, os visigodos chegaram a trocar filhos para serem escravos por carne de cachorro, além dos casos de estupro e roubo por parte dos romanos¹¹⁵.

O desenlace deste primeiro contato foi a batalha de Adrianópolis (378)¹¹⁶. A despeito da descrença na sua eficá-

112 SCIAMMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 95-99.

113 CANETTI, Elias. *Massa e Poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 171.

114 BURNS, Thomas S. “The Battle of Adrianople: A Reconsideration” *In: Historia*, 22, 1973, pp. 336-345.

115 JORDANES. *Gothic History*. Princeton University Press, 1915, parágrafo 26, p. 249.

cia, e também do estigma de inferioridade, a cavalaria romana dos séculos IV e V era, na prática, melhor armada e adestrada que a infantaria. Seu uso efetivo porém ficou comprometido, pois as mais importantes batalhas travadas entre romanos e “bárbaros” foram decididas pela infantaria.

Na batalha de Adrianópolis o exército romano foi trucidado por uma coligação de visigodos, ostrogodos e alanos¹¹⁷. Destes três grupos, apenas os alanos não pertenciam ao grupo germânico. Eram indo-europeus do grupo dos sármatas¹¹⁸. Os alanos, por sua vez, estavam sendo pressionados pelos hunos, possivelmente os melhores cavaleiros “bárbaros”. O bom tipo de corcel godo aliado a uma lança forte foi um elemento decisivo para a superioridade germânica, embora haja indícios de a maior parte dos guerreiros godos ter combatido em Adrianópolis a pé, como infantaria. Com certeza, isto mais tarde pesaria na invasão da Península Ibérica.

Uma teoria clássica a respeito dos confrontos militares deste período é a tese “gradualista” do historiador militar Charles Oman. Nela, o autor defende a idéia da interação entre diferentes grupos “bárbaros” no campo de batalha. Ela teria se dado da seguinte forma: todas as vezes que se defrontaram com os romanos, as cavalaria germânicas eram obrigadas a aparecerem com novas e melhores maneiras de combate. Por exemplo, uma espada mais robusta, uma sela mais confortável ou um cavalo mais bem protegido. Isso provocaria a necessidade do oponente melhorar seu conjunto no próximo combate¹¹⁹.

116 Para a batalha de Adrianópolis, as fontes principais (Amiano Marcelino, XXXI, 11-16 e Zóximo, IV, 20-24) estão publicadas em JONES, A. H. M. *The Later Roman Empire 284-602*. Oxford: Norman, OK, 1964, 4 vol.

117 FERRIL, Arthur. *A queda do Império Romano — A explicação militar*. *Ibid.*, p. 41-42.

118 “Os principais traços culturais atribuídos aos indo-europeus primitivos por meio da comparação lingüística eram os seguintes: 1-) economia predominantemente pastoril, incluindo o cavalo (...); 2-) uso do cobre e/ou bronze; 3-) sociedade patriarcal (...) presença de três grupos funcionais (sacerdotes, guerreiros, produtores); 4-) ausência de cidades; 5-) cerâmica crua, sem pintura (...); 6-) religião compreendendo um deus do céu e/ou do Sol, um deus do trovão, sacrifícios com cavalos (...)” — CARDOSO, Ciro Flamarion. *Sete Olhares sobre a Antiguidade*. Brasília: Editora UnB, 1994, p. 36.

Sem recorrermos integralmente à tese “gradualista”, lembramos que os sucessivos recontros entre os germânicos neste período — e mesmo contra os romanos — trouxeram provavelmente novas e melhores maneiras de empregar tanto o material humano quanto as armas disponíveis. O soldado visigodo combatia sem couraça, protegido apenas pelo escudo, muitas vezes usando equipamentos pilhados de soldados romanos mortos¹²⁰. Numa perspectiva cultural, as táticas e ardis empregados pelos “bárbaros” na guerra eram o espelho de sua visão de mundo, a prevalência do fato social sobre o técnico¹²¹.

De modo geral, a maior parte destes povos “invasores” dos séculos IV — V provinham de culturas em que o cavalo desempenhava papel fundamental. Um provérbio da época dizia, a respeito dos hunos, que “a terra deles é o lombo de um cavalo”. Os godos acreditavam que bruxas de Cítia tinham copulado no deserto com espíritos infernais e que os hunos eram a prole dessa conjunção¹²². A superioridade militar da cavalaria germânica sobre a romana foi o fiel da balança¹²³; na Europa ocidental, a falência do Império Romano já desestruturara o exército como força regular permanente.

Por outro lado, é interessante observar que estas tribos “invasoras” raramente ultrapassaram 16% da população autóctone¹²⁴. Mas os números não são precisos. No caso dos visigodos, as estimativas variam entre 40.000 e 1 milhão de pessoas¹²⁵. Isto realça ainda mais o impacto social causado pelas vagas germânicas.

119 OMAN, Charles. *A History of the Art of War in the Middle Ages*. London: Methuen, 1924, vol. I, p. 27. O autor afirma que a batalha de Adrianópolis possui um alto valor representativo: a sobreposição da cavalaria (goda) sobre a infantaria (romana).

120 FERRIL, Arthur. *A queda do Império Romano — A explicação militar*. *Ibid.*, p. 125.

121 ANCONA, Clemente. Verbete “Armas”. In: ROMANO, Ruggiero (dir.). *Enciclopédia Einaudi*. 14. *Estado — Guerra*. *Ibid.*, p. 347.

122 GIBBON, Edward. *Declínio e queda do Império Romano — edição abreviada*. São Paulo Companhia das Letras/Círculo do Livro, 1989, p. 368.

123 LE GOFF, Jacques. *A Civilização do Ocidente Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, vol. I, 1983, p. 36.

124 BANNIARD, Michel. *A Alta Idade Média Ocidental*. Lisboa: Publicações Europa-América, s/d, p. 17.

Os conquistadores germânicos, contudo, eram homens de guerra. Todo homem livre era convocado, nos meses de verão, a empreender pilhagens em expedições organizadas por seu grupo social. Com estas sociedades, a guerra passou a ser sazonal, mas em contrapartida expandiu seu raio de ação com o uso do cavalo: tornou-se então o grande problema para os camponeses, indefesos diante dos ataques¹²⁶. A sazonalidade influenciou as relações sociais, pois os senhores da guerra arrogaram-se o dever de manter a lei e a ordem, deram-se o direito de mandar e punir. A nova ordem estabelecida ficou conhecida como *bannum* (em francês, *ban*)¹²⁷.

Na França, o sistema da fiscalidade banal foi criado na primeira metade do século IX, como uma forma de “manifestação de reconhecimento dos protegidos”¹²⁸. Assim, os trabalhadores rurais sujeitaram-se a um senhor que os protegeria das intempéries da guerra. Em troca, no âmbito das relações militares, forneceriam alimentos às tropas particulares dos senhores¹²⁹.

Como vemos, as sociedades que nasceram da falência do Império Romano tinham na base de suas estruturas uma mentalidade militar, que perpassava as relações tanto entre

125 “Dahn calcula que os Visigodos admitidos no Império por Valente contariam cerca de 1 milhão de habitantes; baseando-se em Eutrópio, com base nos números fornecidos sobre a batalha de Andrinopla, L. Schmidt admite cerca de 8.000 guerreiros e 40.000 almas ao todo.” — PIRENNE, Henri. *Maomé e Carlos Magno. Ibid.*, p. 33.

126 DUBY, Georges. *Guerreiros e Camponeses — os primórdios do crescimento económico europeu (séc. VII-XII)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 57.

127 “Na sua origem, o *ban* representa o poder de comando do chefe militar: é o caso das sociedades germânicas da época das Invasões. As monarquias bárbaras vão herdar este conceito e torná-lo o fundamento da autoridade real: o *ban* torna-se o poder (pessoalmente detido pelo soberano) de impor e punir. Com Carlos Magno (...) qualquer infração à ordem pública (...) qualquer delito, mesmo venial, podem ser punidos (...) A forma normal de sanção (...) é uma pesada multa de sessenta soldos (chamada mesmo *bannum dominicum*)...” — BONNASSIE, Pierre. *Dicionário de História Medieval*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1985, p. 37.

128 DUBY, Georges. *Economia rural e vida no campo no ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, volume II, 1988, p. 79.

129 DUBY, Georges. *Guerreiros e Camponeses — os primórdios do crescimento económico europeu (séc. VII-XII)*. *Ibid.*

indivíduos como entre grupos. A pressão das hostes germânicas sobre o Império fez surgir um novo tipo de homem, com filosofia guerreira distinta. Antes, a força militar era o expediente de governos sedentários, que a utilizava como recurso tanto coercitivo como defensivo — caso da instalação do *limes* do Império Romano.

A partir do século IV, os povos montados realizaram uma verdadeira “revolução da cavalaria”¹³⁰. A amplitude de seus movimentos num raio de ação antes desconhecido (talvez apenas com Alexandre, o *Grande*), a mentalidade do *butim pelo butim*, o prazer da luta, tudo somado trouxe nova perspectiva à guerra, agora uma “coisa em si mesma”¹³¹. E, para mensurar o vendaval “bárbaro” na Península, devemos seguir sua trilha militar, passando pelas experiências visigoda e muçulmana, até chegarmos a seu ápice, com a cavalaria cristã das ordens militares.

Em 409, o esfacelamento militar e administrativo do Império Romano levou à Península alanos, suevos, vândalos asdingos e silingos. A partir de 332 a Espanha romana sofreu uma fragmentação administrativa, passando a ter cinco províncias: Bética (capital *Hispalis* — Sevilha), Tarraconense (capital Tarragona), Lusitânia (capital *Emerita Augusta* — Mérida), Galécia (capital Astorga ou *Bracara* — Braga) e a Cartaginense (capital Cartagena). Até a invasão de 409, gozava de relativa paz interna¹³².

Os “bárbaros” devastaram muitas cidades, até que, em 411, foi assinado um tratado (*foedus*) entre o Império e os “invasores”. Este sistema colocava os germânicos numa condição superior: povos aliados (*foederati*) de Roma, sujeitos a tributo e serviço militar¹³³. Os alanos — nômades indo-europeus do grupo dos sármatas —, provavelmente os mais nu-

130 KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*. *Ibid.*, p. 206.

131 *Id. Ibid.*

132 LOT, Ferdinand. *O fim do mundo Antigo e o princípio da Idade Média*. Lisboa: Edições 70, 1985, p. 251.

133 MELEIRO, Maria Lucília F. *A mitologia dos povos germânicos*. *Ibid.*, p. 23.

merosos, instalaram-se na Lusitânia e em Cartaginense (as duas principais tribos sármatas eram os Ossetas, no Cáucaso, e os Alanos, da estepe aralo-cáspia)¹³⁴; suevos e vândalos asdingos, na Galécia; vândalos silingos, na Bética. A chegada desses “bárbaros” coincidiu com uma grande epidemia de peste na Península, que deflagrou uma crise social só amainada século e meio mais tarde, com o predomínio visigodo sobre as outras culturas “bárbaras”¹³⁵.

Esta “sedentarização” territorial não abrandou o ímpeto da cultura guerreira germânica. Novas lutas entre alanos e vândalos silingos na primavera de 416 obrigaram o imperador romano Honório (395 — 423 d.C.) a pedir auxílio aos visigodos, na qualidade de confederados. Estes encontravam-se então na Gália Narbonense (terras férteis no sudoeste da Gália), o primeiro domínio “bárbaro” constituído nos domínios imperiais.

Os visigodos comprometiam-se a integrar o Império do Ocidente como soldados regulares com um objetivo bastante claro: eliminar os grupos “bárbaros” de suevos, vândalos e alanos. Honório apenas se comprometia a entregar provisões para cerca de 15.000 guerreiros durante a campanha¹³⁶. Teoricamente, as hostes visigodas atuariam sob o comando dos generais romanos estacionados na *Hispania*. Isto significa que neste primeiro momento, os visigodos agiram em defesa dos grupos dirigentes hispano-romanos¹³⁷.

1. 3. A cultura guerreira visigoda

Não esmiuçaremos estes séculos de guerras sem fim, nem os domínios “bárbaros” dos visigodos, alanos e suevos. Para que possamos expressar o sentimento de angústia das

134 ROUCHE, Michel. *Os Impérios Universais — Séculos II a IV*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1980, p. 168.

135 RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 24.

136 MORENO, Luis A. García. *Historia de España Visigoda*. Madrid: Ediciones Catedra, S. A., 1989, p. 37.

137 *Ibid.*, p. 49.

populações hispano-romanas em relação às invasões bárbaras, basta-nos as palavras de Oriêncio, poeta e bispo romano do século V:

*"Vejam como a morte cai rapidamente sobre o mundo e quantos povos foram atingidos pela violência da guerra. Alguns servem de comida aos cachorros; outros foram mortos pelas chamas que consumiram suas casas. Nas vilas e nas fazendas, nos campos e nas estradas, por toda a parte morte, dor, destruição, fogo e lamentação."*¹³⁸

Para este período, que dividiremos cronologicamente até a invasão muçulmana de 711, interessa-nos tratar sobretudo da cultura guerreira visigoda, fundamental à compreensão das estruturas militares feudais dos séculos subseqüentes. Isso embora o reino suevo tenha se estabelecido geograficamente na antiga região administrativa romana de *Bracara*, além de *Lucus* (centro e norte do futuro reino de Portugal). Como afirma Oliveira Marques, "Sólo se debe subrayar la organización eclesiástica de los suevos como único elemento de real interés para el futuro Portugal"¹³⁹

Assim, basta-nos dizer que os visigodos ocuparam a Península, aniquilaram vândalos silingos e alanos (cerca de 416 — 417) e protegeram suevos contra vândalos asdingos (419)¹⁴⁰. Em meados do século VI, com o tratado de paz imposto ao rei suevo Miro (576) e a conseqüente anexação do reino suevo, já eram senhores da maior parte da *Hispania*. Assim substituíram gradativamente a autoridade imperial ro-

138 *Apud*. CÜPPERS, Heinz e GÖFFART, Walter. "O declínio de Roma" In: WOODHEAD, Henry (dir.). *História em Revista — Impérios sitiados (200-600)*. Rio de Janeiro: Time-Life e Abril Livros, 1991, p. 35.

139 MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983, vol. I, p. 42. Como estamos desenvolvendo uma análise das estruturas militares que influenciarão os séculos seguintes, não é necessário um estudo aprofundado da monarquia sueva.

140 Para uma análise detalhada das estruturas sociais do período, ver MATTEOSO, José. "A Época Sueva e Visigótica". In: MATTEOSO, José (dir.). *História de Portugal — Volume I — Antes de Portugal*. *Ibid.*, p. 305-321.

mana¹⁴¹. Convém sublinhar que a invasão bárbara do século V foi a prova cabal do solapamento da organização militar do Império Romano.

A partir daí aconteceu uma gradativa apropriação das funções civis por parte dos guerreiros visigodos, ao contrário do que ocorria antes, quando o exército romano obedecia a autoridades civis¹⁴². Esta inversão, resultante da concepção germânica de poder como atributo uno e indivisível, foi uma das vigas do edifício medieval que aos poucos foi sendo construído. Os novos proprietários rurais germano-ibéricos receberam terras do Império a partir do tratado de 411, e passaram a ser também responsáveis pelo recrutamento de tropas, compostas quase exclusivamente por seus próprios servos. Tais “exércitos provinciais” eram colocados sob a autoridade do *dux exercitus provinciae*, que ainda podia exigir dos proprietários rurais o envio de tropas servis¹⁴³.

A fragmentação do poder militar foi iniciativa dos próprios reis visigodos. Por exemplo: em 673 Wamba (672 — 680) acuou com severas leis os senhores que não fizessem o recrutamento regional¹⁴⁴. Por outro lado, já vemos aqui um sinal de decadência do costume germânico de responder às armas quando da ameaça de guerra. De qualquer modo, toda a organização política visigoda baseava-se num sistema de seleção militar¹⁴⁵. Era, definitivamente, um mundo novo. E a mentalidade guerreira, o seu alicerce maior.

Essa mentalidade bélica hierarquizava a aristocracia visigoda. As populações peninsulares (hispano-romanos, suevos) já realizavam casamentos mistos desde o final do século VI. Leovigildo (569-586) autorizou o casamento entre

141 BANNIARD, Michel. *A Alta Idade Média Ocidental*. Lisboa: Publicações Europa-América, s/d, p. 20.

142 MATTOSO, José. “A Época Sueva e Visigótica” *Ibid.*, p. 337

143 RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da Península Ibérica*. *Ibid.*, p. 54.

144 MATTOSO, José. “A Época Sueva e Visigótica” *Ibid.*, p. 337.

145 SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar — Compêndio de História Militar e Naval de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991, p. XXIV

hispano-romanos e visigodos, introduzindo assim o parentesco romano¹⁴⁶. No entanto, era privilégio visigodo pertencer à cavalaria (nas fileiras do exército regular admitiam a presença de gentios)¹⁴⁷.

Com a conversão do rei Recaredo ao catolicismo, em 587 — os visigodos eram cristãos arianos¹⁴⁸ —, concluiu-se a unificação da *Hispania* sob o poder visigodo. Isto porque (como arianos) os visigodos constituíam uma minoria religiosa na Península, pois a maioria da população nativa continuava em tese sendo católica. Também surgiram várias revoltas de clãs aristocráticos arianos desalojados. Com a conversão e a fusão da aristocracia visigoda com a nobreza hispano-romana, constituiu-se um reino unificado religiosamente, abarcando toda a Península Ibérica até a província da Septimânia¹⁴⁹.

Não possuímos informações da consistência da conversão da aristocracia ao catolicismo, ou de sua influência sobre o restante da população, mas deve ter sido um longo processo. Mesmo nos séculos seguintes encontramos fortes vestígios pagãos na cultura popular. Dessa forma, é lícito supor que nos séculos V — VI a mitologia germânica pagã ainda estivesse bastante forte na maior parte da população aristocrática visigoda. Podemos ainda afirmar que o eixo guerreiro que norteava sua sociedade tinha sólida base mitológica. Seu principal deus, Odin (Wotan ou Woden) possuía, dentre outros atributos, o dom da estratégia militar. Em seu panteão, era acompanhado por um corpo de campeões guerreiros (*einherjar*), espécie de milícia combatente defensora dos

146 PIRENNE, Henri. *Maomé e Carlos Magno. Ibid.*, p. 45-46.

147 MELEIRO, Maria Lucília F. *A mitologia dos povos germânicos. Ibid.*, p. 29.

148 "Crença herética que surgiu na Igreja primitiva em virtude dos ensinamentos do sacerdote alexandrino Ario (256-336). Em face da dificuldade teológica de combinar a divindade de Cristo com a unidade de Deus na Trindade, Ario propôs a noção segundo a qual o Filho não era co-eterno com o Pai (nem da mesma substância)." — LOYN, H. R. (org.). *Dicionário da Idade Média. Ibid.*, p. 26. Muitas tribos germânicas foram convertidas por missionários liderados por Wulfila (bispo ariano), entre elas os visigodos.

149 WATT, W. Montgomery. *Historia de la España islámica*. Madrid: Alianza Editorial, 1995, p. 16.

deuses. Além disso, Odin guiava seus escolhidos mortais nas guerras, aconselhando-os em táticas militares¹⁵⁰

O poder do chefe do clã (*Sippe*) visigodo apoiava-se numa estrutura social guerreira. Possuía um grupo de homens armados ligados por laços de fidelidade pessoal (*Gefolge*). Este poder tinha caráter sagrado — o que lhe conferia uma aura sacerdotal¹⁵¹. Isto ficava bastante claro no início de cada campanha militar, em que acontecia um ritual litúrgico envolvendo a figura do rei¹⁵². Abaixo do chefe do clã, um *princeps* (um antigo conceito cívico-jurídico romano, que significava o “mais destacado cidadão”), que possuía domínios fundiários e geralmente uma praça-forte. Ligado a ele, um séquito de homens não-livres também unidos por uma relação de fidelidade¹⁵³. Neste último caso, os habitantes dependiam do *princeps* para obter proteção e auxílio. Outros nobres ocupavam altos cargos palatinos¹⁵⁴

Nestes estratos aristocratas, o dever militar traduzia-se em servir a cavalo. Esta nova autoridade política visigoda, portanto, era também imbuída de um “caráter” guerreiro. O costume bélico germânico traduzia-se em sua estrutura social: sinais de prestígio para os guerreiros eram “jóias, tecidos de luxo, armas e cavalos”, principalmente se os adquirissem através da guerra¹⁵⁵. Ocorreu também neste período a intensificação do processo de ruralização da sociedade peninsular¹⁵⁶. A administração territorial visigoda baseou-se na romana. Os poderes eclesiásticos e civis dividiram a região em

150 MELEIRO, Maria Lucília F. *A mitologia dos povos germânicos*. *Ibid.*, p. 77

151 MATTOSO, José. “A Época Sueva e Visigótica” *Ibid.*, p. 346.

152 RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da Península Ibérica*. *Ibid.*, p. 54.

153 MORENO, Luis A. Garcia. *Historia de España Visigoda*. *Ibid.*, p. 301

154 RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da Península Ibérica*. *Ibid.*, p. 58.

155 MATTOSO, José. “A Época Sueva e Visigótica” *Ibid.*, p. 350.

156 “Os guerreiros e sacerdotes sabem que precisam do trabalho dos agricultores para poder subsistir. Por isso **protegem-nos com seus homens** (o grifo é meu) () Os guerreiros gostam, efectivamente, de possuir vários ou mesmo muitos domínios, espalhados por regiões vastas, e de os visitar sucessivamente... — MATTOSO, José. “A Época Sueva e Visigótica” *Ibid.*, p. 350-351.

seis províncias: Bética, Cartaginense, Lusitânia, Galécia, Tarraconense e Septimânia. Cada província era governada conjuntamente por um *rector provinciae* (*iudex*) e um bispo metropolitano¹⁵⁷

Os visigodos aproveitaram fossos e paliçadas existentes desde o período romano, e raramente construíram torres ou fortalezas. Seu sistema defensivo, desenvolvido principalmente por Leovigildo, aproveitou a linha de praças-fortes existentes (*castra* ou *castella*) que eram ligadas a uma segunda linha de cidades fortificadas na retaguarda. Estas povoações contavam ainda com oficinas de cunhagem de moedas, algumas móveis, destinadas a manter o exército visigodo¹⁵⁸. Embora fossem um dos mais romanizados dentre os “bárbaros”, os visigodos conservaram sua condição de sociedade guerreira, estruturada para a força militar como valor essencial.

A organização militar deste grupo guerreiro apoiava-se numa base decimal — herança romana. Os corpos de 100 e 500 homens eram comandados por chefes (quingentários e centenários) recrutados regionalmente¹⁵⁹. Seu armamento também era semelhante ao dos romanos. Sobressaía-se a espada, larga, com dois gumes e de folha comprida¹⁶⁰. Com estas informações, podemos falar de uma mescla de elementos da tradição militar romana (o *gládio* — espada curta com dois gumes) com a germânica, principalmente com base na progressiva importância que os regimentos de germanos federados passaram a ter no exército imperial romano¹⁶¹.

O adiantado processo de romanização dos visigodos provavelmente trouxe consigo a incorporação de alguns elementos táticos de guerra, embora não tenhamos maiores informações sobre isso. No entanto, como veremos adiante, a

157 RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da Península Ibérica*. *Ibid.*, p. 53.

158 *Id. Ibid.*

159 SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar — Compêndio de História Militar e Naval de Portugal*. *Ibid.*, p. XXV.

160 *Id. Ibid.*

161 MORENO, Luis A. Garcia. *Historia de España Visigoda*. *Ibid.*, p. 314

rápida e vitoriosa invasão muçulmana nos leva a crer ou numa estagnação das táticas guerreiras dos visigodos, ou num declínio de seu reino às vésperas da chegada árabe¹⁶². Os muçulmanos foram também favorecidos por lutas pelo poder entre facções nobiliárquicas visigodas — vários nobres bandearam-se para o lado do invasor — além do auxílio das comunidades judaicas, fortemente perseguidas desde o fim do século VII¹⁶³.

1. 4. *O anti-semitismo visigodo*¹⁶⁴

Em 587, após a conversão dos visigodos ao catolicismo, o rei tornou-se “defensor da verdadeira fé”. Os concílios toledanos sacralizaram o anti-semitismo como prática e dever do soberano. Por exemplo, em 638 o juramento real foi completado com a promessa de velar pela fé católica contra os judeus¹⁶⁵; no VIII Concílio (653), “o rei era protetor da fé católica e devia defendê-la da perfídia dos judeus”; e no XII (681), o *tomus regius* tinha como finalidade “extirpar a peste judaica constantemente a renascer”

Durante todo o século VII os judeus foram perseguidos, e suas propriedades confiscadas. Proibidos de comercializar, algumas vezes foram “arrastados à pia batismal”¹⁶⁶. Estas medidas repressivas culminaram com a conversão forçada ou a emigração, levada a cabo pelo rei Sisebuto (612 — 621).

162 “Outro fator ajudou muito os árabes, que nos últimos anos da vida de Maomé partiram para ampliar as fronteiras do islã: os reinos sobre os quais sua força se abateu estavam em declínio.” — KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*. *Ibid.*, p. 211.

163 RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da Península Ibérica*. *Ibid.*, p. 13-14.

164 Entendemos o ódio religioso e/ou cultural anti-judaico como **uma das manifestações do moderno anti-semitismo**. Portanto, embora os conceitos de **anti-semita** e **anti-semitismo** só tenham surgido no vocabulário ocidental em meados do século XIX, acreditamos ser possível a sua utilização conceitual em períodos históricos anteriores, desde que devidamente definidos. Para uma posição diametralmente oposta, ver ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 17-22.

165 MORENO, Luis A. Garcia. *Historia de España Visigoda*. *Ibid.*, p. 322.

166 JOHNSON, Paul. *História dos judeus*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1989, p. 179.

Concílios celebrados durante a monarquia visigoda¹⁶⁷

<i>Reinado</i>	<i>Ano</i>	<i>Local</i>
Recaredo	589	III de Toledo
Recaredo	597	Toledo (s/n.º)
Gundemaro	610	Toledo (s/n.º)
Sisenando	633	IV de Toledo
Chintila	636	V de Toledo
Chintila	638	VI de Toledo
Chindasvinto	646	VII de Toledo
Recesvinto	653	VIII de Toledo
Recesvinto	655	IX de Toledo
Recesvinto	656	X de Toledo
Ervígio	681	XII de Toledo
Ervígio	683	XIII de Toledo
Ervígio	684	XIV de Toledo
Egica	688	XV de Toledo
Egica	691	III de Saragoça
Egica	693	XVI de Toledo
Egica	694	XVII de Toledo
Egica e Witiza	698 a 702	XVIII de Toledo

A crescente animosidade da realeza visigoda contra as comunidades judaicas da Península pode ser explicada de duas maneiras. De um lado, os judeus representavam resquícios de um poder financeiro que controlava, quase exclusivamente, o que restava do comércio mediterrâneo após a fragmentação do Império Romano do Ocidente¹⁶⁸. Isto afetou ainda mais a já atrofiada rede comercial e de produção — não se deve perder de vista a perspectiva do momento histórico da Península dos séculos V — VIII, que é o de um lento declínio desse “prolongamento do mundo antigo”¹⁶⁹

167 *Apud.* ALMEIDA, Fortunato de. *História da Igreja em Portugal*. Porto: Portucalense Editora S. A. R. L., 1967, volume I, p. 40.

168 MATTOSO, José. “A Época Sueva e Visigótica” *Ibid.*, p. 318

169 *Ibid.*, p. 323.

Por outro lado, podemos afirmar que o anti-semitismo visigodo se insere num lento processo: o da criação de mecanismos culturais identificatórios contra o “outro”. Os visigodos, desde o século V, se colocaram claramente dentre as tribos germânicas da Península com um claro projeto de unificação cultural. Isto se acentuou ainda mais após a conversão ao cristianismo — como se sabe, a Igreja foi praticamente a única instituição a passar, incólume, pela transição do mundo antigo para o feudal, numa continuidade essencial¹⁷⁰

Apesar disso, convém ressaltar o papel do bispo Santo Isidoro de Sevilha (c. 560 — 636), que, embora tenha composto um libelo intitulado *Contra Judaeos*¹⁷¹, se opunha ao uso da brutalidade para se obter a conversão da população judaica¹⁷². É sabido que, com a vitória árabe-berbere de 711, as comunidades judaicas na Península prosperaram. Médicos, comerciantes, mercadores e eruditos do norte da África e Oriente Médio emigraram. Foram denominados *sefaradim*, ou sefaraditas, da tribo real de Judá¹⁷³. O termo *sefaradim* vem de *Safarad*, suposta região da Ásia Menor para onde Nabucodonosor deportou uma comunidade judaica em 597 a.C., e se encontra no Antigo Testamento: “O novo Israel (...) e os exilados de Jerusalém, que estão em Safarad, tomarão posse das cidades do Negueb (Abdias, 1, 20)”¹⁷⁴

A construção desta imagem estereotipada dos judeus que a cultura européia cristã e ocidental forjou percorre uma

170 “Ela foi, realmente, o principal e frágil aqüeduto sobre o qual passaram agora as reservas culturais do Mundo Clássico ao novo universo da Europa feudal... — ANDERSON, Perry. *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, p. 126.

171 PIRENNE, Henri. *Muomé e Carlos Magno*. *Ibid.*, p. 75.

172 “Qui (Sisebutus) initio regni judaeos ad fidem christianam permovens, aemulationem quidem habuit sed non secundum scientiam: potestate enim compulit, quos provocare fidei ratione oportuit. Sed sicut scriptum est, sive per occasionem, sive per veritatem, Christus annuntiatur, in hoc gaudeo et gaudebo. S. Isidoro. “Hist. Goth.” na Espanha Sagrada, t. VI, pág. 502” — *apud*. ALMEIDA, Fortunato de. *História da Igreja em Portugal*. Porto: Portucalense Editora S. A. R. L., 1967, volume I, p. 58.

173 GOLDBERG, David J. e RAYNER, John D. *Os Judeus e o Judaísmo — História e Religião*. Rio de Janeiro: Xenon Editora, 1989, p. 116.

174 *A Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Edições Paulinas, 1991, p. 1764.

trajetória de longuíssima duração. Encontramos na documentação portuguesa do século XIV ecos mentais do anti-semitismo visigodo: a imagem deturpada que a nobreza medieval portuguesa quatrocentista tinha dos judeus se apoiava nas antigas perseguições que a aristocracia visigoda realizou nos séculos VI — VII.

Por exemplo, a *Crónica Geral de Espanha de 1344* relata um milagre acontecido após uma profanação, durante o reinado de Atanagildo (564 — 567). Um judeu entrou numa igreja e feriu um pequeno crucifixo com um dardo, roubando-o depois para queimá-lo. Chegando a casa, viu que o mesmo sangrara. Os cristãos, após darem por falta da relíquia, seguiram o rastro de sangue deixado no caminho. Prenderam o judeu e apedrejaram-no. O cronista explica o milagre da cruz e a má-fé do povo judeu:

"Mas nos nom posemosaquy a estorya senò por que tange e devaçon aos cristãos e en grande confuson aos perfiosos judeus; ca Deus nò fez aquelle myllagre por o madeyro que era pregado en aquella cruz mas fezeo por responder aa devaçon dequelles e de todollos outros verdadeyros cristãos que adorà e cree aquelle verdadeiro crucifixo Jhesu Cristo (...) e por demostrar a maliciosa entençon sangoenta dos fedorentos judeus, que brasfemã en todo tempo e hora o sancto nome de Jhesu (os grifos são meus)." 175

Esta imagem do judeu ibérico do período visigodo, portanto, foi utilizada com propósitos bem definidos pela mentalidade de cruzada do século XIV: ele era o "outro" inimigo da fé cristã, blasfemador. Sua comunidade simbolizava um cancro dentro do próprio seio do povo de Deus, que precisava ser extirpado. Na construção da mentalidade cruzadística, "o judeu" foi um importante referencial de distinção. O outro foi "o muçulmano"

175 *Crónica Geral de Espanha de 1344*. CINTRA, Luís Filipe Lindley (ed. crítica). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, vol. II, 1984, p. 190.

I. 5. *A invasão árabe: a motivação da fé*

A invasão muçulmana de 711 na Península foi antes de tudo uma conquista militar¹⁷⁶. Não foi a primeira tentativa árabe: em 675 atacaram a península pelo mar, mas foram repelidos pela frota visigoda¹⁷⁷. Por outro lado, árabes e berberes deram vazão a desejos das populações desprezadas e esmagadas pela aristocracia visigoda, com as quais mantinham regularmente relações comerciais¹⁷⁸. Além disso, contaram também com o próprio enfraquecimento da monarquia, envolvida em querelas pela sucessão.

Com a morte do rei visigodo Witiza (709), Roderico foi eleito rei pela Assembléia (709 — 711) e consolidou sua posição numa breve guerra civil contra os filhos de Witiza — em 633 o IV Concílio de Toledo institucionalizou a eleição real por uma assembléia constituída pelos bispos do reino e a alta nobreza laica, num projeto de regulamentação da sucessão real levado a cabo por Isidoro de Sevilha¹⁷⁹.

Os filhos de Witiza então pediram ajuda a Julian, dignatário visigodo, senhor de Ceuta e de Tânger. Julian, por sua vez, solicitou auxílio ao chefe berbere Musa ibn Nusair, que decidiu enviar um exército berbere comandado por um escravo persa liberto, de nome Tariq ben Ziyad. Trezentos anos de ausência de fontes criaram o grande mito da vitória muçulmana. O cronista muçulmano-cordovês Rasis (século X), compilador da obra *Ajbar Machmua*, afirma que Tariq lutava com 12.000 homens, contra um inimigo muito maior (100.000 cristãos):

“...Musa nombró a un liberto suyo, jefe de la vanguardia, llamado Tariq ben Ziyad, persa de

176 As fontes muçulmanas (e cristãs) para a Península Ibérica foram reunidas e organizadas por SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio. *La España Musulmana. Según los autores islámicos y cristianos medievales*. Madrid: Espasa-Calpe, S. A., 1986.

177 PIRENNE, Henri. *Maomé e Carlos Magno*. *Ibid.*, p. 137.

178 MIQUEL, André. *O Islame e sua civilização — séculos VII-XX*. Lisboa: Edições Cosmos, 1971, p. 71.

179 “...lo que sería posteriormente confirmado en el V (636). — MORENO, Luis A. Garcia. *Historia de España Visigoda*, *Ibid.*, p. 323.

Hamadan (...) para que fuese a España con 7.000 musulmes, en su mayor parte berberiscos y libertos (...). Al saber el rey de España la nueva correría de Tariq, consideró el asunto como cosa grave (...) habiendo reunido contra éste un ejército de cien mil hombres o cosa semejante, según se cuenta (...) Musa (...) le mandó 5.000 hombres, de suerte que el ejército acaudillado por Tariq llegó a 12.000."¹⁸⁰

Tariq teria sido auxiliado por Julian, que contava com a ajuda de habitantes locais — os quais indicavam aos invasores os pontos militarmente indefesos, como afirma o *Ajbar Machmua*:

*"...(Tariq) Había ya cautivado muchos e importantes personajes, y con ellos estaba Julián, acompañado de bastante gente del país, la cual les indicaba los puntos indefesos y servía para el espionaje."*¹⁸¹

Historiadores medievais cristãos (Lucas de Tuy) e mesmo árabes (Ibn Haiyan) afirmaram posteriormente que os judeus auxiliaram os "invasores" a conquistar a Península¹⁸². Mesmo o *Ajbar Machmua* conta que, após conquistar Córdoba, Mugaith al-Rumi, um dos comandantes do exército de Tariq — e como ele também um liberto —, entregou a guarda da cidade à comunidade judaica, "distribuyó en ella a sus soldados, y se aposentó él en el palacio"¹⁸³

Verdade ou não, o fato é que as comunidades judaicas peninsulares prosperaram enormemente após a conquista muçulmana. Por exemplo, no século XI, as elites judaicas de Sevilha e Granada participaram ativamente da administração

180 "Ajbar Machmua" *Apud.* SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio. *La España Musulmana. Según los autores islamitas y cristianos medievales. Ibid.*, vol. I, p. 48.

181 *Ibid.*

182 POLIAKOV, Léon. *De Maomé aos Marranos — História do Anti-semitismo II*. São Paulo: Perspectiva, 1984, p. 15 e 73-75. e KATZ, S. *The Jews in the Visigothic and Frankish Kingdoms of Spain and Gaul*. Cambridge, 1937, p. 58 e

183 "Ajbar Machmua" *Apud.* SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio. *La España Musulmana. Según los autores islamitas y cristianos medievales. Ibid.*, p. 52.

muçulmana. Comunidade de literatos — provavelmente a mais culta de toda a Península — seu cosmopolitismo foi bastante útil na política fiscal (cobradores de impostos) diplomática (embaixadores), etc. Muitos historiadores judeus consideram este período como uma “época áurea”¹⁸⁴



A batalha decisiva na invasão muçulmana de 711, chamada Guadalete, deu-se às margens do rio Barbate (segundo o cronista, “en un lugar llamado el Lago”), e as forças muçulmanas obtiveram fulminante vitória (“...y los musulimes hicieron una gran matanza en los enemigos”¹⁸⁵). Estes povos berberes e islamizados do norte da África trouxeram novas formas de fazer a guerra, importantes na rápida e fulminante expansão do Islã. As tropas muçulmanas eram mais disciplinadas e habituadas às dificuldades, devido a sua cultura do deserto — que obrigava os povos a um racionamento para sobreviverem a condições climáticas adversas¹⁸⁶.

A rápida vitória é explicada de diversas formas: o efeito surpresa, a “fogosidade desordenada” e o gênio dos capitães árabes¹⁸⁷, que recompensavam os comandados com grande parte dos despojos, inclusive mulheres. Por exemplo, no cerco de Êmesa — antiga fortificação romana na Síria (província imperial) perdida pelo Império Bizantino para os árabes após 641¹⁸⁸ — um jovem chefe árabe incendiou o ardor de suas tropas descrevendo a beleza das jovens sírias¹⁸⁹.

184 REILLY, Bernard. *Cristãos e Muçulmanos — A luta pela Península Ibérica*. Lisboa: Editorial Teorema, s/d, p. 32-35. Para um estudo mais aprofundado, ver ASITTOR, Eliyahu. *The Jews of Moslem Spain*. Reed. Filadélfia, 1973-1979, 02 volumes, e BAER, Yitzhak. *Historia de los judios en la España cristiana*. Madrid: José Luis Lacave, 1981.

185 “Aljbar Machmua” *Apud*. SÁNCI IFEZ-ALIBORNOZ. Claudio. *La España Musulmana. Según los autores islamitas y cristianos medievales*. *Ibid.*, p. 49.

186 KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*. *Ibid.*, p. 209.

187 MIQUEL, André. *O Islame e sua civilização*. *Ibid.*, p. 71.

188 BARRACLOUGH, Geoffrey (ed.). *Atlas da História do Mundo*. São Paulo: Empresa Folha da Manhã S. A., 1995, pp. 88-89 e 112-113.

189 MUIR, Sir W. *The Caliphate*. London, 1891, p. 57.

Assim, cada vitória trazia o desejo de outra. Em cada praça conquistada, os exércitos eram acrescidos de mais convertidos, ansiosos de participarem do butim. Outra explicação pode ser dada para a rápida absorção das culturas conquistadas pelos árabes: para a maioria dos povos incorporados ao novo império militar, não fazia diferença obedecer a um governo grego, iraniano ou árabe¹⁹⁰ — com exceção dos visigodos, como vimos. As conquistas árabes, mais fulminantes que as romanas e mais estáveis que as mongólicas, varreram a Península Arábica, o norte da África até a Península Ibérica, num dos mais rápidos avanços da história militar.

As armas preferidas eram a lança comprida (apoiada firmemente à sela), espada, acha de dois gumes, e, naturalmente, arco e flecha. Tecnicamente, era um corpo de arqueiros a cavalo. O uso do estribo e do acicate — um tipo de espora de um só agulhão —, além de uma sela de arção mais elevado na parte posterior que era usada por tuaregues e berberes, reforçava a estabilidade do cavaleiro, permitindo-lhe aplicar golpes mais fortes e precisos.

O cavaleiro árabe também evitava proteções que lhe dificultassem a liberdade de movimentos. Optava por uma cota de malha curta, bacinete e um escudo de madeira revestido por uma pele, às vezes com folheado metálico de reforço¹⁹¹. Isto lhe dava grande mobilidade, mas em compensação o deixava praticamente desprotegido. Era necessária então uma estratégia diferente da dos exércitos regulares. Para isto, a nova “cavalaria ligeira” de nômades do deserto obrigou os cavaleiros a tornarem-se mais velozes — aliada a uma tática de incursões (*ghazwa*).

Além de terem o cuidado de escolher campos de batalha planos, favoráveis aos movimentos de sua cavalaria, os árabes foram favorecidos pela possibilidade de utilizar o de-

190 HOURANI, Albert. *Uma História dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 40.

191 TORRES, Cláudio. “O Garb-Al-Andaluz” In: MATOSCO, José (dir.) *História de Portugal — Volume I — Antes de Portugal*. *Ibid.*, p. 400.

serto como refúgio para recuos estratégicos — espaço desencorajador de possíveis perseguições. Contavam ainda com um tipo de cavalo ideal para solos áridos do Magreb, pequeno e robusto — e pouco numeroso¹⁹².

Também utilizavam camelos que, além de possuírem um organismo que necessitava de água menos do que o cavalo, forneciam transporte para distâncias maiores e mais dificultosas, como é o caso do noroeste africano, com suas cadeias de montanhas que chegam a 2.000 m de altitude (vindo da Tunísia, temos geograficamente como obstáculo natural a cadeia de montes Atlas — Saariano, Pequeno, Médio e Grande Atlas).

O camelo era essencial para sua estratégia: a marcha árabe de aproximação no alvo era feita sobre camelos, e só então os guerreiros transferiam-se para os cavalos que traziam. Este era um tipo de tática “primitiva”, de fustigação. Tal ardil foi vitorioso, num curto período de tempo. No entanto, a longo prazo os exércitos persas e bizantinos, regulares e disciplinados, levaram vantagem sobre esses cavaleiros nômades. O que pode explicar então o rápido sucesso árabe? Sem dúvida, a motivação da fé¹⁹³

192 ESPOSITO, John, AL-SAKKUT, Hamdi, SCANLAN, George, SOUCEK, Priscilla e STILLMAN, Yedida. “A saga do Profeta” In: WOODHEAD, Henry (dir.). *A marcha do Islã (600-800)*. São Paulo: Time-Life/Abril Livros, 1991, p. 40.

193 KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*. *Ibid.*, p. 214.

A MENTALIDADE DE CRUZADA NA PENÍNSULA IBÉRICA

II. 1. *A idéia de cruzada na cristandade ocidental*

A conciliação da religião cristã com a guerra foi um problema fundamental para os pensadores eclesiásticos durante a Idade Média. Compreender a construção deste novo sentido belicista do islamismo é fundamental para que se possa entender a mentalidade de cruzada presente na guerra contra o Islã, tanto na Terra Santa quanto na Península Ibérica.

A cristandade possuía diferenças de perspectiva nesta questão. Tradicionalmente, a Igreja ocidental era bem mais complacente em relação à guerra do que a bizantina¹⁹⁴. Por exemplo, Anna Comneno via a guerra como um ato indigno, vergonhoso¹⁹⁵. Em contrapartida, Santo Agostinho (354-430) admitia a interferência de Deus na duração e no desenlace das guerras. Estas eram um instrumento divino:

*“Também a duração das guerras, (que umas terminem mais cedo e outras mais tarde), está no seu arbítrio, no seu justo juízo e na sua misericórdia, conforme se propõe castigar ou consolar o gênero humano”*¹⁹⁶

194 Para a questão bizantina, ver RUNCIMAN, Steven. *A civilização bizantina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977, p. 87-107.

195 BUCKLER, G. *Anna Comnena*. Oxford, 1929, p. 97-99. *Apud*: RUNCIMAN, Steven. *Historia de las Cruzadas. I. La Primera Cruzada y la Fundación del Reino de Jerusalén*. Madrid: Alianza Editorial, 1983, vol. I, p. 92.

196 AGOSTINHO, Santo. *A Cidade de Deus*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, vol. I, Livro V, Cap. XXII, p. 537-538.

Em sua *Summa Theologica*, Santo Tomás de Aquino (1225-1274) também abordou a questão da guerra, desenvolvendo o conceito de guerra justa. Em quatro artigos (questão XL) — 1.º Se alguma guerra é justa, 2.º Se aos clérigos é lícito guerrear, 3.º Se os que guerream podem empregar insídias e 4.º Se é lícito guerrear nos dias festivos — Santo Tomás enfatizou três condições necessárias para a guerra justa:

1 - A autoridade do chefe

"Por onde, com o cuidado da república foi cometido aos chefes, a eles lhes pertence defender a coisa pública da cidade, do reino ou da província que lhe está submetida. Ora, eles a defendem materialmente com a espada..."

2 - A justa causa

"...a causa justa isto é, que os atacados mereçam sê-lo, por alguma culpa..."

3 - A intenção reta dos beligerantes

*"É necessário que seja reta a intenção dos beligerantes pelo que se entende ou promoverem o bem ou evitarem o mal..."*¹⁹⁷

Com sua análise da base teológica para a guerra justa, Santo Tomás de Aquino foi uma grande influência no pensamento ocidental¹⁹⁸.



Como o movimento pela paz de Deus iniciado no final do século X não dera resultado — os príncipes que mais defenderam a idéia não as respeitavam na prática — a Igreja

197 AQUINO, Tomás de. *Suma Teológica*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Livraria Sulina Editora, Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1980, volume V, p. 2.361-2362, questão XL.

198 GILSON, Etienne. *A Filosofia na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 652-672.

voltou-se para os infiéis. Por exemplo, Guilherme, o Conquistador, quando legislou para a Normandia em 1042, incluiu os dias que precedem a Ascensão e os oito dias do Pentecostes na Trégua de Deus. No entanto, a própria batalha de Hastings (1066) ocorreu num sábado¹⁹⁹

No caso da Península Ibérica, os muçulmanos eram uma realidade bastante próxima. Após o reinado de Abd al-Rahman III (912-961) e Muhammad ibn Abi 'Amir (978-1002) — chamado de Almançor pelos cristãos —, o califado omíada de Córdoba entrou em declínio. Almançor empreendeu, a partir de 980, uma série de campanhas devastadoras contra os reinos cristãos, aniquilando cidades inteiras (Barcelona em 985 e Santiago de Compostela em 997).

Após a morte do califa de Córdoba, Aláqueme II, Almançor exerceu o poder em nome de seu filho Hixeme II (976-1013), que tinha apenas onze anos. O *badjib* morreu em 1002, quando regressava de uma expedição contra os cristãos no norte. Com sua morte, “o reino preparava-se para se estilhaçar em partidos (*tâ'ifa*, pl. *tawâ'if*) andaluzes, esclavões ou berberes, núcleos de outros tantos principados²⁰⁰”.

A grande ofensiva cristã foi iniciada com Sancho III, o Grande, de Navarra (1000 — 1035), que soube tirar proveito deste momento.

a) Cluny

O maior apoio que Sancho III de Navarra poderia receber não veio das realezas peninsulares e sim de além-Pireneus. A abadia de Cluny, então sob a direção de Odilo (994-1048) e Hugo (1049-1109), voltou-se para a segurança dos peregrinos em direção a Compostela. Fundada em 910 por Guilherme, o Piedoso, duque da Aquitânia, a abadia de Cluny localizava-se na Borgonha francesa e foi colocada sob a proteção papal.

199 RUNCIMAN, Steven. *Historia de las Cruzadas*, p. 92.

200 MIQUEL, André. *O Islame e sua Civilização — séculos VII-XX*. Lisboa: Edições Cosmos, 1971, p. 179.

A Ordem de Cluny era composta de beneditinos reformados que, embora seguindo a Regra de São Bento, davam grande ênfase ao elemento litúrgico da vida monástica. Os cluniacenses tiveram forte influência na reforma moral da Igreja e, em menor escala, na declaração da monarquia papal por Gregório VII e na Questão das Investiduras²⁰¹

Durante e a partir do reinado de Sancho III, Cluny fortaleceu sua influência sobre a Igreja ibérica. Por esse motivo, Sancho III é considerado o primeiro europeizador da Espanha²⁰². A abadia borgonhesa teve papel preponderante na lenta formação de uma mentalidade de cruzada na Reconquista. Era o tempo da clunização de Castela e Leão, principalmente²⁰³. Por exemplo, Afonso VI (1065-1109), rei de Leão e Castela, entregou a Cluny uma substancial renda anual, que permitiu à abadia ampliar suas dependências — a chamada Cluny III²⁰⁴.

No caso de Portugal, embora não tenha efetivamente organizado expedições militares, a atuação cluniacense foi incisiva na construção de uma consciência de identidade social para a nobreza portugalense. Esta influência, que se insere no âmbito das atitudes mentais²⁰⁵, influenciou os protagonistas cruzados portugueses durante a fase final da Reconquista.

Mesmo antes de Urbano II (1088-1099), vários papas já haviam se pronunciado a favor do conceito de guerra santa²⁰⁶. Na Península, as vitórias muçulmanas fizeram da luta contra o infiel uma guerra santa, na concepção da Igreja, pelo menos desde o século XI. Por exemplo, a morte em

201 LOYN, H. R. (org.). *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990, p. 97.

202 URBEL, J. Pérez de. *Sancho el Mayor de Navarra*. Madrid: 1950.

203 IRADIEL, Paulino, MORETA, Salustiano e SARASA, Esteban. *Historia Medieval de la España Cristiana*. Madrid: CATEDRA, 1989, p. 134.

204 HERTZ, Carol. "Os construtores de Cluníaco (Cluny)" In: BERLIOZ, Jacques (apres.). *Monges e Religiosos na Idade Média*. Lisboa: Terramar, 1994, p. 133

205 MATTOSO, José. "Cluny, Crúzios e Cistercienses na formação de Portugal" In: *Portugal Medieval — novas interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, p. 107

206 RUNCIMAN, Steven. *Historia de las Cruzadas*, volume I, p. 92.

1063 do rei de Aragão, Ramiro I, assassinado por um muçulmano em Grados, motivou uma campanha cruzadística papal. Alexandre II (1061-1073) prometeu uma indulgência para todos os cristãos que combatessem pela cruz na Espanha. Guy-Godofredo, duque da Aquitânia e o conde Elbe de Roucy realizaram uma expedição a Aragão (1063-1065). Segundo Augustin Fliche, esta seria a primeira cruzada francesa²⁰⁷ Gregório VII (1073-1085) em mais de uma oportunidade incitou os cavaleiros e príncipes cristãos a atravessarem os Pireneus para combater os muçulmanos²⁰⁸

A exortação de Urbano II — não por acaso um monge de Cluny — no Concílio de Clermont (1095) para o que se chamou depois de Primeira Cruzada (1095 — 1099) deixou de maneira bastante clara os pontos básicos que definiam a cruzada segundo os padrões papais. Tratava-se de uma forma especial de se fazer a guerra, já que seus participantes receberiam privilégios outorgados pela Igreja. Quais? Em primeiro lugar, a indulgência, o perdão de seus pecados²⁰⁹ A seguir: liberação do vínculo de lealdade entre servo e vassalo; trégua entre todas as guerras entre cristãos; proteção episcopal às propriedades dos nobres durante sua ausência; privilégio aos cruzados de serem julgados por cortes eclesásticas; isenção de impostos e moratória para as dívidas (série de prescrições de Urbano II nos nove meses seguintes à Clermont, onde o papa pregou a cruzada).

Para a Península Ibérica, então dominada em sua maior parte pelos Almorávidas, Urbano II deu seu apoio cruzado. Afirmou aos peregrinos que desejavam seguir para a Palestina que ajudassem na reconstrução das cidades espanholas que se recuperavam dos ataques Almorávidas²¹⁰

No entanto, a idéia de cruzada só ganharia uma maior sistematização com Inocêncio III e o IV Concílio de Latrão

207 GROUSSET, R. *As cruzadas*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965, p. 21.

208 RUNCIMAN, Steven. *Historia de las Cruzadas*, vol. I, p. 98.

209 LEHMANN, Johannes. *Las cruzadas*, p. 32.

210 RUNCIMAN, Steven. *Historia de las Cruzadas*, vol. I, p. 98.

(1215), quando se deu a formação de um direito de cruzada. Antes disso, o que existia era uma ambigüidade terminológica. Só no final do século XII a palavra *crucesignati* começou a ser utilizada pelos cronistas contemporâneos; *bellum sacrum*, *passagium generale*, *expeditio crucis*, *peregrinatio*, eram expressões utilizadas nas bulas papais de cruzada do século XIII²¹¹. Assim, até o IV Concílio de Latrão encontramos um imbricamento entre a idéia de cruzada e a de peregrinação.

Já o cardeal e canonista do século XIII Henrique de Susa — conhecido como *Hostiensis* — dividiu as expedições cruzadas geograficamente: da Europa (*crux cismarina*) e do Oriente (*crux ultramarina*):

"Se isto parece correto que nós devemos promover a cruzada ultramarina [crux transmarina] a qual é pregada em ordem para conseguir ou recuperar a Terra Santa, então nós devemos usar o maior vigor na pregação da cruzada neste lado do mar [crux cismarina], contra cismáticos, a qual é intenção para a preservação da união eclesiástica. O filho de Deus não veio a este mundo para sofrer na cruz ou adquirir terras, mas para a redenção dos cativos e para chamar de volta o pecador para arrependimento (a tradução é minba)."212

Dentro da ideologia de *Hostiensis*, é de nosso especial interesse a cruzada de Reconquista da primeira metade do século XIV (universo das *crux cismarina*), especificamente na batalha do Salado. Nela esteve presente uma mentalidade de cruzada peninsular que remonta pelo menos ao século XII. Assim, faz-se premente uma breve averiguação da intensidade da oposição cristãos x muçulmanos no processo da Reconquista.

211 LÓPEZ, Ana Rodríguez. *La consolidación territorial de la monarquía feudal castellana — expansión y fronteras durante el reinado de Fernando III*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1994, p. 17.

212 HOUSLEY, Norman. *The Later Crusades — from Lyons to Alcazar (1274-1580)*. New York: Oxford University Press, 1995, p. 234-235.

Escolhemos um ponto para análise: as ondas Almorávidas e Almôadas. Elas recrudesceram a mentalidade cruzadística cristã na Península Ibérica. E é através desse olhar cristão sobre *al-Andaluz* que se construiu a mentalidade dicotômica cruzada, que teve seu paradigma em Portugal, na batalha do Salado.

II. 2. *A alteridade: o conceito muçulmano de guerra santa (jihad)*

A visão muçulmana, que entrelaçava a idéia de guerra com a de conquista religiosa, tem suas bases no Alcorão. O trecho mais marcante referente ao campo de batalha como um lugar sagrado e demonstrativo dos desígnios divinos é a 47.^a Surata, 4:

*"E quando vos enfrentardes com os incrédulos (em batalha), golpeai-lhes os pescoços, até que os tenhais dominado, e tomai (os sobreviventes) como prisioneiros. Libertai-os então, por generosidade ou mediante resgate, quando a guerra tiver terminado. Tal é a ordem. E se Deus quisesse, Ele mesmo ter-Se-ia livrado deles; porém, (facultou-os a guerra) para que vós provásseis mutuamente. Quanto àqueles que foram mortos pela causa de Deus, Ele jamais desmerecerá as suas obras."*²¹³

Um dos grandes conhecedores do islamismo considera Maomé "um profeta da luta e da guerra"²¹⁴. O significado literal do conceito de *jihad* é "esforçar-se no caminho de Deus" (*fi sabil Allah*). Ela foi entendida pelos primeiros juizes e teólogos como uma obrigação ilimitada, até que todo o mundo conhecido se convertesse ao islamismo.

Dos quatro tipos de inimigos a que o Islã permitia fazer guerra — infiéis, apóstatas, rebeldes e bandidos — só os

213 HAYEK, Samir El (trad.). *O significado dos versículos do ALCORÃO SAGRADO*. São Paulo: Marsam Editora Jornalística, 1994, 47a. SURATA, 4, p. 597

214 GOLDZIEHER, J. "Vorlesungen über den Islam". Heidelberg, 1910, p. 22. *Apud*. CANETTI, Elias. *Massa e Poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 143.

dois primeiros eram considerados dentro do conceito da *jihad*, que previa não a conversão forçada, mas a supressão das dificuldades à conversão²¹⁵. Dessa forma, o islamismo afirmou-se como credo do conflito, que dava direito a seus fiéis de pegarem em armas contra os opositores.

Uma conclamação à guerra de Abu-Bakr (623 — 624), primeiro califa *Rashidun* do Islã — os primeiros quatro califas são conhecidos pelos muçulmanos sunitas como os *Rashidun*, os califas corretamente orientados²¹⁶ —, mostrava os ideais que deveriam orientar os soldados muçulmanos em suas conquistas:

*"Sede justos (...) sede valentes; morrei antes de render-vos; sede piedosos; não mateis nem velhos nem mulheres nem crianças. Não destruais árvores frutíferas, cereais ou gado. Mantende vossa palavra, mesmo aos vossos inimigos. Não molesteis as pessoas religiosas que vivem retiradas do mundo, mas compeli o resto do mundo a se tornar muçulmano ou nos pagar tributo. Se eles recusarem estes termos, matai-os."*²¹⁷

O fervor religioso foi, numa perspectiva cultural, um atrativo ideológico de forte coesão interna que propiciou um sentimento de pertença grupal sólido e estável, um padrão de conquista unificador. Dessa forma, os árabes trouxeram importante transformação ao modo de se fazer a guerra. Num curto espaço de tempo, o próprio islamismo os tornou eficazes e vitoriosos no combate contra outras culturas. Em seu afã conquistador, o guerreiro muçulmano era movido por uma nova idéia da guerra, como fim último da fé verdadeira. A ideologia da guerra santa foi a maior contribuição muçulmana na construção do *homo bellicus*.

Estes novos profissionais muçulmanos da guerra, ligados ideologicamente a uma nova mentalidade religiosa, tam-

215 LEWIS, Bernard. *O Oriente Médio — do advento do cristianismo aos dias de hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996, p. 210-211.

216 HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*, p. 459.

217 MUIR, Sir W. *The Caliphate*. London: 1891, p. 56.

bém influenciaram a maneira com que o ocidente ibérico fazia a guerra. Embora não fosse um estilo desconhecido da Península, sua chegada alterou substancialmente tanto a tática quanto a visão do conflito no mundo cristão. Logo a Igreja incorporaria, nas instituições cavaleirescas das ordens militares, essa nova conjunção guerra-fé.

Esta interpenetração de idéias belicistas entre as duas culturas fez com que a *jihad* muçulmana, esquecida durante os primeiros califas abássidas²¹⁸, renascesse na mentalidade muçulmana a partir do século XII, principalmente na figura de Saladino²¹⁹. No caso da Península Ibérica, as sucessivas ondas de Almorávidas e Almôadas revigoraram o conceito de guerra santa entre os soberanos dos reinos de taifas (“reis partidários” — *Maluk al-tawa'if*). “*Tâ'ifa*: partido, facção. No plural *tawâ'if*, designa os principados que se constituíram na Hispânia sobre os restos do califado omíada de Córdoba”²²⁰.

Para os cristãos peninsulares, estas novas invasões africanas trouxeram o recrudescimento da idéia de cruzada, juntamente com a introdução das ordens hierosolimitanas na Península.

II. 3. *O conceito de Reconquista relido na idéia de cruzada*

Para melhor compreendermos a mentalidade de cruzada portuguesa da fase final da Reconquista, devemos definir claramente o que entendemos por Reconquista, conceito que já suscitou um sem-número de discussões entre especialistas.

O termo abrange, tradicionalmente, o período que vai de 718, ano da revolta de Pelágio, a 1492, quando da conquista do reino de Granada²²¹. É motivo de polêmica acadê-

218 “Abácidas, 749-1258. Califas, reivindicando autoridade universal; principal capital, Bagdá.” — HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*, p. 460.

219 LEWIS, Bernard. *O Oriente Médio*, p. 212-213.

220 MIQUEL, André. *O Islame e sua Civilização*, p. 558. Os omíadas de Córdoba (746-1031) reivindicavam serem califas.

221 RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 133.

mica, principalmente entre Claudio Sánchez-Albornoz (defensor do conceito) e Américo Castro (que o considerava uma contradição, face aos inúmeros contatos culturais e étnicos entre cristãos e muçulmanos), pois abrange fases distintas dos movimentos bélicos entre cristãos e muçulmanos.

Além disso, dá a idéia de uma suposta herança visigoda asturiano-leonesa sobre territórios muçulmanos adquiridos a partir de 711, um processo contínuo e uniforme, uma incompatibilidade estanque entre os dois lados²²².

Sabemos que as operações militares levadas a cabo durante o período de Afonso I, o Católico, de Oviedo-Leão (739 — 757) a Fernando I, o Magno, de Castela (1037 — 1065), tinham propósitos de pilhagem e saque. O sentido do conceito Reconquista — reconquistar, conquistar de novo, **recuperar** por conquista — não pode ser aplicado a esse tempo. Mesmo as expedições guerreiras de Afonso III, o Grande, de Oviedo-Leão (866 — 910), provavelmente pretendiam ocupar um espaço entregue a si mesmo, o vale do Douro — o que também não abalou substancialmente o califado omíada de Córdoba²²³.

A própria força militar de *al-Andaluz* desencorajava pretensões dos reis de Oviedo-Leão a algum tipo de ação militar de maior envergadura. Nessa perspectiva, as ações de saque e rapina praticadas por grupos militares cristãos exprimem de maneira clara a diferença de forças para cada lado. É provável que os chefes árabes invasores de 711 não tenham se interessado pelas montanhosas terras do noroeste da Península, de difícil controle do ponto de vista militar e pouco rendosas economicamente²²⁴.

Na verdade, este grande período cronológico que abrange os séculos VIII — XV (embora possa ser pensado basicamente como tempo de guerra contínua com breves interva-

222 MATTOSO, José. "Portugal no Reino Asturiano-Leonês" In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal — Antes de Portugal*, p. 476.

223 MATTOSO, José. "Portugal no Reino Asturiano-Leonês", p. 476.

224 *Ibid.*, p. 445.

los de paz) possuiu vários tipos de conflitos entre duas culturas que não podem ser enquadrados historicamente do mesmo modo. Isto porque o conceito, como o apreendemos, não abrange tantas particularidades como as que existiram no período em questão.

Assim, num sentido estrito, entendemos como Reconquista um processo de expansão territorial ibero-cristã de clara motivação religiosa — propulsor ideológico do alargamento das fronteiras da cristandade ocidental, ao contrário, por exemplo, da definição de Pierre Bonnassie: “A designação de Reconquista pode aplicar-se a qualquer campanha de recuperação pela cristandade de territórios perdidos durante a Alta Idade Média.”²²⁵

A idéia de missão está claramente incorporada à ação guerreira. Liga-se a um projeto real de ocupação definitiva dos principais centros populacionais andaluzes. A idéia de recuperar algo perdido começa efetivamente com as campanhas de Fernando I, de Castela — portanto, em pleno século XI.

A partir de então, a fronteira cristã avançou para além do vale do Douro, o que resultou na ocupação de Coimbra. Apesar disso, Fernando I dedicou parte de seu reinado a combater magnates leoneses e galegos insurretos, além de guerrear contra o irmão, Garcia (rei de Pamplona), por territórios ao longo da fronteira oriental de Castela²²⁶. Antes do século XI é difícil encontrar semelhanças entre a situação de guerra ininterrupta na Península e os aspectos mentais de uma guerra santa de cunho ideológico-religioso²²⁷

Desta forma, antes de tratar do final do período que entendemos como Reconquista, nos ocuparemos brevemente com a definição dos tipos de guerra travados entre os séculos VIII — XI pelos reinos cristão-ibéricos que não se enqua-

225 BONNASSIE, Pierre. *Dicionário de História Medieval*, p. 179.

226 RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da Península Ibérica*, p. 159.

227 MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983, vol. I, p. 88.

dram no conceito por nós acima definido. Sem nos atermos às minúcias dos intermináveis conflitos em que se envolveram cristãos e muçulmanos, tentaremos explicar quais e quantas foram as espécies de guerra praticadas entre os dois lados durante os séculos VII — XI.

Consideramos basicamente três modelos de guerra praticados no período. São eles: 1) ataques de ocupação fronteiriços; 2) guerra praticada pelos concelhos da fronteira e 3) guerra conduzida por líderes militares²²⁸.

No primeiro caso, trata-se de invasões praticadas por reis cristãos com o intuito de ocupar um espaço territorial aparentemente deixado de lado pelo califado. O espaço geográfico entre os reinos cristãos e o califado era considerado zona de obediência flexível, ou seja, chefes locais aliavam-se, ora a um lado, ora a outro. Era uma terra com baixo índice demográfico, sujeita às conveniências de alianças temporárias. Nesse espaço, forças cristãs tentavam, ao menos momentaneamente, recuperar seu prestígio, com incursões militares de breve ocupação. Este parece ter sido o caso de Afonso III.

O segundo modelo se refere à guerra quase ininterrupta realizada pelos concelhos fronteiriços. Os concelhos medievais portugueses eram circunscrições administrativas organizadas pelas populações rurais, principalmente as que se encontravam sob governo muçulmano, que reconheciam o caráter representativo das comunidades cristãs e judias. Cada concelho possuía sua própria assembléia de notáveis bons-homens, pequenos proprietários locais, ou ricos mercados. Elegiam diversos magistrados, com funções administrativas e militares. As comunidades concelhias possuíam privilégios e imunidades em relação ao restante do sistema governamental, o que tornava a sociedade cristã ibérica bastante distinta, do ponto de vista jurídico, do restante da sociedade feudal europeia²²⁹. Este tipo de conflito concelhio não visava

228 MATTOSO, José. "Portugal no Reino Asturiano-Leonês" *Op. cit.*, p. 475-491.

229 MARQUES, A. II. de Oliveira. *História de Portugal*, vol. I, p. 98-99.

à conquista do território, apenas ao saque.

Neste caso, a guerra possuía cunho econômico vital para o cotidiano comercial das populações localizadas na Beira Interior e Meseta — era uma fonte de rendimentos. No verão, grupos armados empreendiam incursões ao território muçulmano com o objetivo de trazer tecidos, moedas, talvez escravos e, principalmente, gado²³⁰. Os muçulmanos, como era esperado, retaliavam. Com o passar do tempo, isso refletiu-se na própria organização concelhia: algumas tinham estrutura basicamente militar, com predominância de cavaleiros, como é o caso dos concelhos de Elvas e Évora (cujos selos representavam cavaleiros)²³¹.

O terceiro tipo, posterior aos dois primeiros e já próximo ao período da Reconquista propriamente dita, é a guerra liderada e conduzida de maneira independente por líderes militares cristãos. Isto embora tenhamos predecessores muçulmanos que também agiram por conta própria e aliaram-se alternadamente com cristãos e muçulmanos. É o caso de Abd al-Rahman ben Marwan, o Ibn Marwan (entre 868 e 886, em Mérida, Badajoz e Idanha) e Umar ibn Hafsun (entre 880 e 914, na região de Bobastro)²³². São chefes de bandos marginais armados, ocasionalmente cavaleiros em busca de emoções, que vivem da pilhagem. Fazem da guerra seu modo de vida e subsistência.

O exemplo mais famoso é o de Rodrigo Diaz de Bivar, El Cid (c. 1043 — 1099). Nascido de uma família de *infanzones* (grau menor na hierarquia nobiliárquica castelhana), foi armado cavaleiro por Sancho II de Castela (1065-1072), passando a ser seu alferes (porta estandarte) e comandante-chefe. Derrotou Afonso VI de Leão (1065-1109) em Golpejera (1072). Passou para o lado muçulmano em 1081, ficando a serviço do emir de Saragoça. Reconciliou-se brevemente com

230 MATTOSO, José. "Portugal no Reino Asturiano-Leonês" *Op. cit.*, p. 477.

231 MATTOSO, José. "Os concelhos" *In: MATTOSO, José (dir.). História de Portugal — A Monarquia Feudal (1096-1480)*, p. 221.

232 MATTOSO, José. "Portugal no Reino Asturiano-Leonês" *Idem*, p. 477.

Afonso VI e foi banido de novo, passando a lutar por conta própria. Tomou Valência aos Almorávidas, governando a cidade em nome de Afonso VI até sua morte. “Seus descendentes vieram a ser reis de Castela e Leão no século XII...”²³³

II. 4. *Estratégia, estrutura e armamentos dos exércitos cristãos na Península Ibérica*

Já Portugal teve em Geraldo Geraldês, *Sem Pavor*, o mesmo modelo de líder autônomo que, em ações conjuntas com Afonso Henriques, conseguiu importantes conquistas²³⁴. Geraldo, *Sem Pavor*, tomou Beja (1162), arrasando-lhe os muros e despovoando-a. Além dela, invadiu e tomou Trujillo, Évora e Cáceres (1165) e os castelos de Montánchez, Serpa e Juromenha (1166), até o ataque frustrado a Badajoz. Da mesma forma que El Cid, passou depois para o lado muçulmano, fixando-se com seu exército de aproximadamente 350 homens em Sevilha. Mais tarde, trocou secretamente correspondência com Afonso Henriques, provavelmente entabulando uma possível negociação para trocar novamente de lado, numa apostasia sem fim. Como as cartas foram descobertas, Geraldo foi condenado à morte.

As ações militares praticadas por Geraldo, *Sem Pavor*, servem para ilustrar o momento em que se encontravam as forças em conflito. Possuímos informações de suas campanhas através de uma fonte muçulmana do final do século XII, de autoria de Abd al-Malik ibn Sahib Asala²³⁵. No período em questão, as operações militares eram designadas pelos termos “hoste”, “fossado” e “apelido”, sendo “fossado” o termo mais corrente²³⁶. Eram sempre realizadas na primavera

233 LOYN, H. R. (org.). *Dicionário da Idade Média*, p. 88-89.

234 MATTOSO, José. “Dois séculos de vicissitudes políticas” In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal — A Monarquia Feudal (1096-1480)*, p. 77-79.

235 Os detalhes das ações militares de Geraldo, *Sem Pavor*, contidos na fonte estão descritos e analisados em MATTOSO, José. “Dois séculos de vicissitudes políticas”. *Ibid.*, p. 77-79.

236 “...o fossado tomou este nome do acampamento protegido por fosso escavado artificialmente.” — MATTOSO, José. “Portugal no Reino Asturiano-Leonês” *Ibid.*, p. 485.

e verão, provavelmente anuais. Grupos de peões e cavaleiros tomavam parte, além de homens livres, que participavam obrigatoriamente do direito senhorial de fossadeira — a escavação de um fosso protetor dos acampamentos, além de terem de defendê-lo.

A estratégia de Geraldo, no entanto, era distinta. Consistia em ataques de surpresa (assaltos) às fortalezas muçulmanas, de noite e no inverno (normalmente as escaramuças entre cristãos e árabes davam-se no verão). Durante a invasão da fortificação, escadas eram encostadas nas muralhas para sua escalção (escalada)²³⁷. Para obter o mínimo de baixas possível — já que os invasores das muralhas estariam numa posição desfavorável —, a tática da surpresa era essencial (até porque provavelmente o exército particular de Geraldo, *Sem Pavor*, era reduzido).

Além disso, a estratégia de ataque visava ao enfraquecimento da fortificação central, e não ao assalto definitivo. Por exemplo, para fazer cerco a Badajoz (centro do sistema militar da zona de fronteira), Geraldo empreendeu antes uma sucessão de ataques bem-sucedidos às fortalezas que faziam cerco protetor à cidade muçulmana. Geraldo deve ter utilizado o trabalho de *exploradores*, indivíduos que sorrateiramente se aproximavam do acampamento inimigo para obter informações que facilitassem o ataque²³⁸. Esta era uma atividade essencial para pequenos bandos armados, em desvantagem numérica, como parece ter sido o caso de Geraldo.

Dessa maneira, a tática medieval baseava-se na mobilidade dos combatentes, com objetivos precisos e bem definidos, visando a resultados instantâneos. Este modelo era seguido tanto por cristãos como por muçulmanos. É um tipo de guerra que pode ser comparada à guerrilha moderna²³⁹.

237 A escalada "podia ser de *surpresa* ou à *viva-força*" — SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar — Compêndio de História Militar e Naval de Portugal*. *Ibid.*, p. 11. De acordo com as informações da fonte muçulmana, o assalto de Geraldo, *Sem Pavor*, provavelmente era de surpresa.

238 MATOSO, José. "Portugal no Reino Asturiano-Leonês" *Ibid.*, p. 485.

239 *Ibid.*, p. 484.

Logo, o corpo mais importante era a cavalaria, que permitia a velocidade e o deslocamento necessários a esta tática²⁴⁰. A estrutura do exército de Geraldo baseava-se num corpo heterogêneo de combatentes. Bandos de pobres, peões e marginais do sistema social alimentavam o número de cavaleiros destes grupos de pilhagem da época. Trata-se de um sinal claro da pressão demográfica que o norte da Península exercia no início do século XI. Eram os *latrones* recrutados por Geraldo, os “malcalçados” de El Cid²⁴¹.

Em Flandres, na Gasconha, Toulouse, sucedia o mesmo fenômeno. As autoridades eclesiásticas os condenaram no concílio de Latrão de 1179, sem muito efeito prático: mesmo com a repressão da Igreja, estes bandoleiros continuaram semeando terror, principalmente além-Pireneus²⁴². Os grupos de Geraldo, *Sem Pavor*, e *El Cid* foram os precursores dos bandos armados — Grandes Companhias — que assolaram Savóia, Lombardia e domínios pontificais no século XIV (as Grandes Companhias eram grupos de vinte a cinquenta homens comandados por um capitão, pessoas que se desligavam dos exércitos reunidos para a guerra com o intuito de extorquir dinheiro de nobres e até cidades)²⁴³.

Neste excedente demográfico, só contido com a grande peste de 1348, encontra-se a base expansiva dos reinos cristãos na fase da Reconquista. Além disso, praticamente todos os que possuíam armas, além de participarem efetivamente dos combates, “não esperavam pelas ordens do rei para tomarem as suas iniciativas”²⁴⁴. Eram realmente forças que

240 “Mesmo assim, não é fácil imaginar como é que podiam ter dado incursões à distância de centenas de quilómetros em território inimigo, como as que fizeram, por exemplo, Afonso III até Mérida em 881, Ordonho II até Évora em 913, ou Ordonho III até Lisboa em 955.” — MATTOSO, José. “Portugal no Reino Asturiano-Leonês” *Ibid.*

241 MATTOSO, José. *Identificação de um país — ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986, vol. II, p. 23.

242 *Ibid.*, vol. I, p. 424.

243 TUCHMAN, Barbara W. *Um espelho distante — o território século XIV*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1990, p. 205.

244 MATTOSO, José. “Portugal no Reino Asturiano-Leonês”. *Ibid.*, p. 479.

atuavam ao mesmo tempo, muitas vezes sem coordenação (embora esse não seja o caso de Geraldo).

Não possuímos informações acerca do armamento das forças de Geraldo, *Sem Pavor*. Exceto pela quase ausência de armas de ferro²⁴⁵, pelo pequeno número em relação às forças muçulmanas, a composição e o poderio de suas forças não diferem substancialmente dos outros grupos armados da época. É fato significativo a aceitação quase imediata de Geraldo pelo emir de Sevilha. Isto mostra o quanto seus ataques preocupavam os muçulmanos.

No entanto, sabemos que as armas preferidas eram o arco e flecha (a pé ou a cavalo), lanças e espadas (havia dois tipos de espadas: o montante — espada longa —, que vinha suspensa do arção e a espada goda — larga e curta). Podiam usar ainda punhal (*bulhão*), maça, acha de armas²⁴⁶. O conjunto das armas chamava-se *atondo*, termo que designava um benefício militar concedido pelo senhor a um cavaleiro — e que o tornava seu vassalo. O alto custo do material firmava o compromisso²⁴⁷. Para a proteção do corpo usavam-se escudos (redondos e pequenos)²⁴⁸, loriga (mais tarde cota de malha) e uma proteção para a cabeça (casco ou capelinha).

Mais tarde, alguns cavalos — provavelmente de cavaleiros mais ricos — também foram protegidos por cotas, além de testeiras para as ancas²⁴⁹. Sabemos, por exemplo, que durante o reinado de D. Dinis (1261 — 1325) os cavaleiros usavam coberturas para cavalos, loriga e espadas — trazidas à cintura²⁵⁰. De qualquer modo, são marcantes as modifica-

245 MATTOSO, José. *Identificação de um país — ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*. *Ibid.*, vol. I, p. 424.

246 SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar — Compêndio de História Militar e Naval de Portugal*. *Ibid.*, p. 10.

247 MATTOSO, José. "Portugal no Reino Asturiano-Leonês" *Ibid.*, p. 484

248 A partir da segunda metade do século XI, foram gradualmente sendo substituídos por escudos longos e pontiagudos na parte inferior. Isso demonstra uma maior preocupação com o contato físico.

249 SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar — Compêndio de História Militar e Naval de Portugal*. *Ibid.*, p. 10.

ções do vestuário ditadas pela guerra. Até o século XII, o guerreiro trajava um saio, loriga ou cota de malha, folgada no corpo e que o protegia relativamente bem das flechas e até de um golpe de espada. Com a invenção da besta, a cota tornou-se obsoleta. Então, surgiu a couraça, armadura rudimentar, com duas partes (uma do tronco à cintura e outra para as pernas e anca) mais justas no corpo²⁵¹. Naturalmente, todos esses trajes coexistiram até meados do século XIV, pois os altos custos das peças de metal tornaram-nas proibitivas para a maior parte dos combatentes.

Como vemos, a estrutura da sociedade ibérica orbitava em torno de um contínuo estado de guerra, em maior ou menor intensidade. Assim, o papel do rei também revestiu-se de grande importância, não só efetiva, quanto mental: ele era “necessariamente um chefe guerreiro”²⁵², e dessa atividade dependia seu prestígio e legitimidade junto a seus pares nobres. Embora não tivesse sob sua ordem direta os peões dos diversos grupos armados, que tiravam proveito da situação de incerteza gerada pela guerra, o rei podia reunir um número maior de combatentes, convocados após consulta às suas cúrias. Isto ampliava o caráter e o resultado direto de um fossado, além de modificar a estrutura do exército e o tipo de tática utilizada. Devemos, portanto, sucintamente descrever o corpo militar que o rei ibérico tinha às mãos.

Abaixo do rei hierarquicamente estava o alferes-mor (*armiger*), nobre que portava a bandeira real e, mais tarde, exerceria o comando direto das hostes²⁵³. Pela primeira vez mencionado em 932, em Castela, e 951, em Leão, em ambos

250 MAURICIO, Maria Fernanda. “Para a História do Quotidiano na Idade Média — Usos e costumes da nobreza ao tempo de D. Dinis”. In: MEDINA, Francisco Salles Loureiro João (dir.). *CLIO — Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*. Lisboa: 1984-85, vol. 5, p. 12.

251 MARQUES, A. H. de Oliveira. *A Sociedade Medieval Portuguesa — Aspectos da vida quotidiana*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1987, p. 24.

252 MATTOSO, José. “Portugal no Reino Asturiano-Leonês”. *Ibid.*, p. 479.

253 SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar — Compêndio de História Militar e Naval de Portugal*. *Ibid.*, p. 5.

os lugares como dependente condal e real. Possuía possivelmente algum tipo de posição administrativa dentro do reino²⁵⁴. Esta função ligava-se à importância das insígnias como sinal sagrado de distinção do rei — e explicava o papel especial que o *armiger* exercia na cerimônia litúrgica de unção real, denotava o caráter maravilhoso do portador do símbolo real na guerra²⁵⁵. A estrutura do exército era rudimentar, comparada à dos séculos seguintes. O rei possuía uma guarda pessoal, composta de vassalos ligados a ele e especialmente escolhidos para a guerra. Esta foi uma herança dos fortes laços pessoais que interligavam a estrutura do exército visigodo. Eram os *milites palatii*, corpo à parte do restante do exército recrutado²⁵⁶. O recrutamento era universal (*exercitum regis*), mas para operações de ataque exigia-se uma força proporcional aos adultos livres. Nesses fossados, uniam-se às forças reais os diversos grupos armados sob as ordens dos condes e nobres fundiários.

Existia ainda um grupo social denominado infância. Até meados do século XI, o termo refere-se a “jovens guerreiros de famílias nobres, principalmente os filhos dos condes, que combatiam a cavalo e que desempenhavam missões de confiança...”²⁵⁷. A partir de então, os termos *miles* e infância passam a identificar quase o mesmo grupo.

Ocorreu então uma mudança no caráter do combate: *miles*, que até então se referia a todo combatente, passou a identificar o combatente a cavalo, sinal do crescente prestígio que a cavalaria passou a desfrutar no conceito de guerra na virada dos séculos X — XI, embora o combate a cavalo não tivesse ainda se tornado uma função exclusiva da nobreza. Na Península Ibérica, a identificação entre guerreiro e cavaleiro fortaleceu-se e definiu-se apenas durante o

254 MARQUES, A. II. de Oliveira. *História de Portugal. Ibid.*, vol. I, p. 74.

255 MATTOSO, José. “Portugal no Reino Asturiano-Leonês” *Ibid.*, p. 481.

256 *Ibid.*, p. 482.

257 *Id. Ibid.*

século XI²⁵⁸.

Mais tarde, encontramos certa sofisticação no exército real. Além do alferes-mor, existiam os cargos militares de alcaide-mor (que tinha a guarda de certos castelos ou terras defensáveis), adail (posto de comando de tropas de correrias), almogávar (guerreiros de escol) e almocadêm (guias peritos conhecedores dos caminhos)²⁵⁹. Isso foi o resultado do recrudescimento da guerra contra muçulmanos e mesmo entre os próprios reinos cristãos. Embora o avanço militar conceitualmente denominado Reconquista só se inicie com a tomada de Toledo em 1085 — e a posterior ocupação efêmera do reino de Valência entre 1094 e 1099 por *El Cid*, o traço marcante de uma ideologia cruzada só se estabelece na mentalidade ibérica a partir do século XII, com a participação das ordens militares²⁶⁰.

De qualquer modo, a investida vitoriosa de Afonso VI de Leão e Castela (1065 — 1109) sobre Toledo mostra o primeiro impulso reconquistador dos reinos cristãos. O rei recebia tributos de quase todas as *taifas*²⁶¹. O rei de Toledo, Alcadir, aliado de Afonso VI, estava sendo ameaçado pelos reis muçulmanos de Sevilha e Saragoça, quando foi destronado por uma revolta. Afonso VI, propondo-se reentroná-lo, sitiou a cidade, que se rendeu após um longo sítio (06-05-1085). Dessa maneira, Afonso VI foi o primeiro rei cristão a forçar a fronteira de *al-Andaluz*²⁶². Sua iniciativa seria logo seguida pelos outros reis ibéricos.

Todas essas modalidades de guerra levadas a cabo nos

258 MATOSO, José. "Portugal no Reino Asturiano-Leonês. *Ibid.*, p. 483.

259 SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar — Compêndio de História Militar e Naval de Portugal*. *Ibid.*, p. 5-6.

260 RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da Península Ibérica*. *Ibid.*, p. 168.

261 "...o Califado Omíada de Córdoba decompôs-se nos primeiros anos do século XI em vários reinos pequenos (*taifas*), e isso possibilitou aos estados cristãos que haviam sobrevivido no norte da Espanha começarem a expandir-se para o sul." — HOURANI, Albert. *Uma História dos Povos Árabes*. *Ibid.*, p. 100.

262 DEDIEU, Jean-Pierre. "O refluxo do Islã espanhol" In: CARDAILLAC, Luis (org.). *Toledo, séculos XII-XIII — Muçulmanos, cristãos e judeus: o saber e a tolerância*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992, p. 38.

séculos que precederam a Reconquista foram experiências acumuladas pelas duas culturas antagônicas ideologicamente. A constância e a regularidade dos recontros trouxeram novas maneiras de se pensar o conflito, tanto nos armamentos utilizados quanto na estratégia escolhida. O melhor preparo inicial dos muçulmanos foi aos poucos sendo assimilado por grupos armados cristãos, até que, quando os reis ibéricos passaram à ofensiva, tinham um *know-how* de séculos de *razzias*. Mais importante: na virada dos séculos XI — XII, a força mental da ideologia cruzada motivou decisivamente os exércitos cristãos a empurrarem a fronteira com o califado até sua expulsão definitiva.

Para prosseguirmos na caminhada da Reconquista cristã, devemos tratar das forças muçulmanas e suas respectivas “ondas” invasoras (todas intolerantes em relação à aproximação cultural entre cristãos e muçulmanos), antes de nos determos mais demoradamente no caso de Portugal. O Islã peninsular — *al-Andaluz* — é o contraponto indispensável para que o universo bélico cruzado inserido na batalha do Salado seja melhor compreendido.

II. 5. As “vagas” muçulmanas: Almorávidas (1056 — 1147), Almôadas (1130 — 1269) e o recrudescimento da mentalidade de cruzada

Neste primeiro momento da Reconquista, o mais importante a ressaltar é a mudança no caráter da guerra. Os cristãos receberam auxílio de cavaleiros vindos de além-Pireneus, Aquitânia e Normandia — entre eles, Henrique de Borgonha, futuro conde portugalense. Este reforço militar teve anuência papal: em 1063, Alexandre II deu a indulgência a quem fosse à Espanha combater os infiéis — era a cruzada legitimada²⁶³. Do outro lado, os reis partidários dos reinos de taifas, acuados tributariamente por Afonso VI, pediram auxílio aos Almorávidas,

263 *Ibid.*, p. 40.

uma nova dinastia de muçulmanos do deserto originária do sul do Marrocos (1056 — 1147). Almorávidas, do árabe *al-murābit*, devotos residentes numa comunidade religiosa fronteiriça, num *ribat* (fortaleza onde se formavam os soldados que deviam participar da guerra santa)²⁶⁴. Estes invadiram a Península numa nova “onda” berbere vitoriosa — 1092 — 1094. Nas palavras do conde D. Pedro, cronista português do século XIV, os Almorávidas eram “os melhores cavalleiros que os mouros avyã”²⁶⁵.

Os sucessos militares dos Almorávidas são historicamente explicados de duas maneiras. A primeira, pelo próprio fanatismo religioso — por exemplo, o líder militar e fundador da dinastia almorávida, Yusuf ibn Tashfin, logo tratou de anejar as monarquias hispano-muçulmanas de taifas, por ele consideradas decadentes²⁶⁶. Estes monges-soldados muçulmanos haviam declarado uma guerra santa primeiro contra os muçulmanos depravados dos reinos de taifas²⁶⁷.

Mesmo antes da invasão Almorávida, os governantes dos reinos de taifas — mais tolerantes com a convivência e o sentido de afinidade entre moçárabes e andaluzes — já não se interessavam pela guerra santa. Por exemplo, o rei de Granada, ‘Abd Allāh Nāsir, conta em suas memórias que o *hadjib* Almançor (Muhammad ibn Abi ‘Amir) não conseguiu convencer os andaluzes a fazer a guerra:

*“...declararam-se incapazes de participar nas suas campanhas e alegaram (...) que não se achavam preparados para combater e, por outro lado, que a sua participação nas campanhas os impediria de cultivar a terra.”*²⁶⁸

Um bom exemplo da nova mentalidade dicotômica des-

264 LOYN, H. R. (org.). *Dicionário da Idade Média*, p. 19.

265 CINTA, Luís Filipe Lindley (ed. crítica). *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Coimbra: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990, vol. IV, cap. DLXVIII, p. 34.

266 LEWIS, Bernard. *Os árabes na História*. Lisboa: Editorial Estampa, 1990, p. 143.

267 CAIEN, Claude. *El Islam — Desde los orígenes hasta el comienzo del Imperio otomano*. Madrid: Siglo veintiuno, México/Argentina, España, 1992, p. 295.

tes invasores berberes é a obra *Odio a cristianos y judíos* do pensador cordovês Ibn Abdun (séc. XII):

*"Un musulmán no debe dar masaje a un judío ni a un cristiano, así como tampoco tirar suas basuras ni limpiar sus letrinas, porque el judío y el cristiano son más indicados para estas faenas, que son faenas para gentes viles (...) Debe prohibirse a las mujeres musulmanas que entren en las abominables iglesias, porque los clérigos son libertinos, fornicadores y sodomitas."*²⁶⁹.

Por outro lado, os Almorávidas trouxeram inovações táticas ao modo de se fazer a guerra. Acrescentaram aos exércitos regulares três fileiras de arqueiros — precedendo a Europa cristã em quase dois séculos no que tange à superioridade da infantaria de arqueiros sobre a cavalaria. Além disso, numa revolução ideológica dos aspectos mentais do conflito, incluíram grupos com grandes tambores, com o intuito de aterrorizar os inimigos.

A idéia de trazer "sons escatológicos" junto com a chegada de exércitos invasores foi regularmente renovada na arte de se fazer a guerra. No século XX, por exemplo, a *blitzkrieg* nazista trazia um conjunto terra-ar que causou terror às populações polonesas em 1939: na "barriga" dos aviões *stukas* foram colocadas sirenes que disparavam um ruído assustador quando o avião se preparava para lançar suas bombas em terra. É o mesmo princípio utilizado pelas hostes Almorávidas do século XI.

268 MATTOSO, José. *Ricos-Homens, Infâncias e Cavaleiros — A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*. Lisboa: Guimarães Editores, 1985, p. 194.

269 "Tratado de Ibn Abdun". In SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio (org.). *La España Musulmana — Según los autores islámicos y cristianos medievales*. Madrid: Espasa-Calpe, S. A., 1986, tomo II, p. 219.

Este novo estilo de guerra, mais agressivo, era marcado basicamente pela fundamentação religiosa²⁷⁰. Isto distinguia-os dos outros islamitas andaluzes da Península, desprezados pelos berberes Almorávidas. Assim, aconteceu a partir do século XI uma “internacionalização” do conflito na Península. De um lado, cristãos peninsulares ligados ideologicamente ao restante da Europa; de outro, muçulmanos das taifas auxiliados pelo conjunto de aliados da África do Norte, por sua vez intransigentes na ortodoxia. Neste contexto deram-se as vitórias portuguesas de Afonso Henriques em Ourique (1146), e a tomada de Lisboa (1147), com o auxílio de cruzados vindos do norte europeu.

Entrementes, em 1146 uma nova “onda” muçulmana chegou à Península: os Almôadas — do árabe *al-muwahhidun*: crentes na unidade de Deus. Movimento religioso fundado cerca de 1120 nas montanhas do Atlas como uma reação ao legalismo dos Almorávidas, cujo puritanismo original fora corrompido. Em sua maior extensão, o império almôada incluía o Marrocos, Argélia, Tunísia e a parte muçulmana da Espanha. A dinastia almôada compreende os anos de 1130 a 1269²⁷¹.

Estes conquistaram todas as áreas muçulmanas, exceto as ilhas Baleares. Ainda mais intolerantes, partidários da *jihad*, pregavam uma moralidade rigorosa baseada no Alcorão. Do mesmo modo que a invasão anterior, consideravam a dinastia almorávida decadente e luxuriosa: “...los almorávides se abandonaban los unos a los otros, cedieron a su gusto por el reposo y la tranquilidad y cayeron bajo la autoridad de las mujeres. Llegaron a ser objeto del desdén y del desprecio de los habitantes de Al-Ándaluz, provocaron la audacia de los enemigos, y los cristianos se apoderaron de numerosas plazas fuertes vecinas de sus fronteras.”²⁷²

270 MAITOSO, José. *Ricos-Homens, Infâncias e Cavaleiros*, p. 194.

271 LOYN, H. R. (org.) *Dicionário da Idade Média*, p. 19.

272 “Kitab al-Muchid, o Marrakuxi” In SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio (org.) *La España Musulmana — Según los autores islamitas y cristianos medievales*, tomo II, p. 267-268.

Os Almôadas eram liderados por um homem de nome Almohady, que começou a pregar e declarar o Alcorão. Após vencer os Almorávidas, fez em Marrocos sua sede e se tornou senhor de todos os mouros da África. Sua morte tornou-o santo. Os Almôadas tornaram-se senhores de *al-Andaluz* em 1172, após vencerem Muhammad ibn Mardani's, o rei-lobo (aliado dos cristãos).

O império Almôada era controlado de Marrakech pelo emir. Atualmente temos informações seguras de que a instalação e a permanência por mais de meio século (1130 — 1269) dessa nova dinastia muçulmana-berbere na Península trouxe várias influências sociais na história institucional de Castela. Por exemplo, a origem das cortes castelhanas tem uma clara ascendência Almôada²⁷³. Em contrapartida, a intolância com as outras religiões peninsulares levou a uma grande emigração de moçárabes cristãos e judeus para o norte, já em franco processo de explosão demográfica. Esta “emigração inversa” do sul para o norte, enfraqueceu tanto econômica como culturalmente a Espanha muçulmana, favorecendo ainda mais a expansão cristã²⁷⁴.

Apesar disso, uma segunda invasão Almôada, em 1179, impingiu uma série de derrotas aos cristãos, que então se encontravam seriamente divididos entre si. A perda de Alcácer do Sal (1191) — conquistada por Afonso I (em 1158 ou 1160) e defendida pela Ordem de Santiago — e a derrota de Afonso VII de Castela em Alarcos (1195) são indicadores militares do recuo cristão. Já no final do século XII, os reis de Castela e Portugal pagavam tributo aos muçulmanos²⁷⁵. No entanto, Alarcos foi a última grande vitória africana em Espanha²⁷⁶. Ela não alterou a situação militar da Península

273 SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio (org.). *La España Musulmana. Según los autores islámicos y cristianos medievales*, p. 250.

274 RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da Península Ibérica*, p. 238.

275 RUCQUOI, Adeline. *Opus. cit.*, p. 171.

276 SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio (org.). *La España Musulmana. Según los autores islámicos y cristianos medievales*, p. 323.

Ibérica. Pelo contrário, ao consolidar a união entre Castela e Aragão, estavam plantadas as bases da vitória cristã em Las Navas de Tolosa (1212).

Um ano antes, uma terceira invasão Almôada foi o alarme para a união entre os reis cristãos. Aqui contaram decisivamente a experiência acumulada de séculos de embates, a cavalaria pesada e a motivação ideológica da cruzada. As operações militares efetuadas em conjunto foram essenciais para as sucessivas vitórias dos reinos cristãos. Vejamos: **Aragão** tomou as ilhas Baleares e o reino de Valência (1229 — 1238); **Leão e Castela** apoderou-se de Córdoba (1236), Jaén (1246), Sevilha (1248), Cádiz (1263) e fez de Múrcia um protetorado (1243), anexando-a depois (1264); por fim, **Portugal** conquistou o Alentejo e Algarve²⁷⁷

O avanço cristão confinou *al-Andaluz* ao reino de Granada, que permaneceu como um anacronismo geográfico, isolado, até a expulsão muçulmana definitiva no século XV. Em sua obra *La Ihata*, o cronista Ibn al-Jatib (séc. XIV) assinalou o que considerava como o declínio da cultura muçulmana, ressaltando como exemplo os aspectos militares cristãos assimilados pelos granadinos:

*“Los sultanes y las tropas suelen adoptar los trajes de los cristianos sus vecinos: **sus armas son iguales**, y lo mismo sus capas, tanto la escarlata como las otras. Asimismo son idénticas sus banderas, **sus sillas de montar y su manera de hacer la guerra con escudos y lanzas largas para alancear. No conocen las mazas ni los arcos de los árabes**; antes, emplean **los arcos cristianos** para los asedios de ciudades, y los infantes los utilizan en los lances de guerra (os grifos são meus)”*²⁷⁸

Através da crônica de al-Jatib, parece-nos clara a crise muçulmana na maneira de fazer a guerra. Mas como pode-

277 RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da Península Ibérica*, p. 171.

278 “La Ihata”, de Ibn al-Jatib. In: SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio (org.) *La España Musulmana. Según los autores islamitas y cristianos medievales.*, p. 432.

mos visualizar este guerreiro berbere que tomou parte do último avanço muçulmano na Península, na primeira metade do século XIV? Possuímos uma descrição detalhada sobre o armamento muçulmano de uma fonte do século XIII, de autoria de outro cronista, Ibn Said, de Alcalá la Real (Granada)²⁷⁹. Acreditamos que os componentes bélicos não tenham sofrido alteração substancial até meados do século XIV. Podemos utilizar o cronista árabe como referência para o equipamento militar muçulmano utilizado na batalha do Salado, adotando a teoria mais provável. Qual? Os invasores muçulmanos de 1340 deviam ainda utilizar o equipamento berbere descrito pelo cronista. Passemos então à análise dos dois grupos militares muçulmanos.

Ibn Said compara o material utilizado pelos muçulmanos de *al-Andaluz* ao empregado no norte da África (berbere). A darmos crédito à fonte, os guerreiros andaluzes eram melhor equipados em relação aos fiéis berberes da costa africana (“la mayor parte de los soldados de Ifriqiya, del Magrib Medio y del Magrib Extremo, sólo lleva un caballo”). Além de possuírem dois cavalos — um só para o equipamento — usavam cota de malha. Os mais ricos usavam cota de malha também para o cavalo.

O autor também ressalta que os cavaleiros berberes do Magreb conduziam-se melhor na cavalgadura do que os andaluzes. Lança (“gruesa y larga”) e escudo compunham o equipamento (sabres, lanças leves e adagas para os berberes) do guerreiro muçulmano da Península. No caso específico do uso do escudo, o autor ressalta a influência do contato com os exércitos cristãos: “Se defiende con una lanza gruesa y larga y con el escudo, de acuerdo a la costumbre de los cristianos que los combaten.”²⁸⁰. Isto fica ainda mais perceptível pelo fato de os grupos berberes não utilizarem escudo:

279 “Kitab al-Mugrib”, de Ibn Said. In: SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio (org.) *La España Musulmana. Según los autores islámicos y cristianos medievales.*, p. 433-434.

280 *Ibid.*, p. 433-434.

“...y no combaten con escudo ni lanza larga y gruesa sino con sables y lanças livianas (...) Tienen, en lugar de los escudos, una adarga que en el Magrib se hace del cuero de un animal conocido por ante...”²⁸¹

Em contrapartida, Ibn Said destaca a melhor mobilidade do cavaleiro berbere do Magreb, pois este dispensava o uso do escudo, da cota de malha e da lança, na melhor tradição militar muçulmana. O autor também ressalta os equipamentos que sustentavam o cavaleiro em sua montaria, citando a célebre sela de arção mais elevado (que não era utilizada pelos berberes), o estribo (o andaluz mais largo, o berbere mais estreito), e uma espécie de “gancho”, para melhor estabilizar o cavaleiro na montaria.

Esta posição do cronista a respeito da melhor mobilidade berbere, numa crítica ao armamento utilizado pelos andaluzes (semelhante ao cristão), sugere uma inadaptação muçulmana ao estilo “couraça” adotado cada vez mais pela cavalaria cristã ibérica. A preferência por um conjunto leve — que permitisse maior versatilidade e mobilidade no campo de batalha — indica que a expansão cristã dos séculos XI — XIV teve a seu favor uma tentativa malsucedida por parte dos muçulmanos ibéricos de mudança no estilo árabe de fazer a guerra.

Assim, a guerra medieval é relida na Península Ibérica em dois momentos. Numa primeira fase, que vai do século VIII ao início do XI, os reinos cristão-ibéricos praticam a guerra contra os muçulmanos de três formas: ataques de ocupação fronteiriços, guerra praticada pelos concelhos da fronteira e guerras conduzidas por líderes militares. Em nenhum destes três modelos existe a perspectiva religiosa cruzadística dos séculos seguintes.

Na segunda fase — cerne cronológico deste trabalho — a guerra possui novo componente ideológico que propulSIONA o alargamento das fronteiras cristãs: a motivação religi-

281 *Ibid.*, p. 433-434.

osa. Como vimos, a idéia de missão se incorpora à ação guerreira. Esta nova perspectiva bélica cristã, de recrudescimento da intolerância, foi reforçada pelas ondas Almôadas e Almorávidas, numa simetria equitativa: o enrijecimento da atitude cristã foi a resposta à intolerância muçulmana²⁸².

No decorrer deste processo, o tipo ideal²⁸³ do guerreiro cristão e da prática da guerra sofreram importantes transformações. A guerra feudal se modificou, um projeto de conquista e expansão delineou-se. O discurso da cruzada foi sua base ideológica, que respaldou e amadureceu o segmento guerreiro da sociedade feudal.

Assim, o problema da guerra foi posto de uma nova maneira, teologizado. Por um lado, de um combatente cristão rude e tosco dos séculos VIII-XI, surgiu um novo modelo: o monge-guerreiro, imbuído da ideologia cruzada²⁸⁴. Tratava-se de um refinamento do modelo guerreiro anterior²⁸⁵, uma importante mudança do tipo ideal, tanto do guerreiro quanto da guerra que a obra de Ramón Llull vai especificar e defender como um ideal cavaleiresco.

Mas antes de analisar este novo protagonista da guerra, o monge-guerreiro e seu palco de atuação, é necessário visualizar a estrutura da sociedade medieval portuguesa. As imagens idealizadas são reflexo do vivido, as representações ideológicas intervêm e também sofrem intervenções do edifício social. Portanto é necessário que tenhamos conhecimento das estruturas sociais. Passemos então a elas.

282 GLICK, Thomas F. *Cristianos y musulmanes en la España medieval (711-1250)*. Madrid: Alianza Universidad, 1994, p. 64.

283 WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez/Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993, volume 1, p. 137-138.

284 Impulsionado em parte pelo domínio das novas técnicas de fundição do ferro e a conseqüente melhora na qualidade das armas ibéricas. Ver GLICK, Thomas F. *Cristianos y musulmanes en la España medieval (711-1250)*, Ibid., p. 65.

285 FRÓES, Vânia Leite. *Entrevista* concedida em 06.05.97.

A ESTRATIFICAÇÃO DA SOCIEDADE MEDIEVAL PORTUGUESA COM BASE NA GUERRA: OS *BELLATORES*

A guerra nos séculos XI — XIV foi levada a cabo pela nobreza²⁸⁶. Ela decidia como e quando iniciar qualquer conflito. Como a nobreza portuguesa sofreu significativas mudanças no decorrer destes séculos, é necessário que façamos um breve levantamento de sua estrutura.

III. 1. *A nobreza*

No século XIV, já se encontrava bastante clara a segmentação hierárquica da sociedade portuguesa. No topo dela, a nobreza, grupo tão poderoso quanto reduzido²⁸⁷. Dividia-se basicamente em três segmentos: “ricos-homens”, “infanções” e “cavaleiros”, este último composto de várias categorias de pessoas. A nobreza aparecia como a defensora do povo (*defensores*). Por princípio, todo nobre era um senhor, com um grupo de pessoas dependentes nobres e não no-

286 Adotaremos o termo ‘nobreza’ por uma questão de tradição histórica, já que o vocábulo foi pouco usado até o século XIII.

287 “Nos séculos XIV e XV (...) menos de 1% da população.” — SOUZA, Armindo de. “1325-1480”. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal — Volume II — A Monarquia Feudal (1096-1480)*. *Ibid.*, p. 441. “...um mínimo de 130 e um máximo de 150 estirpes possíveis (...) Como em cada estirpe ou linhagem se podiam contar várias famílias, aquelas cifras corresponderiam a cerca de um milhar de famílias, isto é, umas 5000 ou 6000 pessoas.” — MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. *Ibid.*, p. 242.

bres, “vassalos criados, homens, cavaleiros da casa, escudeiros da casa.”²⁸⁸ Como veremos, nem todo nobre era militar. Mas por certos bens doados, como castelos, o nobre deveria prestar *menagem* ao rei, uma espécie de comprometimento pessoal²⁸⁹. Em suas herdades, o nobre tinha dois tipos de privilégio de jurisdição, *mero império* (soberania pura, sem restrições)²⁹⁰ e *misto império* (soberania limitada)²⁹¹.

A nobreza tinha como base de sua superioridade social quatro categorias de diferenciação²⁹²: 1) o sangue; 2) a força das armas; 3) o poder econômico (fundiário) e 4) a autoridade sobre os outros homens²⁹³. No entanto, não era um grupo fechado. Pelo contrário, todos os subgrupos nobiliárquicos tinham largos espaços para abertura, principalmente com a flexibilidade social oferecida pelo processo de Reconquista — sem contar as possibilidades criadas com as inúmeras convulsões políticas, principalmente no século XIV (exílios, mortes em guerras civis e contra Castela, desterros régios, etc.). Portanto, sua renovação se dava sem muita dificuldade²⁹⁴.

Na *Pragmática de 1340* — documento a respeito das cortes de Santarém reunidas entre a segunda quinzena de abril e o fim de maio daquele mesmo ano da batalha do Salado — os artigos que dizem respeito à alimentação e vestuário dão importantes dados sobre a classificação dos grupos sociais²⁹⁵. São mencionados na fonte ricos-homens, fi-

288 *Id. Ibid.*, p. 237.

289 “Nessa menagem, prometia acolhê-lo (o rei) e recebê-lo em pessoa, com muitos e com poucos, no alto e no baixo e entregar-lhos a ele somente.” — *Id. Ibid.*, p. 238.

290 “Faculdade de impor as penas de morte, mutilação e desterro...” — *Id. Ibid.*

291 “...faculdade de estabelecer penas menores, mormente pecuniárias, conquanto permitisse decisões finais em pleitos cíveis.” — *Id. Ibid.* A jurisdição da nobreza portuguesa foi motivo de lutas intermináveis com a realza.

292 MATTOSO, José. *Identificação de um país — ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*. *Ibid.*, vol. I, p. 103.

293 O “poder de mandar — o *banum* dos países do Norte, que corresponde aproximadamente à *iussio* da documentação peninsular, apesar de este conceito não se utilizar com grande frequência na documentação mais corrente.” — MATTOSO, José. “As transformações do século XI” In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal — Volume I — Antes de Portugal*. *Ibid.*, p. 547.

294 MARQUES, A. II. de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. *Ibid.*, p. 242.

lhós d'algo e cidadãos, além de cavaleiros, escudeiros, peões (moradores das vilas que não dispõem de dinheiro para terem cavalos), servidores (homens a pé) e meretrizes (“mulheres que fazem pelos homens”)²⁹⁶. No tratamento de cada categoria social nobre, voltaremos ao texto da Pragmática, de grande importância para compreendermos o contexto social português no ano da batalha do Salado (1340).

a) Ricos-Homens

Até meados do século XIV, ricos-homens eram os grandes fidalgos, até infantés e condes. Uma minoria dentro da própria nobreza (500 a 600 pessoas, aproximadamente 100 famílias, 20 linhagens, 10% dos nobres, 0,04% da população geral)²⁹⁷. Podemos ver mais claramente os valores numéricos da nobreza analisando o quadro:

A nobreza medieval portuguesa no século XIV* (antes de 1348)

<i>Categorias</i>	<i>Val. Absolutos</i> (conjeturais)	<i>Val. Percentuais</i> ²⁹⁸
Grande	500 pessoas	0,033
Média e pequena	4.500 pessoas	0,3
Total	5.000 pessoas	0,333

* Valores aproximados

Como grupo minoritário detinham, porém, as principais funções deste incipiente “estado” português: governo,

295 A *Pragmática de 1340* foi publicada integralmente por MARQUES, A. II. de Oliveira. *Ensaio da História Medieval Portuguesa*. Lisboa: Editorial Vega, 1980, p. 109-119.

296 “Nos outros artigos há ainda referências aos prelados que, sujeitos ao direito canônico, não eram abrangidos pela Pragmática.” — MARQUES, A. II. de Oliveira. *Ensaio da História Medieval Portuguesa*. *Ibid.*, p. 99.

297 SOUZA, Armindo de. “1325-1480” In: MATIOSO, José (dir.). *História de Portugal — Volume II — A Monarquia Feudal (1096-1480)*. *Ibid.*, p. 447.

298 Estimados em referência à população global do País, de 1.500.000 habitantes. *Apud*. SOUZA, Armindo de. “1325-1480” In: MATIOSO, José (dir.). *História de Portugal — Volume II — A Monarquia Feudal (1096-1480)*. *Ibid.*, p. 356.

administração e força militar, além de controlarem as maiores propriedades fundiárias. Tinham direito ao título de dom (*dominus*), também uma forma de tratamento. As inquirições gerais do século XIII dão vários exemplos de indivíduos não-nobres que possuíam o título de dom — ricos-homens, indivíduos abastados, proprietários rurais (e de ambos os sexos)²⁹⁹. Só a partir do século XIV os ricos-homens passaram a ser distinguidos com títulos nobiliárquicos — de baixo para cima: barão, visconde, conde, marquês e duque. Todos detinham originariamente a hierarquia de Grandes do Reino³⁰⁰. Contudo, essa hierarquia não subordinava um ao outro. Todos eram vassalos do rei.

Em Portugal, o primeiro título surgido foi o de conde: a outorga de um condado territorial por D. Dinis a D. Afonso de Albuquerque em 1298, primeiro conde de Barcelos (só implicando hereditariedade no século XIV)³⁰¹. O título era concedido com “larga jurisdição sobre a terra respectiva (...) e consubstanciava a nova dignidade, jurisdição que por vezes ia a uma quase soberania, excluído no entanto, de modo constante, o direito real de bater moeda”³⁰².

Nos artigos da Pragmática de 1340 referentes ao vestuário podemos ter uma idéia dos haveres e trajes autorizados pelo rei. O quadro abaixo baseia-se nestes artigos:

299 VASCONCELOS, J. Leite de. *Antroponímia portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928, p. 571-573.

300 “O conceito de Grandeza em Portugal, análogo ao espanhol, de longe se funda em antigüidade, prestígio e poderio efetivo, a filiar-se em parte na rica-hombria medieval.” — CUNHA, Rui Vieira da. *Estudo da nobreza brasileira. IV Grandes do império*. Rio de Janeiro, 1996, p. 15.

301 MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV. Ibid.*, p. 245.

302 CUNHA, Rui Vieira da. *Estudo da nobreza brasileira. IV Grandes do império. Ibid.*

Pragmática de 1340 (haveres e trajés)

Categorias

Haveres (valores médios) *Natureza e valor máximo dos trajés*

Ricos-homens

— Três pares de panos por côvado:
pano tinto (50 s.), bifa (40 s.) e
brou (40s.)

Cavaleiros

1.000 libras Dois pares de panos: para mais de
1.000 libras, bifa (40 s. — penas
veiras); para menos de 1000 libras,
brou (40 s. — sem penas veiras)

Escudeiros

3.000 libras Um par de panos: para mais de
1000 libras, viado (35 s. — selas
douradas); para menos, outros
(30 s. — selas não douradas)

Cidadãos

5.000 libras Para mais de 5.000 libras, dois pares
de panos (selas douradas) sem
penas veiras. Para menos de 5000
libras, um par de panos
(40s. e 30 s.)³⁰³

Como podemos observar no quadro, os valores estabelecidos pelo rei Afonso IV para mudança do estatuto sobre o vestuário variam na razão inversa da categoria social. Apesar das multas mais pesadas sobre infrações recaírem sobre os ricos-homens (estes pagavam 10, 20 ou 30 libras, enquanto os outros 5, 10 ou 15), os valores invertidos indicam a crescente força econômica da burguesia ascendente do século XIV.

303 *Apud.* MARQUES, A. H. de Oliveira. *Ensaio da História Medieval Portuguesa*. Lisboa: Editorial Vega, 1980, p. 100.

Um rico burguês de 4.000 libras estava abaixo hierarquicamente na sociedade portuguesa de um escudeiro de 3.000, um cavaleiro de 500 libras e até de um rico-homem pobre. “O sangue valia ainda muito, nesse Portugal de Trezentos!”³⁰⁴ Ainda no que diz respeito ao quadro V, os pares de panos dos ricos-homens eram os mesmos de cavaleiros, escudeiros e cidadãos: manto, pelote, saia ou tabardo e capeirão. O dos peões, pelote, saia e cerame ou manto (ou tabardo, capeirote, pelote e saia)³⁰⁵.

b) Infanções

Como nosso enfoque é o das forças militares de que a nobreza faz parte, deter-nos-emos no poder das armas exercido pelos infanções (*filii benematorum*), grupo mais vasto da nobreza portuguesa. O termo aparece em Portugal a partir de 1093, e o define como o **nobre por nascimento**, e em oposição aos condes³⁰⁶. Como vimos, até meados do século XI, infanção é o nobre com funções predominantemente militares. À medida que estas funções militares se generalizaram e categorias mais baixas da nobreza passaram a guerrear a cavalo e com armas, o termo infanção dissociou-se de *miles*, que também passou a designar os cavaleiros-vilãos³⁰⁷.

Entenda-se, portanto, que infanção é o nobre, com funções militares reguladas por uma dependência pessoal a um senhor (“pré-vassálica”); enfim, são os jovens do grupo dominante³⁰⁸. Principalmente, são os membros armados dos

304 MARQUES, A. II. de Oliveira. *Ensaio da História Medieval Portuguesa. Ibid.*, p. 101.

305 **Manto**: capa de lã ou seda; **pelote**: casaco comprido apertado ao corpo, com ou sem mangas; **saia**: roupa mais íntima usada por baixo do pelote; **tabardo**: tipo de manto até o meio da perna, que se enfiava pela cabeça; **capeirote**: gorro para a cabeça com ponta comprida que servia de capuz e capa. Ver MARQUES, A. II. de Oliveira. *Ensaio da História Medieval Portuguesa. Ibid.*, p. 103-104.

306 Topo da escala social até meados do século XI, quando desapareceu com a morte e derrota do conde Nuno Mendes “em Pedroso, perto de Braga, no ano de 1071.” — MATTOSO, José. *Identificação de um país — ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*. *Ibid.*, vol. I, p. 105.

307 MATTOSO, José. *Identificação de um país — ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*. *Ibid.*, vol. I, p. 107.

séquitos do rei³⁰⁹). Isso significa que, até o final do século XII, não existe conexão entre nobreza e serviço militar a cavalo. Logo, a condição de cavaleiro só interessava aos nobres das categorias mais baixas³¹⁰. Mais tarde, principalmente a partir da centúria dos quatrocentos, o termo infância desapareceu.

c) Cavaleiros (*milites nobiles*)

Até meados do século XIII, os cavaleiros (*milites nobiles*) constituíam a camada mais baixa da nobreza, e utilizavam este termo como indício de superioridade social apenas para diferenciá-los dos cavaleiros-vilãos e camponeses. Assim, não estavam aqui incluídas as camadas mais altas da aristocracia de sangue³¹¹. Por outro lado, existiam cavaleiros que não eram nobres de nascimento, embora isso fosse cada vez mais raro com o passar do tempo. Neste caso, o sentido profissional do termo possibilitava a ascensão de não nobres por méritos militares.

Assim, mesmo com distinções sociais e hábitos distintos, podemos afirmar que, pelo menos na primeira metade do século XIV, coexistiam desde cavaleiros nobres, mais ou menos ricos — se possuísem pelo menos 1.000 libras de renda anual (quantia recebida pela Coroa)³¹² — até pobres, além de cavaleiros não-nobres, ricos e miseráveis³¹³. Enquanto o rico-homem só podia ter o rei como seu senhor, o cavaleiro podia ser vassalo de ricos-homens, embora só o rei detivesse o poder de armar cavaleiros.

Os textos da época afirmam que por esse serviço o cavaleiro “tinha maravedis” de seu senhor — recebia uma

308 *Id. Ibid.*, vol. I, p. 105 e 107.

309 MATTOSO, José. *Identificação de um país — ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*. *Ibid.*, vol. I, p. 123.

310 MATTOSO, José. “A sociedade feudal e senhorial” In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal — Volume II — A Monarquia Feudal (1096-1480)*. *Ibid.*, p. 174.

311 *Ibid.*, vol. II, p. 174.

312 MARQUES, A. II. de Oliveira. *Ensaio de História Medieval Portuguesa*. *Ibid.*, p. 105.

313 MATTOSO, José. “A sociedade feudal e senhorial” In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal — Volume II — A Monarquia Feudal (1096-1480)*. *Ibid.*, vol. I, p. 136.

certa quantia. Existem casos de cavaleiros vassalos de ricos-homens que, também vassalos do rei, recebiam maravedis de ambos. Em troca, o cavaleiro servia seu senhor com sé- quitos armados e recrutados nas suas terras, tudo à sua cus- ta³¹⁴. Embora se conheçam mal estes guerreiros vassalos — com exceção dos vassalos dos infantes da família real —, temos informação dos cavaleiros vassalos do conde D. Pedro de Barcelos (séc. XIV):

*"Este conde dom Pedro foi o que fez muito bem a fidalgos em Portugal e o que os pôs nas moi grandes contias, ca mais foram por ele postos e feitos em mui grandes contias ca polos melhores quatro homees bõos que foram em Portugal, salvando se foram ende reis. E este foi o que herdou alguus filhos d'algo nas sas herdades e que houve os me//lhores vassalos que hou- ve outro conde, nem homees bõos dos que dante foram."*³¹⁵

Estes ricos-homens possuíam no máximo uma dezena de cavaleiros como vassalos. Além da citação acima do con- de D. Pedro, temos o exemplo de Nun'Álvares Pereira, prior da Ordem do Hospital, que, numa doação de terras em prés- timo anterior a 1396, registrou onze cavaleiros, todos de bai- xa linhagem³¹⁶. Além disso, a pressão linhagística — alta demográfica nobiliárquica num exíguo espaço de herdades no Entre Douro e Minho — favoreceu o fenômeno social dos cavaleiros errantes. A própria Reconquista absorveu es- tes excedentes numéricos, principalmente de secundogênitos (além de vários casos de exílios políticos)³¹⁷.

Desde o fim do século XII, as epopéias castelhanas, e os romances de cavalaria — traduzidos e adaptados no sé-

314 MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV. Ibid.*, p. 248.

315 *Liuro de Linbagens do Conde D. Pedro* (ed. crítica por José Mattoso). *Ibid.*, volume II/ 1, 1980, 22H14 12.º, p. 277.

316 MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV. Ibid.*, p. 248.

317 MATTOSO, José. *A no breza medieval portuguesa — A Família e o Poder*. Lisboa: Edi- torial Estampa, 1987, p. 367.

culo XIV — forneceram farto material imagístico para estes cavaleiros andantes. A difusão mais tarde da poesia trovadoresca, o culto do espírito cortês e cavaleiresco tornaram os costumes sociais menos rudes. Esta “onda” de expansão cruzadística se processou paralelamente ao “avanço do processo civilizador e das concomitantes limitação e regulação das pulsões humanas.”³¹⁸

Como vimos, na primeira metade do século XIV, embora a categoria social de cavaleiro diferisse da de rico-homem, tanto nos haveres quanto nos tipos de panos permitidos para compra, os trajes eram os mesmos entre as diferentes categorias (com exceção dos peões)³¹⁹ Mesmo assim, para o cavaleiro dos quatrocentos os gastos com o vestuário eram excessivos — sem contar os gastos com o equipamento propriamente dito (cavalo e armas).

Além de serem em sua maioria importados da Flandres flamenga e francesa, os preços dos tecidos eram caros para o nível econômico da nobreza portuguesa. Levando-se em conta seus rendimentos, podia-se considerar abastado um cavaleiro que possuísse pelo menos 1.000 libras de ganho anual. Logo, se cumprisse o que determinava a *Pragmática de 1340* — que visava conter os gastos da nobreza — dois pares de panos a “uns 20 côvados cada, a 50 s. o côvado” — o cavaleiro gastava 100 libras, 10% de seus rendimentos³²⁰.

Isto significa que para manter seu antigo nível socio-cultural, a nobreza portuguesa da primeira metade do século XIV estava pouco a pouco se endividando. Fica ainda mais claro nas cortes de Elvas de 1361, quando os povos queixaram-se ao rei D. Pedro I que, no que diz respeito aos trajes e gastos, já não se obedecia ao que tinha sido determinado por Afonso IV em 1340³²¹

318 ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador. Formação do Estado e Civilização. Ibid.*, vol. II, p. 44.

319 MARQUES, A. II. de Oliveira. *Ensaio da História Medieval Portuguesa. Ibid.*, p. 100.

320 “Em contrapartida, os gastos de um rico burguês com vestuário, de acordo com a Pragmática de 1340, equivalia a 2,4% de seus rendimentos anuais (5.000 libras).” — MARQUES, A. II. de Oliveira. *Ensaio da História Medieval Portuguesa. Ibid.*, p. 103.

d) Escudeiros

O grau de escudeiro — terceira categoria nobre a partir do século XIV — era, na verdade, um estatuto transitório para o de cavalaria. Jovem a serviço de um cavaleiro, era aquele que “transportava o escudo, o ajudava a armar-se, o auxiliava quando necessário.”³²² Poderia trabalhar na própria residência de seu senhor, no caso, escudeiros da casa³²³. Ocasionalmente, fazia as vezes do arauto de armas, proclamando torneios e levantando desafios³²⁴. O postulante, desde os dez ou doze anos, começava sua aprendizagem nas técnicas de manejo de armas e equitação. Entre dezesseis e vinte e três anos, tornavam-se escudeiros. Ocupavam-se dos cavalos, limpavam as armas de seu senhor e acompanhavam-nos nos torneios e campos de batalha³²⁵.

Em Portugal, no entanto, além de ser considerado um estágio transitório, o empobrecimento da nobreza a partir do século XIV e a ascensão da cavalaria-vilã contribuíram para uma estabilização do escudeiro como um grupo social da baixa nobreza. Assim, um grande número de indivíduos sem linhagem que ascendiam na escala social não eram aceitos como cavaleiros³²⁶.

Pior: o encarecimento do armamento e do cavalo, além da própria cerimônia de investidura, tornou proibitivo para inúmeros nobres o acesso à condição de cavaleiro. Nestes casos, permaneciam na categoria de escudeiros³²⁷. O grau de escudeiro passou então a ser o de um conjunto estável de nobres de origem duvidosa, com um estatuto abaixo dos cavaleiros.

321 MARQUES, A. II. de Oliveira. *Ensaio da História Medieval Portuguesa*. *Ibid.*, p. 106.

322 MARQUES, A. II. de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. *Ibid.*, p. 248.

323 *Ibid.*, p. 237.

324 MELLO, José Roberto. *O cotidiano no imaginário medieval*. São Paulo: Contexto, 1992, p. 94.

325 PASTOREAU, Michel. *No tempo dos cavaleiros da Távola Redonda*. São Paulo: Companhia das Letras/Círculo do Livro, 1989, p. 44.

326 MARQUES, A. II. de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. *Ibid.*, p. 249.

327 MATTOSO, José. *A nobreza medieval portuguesa — A Família e o Poder*. *Ibid.*, p. 369.

Eram um grupo numeroso. Por exemplo, a ordenação do exército no reinado de D. João I (1385 — 1433) fixava em 2.360 o número máximo de escudeiros de uma lança³²⁸. Como cada “lança” — segundo Oliveira Marques — equivalia a três cavaleiros, para cada nobre a cavalo havia 786 escudeiros!³²⁹ Provavelmente este número incluía um grupo mais vasto do espectro social que também participava da organização militar do reino.

Quanto à categoria de nobre, os escudeiros eram incluídos como vassalos do rei — muitos eram vassalos diretos. Isso não excluía a possibilidade de o escudeiro também ser dependente de outro senhor, que poderia até ser um cônego. Por exemplo, D. Afonso Domingues, deão da Guarda e cônego de Lisboa, tinha dois escudeiros em 1364: Vasco Peres e Gonçalo Martins³³⁰.

Antes de tratarmos das categorias não-nobres que também participavam da guerra, devemos tratar brevemente daquele “sentimento de superioridade” que existia entre os nobres e que os identificava enquanto camada social diferente do restante da população. Por quê? Principalmente pelo motivo maior desta ideologia nobre: a guerra. Ela era o ponto de distinção social. Embora sejam raros os documentos que demonstrem esta mentalidade, “elas funcionavam como tal na prática.”³³¹ Os jogos físicos, o vestuário e as armas, o saber conhecer uma boa montaria, eram sinais sociais de uma superioridade social quase absoluta, “tal como a própria ordem cósmica”³³².

328 MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV. Ibid.*, p. 249. Lança era um “término militar que incluía al caballero y al péon con todo su armamento.” — MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983, vol. I, p. 191.

329 MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV. Ibid.*, p. 249.

330 *Ibid.*, p. 236.

331 MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal — Volume II — A Monarquia Feudal (1096-1480). Ibid.*, p. 195.

332 *Ibid.*, p. 196.

III. 2. O Povo

Analisaremos a estratificação do povo do ponto de vista estritamente militar. Assim, sua divisão baseava-se na capacidade econômica de possuir ou não cavalo e armas para a guerra. Portanto, cavaleiros e peões³³³. Grosso modo, poderíamos definir o cavaleiro como médio proprietário rural³³⁴; o peão como pequeno proprietário rural (na cidade, como o homem de *mester*)³³⁵

O patrimônio do peão permitia-lhe combater a pé. Em termos de valores mínimos, 500 a 600 libras para o cavaleiro e 300 libras para o peão³³⁶. Abaixo da peonagem, a “gente vil” — na terminologia militar do século XIV, assoldados, mancebos de soldada, homens de pé. Gente sem patrimônio, totalmente dependente de alguém. Comentaremos sobre esta divisão interna à divisão tripartida maior.

a) Cavaleiros-vilãos

Fruto direto da intensificação das guerras nas regiões fronteiriças, o cavaleiro-vilão era o homem livre, não-nobre, proprietário de grandes domínios que não tinham sido delegados por parte do rei, que “consagrara-se às armas” e constituía o grupo local dominante³³⁷. O elevado custo do equipamento militar (incluindo o cavalo) indica o alto nível econômico dos cavaleiros-vilãos, em relação aos peões³³⁸.

333 MARQUES, A. II. de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV. Ibid.*, p. 262.

334 “Remontando aos tempos da Reconquista, senão antes, os bens designativos do cavaleiro eram um casal habitado, uma junta de bois, quarenta ovelhas, um jumento e duas camas, ou o equivalente de tudo isto em numérico.” — MARQUES, A. II. de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV. Ibid.*, p. 262.

335 “Na terminologia, tanto do século XIV como do século XV (...), lavrador que lavrar, homem que não há quantia para ter cavalo, homem que usa de ofício, etc.” — MARQUES, A. II. de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV. Ibid.*, p. 263.

336 MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal — Volume II — A Monarquia Feudal (1096-1480). Ibid.*, p. 262-263.

337 MATTOSO, José. “As transformações do século XI”. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal — Volume I — Antes de Portugal. Ibid.*, p. 548.

338 As categorias sociais não nobres dividiam-se em peões e cavaleiros. Isso também é um indicador do “estado normal de guerra”, principalmente no interior do país e nas

Possuíam, na maior parte dos casos, armas de ferro (armaduras, loriga e capelo)³³⁹.

No século XIV, 500 a 600 libras era o valor mínimo dos pertences do cavaleiros. Mas isso podia também variar conforme a região. Em 1329, o mínimo para Palmela era de 800 reais, e para Setúbal, 1.500 libras³⁴⁰. Possuíam certos privilégios, tais como: não poderem sofrer penas corporais, castigar severamente aqueles que os derrubassem de seu cavalo, de juridicamente serem nivelados como infanções, de não pagarem jugada³⁴¹, nem fornecerem pousada a quem exigisse³⁴². Isso colocava-os numa posição de verdadeira oligarquia nos espaços concelhios³⁴³.

Seus fortes laços de solidariedade (*germanitas*) estão presentes nas prescrições foralengas, que garantiam a sucessão masculina em linha única e protegiam as viúvas. O sistema social vilanesco era o de um bando oligárquico armado, onde predominavam vinganças pessoais, controle sobre heranças, casamentos e uma redistribuição dos bens a fim de evitar concentração de riqueza e poder nas mãos de algum cavaleiro³⁴⁴.

cont. regiões fronteiriças. Ver MATTOSO, José. "Os concelhos". In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal — Volume II — A Monarquia Feudal (1096-1480)*. *Ibid.*, p. 219.

339 MATTOSO, José. "Os concelhos". In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal — Volume II — A Monarquia Feudal (1096-1480)*. *Ibid.*, p. 220.

340 MARQUES, A. II. de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. *Ibid.*, p. 263-265.

341 ...pagamento de um imposto público, que ainda se conserva vagamente nas regiões de organização colectiva (...) desaparece no Norte, excepto, talvez, em Trás-os-Montes, ficando apenas como vestígio seu o nome dado a certos homens, os jugadeiros, cuja condição, longe de permitir assimilá-los aos homens livres, parece particularmente inferior." — MATTOSO, José. *Identificação de um país — ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*. *Ibid.*, vol. I, p. 236.

342 MATTOSO, José. "Os concelhos". In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal — Volume II — A Monarquia Feudal (1096-1480)*. *Ibid.*, p. 221.

343 "Tal como originalmente definido por Platão e Aristóteles, esse termo (oligarquia) para designar o governo por poucos, baseado em geral na posse de riqueza (...) foi amplamente deslocado pelo de elite, embora referências a tendências oligárquicas ainda sejam feitas ao se analisar a estrutura de poder em organizações de vários tipos." — BOTTOMORE, Tom. Verbete "Oligarquia". In: OUTHWAITE, William e BOTTOMORE, Tom (ed.). *Dicionário do Pensamento Social do século XX*. *Ibid.*, 534-535.

Neste grupo de elite do povo se encontrava a maior parte dos cidadãos dos concelhos e eleitos para funções municipais. Viviam da venda de cereais, vinho, azeite, fruta e gado, além das rendas obtidas de empréstimos a peões, clérigos e membros da pequena nobreza. A renovação da nobreza se dava sobretudo através dos cavaleiros-vilãos³⁴⁵.

No entanto, a categoria vilã era alvo do escárnio por parte da nobreza. Acusados de covardia e “incapazes de enfrentar a guerra com dignidade”³⁴⁶, os cavaleiros-vilãos eram denominados, no jargão trovadoresco, *coteifes*. Suas vestes, hábitos e costumes — como, por exemplo usarem barba, moda trazida pelos cruzados para o ocidente — eram motivo de sátiras nobiliárquicas. O uso da barba era uma característica da cultura muçulmana. Por exemplo, durante o verão de 1290, a chegada de mercadores italianos a Acre foi motivo de um massacre de mercadores e camponeses muçulmanos, fato que precipitou a queda de Acre em 1291³⁴⁷.

No século XIII, cabelos e barbas longos era um costume típico da cavalaria-vilã. O contraste visual entre o vilão — *coteifes con granhões* (barba) — e o cavaleiro nobre, de cabelos curtos e sem barba, era um motivo de depreciação por parte da nobreza³⁴⁸. Tal desaprovação contava com o apoio da Igreja, que a entendia como uma “aproximação pecaminosa com o infiel”³⁴⁹.

344 MATTOSO, José. “Os concelhos” In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal — Volume II — A Monarquia Feudal (1096-1480)*. *Ibid.*

345 MARQUES, A. II. de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. *Ibid.*

346 BARROS, José Costa D'Assunção. *A Arena dos Trovadores — Estudo das representações das tensões sociais no cancioneiro galego-português (1250-1340)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense (UFF), dissertação de mestrado, 1994, vol. II, p. 257.

347 “De repente la turba cristiana se precipitó por las calles de la ciudad y los arrabaldes, matando a todos los musulmanes que encontraban; **y como se pensava que todo hombre con barba era musulmán, también perecieron muchos cristianos** (o grifo é meu).” — RUNCIMAN, Steven. *Historia de las Cruzadas*. *Ibid.*, vol. III, p. 374-375.

348 BARROS, José Costa D'Assunção. *A Arena dos Trovadores — Estudo das representações das tensões sociais no cancioneiro galego-português (1250-1340)*. *Ibid.*, p. 258-260.

349 MARQUES, A. II. de Oliveira. *A Sociedade Medieval Portuguesa — aspectos da vida quotidiana*. *Ibid.*, p. 60-61.

Tudo indica que a moda voltou após 1340, provavelmente pela certeza de ter passado o perigo muçulmano vindo da África com a vitória do Salado. É quase certo que Afonso IV tenha cultivado sua barba³⁵⁰. A partir do século XIV, a designação de cavaleiro-vilão caiu em desuso. Encontramos os termos cavaleiro aquantiado (ou somente aquantiado), cavaleiro de espora dourada ou mesmo cidadão honrado³⁵¹.

b) Besteiros do conto

Milícia municipal alistada na peonagem dos concelhos, os besteiros do conto constituíam a massa militar de Portugal juntamente com a cavalaria-vilã, uma tropa de elite das camadas mais baixas da população³⁵². Os besteiros do conto foram incorporados ao contingente regular das forças portuguesas no início do século XIV. Esta reforma militar é anterior a 1331, e foi introduzida por D. Afonso IV³⁵³.

As primeiras listas conhecidas indicavam a unidade militar concelhia do reino, na ausência deste podendo ainda referir-se a “julgados, terras, coutos, honras, etc.”³⁵⁴. Como o nome indica, besteiros por combaterem com a besta (ou balestra), arma portátil de arremesso de dardos (virotões ou viratões) extremamente eficiente na penetração das cotas de malhas, escudos e armaduras.

350 MARQUES, A. H. de Oliveira. *A Sociedade Medieval Portuguesa — aspectos da vida quotidiana*. *Ibid.*

351 MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. *Ibid.*, p. 263.

352 SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar — Compêndio de História Militar e Naval de Portugal*. *Ibid.*, p. 100; MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. *Ibid.*, p. 60.

353 MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. *Ibid.*, p. 337.

354 *Ibid.*, p. 344. O primeiro documento referente aos besteiros não tem data. É “um texto que faz parte de um caderno de pergaminho de quatro folhas, numeradas de 1 a 4, e que ocupa apenas a página 2 v.º, gaveta 9, maço 10, documento n.º 27 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.” Assim, apenas pode se presumir sua data baseada na letra, datada pelos especialistas nos primeiros anos do século XIV. Ver MARQUES, A. H. de Oliveira. *Ensaio da História Medieval Portuguesa*. *Ibid.*, p. 54-55.

Tecnicamente, a besta era uma “arma composta essencialmente por um arco apoiado numa haste e cuja corda se retesava por meio de uma mola, armazenando energia suficiente para disparar virotes pesados com grande precisão e longo alcance quando se acionava seu gatilho. Foi encontrada em túmulos chineses do século IV a.C.”³⁵⁵

A besta tinha desaparecido com as legiões romanas, só ressurgindo na cena européia na batalha de Hastings (1066)³⁵⁶. Mais mortífera que um arco simples de mão, ela era capaz de derrubar um cavaleiro da sela a 100 metros. No entanto, devido a seu peso, era de difícil manejo e recarregamento demorado, pois necessitava de apoio dos pés e ação simultânea das duas mãos³⁵⁷.

A partir do século XI, a Igreja tentou regulamentar a prática da guerra. Tentou-se então restringir o uso da besta. O papa Urbano II a condenou em 1096 como “odiosa a Deus”³⁵⁸. Finalmente, ela foi banida pelo papa Inocêncio II em 1139, no II Concílio de Latrão (10º concílio ecumênico, em Roma), sendo ameaçado de excomunhão quem fizesse uso dela contra cristãos³⁵⁹. Assim, a besta foi implicitamente permitida apenas na guerra contra os muçulmanos — naturalmente esta determinação não foi obedecida pelos guerreiros europeus³⁶⁰.

355 KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*. *Ibid.*, p. 338.

356 “Batalha decisiva que resultou na conquista da Inglaterra pelo duque Guilherme da Normandia que se declarara, por direito de consagração, legítimo sucessor de Eduardo, o Confessor (1042-66) Haroldo II da Inglaterra (...) lutou (...) apoiado por tropas (...) armadas de espadas e machados de guerra, e protegidas por impressionante muralha de escudos. As forças com que Guilherme o enfrentou eram substancialmente formadas por cavalaria, auxiliadas por arqueiros, que davam mobilidade e flexibilidade extras aos normandos (...) fazendo a vitória pender decisivamente para o lado deles.” — LOYN, H. R. (org.). *Dicionário da Idade Média*. *Ibid.*, p. 188.

357 FILHO, Cyro Resende. *Guerra e guerreiros na Idade Média*. São Paulo: Contexto, 1989, p. 71-72.

358 PRESTWICH, Michael. “A era da cavalaria”. In: BOYLE, Charles (ed.). *A arte da guerra*. *Ibid.*, p. 47 e 53.

359 FILHO, Cyro Resende. *Guerra e guerreiros na Idade Média*. *Ibid.*, p. 72.

360 “A atitude de Bayard, *chevalier sans peur et sans reproche*, em relação aos besteiros é bem conhecida: mandava executá-los quando feitos prisioneiros, afirmando que a

Mas voltemos a Portugal. Besteiros do conto, por serem fornecidos em certo número “préviamente fixado para cada concelho.”³⁶¹ Mesmo antes de se constituírem em um corpo municipal organizado, já no fim do século XIII, o monopólio militar dos cavaleiros começava a sofrer a concorrência dos besteiros³⁶².

Dentro da categoria de besteiros do conto, havia outras subdivisões. Besteiros de garrucha, que além da besta deveriam possuir bacinete, solha e 100 virotões. Besteiros a cavalo, que subdividiavam-se em dois grupos de acordo com seus bens. Os mais abastados deveriam possuir, além da besta e do cavalo, bacinete (capacete de couro ou de ferro que cobria a cabeça à feição do elmo), cota (armadura de malhas de ferro que cobria o corpo), solha (proteção de ferro para o tronco, com partes da frente e de trás) e loudel (veste de pano colorida — indicadora de seu estatuto social — com heráldica — que cobria o tronco do cavaleiro).

Combatiam com armaduras — *arnesados* — ou sem — *singelos*³⁶³. Besteiros de polé (a pé) ou de fraldilha (usando avental de couro para proteção do corpo), e besteiros de monte (por caçarem pelos montes).

Falava-se ainda em bestas de aço e bestas de arco. O besteiro deveria possuir 50 virotões. Todo este material artesanal era importado. A fabricação de bestas em Portugal data do início do século XV, embora a importação continuasse para atender a demanda³⁶⁴. Os besteiros do conto eram

cont. arma deles era covarde e seu comportamento traiçoeiro. Armado com uma besta, um homem poderia, sem o longo aprendizado de armas necessário para formar um cavaleiro ou o esforço moral exigido de um lanceiro a pé, matar qualquer um deles à distância sem se colocar em perigo.” — KEEGAN John. *Uma História da Guerra. Ibid.*, p. 343.

361 SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar — Compêndio de História Militar e Naval de Portugal. Ibid.*, p. 101. Por esta razão, o rol dos besteiros do conto podem fornecer subsídios para o cálculo da população portuguesa, pelo menos a partir do final do século XIII. Ver MARQUES, A. II. de Oliveira. *Ensaio da História Medieval Portuguesa. Ibid.*, p. 51-92.

362 MATTOSO, José. *Identificação de um país — ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325). Ibid.*, vol. I, p. 355.

363 SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar — Compêndio de História Militar e Naval de Portugal. Ibid.*, p. 101.

recrutados entre os peões, “homens de mester” — sapateiros, ferreiros, alfaiates, pedreiros, carpinteiros e tanoeiros³⁶⁵. Também eram recrutados caçadores que andavam “a monte” e abasteciam o mercado das vilas com carne, peles de coelho, mel e cera³⁶⁶. Daí a subdivisão acima de besteiros de monte.

A princípio eram recrutados mesterais jovens e casados, com determinada soma de haveres. No entanto, podiam-se admitir voluntários, desde que não trabalhassem na lavoura ou em outra milícia³⁶⁷. De qualquer modo, esta especialização militar constituía uma forma de ascensão social para a peonagem. Possuíam caráter de mercenários, pois com a generalização da moeda passaram a serem pagos em dinheiro. Neste sentido, foram os “primeiros soldados com um mínimo de profissionalização”³⁶⁸. O primeiro documento onde constam os besteiros do conto traz os seguintes números e localidades³⁶⁹:

Besteiros do conto — século XIV

<i>Localidade</i>	<i>Número de besteiros</i>
Santarém	60
Leiria	40
Abrantes	32
Tomar	32
Coimbra	31
Pombal	21

→

364 “Em 1435 vivia em Évora um Afonso Rodrigues, “mestre de fazer bestas de aço.” — MARQUES, A. II. de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV. Ibid.*, p. 60.

365 e os indivíduos empregados em pequenas indústrias que não fossem casados, não lavrassem continuamente em uma junta de bois e que vivessem em casa própria...” — MARQUES, A. II. de Oliveira. *Ensaio da História Medieval Portuguesa. Ibid.*, p. 52.

366 MATTOSO, José. *Identificação de um país — ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325). Ibid.*, vol. I, p. 366.

367 MARQUES, A. II. de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV. Ibid.*, p. 348.

368 MATTOSO, José. *Identificação de um país — ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325). Ibid.*, vol. I, p. 360.

369 Publicado em MARQUES, A. II. de Oliveira. *Ensaio da História Medieval Portuguesa. Ibid.*, p. 55.

Torres Novas	21
Ourém	21
Montemor-o-Velho	21
Alcanede	15
Soure	12
Arouce (arredores de Lousã)	12
Porto de Mós	10
Penela	06
Miranda	04

É notável a relação desta militarização do reino com as ordens militares. Senão vejamos: destes domínios citados, eram pertencentes à Ordem do Templo Tomar, Pombal e Soure. Montemor-o-Velho pertencia à Ordem de Santiago e Alcanede à Ordem de Avis. A ausência da Ordem do Hospital pode ser interpretada por um sentimento de elite mais presente nesta ordem. Esta inovação em termos de organização militar provavelmente é um indício da influência da tradução portuguesa das *Siete Partidas* de Afonso X de Castela, traduzida no final do século XIII³⁷⁰.

Por fim, a besta foi suplantada por uma arma de míssil ainda mais mortífera: o arco inglês. Este tinha mais do que o dobro de alcance da besta — até 230 metros — e, nas mãos de um arqueiro hábil, um poder de ataque ainda maior — até 12 flechas por minuto³⁷¹. A guerra aprimorava suas técnicas assassinas.

370 "A *Segunda partida* ou capítulo dizia respeito à organização da milícia real e teve a maior influência na actividade militar do novo século (séc. XIV)." — SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar — Compêndio de História Militar e Naval de Portugal*. *Ibid.*, p. 100.

371 O arco se transformou numa arma decisiva para os ingleses na Guerra dos Cem Anos. Ver PRESTWICH, Michael. "A era da cavalaria" In: BOYLE, Charles (ed.). *A arte da guerra*. *Ibid.*, p. 59.

A CRUZADA EM PORTUGAL

IV. 1. Portugal e a Reconquista

A formação e a consolidação geográfica do reino de Portugal foram frutos diretos da guerra, tanto contra castelhanos como contra mouros. As vitórias militares de Afonso I permitiram-lhe usar o título de rei, consolidando sua autoridade e assegurando-lhe um amplo território com várias províncias. Por outro lado, na primeira metade do século XIV, a nobreza portuguesa associava a glória passada da realeza borgonhesa à sua presença em campo de batalha contra os muçulmanos. Quando o conde D. Pedro tratou de “como e donde descenderom os reis de Portugal”, preocupou-se em ligar a realeza lusa à guerra contra os mouros:

*“Conta a estoria em este lugar que o linhagem dos reys de Portugal vem per esta guisa: el rey dom Affonso, **o que tomou Toledo aos mouros**, casou bua sua filha que avya nome dona Tareyja Affonso cõ huu conde que avya nome dom Anrique (...) **Este cõde ouve muytas batalhas cõ os mouros e cõ os leoneses e sempre os veceo e tomoulhes muyta terra. E ouve huu filho de dona Tareija que ouve nome dom Affonso Anriquez...** (os grifos são meus)”*³⁷²

A perspicácia militar do primeiro rei português ajudou a construir um conjunto tático para a guerra através da ex-

372 CINTRÁ, Luís Filipe Lindley (ed. crítica). *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Opus cit., capítulo DCCV, vol. IV, p. 214.

pansão de suas fronteiras. O estabelecimento de uma linha ofensiva de fortificações que servissem de apoio a incursões em território muçulmano data de 1135. Neste ano, Afonso I mandou construir um castelo em Leiria. Este, juntamente com o castelo de Soure — oferecido aos templários (1129?) —, destinava-se também a proteger a cidade de Coimbra dos ataques muçulmanos. Em 1142 mandou construir o castelo de Germanelo, junto ao Rabaçal, e, provavelmente na mesma época, os de Alvorge e Ansião³⁷³.

Temos aqui uma dupla associação: a tomada de uma postura militar ofensiva contra o poder muçulmano e a ligação desta empreitada entre poder real e ordens militares. Além disso, a retaliação árabe — o castelo de Leiria foi arrasado (1140?) e o de Soure foi atacado (1144) — trouxe outra apropriação de cunho ideológico: a associação da luta ibérica com Jerusalém. Um documento da época, conclamando voluntários para auxiliarem a região, afirmava que quem morresse em combate teria o mesmo *status* dos peregrinos de Jerusalém³⁷⁴. Este era o primeiro passo concreto em Portugal para se tratar a Reconquista ibérica ideologicamente como uma cruzada nos moldes do Oriente.

A existência de um documento desta natureza por si só não comprova que as populações envolvidas na defesa de Soure e Leiria tivessem efetivamente uma mentalidade cruzadística quando se envolviam em organizações militares — como correrias ou cavalgadas, por exemplo. No entanto, podemos afirmar que parte dos grupos sociais letrados, já no século XII, tentavam relacionar os empreendimentos militares ibéricos às cruzadas que ocorriam naquele momento na Palestina.

Este modelo mental de cruzada já vinha sendo proposto pelos cavaleiros francos que, desde o fim do século XI, acorriam à Península para aventuras militares. Nele estavam

373 MATIOSO, José (dir.). *História de Portugal — A Monarquia Feudal (1096-1480)*, p. 69.

374 *Ibid.*, p. 69.

inseridos aspectos bélicos mais intransigentes, tais como o genocídio completo e indiscriminado — inclusive de mulheres, velhos e crianças — e a destruição total das regiões sob o domínio mouro³⁷⁵.

Mas, ao que tudo indica, estas propostas de terra arrasada não encontraram eco na política administrativa dos reis portugueses. Por exemplo, sabe-se que Afonso III (1245 — 1279) manteve as estruturas produtivas das cidades do Algarve após a conquista lusa. Mesmo a cultura cristã apropriou-se de costumes árabes, como forma de superioridade e de exploração dos vencidos³⁷⁶. Durante toda a Reconquista portuguesa predominaram aspectos políticos na reocupação do solo; os reis da casa de Borgonha sempre levaram em conta as necessidades administrativas que se faziam prementes após cada vitória militar.

No entanto, isto não descaracteriza o espírito cruzado presente na Península. Na visão historiográfica do século XIV, Afonso I possuía forte ligação ideológica com a perspectiva cruzadística. A *Crónica Geral de Espanha de 1344* atribui suas vitórias frente aos mouros graças à sua devoção nas orações de São Bernardo, abade de Clairvaux, monge cisterciense e pregador cruzadístico, uma das grandes personalidades dos séculos XII na Europa e intimamente ligado à Ordem do Templo³⁷⁷:

*“Este rey (Afonso I) fez o moesteiro d’Alcobaça e o castello que sta açerca delle. E começou a fazer ena era de mill [...] annos. E offereceoho a Sam Bernardo que entô era abbade de Claraval (...) E, segudo openyom d’alguus, dizem que este rey dom Affonso avya grande devoço nas orações de Sam Bernardo. E que por esto lhe dava Deus tantas boas andanças contra os mouros.”*³⁷⁸

375 MATTOSO, José. *Identificação de um país*, vol. I, p. 330-331.

376 MATTOSO, José. *Opus. cit.*, vol. I, p. 330-331.

377 RUNCIMAN, Steven. *Historia de las Cruzadas*, vol. II, p. 234.

378 CINTRA, Luís Filipe Lindley (ed. crítica). *Crónica Geral de Espanha de 1344*. *Opus. cit.*, cap. DCCIII, p. 233-234.

Esta passagem da *Crónica* possui dois aspectos de caráter ideológico relevante. O primeiro, quando o cronista associa a jovem monarquia lusitana à figura do santo abade. Sem dúvida, trata-se de uma das formas de legitimação da realeza assentada na base guerreira — especialmente cruzada. Um elo mental de forte conotação para a época, quando a nobreza ibérica do século XIV revisitava suas origens históricas olhando seu primeiro rei como um redentor alicerçado na guerra contra os mouros.

O segundo aspecto ideológico da *Crónica*, ao colocar São Bernardo como interlocutor entre a realeza e a divindade. Como? As preces bernardinas que Afonso I rezava eram mais bem vistas aos olhos de Deus. Era por esse motivo e segundo a opinião de alguns (“openyom d’alguus”) que o rei obtinha tantas vitórias em campo de batalha. Mais uma vez, o local da guerra é a expressão dos desígnios divinos, onde Ele pode mostrar aos homens seus desejos e concordâncias com os atos da humanidade — aqui leia-se realeza como representação carnal do reino cristão.

Ligar-se a São Bernardo era estar sintonizado com o que havia de mais rigoroso espiritualmente: o monge cisterciense era um soldado de Deus, para muitos um *ayatollah* da fé católica³⁷⁹. Além disso, segundo a tradição monástica portuguesa, São Bernardo teria tido uma revelação dos votos de Afonso I em Alcobaça e orado pelo sucesso da empreitada³⁸⁰.

Por outro lado, as expedições de cruzados europeus que se dirigiam à Terra Santa e que tanto auxiliaram Afonso I fizeram uma importante ligação mental entre regiões fronteiriças dos dois mundos, como no caso da batalha do Salado. Seis foram as ocasiões em que se pôde contar com este auxílio:

379 BERLIOZ, Jacques. “S. Bernardo, o soldado de Deus” In: BERLIOZ, Jacques (apres.). *Monges e Religiosos na Idade Média*, p. 47-50.

380 SARAIVA, António José. *A cultura em Portugal. Teoria e História. Primeira Época: a Formação*. Lisboa: Gradiva, 1991, volume II, p. 119.

Expedições de cruzados a Portugal

<i>Ano</i>	<i>Expedições</i>
1142	Ataque a Lisboa
1147	Conquista de Lisboa
1189	Conquista de Alvor
1189	Conquista de Silves
1190	Auxílio a Santarém sitiada
1197	Ataque malsucedido contra Silves
1217	Conquista de Alcácer do Sal ³⁸¹

No período em destaque, ressaltamos a vitória de Afonso I em Ourique (1139) — sua primeira grande vitória contra os mouros —, a tomada de Santarém e Lisboa (1147), além de Sintra, Almada e Palmela (fortalezas defensoras de Lisboa). Além disso, os combates ao sul do Tejo com a invasão almôada forçaram Afonso I a fazer uma série de doações às ordens militares.

Aos templários foram concedidos direitos eclesiásticos sobre Santarém, além do castelo de Ceras (1159), mais tarde transferido para Tomar. A Ordem do Templo ficava assim com a incumbência de defender a retaguarda de Santarém e Lisboa dos ataques muçulmanos vindos do leste. Num curto período (1147 — 1191), a Ordem possuía dois grandes territórios: um ao norte de Leiria e Ourém, com Soure e Pombal; outro a leste destes dois povoados, com Ceras, Tomar, Zezêre e Almourol. As incursões de Geraldo, sem Pavor — despoamento de Beja, tomada de Trujillo, Évora e Cáceres, além dos castelos de Montánchez, Serpa e Juromenha — e a criação da Ordem religiosa-militar de Évora por Afonso I ou Sancho I (1175 ou 1176) completam o quadro do primeiro grande avanço português às expensas mouras.

Embora os muçulmanos tenham retaliado — Cáceres e Serpa voltaram às suas mãos, além de terem repovoado

381 Baseado em MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal*, vol. I, p. 89.

Beja —, o estabelecimento de uma nova fronteira de guerra constituiu-se num elemento decisivo para a viabilidade da independência de Portugal³⁸². Em 1178, Sancho I (1211 — 1223) organizou e levou a cabo uma incursão em território muçulmano, alcançando os arredores de Sevilha. No entanto, o recrudescimento do combate tornou cada vez mais difíceis as atuações de grupos armados não especializados (cavaleiros vilãos e chefes de bandos, como Geraldo, sem Pavor).

Após a conquista de Alcácer do Sal (1217), a linha do Tejo deixou de ser o grande teatro de confrontação entre cristãos e muçulmanos. As milícias concelhias foram pouco a pouco perdendo sua capacidade de organização militar. Com isso, os cavaleiros vilãos abandonaram os fossados para dedicarem-se à exploração da terra, organizando melhor os recursos naturais³⁸³.

Esta importante mutação na estrutura da guerra de Reconquista trouxe ao centro do palco guerreiro os monges-guerreiros. Já em meados do século XII, "...os combates decisivos eram travados, do lado cristão, pelas ordens militares, e, do lado muçulmano, pelos cavaleiros voluntários dos *ribat*, que faziam da guerra santa um acto de piedade."³⁸⁴ Estes monges-cavaleiros, os novos protagonistas do palco da guerra, eram agora considerados os únicos dotados das virtudes guerreiras autênticas que os capacitavam para lutar contra os inimigos da Cristandade³⁸⁵.

Assim, devemos ocupar-nos da especificidade medieval que foram as ordens militares, sua ideologia e força militar. Deter-nos-emos na Ordem do Hospital, devido à sua grande participação na batalha do Salado, motivo maior de nosso estudo.

382 MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal — A Monarquia Feudal (1096-1480)*, p. 86.

383 MATTOSO, José. *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*, p. 174.

384 MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal — A Monarquia Feudal (1096-1480)*, p. 92.

385 MATTOSO, José. *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*, p. 175.

IV. 2. A Ordem do Hospital em Portugal

Criada no ano de 1048 em Jerusalém por mercadores de duas famílias amalfitanas — os Mauris e os Pantaleonis —, a Ordem do Hospital de São João de Jerusalém rapidamente floresceu na Síria e Europa³⁸⁶. Transformou-se numa ordem monástico-militar em 1120, unindo ao seu objetivo caritativo inicial a missão de proteger a fé ou os fiéis e seus territórios: “tinham, pois, duas finalidades: *obsequium pauperum*, o serviço dos pobres ou atividade hospitalar, e a *tuitio fidei*, a proteção da fé ou dos fiéis e de seus territórios”³⁸⁷

Esta última atribuição hospitalária (*tuitio*) era uma das bases da guerra medieval, que era estimulada pelo ódio, vingança, pelo desejo da *tuitio* (defender) e da *ultio* (vingar). Motivos perturbadores da ordem, mas no entanto restauradores dos direitos naturais dos homens cristãos³⁸⁸ (as atividades dos hospitalários ligadas ao cuidado e abrigo de enfermos não serão analisadas aqui, já que não fazem parte diretamente da construção da mentalidade de cruzada, objeto principal deste estudo³⁸⁹).

O surgimento das ordens militares foi o resultado da longa maturação de uma idéia no seio da cristandade. Quando de sua criação, a união do ideal cavaleiro-monge já se encontrava bastante forte na mentalidade do ocidente medieval. Um bom exemplo que atesta isto é um trecho da *Chanson de Roland*, relato oral literalizado em francês, por volta do ano 1100³⁹⁰:

386 COSTA, Ricardo Luiz Silveira da. *A Ordem dos Cavaleiros do Hospital de São João de Jerusalém durante as cruzadas (1048-1291)*. Rio de Janeiro: Universidade Estácio de Sá, dissertação de graduação, 1993, p. 14.

387 BEITENCOURT O.S.B., Estêvão. “Que é a Ordem dos Cavaleiros de Malta?” In: *Pergunte e Responderemos*. Rio de Janeiro: Edições Lumen Christi, 1992, n.º 359, p. 43.

388 DUBY, Georges. *O domingo de Bouvines — 27 de julho de 1214*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p. 148.

389 Para a questão do atendimento dos doentes e dos estatutos da Ordem ver SAUNIER, Annie. “A vida quotidiana nos hospitais da Idade Média” In: LE GOFF, Jacques (apres.). *As Doenças têm história*. Lisboa: Terramar, s/d, p. 205-220.

390 FRANCO JR., Hilário. *A Eva Barbada — Ensaios de Mitologia Medieval*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 169.

“Eis o valor que deve ter um cavaleiro/que porta armas e monta um bom cavalo:/deve ser forte e ativo na batalha;/caso contrário não vale quatro denários,/mas deve ser monge em algum convento...”
(Chanson de Roland, 1869 — 81)³⁹¹

Na Península Ibérica, os hospitalários apareceram primeiro em Aragão, depois em Castela e Leão, sempre recebendo doações das nobrezas peninsulares, que esperavam em troca a participação das ordens militares na guerra contra o Islã. Em Aragão, Afonso I, o Batalhador (1104 — 1134), sem filhos, incluiu as ordens hierosolimitanas em seu testamento como herdeiras de seus dois reinos (Navarra e Aragão).

Como houve grande resistência da alta nobreza aragonesa, foi feito um acordo. Templários e hospitalários receberam grande número de senhorios e “...o décimo dos impostos do reino e o quinto dos repartimentos que se impuseram nas comarcas conquistadas aos mouros, estipulando-se que os reis de Aragão não fariam a paz com os infiéis sem o consentimento dos grandes mestres das ordens.”³⁹²

Em Castela, Afonso VII, o Imperador (1126 — 1157), prontamente entregou a fortaleza de Calatrava aos templários — situada no passo de Guadiana pela importante via Toledo-Córdova³⁹³. No entanto, nesta primeira fase de estabelecimento em território hispânico, as ordens militares recusaram-se a participar da Reconquista, frustrando as expectativas dos reis ibéricos. Calatrava é um bom exemplo disso, pois, ao ser atacada em 1157 pelos almôadas, os templários a abandonaram sem oferecer resistência³⁹⁴.

391 MARCIELLO-NIZIA, Christiane. “Cavalaria e Cortesia” In: LEVI, Giovanni e SCIIMITT, Jean-Claude (org.). *História dos Jovens 1 — Da Antiguidade à Era Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 147.

392 SALVÁ, Jaime. *La Orden de Malta — y las acciones navales españolas contra turcos y berberiscos en los siglos XVI y XVII*. Madrid: Instituto Histórico de Marina, 1944, p. 18.

393 IRADIEL, Paulino, MORETA, Salustiano e SARASA, Esteban. *Historia Medieval de La España Cristiana*. Madrid: Ediciones Castedra, 1989, p. 196.

394 IRADIEL, Paulino, MORETA, Salustiano e SARASA, Esteban. *Opus. cit.*, p. 196.

No reino de Portugal, ainda não se conhece o período exato da chegada da Ordem do Hospital. Isto explica-se pela perda do arquivo dos cavaleiros hospitalários³⁹⁵. O que se sabe com certeza é que, já com Afonso I, a Ordem se encontrava solidamente enraizada no seio da corte portuguesa, como vemos em sua doação:

*"E (Afonso I) deu ao Espital de Sam Joham de Jerusalem tres mil marcos d'ouro pera comprar herdades pera os enfermos da enfermaria, pera lbes darem de cada dia senbos pães alvos quentes de triigo e senbos vasos de vinho, polo meterem cada dia em oraçom. E deu grandes liberdades aa dita ordem do Espital no priorado de Portugal. E fez muitas mercees aas ordees, e por esto lbe fez Deus muito bem, ca ele foi de grandes feitos e acabou-os a gram serviço de Deus."*³⁹⁶

Desde meados do século XII, os freires do hospital residiam numa casa em Leça do Bailio — que anteriormente foi um mosteiro beneditino dependente de Vacariça — e por um bom tempo sede do priorado de Portugal³⁹⁷. A estreita relação entre os hospitalários e a emergente casa de Borgonha pode ser medida pela nomeação de um filho bastardo de Afonso I, de nome Afonso, para o grão-mestrado da Ordem. Exilado no reino de Leão, foi professo da Ordem do Templo, passando depois para a Ordem do Hospital³⁹⁸. Nela, foi mestre da Hispânia — a partir de 1198 — e grão-mestre (1202 — 1206)³⁹⁹.

395 ERDMANN, Carl. *A Idea de Cruzada em Portugal*, p. 39-40.

396 MATTOSO, José (ed. crítica). *Liuro de Linbagens do Conde D. Pedro*, volume II/1, 7B12, p. 127.

397 ALMEIDA, Fortunato de. *História da Igreja em Portugal*. Porto: Portucalense Editora, S. A. R. L., 1967, vol. I, p. 148. A doação do mosteiro data de 1128.

398 MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal — A Monarquia Feudal (1096-1480)*, p. 89.

399 CHAFFANJON, Arnaud e GALIMARD-FLAVIGNY, Bertrand. "Les Chevaliers de Malte". In: *Histoire Spécial 403 bis*. Paris: Librairie Jules Tallandier, 1980, p. 77. Neste período (1202-1206), a sede da Ordem do Hospital se encontrava em São João d'Acre, na Terra Santa.

A eleição de Afonso para o grão-mestrado pode ser resultante da influência que sua meia-irmã Matilde de Flandres exercia sobre o papa Inocêncio III⁴⁰⁰. Afonso ainda participou da Quarta Cruzada (1202 — 1204) e recebeu em 1205 uma doação territorial do imperador de Constantinopla, Balduíno⁴⁰¹. Promoveu a reunião do Capítulo Geral em Margat (Síria), e nesta Assembléia aprovou novos estatutos para a Ordem do Hospital, restabelecendo a disciplina militar e a rigorosa austeridade dos primeiros tempos.

Em 1206, Afonso renunciou ao grão-mestrado e voltou a Portugal — alguns autores alegam que os cavaleiros professos perderam a confiança em Afonso, pois teria ele caído nos prazeres mundanos⁴⁰². Segundo um texto do século XIV — *Chronica magistrorum defunctorum* — ao chegar a Portugal, Afonso foi envenenado por sua gente⁴⁰³. Mesmo se dermos crédito à fonte, este suposto assassinato não alterou as estreitas relações entre a Ordem do Hospital e a casa real portuguesa.

Logo no início de seu reinado, Sancho I (1185 — 1211) fez várias doações de herdades aos templários e hospitalários, mas infelizmente estas terras não são indicadas nas crônicas antigas⁴⁰⁴. Mais tarde, beneficiou os hospitalários nas regiões de Santarém e Lisboa⁴⁰⁵. Por volta de 1194, Sancho I doou ao prior do Hospital em Portugal, Frei Afonso Pais, terras da Coroa na margem direita do Tejo, chamadas Guidimtesta (Guidi in Testa ou Costa).

Este fato foi importante para o florescimento da Ordem em Portugal: antes mesmo do fim de seu reinado, os hospitalários portugueses já tinham ali construído o castelo

400 MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal — A Monarquia Feudal (1096-1480)*, p. 89.

401 MATTOSO, José (dir.). *Opus. cit.*, p. 89.

402 ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins (dir.). *Nobreza de Portugal*. Lisboa: Editorial Enciclopédia Ltda., 1960, vol. I, p. 116-117.

403 MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal — A Monarquia Feudal (1096-1480)*, p. 89.

404 ALMEIDA, Fortunato de. *História da Igreja em Portugal*. *Id. Ibid.*

405 MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal — A Monarquia Feudal (1096-1480)*, p. 89.

Belver. Com o rápido desenvolvimento da região, em 1232 Sancho II (1223-1248) doou uma grande extensão de terra próxima a Belver. Ali seria edificada a comenda principal em Portugal, Crato⁴⁰⁶.

IV. 3. *O sentido civilizacional da guerra cruzadística hospitalária: o modelo de repovoamento da Ordem do Hospital*

Com a doação da região à direita do Tejo, a Coroa pretendia incentivar o repovoamento da região. A guerra de Reconquista promovida pelas ordens militares tinha um sentido civilizacional cristão. Esta era uma das características das terras doadas às ordens, tanto na Península quanto na Palestina. Mesmo nos outros reinos cristãos peninsulares, como por exemplo em Castela, a política de doações de senhorios por parte da Coroa também visava à formação de núcleos populacionais compactos, e também a uma futura expansão⁴⁰⁷.

Com o apoio das casas reais, as ordens hierosolimitanas promoveram o repovoamento destas terras mais próximas da fronteira com o mundo muçulmano. Lugar da insegurança, do medo, as regiões da fronteira criavam no imaginário ibérico percepções distintas. Para o muçulmano, era uma cordilheira imaginária, partindo de Barcelona e Tarragona em direção a Tortosa. O geógrafo al-Idrisi colocava o extremo oriental desta barreira, em parte imaginária, em parte baseada em fatos concretos, em Medinaceli, de onde continuava até o oceano. De fato, tratava-se de uma idealização de uma realidade social⁴⁰⁸.

Em contrapartida, os cristãos consideravam a fronteira como o lugar do deserto — *locus desertus* —, o espaço

406 SOUZA, Tude Martins de, e RASQUILHO, Francisco Vieira. *Amieirado antigo Priorado do Crato*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982 (fac-símile da edição de 1936), p. 08.

407 LÓPEZ, ANA RODRÍGUEZ. *La consolidación territorial de la monarquía feudal castellana — expansión y fronteras durante el reinado de Fernando III*, p. 293.

408 GLICK, Thomas F. *Cristianos y musulmanes en la España medieval (711-1250)*, *Ibid.* p. 76.

desabitado (ou inabitável). Em 1012, monges de San Cugat descreveram a fronteira como “o lugar do grande terror”; os cristãos que viviam ali eram tidos como depravados e perversos, pela proximidade com o mundo do mal⁴⁰⁹. Com efeito, os monges-guerreiros tornavam-se assim os mais indicados a tomar a iniciativa do processo de reconquista e repovoamento.

Assim, as ordens hierosolimitanas desenvolveram um extenso trabalho de cultivo e tratamento hidráulico nos campos sob seus domínios⁴¹⁰. Neste aspecto, o conceito de civilização se refere às realizações de um projeto expansionista de grupos colonizadores. Descreve um processo histórico e seus resultados⁴¹¹. Este projeto civilizacional, finalidade da guerra monástico-militar, foi muito importante para o projeto de expansão cristã mas não o único. No entanto, gerou um modelo de ocupação sacralizante, que fixou e propagou a missão cristã dentro da guerra de Reconquista na Península⁴¹².

O repovoamento foi um processo lento, que nas mãos das ordens militares transformou-se numa planificação geopolítica consciente. Elas seriam a partir de então as novas protagonistas deste novo tipo de ocupação territorial. Num lento e tenaz esforço de assentamento de camponeses, podemos ter hoje uma idéia de como funcionava este modelo através do priorado hospitalário de Consuegra (segundo terço do século XIII)⁴¹³. De acordo com este documento, os hospitalários repartiam entre as populações que se formavam ao redor da fortificação terras em lotes para trabalho.

409 *Ibid.*, p. 80.

410 CORTADA, Francisco Castillon. “Política Hidráulica de templarios y sanjuanistas en el valle del Cinca (Huesca).” In: ZURITA, J. (dir.) *Cuadernos de Historia*, n.º 35, 1980, p. 383-384.

411 ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. Uma história dos costumes*, volume 01, p. 23-25.

412 FRÓES, Vânia Leite. Entrevista concedida em 06.05.97.

413 GONZÁLEZ-JIMÉNEZ, M. “Reconquista y Repoblacion del Occidente Peninsular”. In: *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, p. 485.

Nelas plantavam-se vinhas, oliveiras e hortas, além de destinarem-se um pedaço da terra à construção de solares⁴¹⁴. Com esta espécie de parceria de arrendamento, incentivava-se a produção e as populações eram assentadas na terra, tendo ainda a proteção militar das ordens.

Em Portugal, este modelo de repovoamento gerou resultados imediatos. Os templários receberam a região das vilas de Pombal, Soure, Ega e Redinha ('mata deserta de moradores e ainda sojeita a moros...' ⁴¹⁵); na área de Cã (doada em 1134), os templários desenvolveram "hortas oliveiras, vinhedos, trigais, milharais", criando "cavalos, touros, ovelhas, cabras..." ⁴¹⁶ Quanto aos hospitalários, o castelo de Bêlver já se encontrava povoado em outubro de 1210 — em seu testamento, Sancho I revelou possuir 20.000 morabitinos guardados no castelo ⁴¹⁷ As cortes de 1465 (em Guarda) registraram a queixa de que o município do Crato se encontrava muito despovoado, pois a população outrora era de oitocentas pessoas, e então estava reduzida à metade ⁴¹⁸.

Templários e hospitalários ainda ativaram a criação de gado — seu ordenamento senhorial pôs-se a serviço de uma "pecuária transumante" ⁴¹⁹ — pesca e comércio, ajudando assim o aquecimento do comércio com a implantação de um tipo de economia voltada para o mercado no período que compreende os anos 1210-1325 ⁴²⁰. Por exemplo, os hos-

414 GONZÁLEZ-JIMÉNEZ, M. "Reconquista y Repoblacion del Occidente Peninsular", p. 486.

415 ALVES, Gracilda. "Povoar ou Repovoar. Uma ação de muitos senhores" In: ROEDEL, Leila Rodrigues e SILVA, Andréia C. L. Frazão da (org.). *Anais da III Semana de Estudos Medievais*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 1995, p. 103.

416 ALVES, Gracilda. *Op. cit.*

417 MARQUES, José. "A presença da Igreja na História Militar Portuguesa dos origens aos finais do século XIV" In: *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, p. 18. *Morabitino* — dinheiro dos Almorávidas.

418 MORENO, Humberto Baquero. "A organização militar em Portugal nos séculos XIV e XV" In: *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987, p. 38.

419 MATTOSO, José. *Identificação de um país*, vol. I, p. 100.

420 MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal — A Monarquia Feudal (1096-1480)*, p. 253.

pitalários dispunham de grandes quantias de dinheiro para fazerem empréstimos tanto à nobreza quanto à casa real. Esta força monetária era uma das características das ordens hierosolimitanas: "...o poder financeiro dos Templários deduz-se do cuidado com que Afonso III se lhes dirige quando trata da quebra da moeda, em 1255."⁴²¹

A *Crónica Geral de Espanha de 1344* aborda a questão da pecuária desenvolvida pelos hospitalários e a cobiça dos muçulmanos pelas cabeças de gado:

*"...E, estando assi o arreal sen cavaleiros (do Hospital), veeron dez mouros gazulos, cavaleiros ben guisados e etraron no arreal da parte hu pousava o prior do Espital e nō poderon fazer outro dano se non que levarō huas poucas de vacas/ E enton o prior e os outros freires e dous cavaleiros segraaes que hy estavō, quãdo aquelo viron, armaronse o mais toste que poderon e sayron empos eles e começaram de os seguir. Os mouros, depois que se vyron aficados deles, deseemparrarō as vacas e começaram de fugir en maneira como se fossem vencidos. E entom huu scudeiro do prior tornou-se cō as vacas."*⁴²²

Em um trecho do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, também obtivemos informações do rebanho do prior do Hospital:

*"Este dom Rodrigo Froiaz, seendo **um dia comendo com o priol do Espital, que o convidara em ua sa tenda**, e dom Pero Meendez d'Azevedo, jazendo el rei dom Fernando sobre Sevilha, veerom quarenta cavaleiros de Mouros ferir ali u eles siiam comendo, **e levarom vacas que i andavam, do priol** (os grifos são meus)."*⁴²³

421 *Ibid.*, p. 253.

422 CINTRA, Luís Filipe Lindley (ed. crítica). *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. IV, cap. DCCCXXXVI, p. 463.

423 MATTOSO, José (ed. crítica). *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, volume II/1, 1980, 21G9 18.^ª, p. 230.

As extensas herdades doadas pelos primeiros reis portugueses à Ordem do Hospital afetaram decisivamente o processo de militarização dos concelhos, que, como vimos, já faziam nos séculos precedentes um tipo de guerra ininterrupta visando quase que exclusivamente ao saque, que era a base econômica daquelas comunidades. Muitos concelhos do centro e sul de Portugal tiveram parte de sua autonomia retirada para dar lugar à senhoriação por parte das ordens militares, mas, ao que tudo indica, não temos notícia de que este processo tenha provocado conflitos violentos⁴²⁴.

O silêncio das fontes sobre possíveis antagonismos entre os concelhos e as ordens militares também pode ser explicado pela política dos senhores das ordens, que, à maneira dos reis portugueses, fizeram concessões das cartas de foral garantindo-lhes certa autonomia e, com isso, estimulando suas atividades comerciais e artesanais (foral era a denominação do documento de isenções, privilégios e franquias outorgado pelo rei e muitas vezes pelos senhores das herdades e vilas da sua jurisdição).⁴²⁵

Este relacionamento também pode ser indicativo do grau de importância que as ordens militares deveriam representar para estas comunidades concelhias interioranas em termos de simbolismo carismático e virtude religioso-guerreira, atributos necessários à continuidade da luta contra o Islã. Dessa maneira, em vez de acirrar disputas de poder e controle dos concelhos, este processo de senhoriação levado a cabo pelos monges-guerreiros trouxe uma intensificação da religiosidade concelhia⁴²⁶.

As doações da casa real visavam ainda ao aproveitamento da disciplina militar das ordens militares, além da possibilidade da utilização de suas forças como um exército perma-

424 MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal — A Monarquia Feudal (1096-1480)*, p. 236.

425 MATTOSO, José. *Identificação de um país*, vol. I, p. 101.

426 MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal — A Monarquia Feudal (1096-1480)*, p. 236.

nente, pioneiro para a época. No entanto, as relações entre a Coroa e as ordens não foi sempre estável e regular. Fato digno de nota foi a atitude de Sancho I expulsando templários e hospitalários de Silves — não se sabe o motivo. A defesa da cidade passou aos monges-cavaleiros de Évora⁴²⁷. Em 1211, os hospitalários ainda foram acusados de usurpar e favorecer a usurpação de terras da Coroa. Afonso II coibiu. Além disso, houve problemas quanto ao direito de apelação da justiça administrada nas terras da Ordem — um diploma de 1271 mandava observar o direito estabelecido neste assunto⁴²⁸.

A participação dos hospitalários na guerra de Reconquista que estava sendo travada contra os muçulmanos não se fez tão presente como no caso dos templários, dos cavaleiros de Évora ou os de Santiago. Os templários, por exemplo, já se faziam presentes desde a década de 1130 na linha do Tejo, defendendo Lisboa com sua linha fortificada de castelos do vale do Zêzere. Os hospitalários, ao contrário, não deram à Coroa resultados militares imediatos. Pelo menos até 1147, com certeza, os cavaleiros de São João não constituíram em Portugal sequer uma milícia para colaborar com a Reconquista⁴²⁹.

Qual o motivo deste descaso? Embora as doações tenham sido constantes, ao que tudo indica o número de freires ingressos na Ordem não deve ter acompanhado a imensa demanda de terras. Isto apesar de a cavalaria religiosa ter sido um grande atrativo para os jovens secundogênitos afastados das emergentes estruturas linhagísticas que estavam sendo formadas. No século XIII, praticamente todas as famílias nobres portuguesas tinham filhos em alguma ordem militar. Por exemplo, “Barretos, Urgeses, Pimentes, FONSECAS, Fornelos, Alcoforados, etc., e também os de origens mais modestas ou incertas, como os Farinhas e Carvalhos, e mes-

427 MATTEOSO, José (dir.). *Op. cit.*, p. 95.

428 ALMEIDA, Fortunato de. *História da Igreja em Portugal*, vol. I, p. 150.

429 MATTEOSO, José. *Ricos-Homens, Infâncias e Cavaleiros*, p. 228.

mo os que tinham já chegado ao nível da alta nobreza, como os da Nóvoa, de Riba de Vizela, da Maia ou de Barbosa.”⁴³⁰

No entanto, como a nobreza portuguesa compreendia aproximadamente menos de 1% do total da população — cerca de 1.000 famílias, 5.000 a 6.000 pessoas, isto já nos séculos XIII e XIV⁴³¹ —, não podemos superestimar a força militar em termos numéricos das milícias das ordens militares dentro do contexto peninsular. Isto mesmo levando em consideração que o mundo muçulmano andaluz possuía estabilidade demográfica já a partir do século IX, contra uma demografia em plena expansão por parte dos reinos cristãos⁴³².

No período entre 1147 e 1170, os hospitalários ainda estavam fundando comendas sem constituir milícias ou edificar fortalezas. As comendas eram benefícios temporais e espirituais conferidos a pessoas que, pela sua condição — leigos ou eclesiásticos seculares — não podiam legitimamente auferi-los. Como vimos, a construção do castelo hospitalário de Belver data do final do século XII⁴³³.

A organização do patrimônio das ordens militares tinha sua especificidade própria. O maior posto administrativo em Portugal era o de comendador-mor, lugar-tenente do mestre da Ordem que atuava como superintendente nos assuntos administrativos de todas as comendas — sempre viajando para inspecioná-las pessoalmente. No caso específico do Hospital, o cargo de comendador-mor tinha a designação de bailio. Abaixo dele, o comendador, obrigatoriamente um monge-guerreiro residente na sua comenda. Esta categoria jurídica da terra era como um feudo, maior (tanto em extensão quanto em população) que a maioria dos senhorios laicos⁴³⁴.

430 *Ibid.*, p. 234.

431 MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, p. 242.

432 MATTOSO, José. *Identificação de um país*, vol. I, p. 69.

433 MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, p. 389.

Embora os hospitalários, desde o mestre Frei Afonso Peres Farinha, tenham estado em afinidade com a Coroa, o fato é que a Ordem do Hospital portuguesa era subordinada ao grão-comendador da Hispânia, residente em Castela. O grão-comendador era a autoridade máxima da Ordem na Península, subordinado diretamente ao grão-mestrado, que até 1291 residia na Palestina — após este ano, com a queda de Acre e o fim das cruzadas hierosolimitanas, a Ordem, expulsa da Palestina, passou a residir na ilha de Rodes. Esta questão geopolítica poderia futuramente provocar problemas quanto à gerência dos bens hospitalários em terras portuguesas e a relação da Ordem com a casa real. De que forma? O rei de Castela poderia ambicionar algum tipo de pretensão territorial em tempo de guerra.

Embora os priores portugueses sempre agissem com certa autonomia em relação ao grão-comendador da Hispânia⁴³⁵, consideramos essa “independência” dos hospitalários portugueses insuficiente para resolver alguma questão hierárquica de maior importância. Como afirma Erdmann, a respeito do julgamento dos templários em 1312, “...só lhe interessava (a D. Dinis) que o rico património (templário) não saísse para fora do país. É o que teria acontecido, pelo menos em parte, se os bens passassem para os cavaleiros de S. João”⁴³⁶.

No entanto, a Ordem do Hospital em Portugal sempre soube agir com bastante diplomacia nos casos de hierarquia e subordinação entre os poderes da Realeza, Papado e sua comenda superior em Castela. Isto talvez explique a permanência da Ordem, mesmo após a nacionalização dos bens templários com a criação da Ordem de Cristo em 1321⁴³⁷

434 *Ibid.*, p. 391.

435 MATTOSO, José. *Identificação de um país*, vol. II, p. 164.

436 ERDMANN, Carl. *A Ideia de Cruzada em Portugal*, p. 51.

437 COSTA, Ricardo Luiz Silveira da. “D. Dinis e a supressão da Ordem do Templo (1312): o processo de formação da identidade nacional em Portugal” In: FRÓES, Vânia Leite (org.). *Cultura e Imaginário no Ocidente Medieval. Arrabalde — Cadernos de História — Série I*. Niterói: Universidade Federal Fluminense (UFF), 1996, p. 90-95.

Assim, a Ordem do Hospital foi a única dentre as ordens peninsulares a manter sua autonomia em relação à Coroa — além do fim da Ordem do Templo, os freires de Calatrava e os de Santiago foram separados da Ordem em Castela, e a Ordem de Évora foi nacionalizada como Ordem de Avis.

Por fim, às vésperas da batalha do Salado, antes da invasão merínida de 1340, a Ordem do Hospital encontrava-se solidamente estabilizada no seio da nobreza portuguesa. O papel atribuído ao prior do Hospital D. Álvaro Gonçalves Pereira no início do século XIV pela pena do cronista-refundidor, como veremos, é o de apaziguador dos conflitos internobiliárquicos. Talvez a única grande exceção nesta função por parte do prior hospitalário tenha sido a questão entre Afonso II e as infantas⁴³⁸. D. Mafalda tinha recebido de Sancho I o mosteiro de Bouças, cedendo-o depois à Ordem do Hospital. O rei protestou e obteve de volta a posse do mosteiro. A Ordem então apelou junto à cúria romana por terem sido expulsos os seus membros. Foi o início de uma breve guerra civil⁴³⁹.

Mas na maior parte dos casos de litígio entre a realeza e a nobreza portuguesa, a Coroa podia contar com o auxílio dos hospitalários. Até em dissensões mais graves, como por exemplo na guerra civil entre D. Dinis e seu filho, o infante Afonso⁴⁴⁰. O sucesso da construção desta imagem conciliadora seria fundamental para a mística carismática do prior do Hospital na batalha do Salado atribuída pelo cronista-refundidor.

438 MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal — A Monarquia Feudal (1096-1480)*, p. 114.

439 MARQUES, José. "A presença da Igreja na História Militar Portuguesa das origens aos finais do século XIV" In: *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, p. 19-20.

440 MATTOSO, José. *Identificação de um país*, vol. II, p. 164.

RAMÓN LLULL (1235 — 1315) E O MODELO CAVALEIRESCO IBÉRICO INSERIDO NA MENTALIDADE CRUZADÍSTICA

O pensamento e a obra de Ramón Llull nos permitem analisar a visão cristã da cavalaria peninsular diretamente envolvida no contato direto com o “outro”: o muçulmano. Ao inserir-se numa proposta missionária de conversão — e portanto muito mais próximo do “inimigo” — Llull trouxe importantes contribuições à visão cristã da cavalaria. Sua obra *Libro del Orden de Caballería* foi fruto desse envolvimento. Embora contra as cruzadas desde o começo — era considerado um pacifista⁴⁴¹ —, Ramón Llull no fim de sua vida aceitou a luta armada contra o infiel como uma forma de impor o diálogo.

Ramón Llull nasceu entre os anos 1232 e 1235, em Maiorca. De família nobre, foi pajem e cavaleiro de Jaime I, o Conquistador⁴⁴², e senescal e mordomo de seu filho, o

441 SUGRANYES, Ramón. “Raymond Lulle: philosophe et missionnaire” In: Raymond Lulle. *Christianisme, Judaïsme, Islam. Les Actes du Colloque sur R. Lulle Université de Fribourg*, 1984. Éditions Universitaires Fribourg Suisse 1986, Collection “Interdisciplinaire”, vol. 12, pp. 09-27.

442 “Jaime I, o Conquistador, rei de Aragão 1213-1276, nascido em 1208. Figura proeminente na reconquista da Espanha aos muçulmanos, Jaime ampliou a autoridade de Aragão em três direções. Após a derrota moura de 1212 (batalha de Las Navas de Tolosa), ele conquistou Maiorca e as ilhas Baleares (1229-1235), (com a ajuda da ordem do Hospital, que aí recebeu terras e se estabeleceu). Para o sul, tomou Valência (1238). Pelo tratado com Luís IX da França, libertou a Catalunha da suserania francesa (1258), renunciando, em troca, às suas pretensões de suserania no Languedoc.” — LOYN, II. R. (org.). *Dicionário da Idade Média*, p. 220.

infante D. Jaime de Maiorca⁴⁴³. Casou-se antes de 1257 com Blanca Picany, tendo dois filhos, Domingos e Madalena⁴⁴⁴. Ao contrário do que se costuma pensar, não existe nenhuma prova documental que Llull tenha aderido a qualquer ordem religiosa. Na verdade, Llull foi um pensador leigo. Contudo, a iconografia posterior o franciscanizou⁴⁴⁵.

A forte presença moura e judia em Maiorca contribuiu para o sentido missionário de sua obra. Em 1265, aos trinta anos, quatro aparições de Jesus crucificado levaram-no a dedicar-se à conversão de todos os infiéis. Até então, sua vida era voltada para a corte, as poesias trovadorescas e a vida mundana: “Apesar da ajuda que recebi dos anjos e das pregações dos religiosos (...) cheguei a ser o pior dos homens e o maior pecador desta cidade e de todas as redondezas.”⁴⁴⁶

Ramón Llull nasceu quando Maiorca estava sendo conquistada aos mouros por Jaime I. A presença da Ordem do Hospital em Maiorca — auxiliou a campanha de Reconquista cristã, recebendo como prêmio a repartição da ilha⁴⁴⁷ — provavelmente influenciou o espírito de conversão expansionista do pensamento de Llull. Em sua obra *Disputatio clerici et Raymundi phantastici*, ele nos conta:

“Fui um homem casado, pai de família, numa boa situação de fortuna, lascivo e mundano. A tudo isso renunciei de bom grado, a fim de poder honrar a Deus, servir ao bem público e exaltar nossa santa fé. Aprendi árabe; fui várias vezes pregar entre os sarra-cenos. Detido, encarcerado e flagelado pela fé, traba-

443 Mais tarde, Jaime II, o Bom, rei das Maiorcas e senhor de Montpellier, Conflent e Colliure.

444 JAULENT, Esteve (introd., trad. e estudos). *Livro do Amigo e do Amado*. São Paulo: Edições Loyola, 1989, p. 19.

445 JAULENT, Esteve. Entrevista concedida em 18.01.1998.

446 LLULL, Ramón. *Obres essencials*. Barcelona: Ed. Selecta, 1960, vol. II (*Llibre de contemplació*), cap. XXXVII, n.º 26, p. 177. In JAULENT, Esteve (introd., trad. e estudos). *Livro do Amigo e do Amado*, 21.

447 SALVÁ, Jaime. *La Orden de Malta — y las acciones navales españolas contra turcos y berberiscos en los siglos XVI y XVII*, p. 15.

lhei cinco anos para comover os chefes da Igreja e os príncipes cristãos em favor do bem público. Agora estou velho, agora estou pobre, mas não mudei de idéia e perseverarei na mesma, se o Senhor me permitir, até a morte."⁴⁴⁸

Seus esforços resultaram na fundação, por Jaime II, de um colégio em Miramar, em 1276, onde os missionários cristãos podiam enfronhar-se nos mistérios da língua árabe. Não se sabe a duração do Colégio de Miramar. Especialistas especulam que a crise espiritual sofrida pelo filósofo em 1293 foi devida ao fechamento do Colégio. De qualquer forma, a partir de então, aos sessenta anos, Llull fez viagens à África e Ásia para pregar (esteve na Berberia, Tartária, Abissínia, Chipre e Rodas — sede internacional da Ordem do Hospital desde 1308).

Pregou ainda na Universidade de Paris e no Concílio de Vienne (no Delphinado, na França) de 1311 — 1312, onde foi decidida a supressão da Ordem do Templo. Morreu em 1315, apedrejado até a morte por muçulmanos em Bougie (norte da África)⁴⁴⁹. Mais tarde, difundiu-se uma lenda que dizia que teria expirado numa barca de mercadores catalães que o haviam pegado em Túnis para reconduzi-lo à terra natal. A lenda também propagou sua imagem como a de um alquimista e mago, o que não se confirma com o estudo de suas obras⁴⁵⁰.

Ramón Llull foi um escritor prolífico. Sobreviveram quase trezentas de suas obras; poesia, misticismo, filosofia e teologia⁴⁵¹. Boa parte de seus escritos do final de sua vida inserem-se dentro da perspectiva da ideologia cruzadística cristã (*Liber de fine*, 1305 e *Liber de acquisitione terrae sanctae*, 1309) e suas conexões com o maravilhoso (*Libre des meravelles* — ca. 1288)⁴⁵².

448 GILSON, Etienne. *A Filosofia na Idade Média*, p. 572-573.

449 LOYN, II. R. (org.). *Dicionário da Idade Média*, p. 244.

450 GILSON, Etienne. *Op. cit.*, p. 573.

451 LOYN, II. R. (org.). *Op. cit.*, p. 244.

No entanto, a filosofia luliana num todo é realista, não-aristotélica (por esse motivo aproveitada no Renascimento) e progressista — por exemplo, Llull foi um pioneiro na tentativa de organizar um sistema de arbitragem nas discussões internacionais⁴⁵³. Em sua época, alguns filósofos (Duns Scott, Guilherme de Ockham e os averroístas) tentavam libertar-se dos estreitos vínculos da metafísica e da teologia. Llull colocou não só a lógica, mas toda sua filosofia novamente a serviço da religião.

Declarando-se imaginativo (*phantasticus*) e iluminado (*doctor illuminatus*), Llull propagou um método apologético que deveria difundir a conversão dos infiéis⁴⁵⁴. Sua obra, mais famosa, *Ars Generalis sive Magnis* (1308), descreve como estabelecer a verdade essencial⁴⁵⁵. Dessa forma, Llull considerava-se um procurador dos infiéis. Sua arte deveria ser um instrumento argumentativo de conversão para judeus e muçulmanos⁴⁵⁶.

Podemos dividir seu pensamento nesta questão em duas fases. Na primeira, que compreende quase toda sua vida, Llull defendia a evangelização dos infiéis através do amor e do diálogo. Uma realização da inteligência a partir dos homens cultos de outras religiões. A partir do século XIV, no fim de sua vida, o fracasso do esforço missionário pacífico levou-o a defender o uso da força⁴⁵⁷. Esta perspectiva se insere no quadro histórico ibérico da época, de expansão e conquista militar cristã, fase final da Reconquista. Logo, possui um espírito de cruzada ibérica (tardio em relação ao resto da Europa), expansão ultramarina (idéia que precede em quase um século as navegações portuguesas) e sentido civilizacional cristão (que permeia toda sua obra).

452 LE GOLF, Jacques. *O imaginário medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 56.

453 JAULENT, Esteve. Entrevista concedida em 18.01.1998.

454 GILSON, Etienne. *Op. cit.*, p. 573.

455 LOYN, H. R. (org.). *Op. cit.* p. 244.

456 REALE, Giovanni e ANTISERI, Dario. *História da Filosofia*, p. 661.

457 JAULENT, Esteve (introd., trad. e estudos). *Livro do Amigo e do Amado*, p. 30.

No tratado *Liber de fine* (1305), preocupado com possíveis fracassos militares na dispersão das forças cruzadas em várias frentes de batalha, propôs que a cristandade concentrasse seus efetivos na expulsão dos mouros de Granada e num bloqueio econômico e militar ao Egito. No *Liber de acquisitione terrae sanctae* (1309) retornou à pregação da cruzada, considerando a viabilidade da tomada de Constantinopla simultaneamente a uma operação contra Granada⁴⁵⁸.

Em sua estratégia cruzadística, o papel desempenhado pelas ordens militares era fundamental. A grande questão de seu tempo a respeito das ordens foi a supressão do Templo decidida por Clemente V, e o destino dos bens templários espalhados por toda Europa. Llull sugeriu ao papa a fusão das ordens numa só, a exemplo de Pedro Dubois⁴⁵⁹. Na idéia de um controle maior sobre as ordens, também pensou numa espécie de “independência restrita” no mediterrâneo leste, área de maior atrito entre templários e hospitalários, principalmente⁴⁶⁰.

De qualquer forma, para Ramón Llull o papel dos monges guerreiros era o de protagonista do teatro da guerra cruzada na Península. Os atributos considerados por Llull essenciais para a consecução da cruzada eram a caridade (*caritas*) e o poder (*potestas*)⁴⁶¹, ambos intrinsecamente ligados à ideologia cruzadística monástico-militar⁴⁶².



458 HOUSLEY, Norman. *The Later Crusades — from Lyons to Alcazar (1274-1580)*, p. 29.

459 Jurista e escritor político francês, Pedro Dubois (c. 1250 — c. 1320) foi um eminente panfletista político. Seu mais famoso tratado foi *De Recuperatione Terre Sanctae* (c. 1306), onde expressa a tese da coroa francesa como líder europeia para as questões de paz interna e externa. Ver LOYN, H. R. (org.). *Dicionário da Idade Média*, p. 122.

460 FOREY, Alan. “The Military Orders (1120-1312)”. In: RILEY-SMITH, Jonathan (ed.). *The Oxford Illustrated History of the Crusades*. New York: Oxford University Press, 1995, p. 212.

461 HOUSLEY, Norman. “The Crusading Movement (1274-1700)” In: RILEY-SMITH, Jonathan (ed.). *The Oxford Illustrated History of the Crusades*, p. 261.

462 “Que contradição há entre o amor e a força? Nenhuma. Deus é amor e é todo o poder. Isto está claro em Llull, que considera o poder e o amor dois atributos conversíveis à essência humana” — JAULENT, Esteve. Entrevista concedida em 30.03.1998.

O conteúdo de sua *Ars* é, basicamente, a exposição deste método argumentativo⁴⁶³. O sistema combinatório de que Llull faz uso utiliza um simbolismo visual (esquemas, letras, cores, figuras geométricas), em que foi dado um importante passo a caminho das operações intelectuais baseadas num mecanicismo de fundo matemático⁴⁶⁴. Além disso, Llull inaugurou o catalão literário, fazendo um pioneiro uso do vernáculo românico para seus escritos⁴⁶⁵. Sua obra teve grande repercussão até meados do século XVIII, e o lulismo penetrou também em Portugal, juntamente com outras correntes filosóficas, como o averroísmo e o escotismo⁴⁶⁶. Registramos algumas obras de Llull na biblioteca alcobacense, em letra gótica miúda do século XV, além de referências no *Leal Conselheiro* de D. Duarte⁴⁶⁷. Todavia, não teve o mesmo eco entre os filósofos⁴⁶⁸.

V. 1. *O Libro del Orden de Caballería e o simbolismo das armas do cavaleiro: a espada e o escudo*

O Libro del Orden de Caballería

	<i>Os fundamentos da cavalaria</i>
	<i>O ofício do cavaleiro</i>
<i>Capítulos</i>	<i>O exame para o escudeiro ingressar na ordem</i>
	<i>O ensino para o recebimento da ordem</i> →

463 “Ela consiste essencialmente em tabelas em que estão inscritos os conceitos fundamentais, de tal maneira que, combinando as diversas posições possíveis dessas tabelas umas com as outras, se possa obter mecanicamente todas as relações de conceitos correspondentes às verdades essenciais da religião.” — GILSON, Etienne. *Opus. cit.*

464 REALE, Giovanni e ANTISERI, Dario. *História da Filosofia*, p. 663.

465 LOYN, H. R. (org.). *Dicionário da Idade Média*, p. 244.

466 MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, p. 427-428.

467 “Além disso, Gil Vicente está profundamente impregnado pela teoria luliana das *dignidades*. O seu mais importante vestígio é, porém, constituído por uma obra de apologética e polémica antimuçulmana e antijudaica do século XV: a *Corte Imperial*.” — SARAIVA, António José. *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*, p. 140.

468 A respeito de Llull, Leibniz (1646-1716) disse que sua maior obra, a *Ars magna*, “é apenas uma sombra da verdadeira arte combinatória...” — REALE, Giovanni e ANTISERI, Dario. *História da Filosofia*, p. 663.

Parte integrante da primeira fase literária-de Ramón Llull, o *Libro del Orden de Caballería* é, antes de tudo, uma obra com propósitos artísticos, isto é, uma aplicação prática de sua Arte. Apologética e doutrinária, seu conteúdo é de forte tendência missional⁴⁶⁹ O livro pretende ocupar um espaço vazio na formação dos novos pretendentes à qualquer ordem de cavalaria, tentando dar a estes noviços um caminho que os ilumine numa série de preceitos e valores espirituais, morais e éticos. Aproximando-se da arte da astronomia, Llull divide sua obra em sete partes, “a semejanza de los siete planetas que son los celestiales Corsos que gobiernan y ordenan las cosas terrenales”⁴⁷⁰

Para explicar o surgimento e o propósito da obra, Llull fez um pequeno prólogo, no qual conta uma história. Nela, um velho cavaleiro escolheu a vida eremita da floresta e um dia encontrou um escudeiro desejoso de ser feito cavaleiro. Este viajava para cortes reunidas por um grande rei. Eles então conversaram, maravilhados um com o outro⁴⁷¹. Quando o escudeiro disse não conhecer as regras da cavalaria, o velho eremita repreendeu-o e deu-lhe um livro escrito para restaurar a honra, a lealdade e a ordem que o cavaleiro deveria ter. O jovem, agradecido, disse: “Ah, Señor Dios! Bendito seáis, porque me habéis guiado a un lugar y a tiempo para que pueda tener el conocimiento de caballería”⁴⁷². Quando chegou à corte do prestigioso rei, o escudeiro apresentou-o com o livro dado pelo eremita, para que todos pu-

469 LULIO, Raimundo. *Libro del Orden de Caballería — Príncipes y juglares*. México: Espasa-Calpe Argentina S. A., 1949. Trabalhamos com esta edição que é a versão castelhana realizada por F. Sureda Blanes do Código Quatrocentista G. Lull.

470 LULIO, Raimundo, *Opus. cit.*, p. 13.

471 LULIO, Raimundo, *Opus. cit.*, p. 16.

472 LULIO, Raimundo, *Opus. cit.*, p. 19.

dessem lê-lo com frequência e tivessem sempre presente em suas almas os ideais da cavalaria.

Neste prólogo encontramos os propósitos da obra. Como a cavalaria e o povo cristão se perderam, cabe à Igreja trazer seu rebanho de volta, iluminando o caminho com os beatos letrados como Llull. O autor chega a enumerar os pecados nos quais a cristandade caiu:

*"Disminuyeron la **caridad**, la **lealdad**, la **justicia** y la **verdad** en el mundo. Y comenzaron la **enemistad**, la **deslealdad**, la **injuria** y la **falsedad**; y por esto cundió el terror y la perturbación en el pueblo de Dios..."* (os grifos são meus)⁴⁷³

Os pecados do povo cristão são expiados com a praga de Deus. Se não, como explicar a permanência do Islã por tanto tempo na Península? A obra possui, portanto, um sentimento de nostalgia de tempos gloriosos. Para trazer esse tempo de volta, segundo Llull, seria necessário fazer-se o soerguimento da instituição da cavalaria. Quais seriam os sentimentos que preencheriam este retorno? Primeiro, a volta da justiça através do temor. Com ele, o cavaleiro exerceria sua autoridade, para que fosse "amado e temido pelas gentes" e com isso, desse "verdade e justiça"⁴⁷⁴.

Para que exercesse a justiça, o cavaleiro deveria possuir sete virtudes que o destacassem dentre os demais: 1º) amabilidade, 2º) sabedoria, 3º) lealdade, 4º) força, 5º) nobre ânimo, 6º) melhor instrução e 7º) melhores costumes. Estas qualidades mostram a visão do clérigo catalão acerca da cavalaria. Roubo, destruição, violência contra pobres, estupro de viúvas, tudo isso está presente nas críticas de Ramón Llull⁴⁷⁵.

O quadro é absolutamente decadente: cavaleiros que cometiam perjúrio, luxúria — o vício mais abominável —, ladrões e traidores de sua causa, reis e príncipes malvados.

473 LULIO, Raimundo, *Opus. cit.*, I, 1, p. 21.

474 LULIO, Raimundo, *Opus. cit.*, I, 5, p. 23 e I, 10, p. 25.

475 LULIO, Raimundo, *Opus. cit.*, II, 14, 21, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, p. 35-44.

Na verdade, para Llull, as duas maiores missões do cavaleiro são: pacificar os homens (leia-se cristãos), manter e defender o cristianismo, vencendo os infiéis que a cada dia “se afanam em destruir la Santa Iglesia”⁴⁷⁶. Portanto, sua perspectiva é cruzadística, expansionista e guerreira. A cavalaria deveria estar a serviço da fé cristã, para se impor perante o Islã. Para isso, o cavaleiro deveria estar imbuído dos mais nobres ideais, pois esta era uma missão divina, e só os puros de coração deveriam ter acesso a ela. Assim, para que a cavalaria tivesse a elite dos homens, de onde ela deveria tirar seus combatentes? Ramón Llull é bastante claro: entre os nobres. O autor chega a propor uma hierarquia idealizada para a cristandade (ver quadro seguinte).

Na primeira linha, e acima de todos, o imperador. Este título povoou o imaginário nobiliárquico ibérico praticamente desde que Afonso X, o Sábio, de Leão e Castela, pleiteou-o para si (Sacro Império Romano Germânico), nos anos 1256 — 1275, sem sucesso⁴⁷⁷. Colocando o imperador acima dos reis, Llull estabelece para toda a cristandade europeia uma conexão com o distante passado de Carlos Magno (742 — 814), paradigma e mito do monarca guerreiro, unificador. Mais uma vez, a glória de tempos idos é idealizada como um lugar-em-si cavaleiresco.

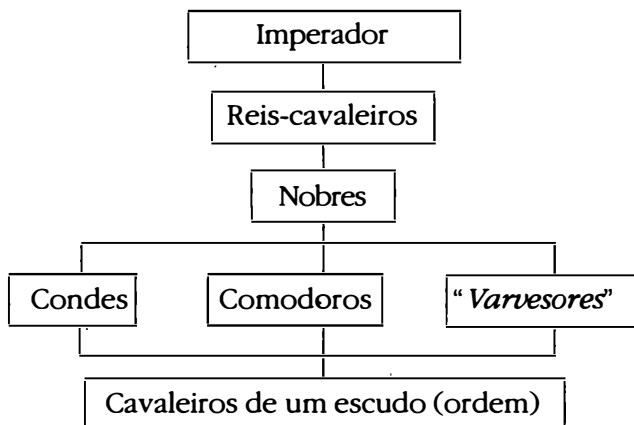
Para auxiliar o imperador luliano, que o ajudassem reis-cavaleiros a manter a ordem de cavalaria, base de seu poder. Esta é uma concepção tipicamente feudal de divisão administrativa-governamental. Abaixo do imperador e dos reis, todo o corpo da nobreza, auxiliado por seus cavaleiros e diversas ordens de cavalaria. Provavelmente pela ascensão das camadas não nobres da população ibérica aos postos da cavalaria (em Portugal, os chamados cavaleiros-vilãos), Ramón

476 LULLIO, Raimundo, *Opus. cit.*, II, 2, p. 29.

477 Afonso X “foi eleito imperador em 1257, mas um veto papal desfez todo o seu trabalho (...) Não obstante, persistiu por mais dezoito anos, e somente uma revolta da nobreza castelhana o forçou a renunciar a suas pretensões.” — LOYN, II. R. (org.). *Dicionário da Idade Média*, p. 06.

Llull afirma ser necessário converter todos os cavaleiros em senhores de gentes (nobres), que devem trabalhar (arar, limar e cavar a terra) para que o cavaleiro possa guardar os caminhos, defender os lavradores e “reger as gentes”⁴⁷⁸.

A hierarquia social luliana



O autor limita o número de cavaleiros (“caballería no aprecia multitud de número”) e afirma que os pretendentes devem ser ricos, para poderem possuir todo o armamento necessário ao seu ofício⁴⁷⁹. Isto fica ainda mais claro quando da festa que acontece após a sagração do cavaleiro: o nobre que irá armar o cavaleiro noviço deve dar presentes aos convidados, e o novo cavaleiro também⁴⁸⁰.

Na concepção cavaleiresca luliana, estas obrigações materiais restringem consideravelmente os nobres que desejam ingressar na cavalaria, tornando-a quase que um corpo de elite. A Igreja deve cercar a cavalaria com seus ideais para que não se perca nos pecados mundanos. Isto está bem claro quando Llull afirma que a maior amizade existente deve

478 LULLIO, Raimundo, *Opus. cit.*, II, 10, p. 24 e III, 22, p. 40.

479 LULLIO, Raimundo, *Opus. cit.*, III, 16, p. 55.

480 LULLIO, Raimundo, *Opus. cit.*, IV, 13, p. 63-64.

se dar entre clérigos e cavaleiros⁴⁸¹. Isso é um forte elo de ligação entre a filosofia luliana e a concepção das ordens militares da guerra como missão.

Na filosofia luliana, o monge guerreiro pode ser visto como um trio unitário, que abrange os três ideais em uma só pessoa⁴⁸². O monge cavaleiro reza, trabalha em seus senhorios e combate o inimigo de sua fé. Assim, a trifuncionalidade é projetada idealmente nas instituições monástico-militares, transportando a simbologia católica do número três (Pai, Filho e Espírito Santo — começo, meio e fim), e compactando o triângulo para harmonizar a irracionalidade do mundo carnal — os que rezam, os que combatem e os que trabalham — como um microcosmo da sociedade feudal em forma de combate ao infiel⁴⁸³. Este é um ponto crucial para se entender a concepção cruzadística e sua difusão na Península realizada pelas ordens militares.

O cerimonial antecedente à sagração do noviço é outro ponto que une as duas instituições. A confissão e a data para a entronização (qualquer festa honrada do ano cristão) do cavaleiro indicam que se trata de uma cerimônia de ordem religiosa. O jejum em honra do santo do dia, a observância de não participar da festa em si (o cavaleiro não deve ouvir jograis, considerados transmissores do pecado), são sinais do sagrado totalmente inserido neste universo bélico:

“Si escucha a juglares que cantan o hablan de cosas descompuestas, indecencias o pecado,

481 LULIO, Raimundo, *Opus. cit.*, II, 4, p. 29-30.

482 A consolidação do ideal cristão das três ordens como representante dos desígnios da Providência foi anunciada numa declaração, em 1335, de Filipe Vitry, secretário de Filipe VI de Valois: “...o povo, para melhor evitar os males que vê aproximarem-se, fez de si a terceira parte. Uma fez-se para rezar a Deus; para comerciar e trabalhar fez-se a segunda; e depois, para proteger ambas de prejuízos e vilanias, foram postos no mundo os cavaleiros.” — F'OURQUIN, Guy. *Senhorio e Feudalismo na Idade Média*. Lisboa: 1987, p. 220.

483 “O triângulo: uma base, um vértice e, sobretudo, essa ternaridade que, misteriosamente, procura o sentido de equilíbrio (...) o importante é determinar, entre o emaranhado, entre a desordem do universo sublunar, quais os eixos de uma construção harmoniosa e racional que pareça corresponder aos desígnios do Criador.” — DUBY, George. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Lisboa: 1982, p. 13.

ya en el principio y en el primer momento en que ingresa en caballería comienza a deshonrarla y a menospreciar este orden (os grifos são meus). ”⁴⁸⁴

As ordens militares seriam a perfeita conjugação desta concepção guerreiracristã. O ideal cavaleiresco luliano, que une Igreja e Cavalaria num só corpo, também estava claro na concepção litúrgica que envolve o noviço. Após a missa solene, este deveria então estar em afinidade com catorze artigos proferidos pelo padre num sermão que fundamenta a fé que o cavaleiro levaria consigo para os campos de batalha. Divididos em dois grupos (sete artigos para a deidade e sete para a humanidade que Jesus tomou em Nossa Senhora), são eles:

Artigos para a Deidade:

- 1º Crer em um Deus;
- 2º Crer no Pai;
- 3º Crer no Filho;
- 4º Crer no Espírito Santo; que Pai, Filho e Espírito Santo são eternamente um Deus, sem fim nem princípio;
- 5º Crer que Deus é o Criador de tudo;
- 6º Crer que Deus redimiu o homem do Pecado Original;
- 7º Crer que Deus dá a glória aos que estão no paraíso;

Artigos para a Humanidade:

- 1º Crer que Jesus foi concebido do Espírito Santo;
- 2º Crer que Jesus nasceu;
- 3º Crer que Jesus foi crucificado e morto para nos salvar;
- 4º Crer que Jesus baixou ao inferno para libertar Adão, Abraão e os demais profetas que creram Nele antes de morrer;
- 5º Crer que Jesus ressuscitou;
- 6º Crer que Jesus subiu aos céus, no dia da Ascensão;
- 7º Crer que chegará o dia do Juízo Final, quando todos serão julgados⁴⁸⁵

484 LULIO, Raimundo, *Opus. cit.*, IV, 3, p. 59.

485 LULIO, Raimundo, *Opus. cit.*, IV, 5, p. 60.

Com os dez mandamentos e os sete sacramentos da Igreja, todos eles jurados pelo cavaleiro na missa solene da sagração⁴⁸⁶, a Igreja reveste o cerimonial militar de uma auréola sagrada indissolúvel. O ideal cavaleiresco luliano — quase sempre quebrado na prática — tinha assim um propósito firme de entrelaçar a filosofia da Igreja com a prática guerreira das ordens de cavalaria. Tal meta visava, como vimos, ao restabelecimento de um passado mítico glorioso, ligado diretamente aos maiores reis guerreiros “alargadores do espaço cristão”⁴⁸⁷

Para nossa perspectiva da mentalidade de cruzada presente na cavalaria ibérica, os artigos do *Libro* de Ramón Llull que mais nos interessam dizem respeito ao significado das armas do cavaleiro. Portanto, descreveremos e analisaremos sua simbologia ligada às armas. Consideramos este o melhor exemplo da mentalidade cruzadística inserida no pensamento do autor catalão, que à sua época traduzia a ortodoxia da Igreja neste terreno filosófico.

A corrente mais conservadora liga-se diretamente à concepção belicista e dicotômica das ordens militares, entendidas como o braço armado da Igreja. Como nos outros artigos lulianos, o elo de ligação que estabelece a simbologia das armas procede da relação direta entre clérigos e cavaleiros (“Y como el oficio de clérigo y el oficio de caballero se convienen...”)⁴⁸⁸. Ramón Llull trata de dezoito objetos materiais que nas mãos do cavaleiro cristão se tornam símbolos da cruzada contra o inimigo. São eles, em ordem:

486 LULLIO, Raimundo, *Opus. cit.*, IV, 5, 6, 7, p. 60-61.

487 FRANCO JR., Hilário. *Peregrinos, monges e guerreiros — Feudo-clericalismo e religiosidade em Castela Medieval*. São Paulo: Ilucitec, 1990, p. 155.

488 LULLIO, Raimundo, *Opus. cit.*, V, 1, p. 65.

Simbologia cristã-cruzada luliana das armas do cavaleiro

<i>Armas do cavaleiro</i>	<i>Simbologia</i> (significado)
Espada	Feita à semelhança da cruz, para manter a justiça e a cavalaria
Lança	Verdade, apoio da esperança; força sobre a falsidade
Elmo	Vergonha, para que o cavaleiro não faça coisas vis
Loriga	Castelo e muro contra os vícios e faltas
Calças de ferro	Com suas armas, o cavaleiro deve manter os caminhos seguros
Esporas	Cuidado para não ser surpreendido
Gorjal	Obediência; proteção contra os vícios
Maça	Força da coragem
Punhal	O golpe de misericórdia; a esperança em Deus
Escudo	O seu próprio ofício; como o escudo, o cavaleiro se interpõe entre o rei e seu povo
Sela	Seguridade de ânimo que menospreza a covardia
Cavalo	A nobreza de seu valor; para que cavalgue mais alto que os demais homens
Freio (para o cavalo)	O cavaleiro deve frear sua boca de palavras mentirosas e suas mãos de gestos vis; deve deixar levar-se a todos os reinos
Testeira (para o cavalo)	Não deve fazer uso de suas armas sem motivo; a razão defende o cavaleiro de vitupérios e vergonha
<i>Guarnimientos</i> (proteção para o cavalo)	O cavaleiro deve guardar seus bens para que mantenha a honra da cavalaria
Túnica	Os grandes trabalhos que sofrerá em nome da cavalaria
Divisa	Para que seja reconhecido e lembrado por seus feitos

Estandarte (para rei e nobres)	Para significar que os cavaleiros estão com o dever de manter a honra e a herdade de seu senhor ⁴⁸⁹
--------------------------------------	--

Esta lista idealizada pelo autor inclui uma série de acessórios que até meados do século XIV eram inacessíveis economicamente para boa parte dos cavaleiros nobres portugueses (por exemplo as calças de ferro e a proteção para o cavalo), mais pobres do que seus colegas armados de além-Pireneus⁴⁹⁰. Conjeturamos, portanto, que sua preocupação foi a de acrescentar todo o conjunto de armas já inventado até então, independentemente de sua acessibilidade material.

De nosso especial interesse é o grupo de armas que mais significado tiveram para a cavalaria portuguesa: a espada e o escudo. Desde a segunda metade do século XI, a função guerreira era atributo e fundamento da realeza peninsular. Ao falarem da nobreza real, os cronistas ressaltavam sua *strenuitas* (valentia, sucessos guerreiros)⁴⁹¹. Especificamente no caso português, a espada e o escudo revestiram-se da mesma importância que a coroa em outras regiões da Europa.

A espada é o símbolo da força e do sol⁴⁹². Na tradição cristã, representa o momento da decisão. Quando Adão e Eva foram expulsos do Paraíso, Deus colocou em sua entrada querubins com uma espada flamejante: “Ele baniu o homem e colocou, diante do jardim do Éden, os querubins e a chama da espada fulgurante para guardar o caminho da árvore da vida.” (Gn,3,24)⁴⁹³ No ideal cavaleiresco luliano, ela é o símbolo da luta contra os inimigos da cruz. Neste imaginário, ela é forjada

489 LULIO, Raimundo, *Opus. cit.*, V, 2-19, p. 65-74.

490 MARQUES, A. II. de Oliveira. *Ensaio da História Medieval Portuguesa*, p. 99-107.

491 MATTOSO, José. *Fragmentos de uma composição medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 219.

492 HEINZ-MOIR, Gerd. *Dicionário dos símbolos — Imagens e sinais da arte cristã*. São Paulo: Paulus, 1994, p. 148.

493 *A Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Edições Paulinas, 1991, p. 36.

à semelhança da cruz, e significa que "...así como nuestro Señor Jesucristo venció a la muerte en la cruz (...) de esta manera el caballero debe vencer con la espada, y destruir los enemigos de la Cruz."⁴⁹⁴

A concepção simbólica luliana da espada, como um paradigma da luta contra as forças inimigas da cruz, apóia-se numa antiga tradição medieval que remonta à *La Chanson de Roland*. Nele, um anjo do Senhor presenteia Carlos Magno com uma espada. O rei então a entrega a Rolando, para combater os muçulmanos. Portanto, o cavaleiro portava um símbolo cruzado de força e decisão. A imagem da cruz estava dimensionada na forma da espada. Segundo os próprios cruzados, ela é um fragmento da Cruz de Luz⁴⁹⁵. Seu duplo fio corresponde à justiça e à cavalaria: "Y como la espada que se entrega al nuevo caballero tiene filo en cada parte (...) significa que el caballero debe mantener con la espada a la caballería y a la justicia."⁴⁹⁶.

No caso real ibérico, estas duas concepções estão bem definidas. Na realeza ibérica, a espada real representa a justiça régia (*Iustitia Regis*) e o *Propugnator Ecclesiae*, a missão de proteger a Igreja e a humanidade — leia-se cristandade — ameaçada pelas forças do mal — leia-se islamismo⁴⁹⁷. Em Portugal, a espada revestiu-se de um caráter mágico e simbólico enquanto insígnia régia desde Afonso Henriques. Isto indica que a monarquia borgonhesa recebeu o direito real através da "guerra contra os inimigos da fé"⁴⁹⁸. Fica claro que a espada na Península teve papel fundamental no imaginá-

494 LULIO, Raimundo, *Opus. cit.*, V, 2, p. 65.

495 CHIEVALIER, Jean e GIEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos — Mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1995, p. 392.

496 LULIO, Raimundo, *Opus. cit.*, p. 65-66.

497 Além da justiça e pugna, a espada real ainda tem a missão da paz, na filosofia luliana também uma missão do cavaleiro. Ver SORIA, Jose Manuel Nieto. *Ceremonias de la realeza — Propaganda y legitimación en la Castilla Trastámara*. Madrid: NEREA, 1993, p. 188.

498 MATTOSO, José. *Fragmentos de uma composição medieval*, p. 226.

rio cavaleiresco e real, como símbolo da Reconquista, sinal de que seu portador era dotado de um conceito de missão divina.

O escudo possui caráter distinto da espada⁴⁹⁹. Ele é colocado entre o cavaleiro e seu inimigo, “de la misma manera el caballero se interpone entre el rey y su pueblo”⁵⁰⁰. Sua utilização como símbolo de proteção e defesa é atributo sobretudo dos santos soldados, por exemplo, S. Adriano, S. Floriano, S. Jorge, S. Longino e S. Teodoro⁵⁰¹. Neste aspecto, associa-se ao passivo, defensivo, protetor, embora também mortal. Numa perspectiva universal, o escudo é uma representação do universo; o guerreiro portador dele opõe forças cósmicas ao adversário⁵⁰². Este sentido não deixa de ser um complemento da idéia de cruzada, que é em si dicotômica. A tradição cristã pauliniana associa o escudo à própria fé; ele deve ser usado contra as tentações da heresia (outra associação com a cruzada). “A fé (escudo) extinguirá os dardos inflamados do Maligno”⁵⁰³.

Em contrapartida, a cultura medieval européia igualmente associou o escudo às forças maléficas. Em *La Chanson de Roland*, um anjo do Senhor presenteia Carlos Magno com uma espada; em contrapartida, um demônio dá ao emir muçulmano um escudo ornado de pedras preciosas⁵⁰⁴. Também na realeza ibérica, o escudo possui valor semântico diferente da espada, representa o monarca em sua dimensão mais humana, contrapondo a figura real à instituição monárquica, simbolizada pelos pendões. O escudo tem reduzida utilização cerimonial, e em Castela está presente nas exéquias reais, como manifestação do rei-morto, passageiro e transitório⁵⁰⁵.

499 Não analisaremos os aspectos honoríficos do escudo medieval, o brasão e as normas da heráldica.

500 LULIO, Raimundo, *Opus. cit.*, V, 11, p. 69.

501 HEINZ-MOIR, Gerd. *Dicionário dos símbolos*, p. 147.

502 CHEVALIER, Jean e GIEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos*, p. 387.

503 *Ibid.*, p. 388.

504 FRANCO JR., Hilário. *A Esm Barbada*, p. 169.

Em Portugal, o escudo real identifica-se com os feitos guerreiros e a glória do combate, além de possuir origem divina⁵⁰⁶. Desde a década de 1190, o uso das armas régias esteve presente nos sinais de validação (selos e moedas). Os motivos que ilustram a representação do escudo português⁵⁰⁷ provavelmente sugerem motivos militares, tais como a formação do exército e a participação dos chefes e cavaleiros, “ao mesmo tempo que apontavam o motivo religioso impulsionador da luta contra os Mouros”⁵⁰⁸.

A importância do escudo em Portugal remonta também ao primeiro rei, Afonso Henriques. Seu epitáfio (hoje desaparecido) dizia que “*Quod crucis hic tutor fuerit, necnon cruce tutus. Ipsi clipeo crux clipeata docet.* (bem mostra que foi defensor da cruz de Cristo defendida por ele o seu escudo real, no qual se vê a mesma cruz repartida em escudos menores — ML, III, f. 267)”.⁵⁰⁹ Como em Castela, também em Portugal encontramos vestígios da associação entre o escudo e a manifestação de luto. Além disso, existe a hipótese de a veneração ao escudo de Afonso Henriques estar ligada a uma cerimônia de aclamação, “de pé sobre o pavês, levantado aos ombros de seus homens.”⁵¹⁰



Através da obra *Libro del Orden de Caballería*, procuramos estabelecer os vínculos mentais existentes entre o modelo cruzadístico propagado pelas ordens militares e a simbologia cavaleiresca contida na obra de Ramón Llull. O imaginário cavaleiresco descrito no ritual iniciático do noviço pretendente e na sociedade idealizada por Llull molda-

505 SORIA, José Manuel Nieto. *Ceremonias de la realeza*, p. 191.

506 MATTOSO, José. *Fragmentos de uma composição medieval*, p. 226.

507 Cinco escudetes azuis em cruz em fundo branco, cada um carregado de cinco besantes brancos, e circundados por sete castelos em fundo vermelho.

508 MATTOSO, José. *Identificação de um país*, vol. II, p. 200.

509 MATTOSO, José. *Fragmentos de uma composição medieval*, p. 227.

510 *Ibid.*, p. 227.

ram as articulações mentais entre mundo real e imaginário. Ajudaram a definir mais claramente as relações sociais medievais peninsulares, isto é, como e por que as “gentes” submetiam-se a uma ordem militar cavaleiresca preestabelecida. Portanto, fazem parte da ideologia cavaleiresca e cruzada difundida na Península pelas ordens militares e apoiada por Ramón Llull no final de sua vida.

A PERMANÊNCIA DA MENTALIDADE DE CRUZADA EM PORTUGAL

Consideramos a batalha do Salado o momento paradigmático da mentalidade cruzadística para a nobreza de Portugal. Esta representação cruzada da guerra de Reconquista existia na Península pelo menos desde o século XII, com a introdução das ordens militares hierosolimitanas (templários e hospitalários) e o recrudescimento da guerra contra os muçulmanos após as invasões de Almorávidas e Almôadas.

Mais precisamente entre a conquista de Lisboa (1147) e a batalha do Salado (1340) esteve presente uma mentalidade de cruzada entre a nobreza portuguesa que conferiu ao processo de Reconquista português um caráter sagrado às práticas guerreiras. A batalha do Salado foi o paradigma desta mentalidade em Portugal, na medida em que a Ordem do Hospital, como protagonista da batalha no lado português, concentrou em si a personificação do ideário cruzadístico. Tanto na crônica da batalha do Salado escrita pelo cronista-refundidor de 1380-1383 quanto na carta do cruzado inglês presente na conquista de Lisboa de 1147 está presente uma mentalidade cruzadística de cunho sagrado e idealizada para a cavalaria cristã.

Como objeto simbólico desta mentalidade e com significado de catalisador das forças cruzadas, a cruz do Santo Lenho, presente em ambos os acontecimentos, tem sua presença intensificada no discurso da batalha do Salado. Como? Através da ligação feita pelo cronista entre a figura do prior do

Hospital D. Álvaro Pereira (e sua linhagem) e a Ordem do Hospital, ambos presentes na batalha e enaltecidos pela fonte⁵¹¹. O homem medieval vivia num mundo em que toda a matéria tinha um significado próprio, tudo possuía correspondência, num eterno jogo de relações contínuas. Esta exigência de proporção (*proportio*) criava um mundo simbólico, uma mentalidade simbolística⁵¹² na qual se inseria o objeto sagrado do Santo Lenho. Um objeto por onde Deus se manifestava, que fazia parte do *ethos* cristão.

O que permanece em ambos os documentos? A cruz. O que varia? Quem a carrega em campo de batalha. Este elemento intermediário entre o objeto cristológico e o restante do corpo guerreiro realça seu significado simbólico.

Além disso, como o discurso sobre o Salado foi produzido cerca de quarenta anos mais tarde, é bem possível que esta mentalidade cruzadística tenha se prolongado por entre a nobreza até as vésperas da chamada Revolução de Avis (1383-1385), como um elemento ideológico de coesão nobiliárquica face às mudanças sociais que se avizinhavam.

Dois documentos serão utilizados para comprovar esta tese, utilizando como metodologia a análise comparativa e semântica: a *Conquista de Lisboa de 1147* — escrito contemporâneo ao fato — e a narrativa da batalha do Salado (1340) contida no título XXI do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* — escrito entre 1380 e 1383⁵¹³. Trabalharemos também com partes da *Crônica Geral de Espanha de 1344*, pois

511 "Os símbolos constituem o **núcleo dos sistemas culturais**, pois é com eles que formamos pensamentos, idéias e outras maneiras de representar a realidade para os outros e para nós mesmos (o grifo é meu)." — JOHNSON, Allan G. *Dicionário de Sociologia. Guia Prático da Linguagem Sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, p. 206.

512 ECO, Umberto. *Arte e beleza na estética medieval*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1989, p. 73.

513 Para a utilização do método comparativo (ou perspectiva comparada, transcultural), ver JOHNSON, Allan G. *Dicionário de Sociologia. Guia Prático da Linguagem Sociológica*, p. 172 e CARDOSO, Ciro Flamarion e BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os Métodos da História — Introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983, p. 409-419.

ela possui elementos que podem servir de apoio às hipóteses. Analisaremos as fontes consultadas, contextualizando os textos, quem narra, de onde, qual sua posição social, para quem e como está narrando.

VI. 1. As fontes

a) *O Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*

Os estudos do prof. Lindley Cintra fixam a data da redação do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* entre 1325 e 1344, e o seu acabamento depois de 1340⁵¹⁴. Trata-se sobretudo de genealogias nobiliárquicas onde estão inseridas narrativas históricas. Enquanto fonte histórica, os *Livros de Linhagens* são considerados pelos especialistas documentos de ideologia social⁵¹⁵. Sua edição integral pode ser encontrada nos *Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores*, volume I, publicados por Alexandre Herculano⁵¹⁶, além de uma reedição moderna e aperfeiçoada de José Mattoso⁵¹⁷.

Seu autor, o conde D. Pedro (1285? — 1354) era filho bastardo do rei D. Dinis⁵¹⁸. Um dos fidalgos mais ricos do

514 CINTRÁ, Luís Filipe Lindley (ed. crítica). *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. I, p. CLXXXVI.

515 MATTOSO, José. "Prefácio" In: KRUS, Luis. *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380) — Geografia dos Livros de Linhagens medievais portugueses*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, s/d, p. 08.

516 HERCULANO, Alexandre (org.). *Portugaliae Monumenta Historica*. Lisboa: 1856, p. 143-390.

517 MATTOSO, José (ed. crítica). *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, volumes II/1 e II/2. Existe ainda uma terceira publicação, MATTOSO, José (sel. e org.) *Narrativas dos Livros de Linhagens*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985. Além disso, existe um estudo desta fonte também em MATTOSO, José. *A nobreza medieval portuguesa — A Família e o Poder*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 57-100), onde este identifica seus conteúdos e sugere uma metodologia a ser aplicada no estudo sistemático do *Livro de Linhagens*.

518 Uma biografia da vida do conde D. Pedro pode ser encontrada em CINTRÁ, Luís Filipe Lindley. "O Conde D. Pedro de Barcelos, autor da Crónica de 1344?" In: CINTRÁ, Luís Filipe Lindley (ed. crítica). *Crónica Geral de Espanha de 1344. Opus. cit.*, volume I, p. CXXVII-CLXC.

reino, o cronista escreveu o *Livro de Linhagens* com um propósito bem definido: preservar a memória das linhagens de sangue em Portugal⁵¹⁹. O autor narra para seus próprios pares sociais, a nobreza, grupo tão poderoso quanto reduzido — como vimos, nos séculos XIV e XV menos de 1% da população⁵²⁰.

Como D. Pedro narra? Através de uma compilação de seqüências linhagísticas das principais famílias nobres portuguesas no século XIV. O autor procurou estabelecer padrões consangüíneos nobiliárquicos que deviam possuir origens e motivos comuns. Por um lado, o glorioso passado visigodo. Para isso, o conde acrescentou às linhagens portuguesas genealogias galegas, leonesas e castelhanas, num total de 776 famílias fidalgas (4.783 nomes).

Por outro lado, a unidade da nobreza peninsular é colocada numa concepção ideológica pan-hispânica. A maior qualidade da aristocracia peninsular — e motivo maior de sua coesão enquanto grupo social — deveria ser a predeterminação guerreiro-cruzada, salvadora da cristandade⁵²¹.

A versão original do *Livro de Linhagens* se perdeu. Após a morte do conde D. Pedro, o texto original sofreu dois importantes acréscimos de dois cronistas desconhecidos — chamados de refundidores. São estas cópias que foram preservadas. Interessa-nos particularmente a segunda refundição. É nela que se encontra a narrativa portuguesa da batalha do Salado — título XXI. A forma literária e o estilo deste novo autor colocam a narrativa como um documento quase independente do restante das genealogias do *Livro de Linha-*

519 MATTOSO, José (ed. crítica). *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, volume II/1, Prólogo, 1-13, p. 55-57.

520 SOUZA, Armindo de. "1325-1480" In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal — A Monarquia Feudal (1096-1480)*, p. 441. "...um mínimo de 130 e um máximo de 150 estirpes possíveis (...). Como em cada estirpe ou linhagem se podiam contar várias famílias, aquelas cifras corresponderiam a cerca de um milhar de famílias, isto é, umas 5000 ou 6000 pessoas." — MARQUES, A. II. de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, p. 242.

521 KRUS, Luis. *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*, p. 16.

*gens*⁵²². É considerada uma “obra-prima do gênero historiográfico antes de Fernão Lopes”⁵²³.

Atualmente aceita-se que esta segunda refundição tenha sido escrita entre os anos 1380-1383 (a primeira nos anos 1360-1365)⁵²⁴. O refundidor de 1380, além de acrescentar o título XXI, retocou algumas narrativas de outros títulos (V, VII)⁵²⁵. Provavelmente esta última refundição deve ter sido bruscamente interrompida pela revolução de 1383.

De qualquer modo, encontramos vários indícios relativos à mentalidade de cruzada. O desinteresse deste segundo refundidor numa atualização mais precisa das informações linhagísticas contidas no *Livro de Linhagens* tem relação direta com o espírito de cruzada que caracteriza sua narrativa. A exaltação da família dos Pereiras mostra que este cronista anônimo tinha como principal objetivo um panegírico de D. Álvaro Gonçalves Pereira, prior dos hospitalários portugueses⁵²⁶.

Como? Numa “prosa sábia”, “sem paralelo na prosa contemporânea e anterior”, de nível literário só encontrado no século XVI⁵²⁷, o refundidor ampliou as narrativas heróicas da linhagem dos Pereiras, associando alguns amigos, em particular os Telos⁵²⁸.

Este letrado, habituado a redigir em latim⁵²⁹, era provavelmente um clérigo, intimamente ligado à Ordem do Hos-

522 “...tal é o relevo com que aí surge e a forma como ela é desenvolvida” — MATTOSO, José (sel. e org.) *Narrativas dos Livros de Linhagens*, p. 101.

523 SARAIVA, António José. *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*, p. 157.

524 José Mattoso especula que esta primeira refundição de 1360-1365 tenha sido escrita por um **jurista** ou **clérigo** e **encomendada por D. Álvaro Gonçalves Pereira**. Ver MATTOSO, José (ed. crítica). *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, volume II/1, Introdução, p. 42-50.

525 É provável que algumas narrativas do título XXI já existissem na versão inicial do conde D. Pedro, embora com outra redação, mais tosca.

526 SARAIVA, António José. “O autor da narrativa da batalha do Salado e a Refundição do Livro do Conde D. Pedro” *In: Boletim de Filologia*, n.º 22, 1971, p. 02.

527 SARAIVA, António José. *Op. cit.* p. 01.

528 MATTOSO, José. “Introdução”. *In: MATTOSO, José (ed. crítica). Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, volume II/1, p. 43.

529 SARAIVA, António José. *Op. cit.*, p. 15.

pital — comandada na ocasião por D. Álvaro Gonçalves — e “muito influenciado pelo espírito das ordens militares”⁵³⁰. Acredita-se que este refundidor conhecia vários membros da família do prior do Hospital⁵³¹. Os especialistas não descartam a possibilidade da narrativa da batalha do Salado ter sido colhida em testemunho direto do prior D. Álvaro ao refundidor, tal a intensidade e vivacidade da descrição do combate⁵³².

Estas hipóteses levantadas pelos especialistas possuem um rigor que nos leva a aderir a elas. Explicam a estreita conexão entre o destaque dado à presença da Ordem do Hospital na batalha do Salado e a mentalidade cavaleiresca e cruzadística que aflora naquelas páginas⁵³³.

b) *A Crónica Geral de Espanha de 1344*

Por sua vez, a *Crónica Geral de Espanha de 1344* é uma compilação de textos diversos realizada também pelo conde D. Pedro. O autor se valeu principalmente da *Crónica Geral de Afonso X* (tradução galega da variante ampliada de 1289 feita pelo próprio conde) e da *Crónica do Mouro Rasis*, traduzida no mesmo período por mestre Maomet e Gil Peres, clérigo de seu sogro, Pero Anes de Portel, a pedido de D. Dinis⁵³⁴.

A *Crónica Geral de Espanha de 1344* é considerada um expoente documental do interesse da corte portuguesa pela história da Espanha na primeira metade do século XIV⁵³⁵.

530 SARAIVA, António José. *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*, p. 157.

531 MATTOSO, José. “Introdução” In: MATTOSO, José (ed. crítica). *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, volume II/1, p. 48.

532 *Id. Ibid.*

533 Também trabalharemos a breve descrição da batalha do Salado contida na *Crónica de Don Alfonso el Onceno*. In: SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio (org.). *La España Musulmana. Según los autores islámicos y cristianos medievales*, p. 502-509.

534 FERREIRA, Roberto Godofredo Fabri. *O papel do maravilhoso na construção da identidade nacional portuguesa: análise do mito afonsino (séculos XIII-XV)*. Niterói: Dissertação de mestrado em História Medieval pela Universidade Federal Fluminense (UFF), 1997, p. 63.

535 SARAIVA, António José. *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*, p. 159.

Possui valiosos dados do reinado de D. Dinis, pai do conde, e de Afonso IV. Como o *Livro de Linhagens*, a *Crónica* também possui o mesmo ponto de vista hispânico em que o autor português se colocava.

Este novo empreendimento literário do conde D. Pedro, posterior ao *Livro de Linhagens*, possui algumas importantes informações a respeito das ordens militares em ação contra os muçulmanos. A *Crónica* possui várias passagens em que o autor narra combates entre cristãos e mouros.

As descrições de batalhas da *Crónica* possuem “um flagrante ar de família” com a descrição da narrativa da batalha do Salado contida no *Livro de Linhagens*⁵³⁶. Redigidas na mesma época e pelo mesmo autor, estas duas fontes nos permitem uma visão da Reconquista por um cronista do século XIV. Como pretendemos mostrar, estes documentos tentam manter acesos um ideal de cruzada que remonta a Afonso I.

Mas há um terceiro documento, mais antigo, redigido por um cruzado inglês — também provavelmente um clérigo — quando da tomada de Lisboa em 1147, que sustenta tal hipótese.

VI. 2. *A Conquista de Lisboa aos mouros em 1147*

Conhecido como *De Expugnatione Lyxbonensi*⁵³⁷, é aceito hoje que este manuscrito que chegou até nossos dias foi escrito entre 1180 e 1220. Portanto, trata-se de uma cópia posterior do original elaborado durante o cerco de 1147. Seu autor era um cruzado inglês, possivelmente Raul, presbítero normando, oriundo da região de Norfolk (ou Suffolk)⁵³⁸.

536 SARAIVA, António José. *Opus. cit.*, p. 157.

537 Manuscrito do códice n.º 470, folhas 125-146, *Corpus Christi College* da Universidade de Cambridge.

538 LIVERMORE, Harold. “The ‘Conquest of Lisbon’ and its author” *In: Portuguese studies*, n.º 6, 1990, p. 1-16. *In: MATTOSO, José (dir.). História de Portugal — A Monarquia Feudal (1096-1480)*, p. 75. Deste presbítero não existem outros escritos, mas “apenas um documento de doação datado de Lisboa de 1149.”

O cronista escreveu a um tal Osb. de Baldr. — Osberno, Osberto ou Osborne de Baldresseia — relatando as “adversidades desta nossa viagem, e bem assim os feitos, os ditos, ou tudo o que, durante ela, vimos ou ouvimos e for digno de relato”⁵³⁹. Seu latim é o baixo latim bíblico e eclesiástico, e não o latim barbarizado⁵⁴⁰. Tratava-se, portanto, de figura culta e, mais importante, testemunha ocular do acontecimento.

A crônica da *Conquista de Lisboa aos mouros em 1147* pode ser aproximada analiticamente da crônica da batalha do Salado de 1340 contida no *Livro de Linhagens* através da mentalidade de cruzada que se manifesta em ambos os escritos. É sob esse prisma que nossa análise será desenvolvida. Nosso principal elo material e ideológico de ligação entre as duas fontes é a relíquia do Santo Lenho — cruz do Marmelar — presente nos dois acontecimentos e guardada em Portugal pela Ordem do Hospital.



A cidade de Lisboa, provavelmente de origem nativa — ibérica —, após a conquista romana foi sede de um bispado cristão (antes de 357), sendo uma das praças de apoio militar visigodo, a partir de meados do século V⁵⁴¹. Os muçulmanos a conquistaram em 714, e a cidade tornou-se capital de distrito (*kura*). Os cristãos a retomaram em 953 e 1093, sempre perdendo-a pouco depois. Quando da conquista definitiva de Afonso Henriques, a cidade contava com aproximadamente 5.000 habitantes, 20 hectares⁵⁴².

539 *Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147 — Carta de um cruzado Inglês*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989, p. 17.

540 “Espírito culto, mau grado a rudeza do século XII, em que viveu. “É conhecedor da língua latina, e escreve-a com uma perfeição que não devia ser trivial no seu tempo” (J. A. Oliveira).” — ALVES, José da Felicidade. “Apresentação” In: *Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147*, p. 11.

541 MATTOSO, José. “A Época Sueva e Visigótica”. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal — Antes de Portugal*, p. 310.

542 MARQUES, A. II. de Oliveira. *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença, 1988, p. 81.

Esta vitória cristã contou com a importante participação de cruzados ingleses, flamengos e frísios. Tratava-se de uma expedição que partiu para a Terra Santa um pouco antes da Segunda Cruzada (1146 — 1148), dos reis Luís VII (França) e Conrado III Hohenstaufen (Alemanha). Fora incentivada à cruzada pelas pregações de São Bernardo de Clairvaux.

Ao chegarem ao Porto em 1147, os cruzados foram recebidos pelo bispo, D. Pedro Pitões (1146 — 1152), que fez um discurso, compelindo-os a ajudarem Afonso Henriques a tomar a cidade dos mouros:

“...Portanto, irmãos, tomai com essas armas a força com que na guerra defendemos dos bárbaros a nossa pátria, dos inimigos a nossa casa, dos ladrões os nossos amigos; porque ela está cheia de justiça (...) Fazei a guerra por zelo de justiça e não por impulso violento da ira. Ora a guerra justa, diz o nosso Isidoro, é a que se faz por reaver o que é nosso, ou para repelir os inimigos (...) Quem mata os maus só no que eles são maus e o faz com justo motivo, é ministro do Senhor (...) Portanto não é lícito duvidar de que seja legitimamente empreendida a guerra que se faz por ordem de Deus (os grifos são meus).”⁵⁴³

Encontramos neste discurso uma autêntica exortação cruzada — ao contrário da clássica interpretação de Carl Erdmann — *A Ideia de Cruzada em Portugal* — (voltaremos novamente à tese de Erdmann adiante)⁵⁴⁴. Segundo o cronista, as palavras proferidas pelo bispo do Porto aos cruzados continham trechos persuasivos genuinamente cruzadísticos: os peregrinos, “revestidos de Cristo”, vieram à Península guiados pelas mãos de Deus, que outrora “feriu à ponta de espa-

543 *Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147*, p. 28-30.

544 “Não foi, portanto, um sermão de cruzada que o bispo lhes pregou, mas sim uma exortação a desistir dela. Apelou menos para os sentimentos religiosos do que tentou amortecê-los; a guerra contra os mouros não devia ser uma espécie de santa cruzada, mas apenas uma guerra de justa defesa (os grifos são meus).” — ERDMANN, Carl. *A Ideia de Cruzada em Portugal*, p. 23.

da toda a Espanha, com a incursão de mouros e moabitas”⁵⁴⁵.

Assim, o bispo do Porto esperava suscitar nos cruzados o ímpeto guerreiro que auxiliaria Afonso Henriques a tomar Lisboa. O simbolismo da cruz é motivo de várias passagens do cronista-presbítero. Numa delas, já quando do sítio à cidade, os cristãos mostravam-se profundamente ofendidos pelos insultos dos muçulmanos à virgem Maria (“...em arruídos e palavras injuriosas e insultantes, afrontavam constantemente a Santa Maria, mãe do Senhor”⁵⁴⁶) e sobre seu símbolo, a cruz: “...cuspiam-lhe em cima, limpavam com ela a sujidade posterior, e depois de urinarem sobre ela, atiravam a nossa cruz para o meio de nós, como um supremo opróbrio.”⁵⁴⁷

Esta passagem do cerco a Lisboa possui a mesma estrutura narrativa do cerco a Jerusalém (1099) durante a Primeira Cruzada: um texto dicotomizado, binário, onde o inimigo muçulmano é sempre descrito como um insultador e associado à destruição e ao saque. Além disso, a narrativa sempre possui um ápice, que acontece após um discurso de exortação, geralmente de um clérigo, que leva os guerreiros à comoção cruzada.

Por exemplo, o cerco a Jerusalém é descrito por um dos principais cronistas da Primeira Cruzada, Raimundo de Aguillers, capelão de Raimundo de Toulouse, na obra *Historia Francorum qui ceperunt Jerusalem*⁵⁴⁸. Raimundo começou a escrevê-la durante o cerco a Antioquia (1098), terminando-a no final de 1099. Sua história concentrou-se basicamente na expedição de Raimundo de Toulouse.

Segundo o cronista, numa procissão ao redor das muralhas de Jerusalém ordenada pelo padre Pedro Desidério — que alegou ter tido uma visão do bispo de Le Puy, Ademar de Monteil — os muçulmanos, do alto das muralhas, insulta-

545 *Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147*, p. 27.

546 *Id. Ibid.*, p. 52.

547 *Id. Ibid.*, p. 53.

548 Raimundo de Aguillers, “*Historia Francorum qui ceperunt Jerusalem*” In: *Recueil des Historiens des Croisades. Historiens Occidentaux*. Paris: Public. Académie des Inscriptions et Belles Lettres, 05 vols., 1844-1895.

vam os cruzados. Estas ofensas tiveram o efeito de uma exultação às hostes cristãs penitentes⁵⁴⁹. Após a procissão, os cruzados, que seguiam descalços e com cruzes e relíquias sagradas, foram guiados pelos bispos e sacerdotes até o monte das Oliveiras. Ali ouviram os sermões de Pedro, o Eremita, o próprio Raimundo de Aguillers e Arnulfo de Rodes, capelão de Roberto da Normandia. A força das palavras de Arnulfo atingiu diretamente os exércitos, que ficaram profundamente comovidos e excitados, dispostos para o combate⁵⁵⁰.

A oposição temática cristãos—muçulmanos é a mesma nos dois documentos (Jerusalém — Lisboa). A dicotomização total se dá durante um cerco de uma cidade sob o domínio muçulmano e que está prestes a cair para mãos cristãs. O “outro”, acuado pela ofensiva cristã, é colocado nas duas fontes como um blasfemador da fé verdadeira. Por fim, as forças cristãs são finalmente vencedoras, o que comprova a eficácia da penitência peregrina e exortação monástica aliada à força militar.

VI. 3. *A Cruz do Santo Lenho do Marmelar*

Momentos antes do assalto final à Lisboa, foi rezada uma missa campal. Um sacerdote desconhecido, presente entre as fileiras dos cruzados, trouxe a cruz do Santo Lenho — também chamada nas fontes de Marmelar ou Vera Cruz. Acreditava-se que este objeto era um pedaço de madeira legítimo da cruz onde Cristo tinha sido crucificado. Assim, era adorado como uma verdadeira relíquia, e já tinha neste momento a função de adoração cristã e cruzada. Com ele em suas mãos, o eclesiástico proferiu uma exortação à vitória final, de grande significado entusiástico entre os soldados cruzados:

549 Raimundo de Aguillers, “*Historia Francorum qui ceperunt Jerusalem*”, p. 296-297. *Apud*: RUNCIMAN, Steven. *Historia de las Cruzadas*, p. 270.

550 Raimundo de Aguillers, “*Historia Francorum qui ceperunt Jerusalem*”, *Id. Ibid.*

"Eia, irmãos! A luta vai começar! (...) É grande conforto para a fragilidade humana saber que a cada um de nós foi destinado um anjo para nos salvar (...) Reconciliai-vos de novo com Deus e revesti-vos de Cristo para que sejais seus filhos imaculados! (...) Mostrai-vos pois nesta acção quais éreis quando aqui chegastes, e eu vos prometo seguramente que quebrareis as forças dos vossos inimigos (...) Eles não resistirão contra vós (...) Acordai de uma vez, irmãos, e tomai as armas! Não tendes que lutar com gigantes ou com lapitas. São bandidos, salteadores fracos e tímidos os que, cheios de tanta loucura, vos pode oferecer a sua multidão desordenada e confusa. Eis, irmãos, eis o Lenho da Cruz do Senhor! Ajoelhai-vos em terra! Batei nos vossos peitos pecadores, confiando no auxílio do Senhor, e ele virá; sim, virá! Vereis sobre vós o auxílio do Senhor. Adorai a Cristo Nosso Senhor que neste madeiro da cruz redentora vos estende as mãos e os pés para vossa salvação e glória! (...) Com a ajuda de Deus ficarei convosco nesta máquina de guerra, como guarda e companheiro inseparável deste Lenho Sacrossanto, enquanto me durar a vida, certo de que nem a fome, nem a espada, nem a tribulação, nem a angústia nos separará de Cristo. E certamente seguros da vitória atakai os inimigos e tereis a eterna glória como prémio desta luta (...) Glória a Jesus Cristo, Nosso Senhor, a quem é devida a glória pelos séculos dos séculos! Amen. (os grifos são meus)." ⁵⁵¹

Ainda segundo o crónista-presbítero, com estas palavras, todos se deitaram no chão, com gemidos e lágrimas. Depois, foram benzidos pelo sacerdote, num último preparativo para a batalha santa⁵⁵². Mais uma vez, as analogias com várias

551 *Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147*, p. 62-66.

552 Ao contrário do primeiro sermão do bispo do Porto, neste segundo Carl Erdmann reconhece o sentimento cruzado. "É um autêntico sermão de cruzada: procura levantar o ânimo, já então decaído, dos cruzados..." — ERDMANN, Carl. *A Ideia de Cruzada em Portugal*, p. 23-24.

passagens das cruzadas ultramarinas são marcantes. O discurso de Urbano II em Clermont (Deus le volt! Deus le volt!), a pregação de São Bernardo para a Segunda Cruzada em Vézelay ("Cruzes, dêem-nos cruzes!"); em vários momentos os cronistas medievais acentuaram a catarse produzida nas massas durante uma exortação cruzada⁵⁵³.

Nestas passagens do discurso que antecede à tomada de Lisboa, observamos a importância do culto dos objetos sagrados para os exércitos cristãos. A liturgia que precede o combate é um verdadeiro ritual mágico-político: a comunicação entre os atores sociais é feita sobretudo pela ligação destes agentes através de um símbolo — no caso a cruz do Santo Lenho⁵⁵⁴. A eficácia do rito é medida pela capacidade de transformar em realidade os anseios dos guerreiros prontos para a luta, "mediante a força social que lhe é atribuída"⁵⁵⁵. Portanto, a vitória cristaliza a magia dos desejos coletivos dos exércitos. A presença do símbolo sagrado confere ao grupo social presente uma qualidade de comportamento mágico⁵⁵⁶.

A vitória deu-se após 17 semanas de cerco⁵⁵⁷. Em contrapartida, a *Crónica Geral de Espanha de 1344* não considera

553 Para o discurso de Urbano em Clermont, dentre vários cronistas, Fulcher de Chartres. *Gesta Francorum Iherusalem Peregrinantium* (escrito em três períodos — 1101, 1106 e 1124-1127). Heidelberg, 1913, edição Hagenmeyer, I, p. 130-138. Para a pregação de São Bernardo, Odo (Eudes) de Deull. *De Ludovici VII projectione in Orientum*. Paris, 1949, edição Waquet, p. 22. *Apud.* RUNCIMAN, Steven. *Historia de las Cruzadas*, volume I, p. 270 e volume II, p. 234.

554 "O ritual difere dos hábitos e costumes por ser simbólico e, com frequência, dramático, expressando e comunicando não só idéias, mas também poderosos sentimentos." — LUKES, Steven. "Ritual Político". In: OUTHWAITE, William e BOTTOMORE, Tom (ed.). *Dicionário do Pensamento Social do século XX*, p. 673.

555 ROMANO, Ruggiero (dir.). *Enciclopédia Einaudi 30. Religião — Rito*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994, p. 359.

556 LEACH, E. "Ritualization in man in relation to conceptual and social development". In: "Philosophical Transactions of the Royal Society of London", série B, CCLI, 772, p. 403-404. *Apud.* ROMANO, Ruggiero (dir.). *Enciclopédia Einaudi 30. Religião — Rito*, p. 325.

557 "...o cerco (...) causou grande mortandade de parte a parte a terminou com a vitória cristã, em 14 de Outubro de 1147. A maioria dos Mouros saíram da cidade." — MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal — A Monarquia Feudal (1096-1480)*, p. 75.

conquista de Lisboa digna de maiores comentários, nem lhe atribui momentos ritualísticos e mágicos de cruzada: “E, des que hy foy (Afonso Henriques), guisou sua fazenda e ajuntou sua hoste o mais encubertamente que pode e foy sobre Lixboa. E chegou hy no mes d'Octubro *na era de mil e [...] annos*. E os mouros sayrõ a elle e lidarom com elle e forõ vecidoss. E cobrou delles a cidade de *Lixboa* per força d'armas.”⁵⁵⁸

Ao invés disso, o conde D. Pedro enfoca a benevolência de Afonso Henriques na entrega de terras aos cruzados que participaram do combate, numa ênfase ao processo de repovoamento embutido na Reconquista portuguesa:

*“E forõ en sua ajuda en esta tomada muytas companhas d'Alemãaes e Framegos e doutras nações que veerom per mar, antre os quaaes foram hy IIII capitãaes que avyã nome: dom Guilhe de Licorny, e dom Roolim, e dom Juzbercez, e dom Ligel. Estes IIII demãdavã parte da villa a el rey dom Affonso por que foram na tomada della. E elle lhes disse que nõ o faria **mas que lhes daria outros logares que pobrassem elles e seu linhagem pera todo sempre e que lhe conhecessem delles o senhorio**. E a huu delles deu Azambuja; e ao outro Villa Verde, e ao outro a Lourinhãa, e ao outro a Atouguya. E estes dizem que foram de Frandres. **E trouxerõ todos seus linha-gees e seus averes e pobrarom estes logares** (os grifos são meus).”⁵⁵⁹*

A que se deve esta diferença de perspectiva? Muito provavelmente à lenta construção do mito afonsino através das crônicas portuguesas. Embora na *Crónica Geral de Espanha* já esteja embutida uma perspectiva do maravilhoso cristão associada à figura de Afonso Henriques, esta figura histórica possui, ao longo do processo de formação da identidade nacional portuguesa, progressivas mutações e apropriações, conforme

558 CINTRA, Luís Filipe Lindley (ed. crítica). *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. IV, cap. DCCXIII, p. 232.

559 *Ibid.*, p. 233.

indica recente estudo⁵⁶⁰. Assim, neste acontecimento, o autor da *Crônica Geral de Espanha* optou por realçar a atitude de realeza — mesmo num momento de guerra, preocupado com o futuro de seu reino. Repovoamento cristão e doações de terras por parte de Afonso I aos cruzados que tomaram parte na empreitada, foram mais importantes para o cronista D. Pedro, e dignos de nota.

A prática da doação de terras conquistadas aos guerreiros que tomaram parte na conquista remonta, na Península Ibérica, às guerras entre romanos e nativos. Com esta medida, Afonso I mostrava grande senso de compreensão do processo de fortalecimento dinástico da casa de Borgonha que estava intrínseco à Reconquista. De qualquer modo, o processo cruzadístico tinha em seu bojo uma ideologia bem definida de reocupação das terras reconquistadas, como vimos no caso da Ordem do Hospital.

Portanto, a preocupação de Afonso I e seus sucessores com repovoamento se insere numa perspectiva cruzadística. Por exemplo, Sancho I, após a vitória em Alcácer do Sal, além de dar terras aos cruzados que participaram da conquista, enviou agentes à França e Inglaterra para recrutar mais “estrangeiros”⁵⁶¹

Após a vitória, foram encetadas negociações da entrega da cidade de Lisboa. O fato de os muçulmanos preferirem entregar-se ao rei foi encarado por Carl Erdmann como um claro indicativo da distinção entre a mentalidade de cruzada existente entre os peregrinos a caminho da Terra Santa e as guerras peninsulares contra os mouros⁵⁶². No entanto, consideramos que a decisão muçulmana deve ter sido tomada

560 FERREIRA, Roberto Godofredo Fabri. *O papel do maravilhoso na construção da identidade nacional portuguesa: análise do mito afonsino (séculos XIII-XV)*, *Opus. cit.*

561 “Várias vilas <<francas>> se formaram assim na Estremadura, no Ribatejo e entre o Sado e o Tejo.” — SARAIVA, António José. *A cultura em Portugal. Teoria e História*, p. 14.

562 “O proceder do rei (Afonso I) era natural e justo, todavia mostra-nos, uma vez mais, a distância que, nessa altura, ainda separava a guerra contra os mouros das cruzadas propriamente ditas.” — ERDMANN, Carl. *A Ideia de Cruzada em Portugal*, p. 25.

pela constatação de que era preferível entregar-se ao futuro governante da cidade, pois este provavelmente deveria levar em conta seus futuros súditos. Os próprios muçulmanos derrotados estavam cientes dos distintos comportamentos que diferenciavam cruzados nativos e “estrangeiros”

Além disso, os islamitas lisboetas, ao se renderem a Afonso I, entregaram ouro, prata e “todos os restantes haveres dos habitantes da cidade”⁵⁶³. O que nos leva a supor que as divergências entre portugueses e cruzados tinham outros interesses materiais além das supostas diferenças de mentalidade cruzadística atribuídas por Erdmann aos dois grupos cristãos vencedores.

Portanto, ao contrário da tese de Erdmann, entendemos que a preocupação de Afonso I em preservar os muçulmanos lisboetas da fúria dos cruzados “estrangeiros” não exclui o sentimento cruzadístico presente nas campanhas daquele rei. Mesmo assim, apesar da preocupação real em preservar a cidade e seus habitantes, alguns cruzados ainda praticaram atos de vandalismo na cidade após a vitória:

*“Os colonenses e flamengos, vendo na cidade tantos excitativos de cobiça, **não observam respeito algum ao juramento e fidelidade**; correm aqui e ali; fazem presa; arrombam portas; esquadrinham os interiores de cada casa; afugentam os habitantes, afrontando-os com injúrias contra o direito divino e humano; estragam vasos e vestidos; procedem injuriosamente para com as donzelas; igualam o lícito ao ilícito; e às ocultas **surripiam tudo que devia ser dividido por todos**. Contra o direito e o lícito **matam até o bispo da cidade**, já muito idoso, cortando-lhe o pescoço (os grifos são meus).”*⁵⁶⁴

O tom discordante do cronista-presbítero da conquista de Lisboa quanto aos atos dos cruzados bem mostra o quanto isto não pode ser relacionado com mentalidade de cruzada

563 *Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147*, p. 72.

564 *Id. Ibid.*, p. 77.

e sim puro frenesi após a vitória. O fato de o cronista ser um clérigo alicerça nossa tese: mesmo a Igreja em plena expansão cruzada tinha em suas hostes religiosos que não eram coniventes com os barbarismos praticados pelos europeus após cada vitória cruzada. Também neste aspecto, a *Conquista de Lisboa de 1147* pode ser comparada com a de Jerusalém, em 1099. Após a vitória cristã na Terra Santa, os cruzados realizaram uma grande e indiscriminada matança. Segundo um cronista muçulmano, o maior massacre aconteceu na mesquita de al-Aqsa:

*"Em Masjid al-Aqsa os francos massacraram mais de 70.000 pessoas, entre elas um grande número de imãs (espécies de puxadores de reza) e estudantes muçulmanos, homens devotos e ascetas que abandonaram suas terras de origem para viverem na Terra Santa em piedade e reclusão (a tradução é minha)." — (Ibn al-Athir, X, 193-195)."*⁵⁶⁵

Muitos cristãos ficaram então verdadeiramente horrorizados com esta sede de sangue⁵⁶⁶. O fato de os cruzados também massacrarem cristãos — tanto na Jerusalém de 1099 quanto na Lisboa de 1147 — mostra que estes atos eram transgressões orgásticas de guerreiros enlouquecidos pela vitória⁵⁶⁷. Os massacres perpetrados pelos cruzados após as vitórias em Jerusalém e em Lisboa não distinguem sua mentalidade de cruzada dos exércitos comandados por Afonso I.

Assim, é legítimo considerar a tomada de Lisboa de 1147

565 *Arab historians of the crusades*. GABRIELI, Francesco (ed.). London: Routledge & Kegan Paul, 1984, p. 11.

566 "La matanza de Jerusalén causó profunda impresión en todo el mundo (...) Incluso muchos de los cristianos quedaron horrorizados por lo que se había hecho, y entre los musulmanes, que habían estado dispuestos a aceptar a los francos como un factor más en la enmarañada política de la época, hubo una evidente decisión de que los francos tenían que ser expulsados desde aquel momento." — RUNCIMAN, Steven. *Historia de las Cruzadas*, p. 272.

567 Cuando ya no quedaban musulmanes que matar, los príncipes de la Cruzada fueron con solenne fausto por el barrio desolado de los cristianos..." — RUNCIMAN, Steven. *Historia de las Cruzadas*, p. 272-273.

como uma autêntica batalha de caráter cruzado, não só pela presença dos guerreiros peregrinos de além-Pireneus, mas também pelo combate estar inserido num âmbito peninsular maior, o da afirmação militar da casa de Borgonha às expensas muçulmanas. A nova dinastia européia legitimava-se assim pela força das armas.

Mas o mais notável é que encontramos o símbolo cruzado por excelência daquela ocasião — a cruz do Santo Lenho — quase duzentos anos mais tarde guardado em Portugal sob os auspícios da Ordem do Hospital. Esta associação não é gratuita. Nenhuma instituição melhor que a última ordem militar hierosolimitana ainda existente em 1340 para salvaguardar uma relíquia cruzada que precedeu a vitória de Lisboa em 1147. A cruz estaria novamente presente na batalha do Salado cumprindo as mesmas funções simbólicas de exortação cristológica contra o inimigo muçulmano. Mas desta vez nas mãos de outros atores sociais: os hospitalários portugueses⁵⁶⁸.

Neste aspecto, é de suma importância a mudança dos personagens (da *Conquista de Lisboa em 1147 à batalha do Salado de 1340*) que portam a relíquia do Santo Lenho: eles dão novo sentido ao objeto em cena, o redimensionam dentro do espírito das ordens militares, novas portadoras da fé cruzada. É dentro deste novo sentido que procuramos a força dramática da nova união Santo Lenho — Ordem do Hospital. Este poder cruzado se realiza na manipulação do símbolo cristológico, organizado pelo cronista num quadro cerimonial específico: a Batalha do Salado⁵⁶⁹

568 "O imaginário ilumina pois o fenómeno político; sem dúvida de dentro, pois que dele é uma parte constituinte." — BALANDIER, Georges. *O Poder em Cena*. Brasília: Editora UnB, 1982, p. 05-06.

569 "Ele (o poder) só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, **pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial**. Estas operações se efetuam de modos variáveis, combináveis (...) Logo que **a dramaturgia política traduz a formulação religiosa**, ela faz uma réplica da cena do poder ou **uma manifestação do outro mundo** (os grifos são meus)." — BALANDIER, Georges. *O Poder em Cena*, p. 07

VI. 4. *Análise semântica da narrativa da* *Conquista de Lisboa aos mouros em 1147*

Mas antes de tratarmos da Batalha do Salado contida no título XXI do *Livro de Linhagens*, faremos uma breve análise semântica da *Conquista de Lisboa aos mouros em 1147*. Assim, pretendemos confirmar alguns dos vários núcleos de sentido do cronista-presbítero ao relatar o acontecimento⁵⁷⁰.

Como metodologia, a semântica se ocupa de ações paradigmáticas. O discurso do emissor (produtor da mensagem) remete a um significado: o enunciado, objeto lingüístico resultante da enunciação. Na produção deste enunciado, como já levamos em conta o contexto histórico, material e social, além das motivações psicológicas, resta-nos agora observar os vestígios do próprio enunciado⁵⁷¹. No caso específico aqui tratado, a ação paradigmática é o próprio acontecimento da *conquista de Lisboa*. Este é definido de forma dupla: pela ruptura que provoca e pelo conhecimento que os pares sociais possuem dele⁵⁷². Registrá-lo num documento é indicativo de sua importância. Este significado da fonte reporta a um universo simbólico próprio e específico: os ideais cruzados da cavalaria. Trata-se portanto de sua simbolização escrita.

Os quadros das páginas seguintes são um primeiro e sumário inventário das palavras segundo sua quantificação no texto da *Conquista de Lisboa*⁵⁷³. Ele pode ser elucidativo das categorizações que podem ser feitas tomando como base a análise semântica da fonte⁵⁷⁴.

570 BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1994.

571 "...cabe aos historiadores estudar esse enunciado em sua singularidade, procurar determinar em que circunstâncias foi produzido, por que razões, etc." — MAINGUENEAU, Dominique. *Elementos de lingüística para o texto literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 06.

572 LACOUTURE, Jean. "A história imediata". In: LE GOFF, Jacques (dir.). *A História Nova*, p. 231-232.

573 "A abordagem quantitativa funda-se na frequência de aparição de certos elementos da mensagem (...) obtêm dados descritivos através de um método estatístico (...) esta análise é mais objectiva, mais fiel e mais exata, visto que a observação é mais bem controlada (o grifo é meu)." — BARDIN, Laurence. *Op. cit.*, p. 114-115.

**Personagens bíblicos, santos e
divindades muçulmanas citadas**

Deus (Senhor, Salvador, Criador, Pai, Ele, Juiz)	98
Jesus Cristo (Filho de Deus, Redentor)	26
Virgem Maria (Santa Maria, Mãe de Deus)	09
S. Paulo	06
Deus muçulmano (Allah)	05
Espírito Santo	04
Isaías, profeta	03
Mateus, apóstolo	03
Pedro, apóstolo	03
Diabo	03
S. Tiago, apóstolo	02
Isidoro, bispo de Sevilha	02
Agostinho	02
Donato	02
Saulo	02
Marcos, apóstolo	01
Lucas, apóstolo	01
João, apóstolo	01
Elias, profeta	01
Malaquias, profeta	01
Ambrósio	01
Jerônimo	01
Donato	01
Crisóstomo	01
Abraão	01
Maomé	01
Adão	01
Davi	01
Jessé	01
Jó	01
TOTAL	185

574 "A *categorização* é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com os critérios previamente definidos." — BARDIN, Laurence. *Op. cit.*, p. 114-115.

Personagens citados

Afonso I de Portugal (ou simplesmente rei)	46
João, arcebispo de Braga	09
Sahério de Archelles, condestável	09
Herneo de Glanvill, condestável	07
Pedro, bispo do Porto	07
Arnoldo de Aarschot, conde	06
Fernão Cativo, cruzado português	04
Guilherme Vítilo, cruzado	04
Cristiano de Gistell, de Flandres	04
Fineas	02
Veríssimo, mártir cristão de Lisboa	02
Máxima, mártir cristão de Lisboa	02
Júlia, virgem e mártir cristão de Lisboa	02
Duque Godofredo	01
Simão de Donver, condestável	01
André de Londres, condestável	01
Júlio César	01
Ripoário	01
Simão Cananeu	01
Ananias	01
Safira	01
Elimas, mago	01
Bonifácio, conde	01
Ulisses	01
Rodolfo Vítilo, cruzado	01
Bispo de Lamego	01
Bispo de Viseu	01
Fernão Mendes, cunhado do rei Afonso I	01
Gonçalo Rodrigues	01
Gonçalo de Sousa	01
Mendo, copeiro do rei Afonso I	01
Moço Viegas, de Lamego	01
Pedro Pais	01
João Ranha	01
Gocelino Sotero	01
Torcato	01
Secundo	01
Aleixo	01

Eufrásio	01
Tesifonte	01
Vitório	01
Pelágio	01
Ageiano, governador romano da Lusitânia	01
Sisebuto, rei visigodo	01
Viério, bispo de Lisboa	01
Abu Mahomede, rei dos eborenses	01
Gilberto de Hastings, bispo de Lisboa após a vitória	01
TOTAL	138

Etnias citadas

Mouros	30
Flamengos	24
Colonenses	21
Normandos	09
Francos	08
Ingleses	07
Moabitas	03
Bolonheses	02
Escoceses	02
Galegos	02
Gauleses	01
Romanos	01
Amorreus	01
Tírios	01
Cartagineses	01
Bretões	01
Bretões mouros	01
Portugueses	01
TOTAL	116

Categorias citadas

Bispos	15
Condestáveis	09
Alcaide (governador mouro) de Lisboa	06
Sacerdotes	04

Cavaleiros	04
Clérigos	04
Fracheiros	03
Marinheiros	03
Leigos	03
Besteiros	02
Mulheres	01
Monges	01
Criados	01
Juízes	01
Delegados	01
Condes	01
Duques	01
Procuradores	01
Serventes	01
Engenheiro	01
Fidalgo	01
TOTAL	64

Locais e regiões citadas

Espanha	14
Lisboa	11
Rio Tejo	09
Almada	07
Sintra	07
Porto	06
Palmela	05
Santarém	03
Leiria	03
Bretanha	03
África	03
Alcácer	02
Rio Douro	02
Ilhas Baleares	02
Israel	02
Dartmouth	02
Flandres	02
Jerusalém	02

Toledo	02
Northampton	02
Bristol	02
Iria	01
Évora	01
Coimbra	01
Alcobaça	01
Tui	01
Braga	01
Soure	01
Bona	01
Norfolk	01
Suffolk	01
Kent	01
Londres	01
Archelles	01
Baleânica maior	01
Pireneus	01
Porto de São Salvador (Gijón).....	01
Oviedo	01
Ribadeo	01
Lugo	01
Ortígia	01
Torre de Faro	01
Irlanda	01
Rio Mondego	01
Rio Tambre	01
Rio Minho	01
Rio Cávado	01
Rio Ave	01
Rio Leça	01
Rio Vouga	01
Flamba	01
Campis	01
Gália	01
Oceano Atlântico	01
Portugal	01
Montemor	01
Galiza	01
Aragão	01

Numância	01
Monte Artabro	01
Ilha de Peniche (Eritréia)	01
Mesão Frio	01
Mar de Cádiz	01
Campolide	01
Hastings	01
Normandia	01
Lusitânia	01
Ipeswich, província de	01
TOTAL	138

A partir destes quadros, podemos fazer algumas relações interpretativas:

O texto é narrativo, linear, bem escrito no latim eclesiástico, praticamente um diário da aventura de Lisboa — apesar de ser uma carta⁵⁷⁵. Nele, o cronista-presbítero elabora uma verdadeira descrição geográfica das regiões por onde os exércitos passaram (138 citações, quadro acima), sem ênfase nos personagens cruzados e sim na história da viagem e da conquista propriamente dita.

Os personagens bíblicos são sempre inseridos nos sete (07) discursos transcritos pelo narrador. O maior número de citações dos personagens bíblicos em comparação com os personagens cruzados (185 para 138) indica uma clara preocupação com o conteúdo clerical nas passagens exortatórias. A erudição, o virtuosismo e o jogo das palavras feito pelo escritor são características da retórica das missivas do período⁵⁷⁶.

575 "Não se escrevia uma carta no século XII como no tempo de Leopardi ou de Flaubert, nem como se escreve hoje, se é que ainda se escrevem cartas (...) A escrita, enfim, se conformava naquele tempo a **regras codificadas e ensinadas com muita precisão**. Sem conhecê-las bem, corremos o risco de nos enganar redondamente sobre **o sentido do discurso assim construído** (os grifos são meus)." — DUBY, Georges. *Helôisa, Isolda e outras damas no século XII*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995, pp. 68-69.

576 *Id. Ibid.*

Além disso, os personagens cruzados não/são o centro da narrativa, e sim motivos para o desenrolar da história — por exemplo, não existe nenhuma descrição física deles. Mesmo os clérigos, que discursam para as hostes guerreiras, estão inseridos no contexto apenas para que o cronista-presbítero desenvolva a idéia de guerra santa e cruzada.

Seu autor, como vimos, era provavelmente um clérigo inglês, muito próximo de Herveo de Glanvill — logo, este é o segundo cruzado mais citado. Possui uma preocupação moral que se acentua nas passagens oratórias. Estes trechos exortatórios do documento se baseiam na tradição eclesiástica: para respaldar a mentalidade de cruzada, os oradores recorrem aos personagens bíblicos. Os discursos são estes (com seus respectivos conteúdos), na ordem que se segue:

1.º — Sermão em latim feito pelo bispo do Porto, Pedro (17/06/1147)

Este sermão possui uma verdadeira teoria sobre a guerra santa e cruzada. As passagens bíblicas e os personagens ibéricos (como Santo Isidoro, bispo de Sevilha) servem de erudição e base religiosa para a exortação cruzada do bispo aos cruzados recém-chegados de viagem.

2.º — Discurso de Afonso I aos cruzados, na festa do Apóstolo São Pedro (29/06/1147)

Na mesma linha ideológica do primeiro, este discurso de Afonso I é uma proposta de ataque à Lisboa muçulmana feita aos cruzados. Nele, o rei incentiva as hostes com vantagens materiais (“...nem por isso deveis desprezar a nossa promessa, pois que consideramos como sujeito ao vosso domínio tudo que a nossa terra possui...”)⁵⁷⁷

577 *Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147*, p. 37.

3.º — **Discurso de Herveo de Glanvill** (30/06/1147)

O cruzado, condestável inglês que comandava os homens de Norfolk e Suffolk, faz uma intervenção junto aos outros cruzados em defesa de Afonso I. Alguns exércitos normandos, comandados por Guilherme Vítilo, se recusavam a participar da empreitada. O discurso de Herveo de Glanvill uniu novamente as hostes para o ataque a Lisboa (“...e todos choravam de alegria, exclamando: Deus, ajudai-nos!”)⁵⁷⁸

4.º — **Discurso do arcebispo de Braga** (30/06/1147)

Após a união dos cruzados em torno de Afonso I para a batalha por Lisboa, o arcebispo de Braga fez um discurso junto aos mouros lisboetas, conclamando os “mouros e moabitais” a se renderem.

5.º — **Resposta dos mouros** (30/06/1147)

O “mais velho entre os circunstantes”, respondeu negativamente. Seria necessário luta.

6.º — **Réplica do bispo do Porto** (30/06/1147)

O bispo então declara oficialmente a guerra (“Já que não é possível falar aos vossos ouvidos benévolos, falarei aos vossos ouvidos irritados (...) Ao retirarmos desta cidade, nem vos saudarei, nem de vós receberei saudações”)⁵⁷⁹

7.º — **Sermão do sacerdote que trouxe a relíquia do Santo Lenho** (19/10/1147)

Após uma missa campal rezada pelo arcebispo, um sacerdote, com a relíquia do Santo Lenho em suas mãos, faz uma exortação cruzada, conclamando os exércitos à luta sagrada.

Como vemos, todas as arengas transcritas pelo cronista-presbítero estão inseridas dentro da mentalidade de cruzada

578 *Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147*, p. 42.

579 *Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147*, p. 47.

do contexto. Obviamente não podemos asseverar a autenticidade dos discursos. Como vimos, o documento foi escrito pelo menos 33 anos depois do acontecimento — da mesma forma que a narrativa da Batalha do Salado (escrita 40 anos mais tarde).

O escritor José Saramago, com muita propriedade, sugeriu a hipótese do discurso de Afonso I aos cruzados narrado na *Conquista de Lisboa* ter sido escrito por alguém com experiência diplomática e eclesiástica, talvez o próprio bispo do Porto, D. Pedro Pitões, ou o arcebispo de Braga, D. João Peculiar⁵⁸⁰. De qualquer forma, todos os discursos possuem a mentalidade de cruzada característica dos textos anglo-franceses de meados do século XII.

Além da transcrição destes discursos, a fonte nos fornece outra documentação em segunda mão: documentos escritos, que dão força jurídica às relações entre Afonso I e os cruzados, além de uma correspondência dos muçulmanos lisboetas e interceptadas pelos exércitos cristãos. São eles, em ordem de aparição na fonte:

1.º — Carta de Afonso I a Pedro, bispo do Porto sobre os cruzados (16/06/1147)

Afonso I, que havia saído dias antes com um exército num fossado sobre Lisboa, enviou uma carta ao bispo do Porto, solicitando a este que recebesse os cruzados em seu lugar.

2.º — Pacto entre Afonso I e os cruzados (30/06/1147)

Este documento especificava o que caberia aos cruza-

580 “...o discurso é, todo ele, de ponta a ponta, uma absurdidade (...) é que não se pode mesmo acreditar que da boca deste rei Afonso, sem prendas ele, de clérigo, tenha saído a complicada fala, bem mais à semelhança dos sermões arrebicados que os frades hão-de dizer daqui a seis ou sete séculos do que dos curtos alcances duma língua que ainda agora começava a balbuciar (...) **não é preciso ser dotado duma imaginação prodigiosa** para supor que os dois prelados, de caminho, vieram fazendo o rascunho, com o fito de adiantar trabalho, ponderando os argumentos, insinuando muito, acautelando o possível (...) **nunca nunca viemos a saber que palavras disse realmente D. Afonso Henriquez aos cruzados** (os grifos são meus).” — SARAMAGO, José. *História do Cerco de Lisboa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 44 e 46.

dos em caso de vitória. Os “francos” receberiam todos os haveres do inimigo, resgates e o saque da cidade. Após isso, seriam distribuídas terras na cidade para os cruzados que desejassem ali viver. Por fim, os navios dos cruzados (e de seus herdeiros) ficariam isentos de taxas (direito consuetudinário sobre mercadorias — direito de portagem) em território de Afonso I.

3.º — **Carta dos muçulmanos lisboetas** (final de agosto)

Os muçulmanos de Lisboa pediam socorro a Abu Mahomede, rei dos eborenses, apesar da pouca valerosidade dos guerreiros cristãos (“Eles nem são muitos, nem muito guerreiros...”)⁵⁸¹.

4.º — **Carta resposta do rei dos eborenses**

Abu Mahomede nega pedido de socorro. Afirma que possui um pacto de paz com Afonso I (“Há já muito tempo que tenho tréguas com o rei dos portugueses, e não posso quebrar meu juramento para o incomodar a ele ou ao seus com a guerra”)⁵⁸².

A mentalidade de cruzada também está expressa nas passagens do maravilhoso cristão: sereias durante a viagem (“de voz horripilante”), visões, peixes que entorpeciam a mão de quem os tocassem, mas principalmente presságios divinos. Num deles (“...um prodigioso sinal...”), uma grande massa de nuvem branca que acompanhava a viagem dos navios desde a Gália se encontrou com outra, negra, vinda do sul.

Os cruzados interpretaram o sinal como uma guerra cruzada celeste, análoga à que seria travada entre cristãos e muçulmanos. Nesse combate cruzado onírico (“...à maneira de infantaria ligeira...”), a nuvem branca, cristã, foi a vencedora, deixando no céu um “...azul puríssimo...” Os cruzados exaltaram: “Venceu a nossa nuvem! Deus está connosco! Foi

581 *Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147*, p. 56.

582 *Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147*, p. 56.

dispersado o poder dos inimigos e estão confundidos, porque o Senhor os dissipará”⁵⁸³.

A transformação da comida, estragada durante o cerco a Lisboa, que tornou-se comestível após a vitória cristã (“...um prodígio muito de admirar...”)⁵⁸⁴, é outra passagem que ressalta a conquista da cidade através da alegoria da transmutação. De forte raiz bíblica, a dádiva divina do alimento pode ser entendida como uma preparação do alimento escatológico, a eucaristia, como no caso da primeira multiplicação dos pães descrita em Mateus (Mt, 14, 13-21)⁵⁸⁵.

Por fim, os dois textos analisados possuem uma raiz literária distinta. A *Conquista de Lisboa* — como também a *Historia Francorum qui ceperunt Jerusalem*, de Raimundo de Aguillers — se insere no padrão literário cruzadístico anglo-saxão corrente nos séculos XI-XII⁵⁸⁶. Já a narrativa da Batalha do Salado contida no título XXI do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* faz parte de outra tradição literária. Ibérica, de cunho narrativo-genealógico, esta obra segue o viés literário português iniciado no final do século XIII com o *Livro Velho de Linhagens*. Como assinalamos abaixo, são três os *Livros de Linhagens* medievais portugueses.

583 *Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147*, p. 32.

584 *Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147*, p. 78.

585 *A Bíblia de Jerusalém*, p. 1866.

586 Da mesma forma que as obras de Fulcher de Chartres (*Gesta Francorum Iherusalem Peregrination*) — escrito nos anos de 1101, 1106 e 1124-1127 e Guilherme de Tiro (*Historia Rerum in Partibus Transmarinis Gestarum*) — escrita entre 1169 e 1173. Existem dezenas de obras de contemporâneos relativas às cruzadas e a idéia de guerra santa (autores latinos, árabes, gregos, armênios e sírios), além de documentos oficiais e cartas de cruzados a parentes.

Livros de Linhagens portugueses

Obra

<i>Autor presumível</i>	<i>Período em que foi escrita</i>	<i>Características</i>
<i>Livro Velho de Linhagens</i>		
Um monge associado à família Maia	1282-1290	Enaltecimento das 05 linhagens primordiais portuguesas, exaltando, acima de todas, a família Maia, associando-a a um passado hispânico
<i>Livro do Deão</i>		
Um deão não identificado	1337-1340	Alargamento das linhagens nobres do <i>Livro Velho</i> , recuperando um passado peninsular dos tempos da Conquista de Toledo
<i>Livro de Linhagens do Conde D. Pedro</i>		
Conde D. Pedro	1340-1344 (Com as duas refundições já referidas, de 1360-1365 e de 1380-1383, esta última de nosso direto interesse) ⁵⁸⁷	Enaltecimento da nobreza como grupo social; Busca de uma ligação com o passado visigodo; Promoção de uma conciliação entre nobreza e realeza; Inscrição como obra de um mecenas produtor de cultura ⁵⁸⁸

587 Como vimos, existe a hipótese de o segundo cronista-refundidor (1380-1383) ter pertencido à Ordem do Hospital, ou de ter obtido as informações para sua narrativa diretamente do prior D. Álvaro.

588 As informações sobre os *Livros de Linhagens* contidas neste quadro foram consultadas em BARROS, José D'Assunção. *O Imaginário Cavaleiresco*

Em contrapartida, a *Crónica Geral de Espanha de 1344*, também atribuída ao conde D. Pedro, não se insere nesta tradição genealógica. Esta fonte é considerada a "...primeira obra de historiografia que se escreveu em Portugal."⁵⁸⁹, portanto, pertence a outra tradição literária. Os *Livros de Linhagens* reúnem fontes superpostas. Entre as listas genealógicas compostas para registrar a memória do grupo social nobiliárquico, existem narrativas interpoladas — entre elas as do título XXI. Estas narrativas circulavam oralmente (nos meios palacianos, aristocráticos, nos saraus das cortes, nas cantigas trovadorescas) e tinham uma relativa independência de suas versões escritas⁵⁹⁰.

Em contrapartida, embora pertencente à tradição literária cruzadística anglo-saxã, o texto da *Conquista de Lisboa ao mouros em 1147* não possui a dicotomização cruzadística idealizada presente na narrativa da Batalha do Salado. Seriam necessários quase duzentos anos para que na Península Ibérica se acentuasse este paradigma guerreiro na tradição literária portuguesa: o ideal cruzado expresso nas ordens militares.

cont. *estudo dos modelos e contramodelos cavaleirescos (Portugal — séculos XIII-XIV)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense (UFF), tese de doutorado em andamento, 1996...

589 SARAIVA, António José. *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*, p. 153.

590 BARROS, José Costa D'Assunção. *A Arena dos Trouvadores — Estudo das representações das tensões sociais no cancionário galego-português (1250-1340)*, *Id. Ibid.*

O TEATRO DA GUERRA NA SOCIEDADE MEDIEVAL PORTUGUESA: AFONSO IV (1325-1357), O PROTAGONISTA DA BATALHA DO SALADO

Ao tratarmos da guerra na sociedade medieval portuguesa, temos de levar em conta o papel exercido por seus protagonistas. Esta contextualização histórica não se trata apenas de uma releitura da narrativa factual⁵⁹¹. Sua importância se deve principalmente à pormenorização dos atributos sociais em que estão inseridos os personagens. Em outras palavras, nossa construção do período passa também pelo conhecimento que os atores sociais tinham de si.

Como um grande teatro, nossos protagonistas guerreiros têm consciência do papel que exercem em sua sociedade, da imagem e do modelo que a realeza e a cavalaria ostentavam — tanto a seus pares quanto para o resto do corpo social⁵⁹². Neste particular, o universo sócio-histórico português do século XIV era uma grande peça, onde se desenvolveram tumultuadas e violentas relações pessoais que passavam a prática do poder régio. A relação entre o modelo dramático da ação social e a narrativa, da maneira como associamos aqui, está inserida na perspectiva da abordagem

591 Para uma discussão das novas possibilidades da narrativa na História ver BURKE, Peter. "A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa" In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História — Novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 327-348.

592 BURKE, Peter. *O mundo como teatro — estudos de antropologia histórica*. Lisboa: Difel, 1992, p. 152-153.

chamada *interpretismo sociológico e antropológico*, ou *realismo simbólico*. Esta corrente, além de reservar um papel central à teoria na explicação histórica, sustenta a essencialidade do método hermenêutico.

Esta não é uma visão estranha aos homens da Idade Média. Podemos encontrar na arte de Brueghel (1525?—1569), um pintor flamengo renascentista que retratou a cultura rural medieval, o sentido da teatralidade da existência humana, os diferentes cenários onde diversos personagens desempenhavam seus múltiplos papéis existenciais⁵⁹³. Um cartaz famoso de seu tempo anunciava o teatro do mundo: "*Theatrum orbis terrarum*"⁵⁹⁴.

É sob esse prisma que visualizamos as guerras medievais portuguesas. Elas foram verdadeiros rituais políticos, em que a sociedade desenvolveu um simbolismo bélico recheado de significação teológica, mística e carismática. Esta espécie de encenação política comandava o real através do imaginário: os documentos de época são a imagem que o cronista, cavaleiro e nobre tinha de seus pares — ou o que ele gostaria que a posteridade tivesse. É o que Balandier chama de "teatrocracia", ou seja, o conjunto de todas as manifestações da existência social, o tribunal teatral⁵⁹⁵. A guerra era apenas um tipo específico desta "farsa" que organizava os poderes constitutivos e as ações sociais. A guerra é o drama recorrente da humanidade.

Consideramos esta forma de abordagem das mentalidades intrinsecamente ligada a uma história cultural⁵⁹⁶. Sem des-

593 "...o que de mais seguro se pode dizer da arte de Pieter Brueghel é que ela constitui o derradeiro — e magnífico — testemunho de um mundo em vias de desaparecimento. Um testemunho que concilia o real e o fantástico, o cotidiano vivido e o imaginário temido. Um depoimento angustiado, mórbido, dilacerante, pessimista. Fiel." — *Bruegel — Gênis da Pintura* 23. Rio de Janeiro: Abril Cultural, s/d, p. 2.

594 "Bruegel via o mundo assim, como um teatro. Todos interpretam um papel: o soldado, o agricultor, o comerciante e rico, exausto de tanto comer no paraíso dos glutões. Todos atuam num cenário e giram como os rádios de uma roda. Sempre foi assim e a roda seguirá girando eternamente." — JANSEN, Pierre. *História Geral da Arte — Grandes Gênis da Pintura* (fita de videocassete n.º 2). Madrid: Ediciones del Prado, 1995.

595 BALANDIER, Georges. *O Poder em Cena*. Brasília: Editora UnB, 1982, p. 05.

considerarmos aspectos da guerra que a ligam a uma forma de trabalho⁵⁹⁷, nossa perspectiva será a da mentalidade, nobre e cavaleiresca. A guerra medieval portuguesa é uma manifestação cultural de uma determinada sociedade, num determinado tempo. Os protagonistas são heróis mitificados por sua “força dramática”⁵⁹⁸: a mitologia heróica manipulava o imaginário popular através do palco de batalha, cenário mais grandiloquente para os desígnios da Providência. Na mentalidade cavaleiresca, Deus é onipresente na guerra; Sua mão orientava o povo eleito através de seu herói — ou, no caso do ideal de cavalaria, as ordens militares — e o conduzia para o desfecho miraculoso.

Um bom exemplo é o de D. Raimundo, abade cisterciense da vila de Calatrava, em Toledo (1157):

“...o Abbade dom Raymundo poz logo em obra feu fancto propofito, & fe foi a Callatraua, & recebeu em fua ordem todos os que (deixando o mundo) nella quizerão entrar, pera perpetuamente feruirem a Deos militando contra os infieis, por defenfaõ, & exaltação de fua fancta fee; (& temperado o habito, como cumpria ao meneo das armas) começou com feus fra-des Caualleiros a conquistar os infieis barbaros com tanto esforço, & notaveis vitorias, que claramente fe via, que a mão do Senhor era com elles (o grifo é meu).”⁵⁹⁹

596 “Na última década, aproximadamente, a história cultural virou-se para a política. Os historiadores políticos descobriram a cultura (...) enquanto os historiadores culturais passaram a achar que tinham de se centrar sobre o poder.” — “História cultural: passado, presente e futuro” In: BURKE, Peter. *O mundo como teatro — estudos de antropologia histórica*. *Ibid.*, p. 22.

597 Para esse tipo de abordagem ver ANCONA, Clemente. Verbetes “Guerra” In: ROMANO, Ruggiero (dir.). *Enciclopédia Einaudi. Estado-Guerra*. Vol. 14. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989, pp. 348-371.

598 BALANDIER, Georges. *O Poder em Cena*. *Ibid.*, p. 07.

599 CRAESBEECK, Pedro (impressor del Rey). *DEFINICOESE ESTATUTOS DOS CAVALLEIROS & Freires da Ordem de N. S. Iesu Christo, com a bistoria da origem, & principio della — Com licença da Santa Inquição, Ordinario, & Paço*. Lisboa: ano M.DCXXXVIII, p. 57-58.

O ideal de cruzada que permeava as ordens militares via no palco de guerra a presença de Deus. Ele intervinha, alterava, decidia. Mas o espírito bélico não era privilégio do cristianismo. Como vimos anteriormente, a mentalidade muçulmana também possuía seus ideais guerreiros: a *jihad* (guerra santa) é prescrita no Alcorão.

Portanto, na mentalidade medieval, tanto cristã quanto muçulmana, os protagonistas guerreiros eram um instrumento divino. Cabe-nos destrinchá-los minuciosamente.

Nosso protagonista é o próprio rei de Portugal, Afonso IV. Como veremos, nosso rei é pleno instinto, impulso. Seu *élan* vital transformava suas intervenções guerreiras em verdadeiro teatro de interminável criação destruidora, ou seja, a guerra. Seu tempo foi um tempo de guerra. E Afonso IV a provocou até sua morte. Guerra contra o “invasor” muçulmano. Guerra contra o pai, em defesa da filha, contra o filho. Afonso IV tinha também desejo de controle sobre sua família. Este sentido de interpenetrações pessoais constituiu sua concepção de Estado: ele era um prolongamento de sua própria família. O rei ativava a engrenagem de guerra (os vassalos), sempre que julgava necessário interferir nos mecanismos de poder na Península Ibérica.

Em nossa pequena montagem esmiuçaremos a ótica do conflito. Dividiremos a peça em cinco atos: cinco momentos cruciais na pequena história desse rei conturbado, mas um grande rei, talvez um dos maiores de Portugal medieval⁶⁰⁰. Propositamente, não trataremos da batalha mais famosa que participou, a do Salado (1340) — e sim no próximo capítulo. Na reconstrução dos fatos compararemos as duas principais fontes do período, a *Crónica Geral de Espanha de 1344* e o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, segundo Lindley Cintra, ambas escritas pelo conde⁶⁰¹. Procuraremos o reto-

600 “...um conjunto de reformas que o fizeram passar à História como um dos grandes reis de Portugal.” — MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Editorial Presença, 1987, p. 496.

601 “É quase seguro (o grifo é meu) que a redação da *Crónica Geral de 1344* se deve à

que da pena do cronista. Ele é meio-irmão de Afonso IV, bastardo de seu pai, o rei D. Dinis. Veremos suas impressões dos momentos, os detalhes, realces e, principalmente, os silêncios. São para nós minúcias insinuantes e reveladoras das perspicácias, da mentalidade guerreira da sociedade medieval portuguesa.

VII. 1. Ato 1 — *Afirmando-se pela força*

D. Afonso (IV) nasceu em Lisboa no dia oito de fevereiro de 1291, filho primogênito de D. Dinis, sexto rei de Portugal, e da rainha (Santa) Isabel (filha de Pedro III de Aragão)⁶⁰². Em 1309, aos 18 anos, casou-se com a infanta D. Beatriz, irmã do rei Fernando IV de Castela. A futura rainha de Portugal era descendente de D. Soeiro Mendez, o *Bom*, da família Maia, portanto aparentada com o prior da ordem do Hospital em Portugal, D. Álvaro Gonçalves de Pereira.

Foi a partir deste momento, quando passou a ter moradia própria, que D. Afonso começou a discordar de seu pai — talvez insuflado por Martim Gil, conde de Barcelos, alferes-mor do rei, aio e mordomo do infante⁶⁰³. Como sabemos, este era um mundo jovem, viril, cheio de ímpeto, movido por homens jovens⁶⁰⁴. Além dos filhos com a rainha Santa Isabel (D. Afonso e D. Constança), D. Dinis teve quatro filhos bastardos de “barregãs”⁶⁰⁵:

com. iniciativa do autor do *Livro das Linbagens*, o Conde D. Pedro de Barcelos.” — CINTRA, Luís Filipe Lindley. “O Conde D. Pedro de Barcelos, autor da Crónica de 1344? — Hipóteses sobre a autoria da Crónica”. In: *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, vol. I, p. CLXC. No entanto, encontramos algumas significativas diferenças entre as duas fontes, que estão ressaltadas no decorrer deste capítulo. Como o autor não afirma categoricamente sua hipótese, consideramos viável a discussão sobre a autoria da *Crónica*.

602 RAU, Virginia. *Estudos de História Medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1986, p. 52.

603 MATTOSO, José. “A guerra civil de 1319-1324”. In: *Portugal Medieval — novas interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, p. 299.

604 BLOCH, Marc. *A Sociedade Feudal*. Lisboa: Edições 70, 1987, p. 90-91.

605 Segundo Oliveira Marques, todos os filhos bastardos de D. Dinis são da mesma mãe: D. Grácia. Ver mapa genealógico da dinastia de Bragança em MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. *Ibid.*, p. 240-241.

*"E houve outros filho de barreghas: Afonso Sanchez, que foi exerdado e morreo em Castela, e mandou-se deitar em Vila de Conde, em uu moesteiro que el mandou fazer, que ha nome Santa Clara; e houve outro filho que houve nome dom Pedro, que foi conde em Portugal; e Fernam Sanchez; e Jobam Afonso, que depois seu irmão, el rei dom Afonso, o mandou matar em Lixboa, quatro dias andados do mes de Junho, era de mil // CCCLXIII annos."*⁶⁰⁶

O bastardo régio Afonso Sanchez foi causa de inúmeros problemas entre a nobreza portuguesa, pois era o filho favorito do rei. Um desses problemas aconteceu com Martim Gil. O conde era concunhado do bastardo Afonso Sanchez, e ambos disputavam o castelo de Zagala, uma das heranças do sogro (o conde de Barcelos D. João Afonso de Albuquerque)⁶⁰⁷ O episódio mereceu atenção de um dos filhos bastardos do rei D. Dinis, o conde D. Pedro, em seu *Livro de Linhagens*:

*"E este Stevam de Freitas teve o castelo de Zagala do conde do Martim Gil, e fez-lhe por ele meñagem que o desse ao dito Pero Fernandez de Castro ou a Martim Gomez Taveerra em seu nome. E ele nom o deu a nem uu deles, e foi-o dar a dom Afonso Sanchez, filho d'el rei dom Diniz de Portugal, teendo-o cercando, e ficou dele treedor."*⁶⁰⁸

Provavelmente, a perda do castelo — em decisão do tribunal régio — foi a gota d'água para o conde Martim Gil. Este então exilou-se em Castela, pouco antes de 1312, quando morreu. O bastardo ainda recebeu do rei o cargo de mordomo-mor da coroa. Além disso vários nobres, descontentes com a política centralizadora de D. Dinis, passaram a

606 *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Ibid.*, 7C8 D 2, p. 129.

607 "Martim Gil herdou do sogro o título de conde (de Barcelos), mas o bastardo régio herdou a maior parte da fortuna, isto é o senhorio e o castelo de Albuquerque." — MATOSO, José. "A guerra civil de 1319-1324" *Ibid.*, p. 298.

608 *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Ibid.*, 44 116, p. 23-24.

apoiar o infante D. Afonso nesta intriga palaciana: grandes senhores do norte e centro do país, membros da nobreza de corte, nobres da segunda ou terceira nobreza e, sobretudo, filhos segundos ou bastardos — juntamente com os bispos de Lisboa e do Porto e a rainha Santa Isabel, desejosa de confirmar o filho como futuro rei.

O infante D. Afonso via a possibilidade de ser preterido por Afonso Sanchez na sucessão do trono. Some-se a isso as idades em conflito: a do infante, 28 anos, receoso do rival e ansioso pelo poder; a do rei, que com quase 60 anos era idoso para a média de vida no século XIV. “O outono da vida do homem medieval começava pelos 35 anos”⁽⁶⁰⁾ (ver quadro).

Isto devia aumentar no infante as pretensões de antecipar sua entronação. Em 1320, a disputa transformou-se em guerra aberta. Do lado do rei, seus três filhos bastardos, os mestres das ordens militares (importantes aliados por sua conhecida eficácia militar)⁽⁶¹⁾, o bispo de Évora, o deão do Porto, o almirante-mor Manuel Pessanha, nobres da corte e alguns de segunda linhagem.

Idades e médias de vida de reis, rainhas e filhos portugueses nascidos entre 1300 e 1500⁽⁶¹⁾

<i>Anos vividos</i>	<i>Sexo masculino</i>	<i>Sexo feminino</i>	<i>Total</i>
10-19	2	0	2
20-29	0	3	3
30-39	2	6	8
40-49	9	1	10
50-59	3	2	5
60-69	4	3	7
70-79	1	1	2
80-89	1	0	1
<i>Total</i>	<i>22</i>	<i>16</i>	<i>38</i>
<i>Média de vida</i>	<i>49,5 anos</i>	<i>44,3 anos</i>	

Nesta guerra, que dividiu parte da nobreza portuguesa, nosso cronista, o conde D. Pedro, procurou exercer papel moderador, tanto com o rei quanto com seu meio-irmão, o infante⁶¹². Também teve o auxílio da rainha Santa Isabel, como veremos. Deve-se contudo ressaltar a neutralidade da maior parte da nobreza, além do que a guerra não foi uma luta de classes: os dois partidos possuíam quem os apoiasse tanto regional quanto socialmente⁶¹³.

Embora saibamos que por trás das ambições do infante se encontrava o problema da centralização política levada a cabo por D. Dinis, principalmente através das inquirições⁶¹⁴, o fato é que a mentalidade da época ressaltou o problema da legitimidade do bastardo Afonso Sanchez: “Este rei dom Denis houve guerra com seu filho dom Afonso, que era ifante, por razom que queria que reinasse Afonso Sanchez seu filho de barregãa.”⁶¹⁵ A *Crónica de Espanha de 1344* também destaca o amor de D. Dinis pelo filho bastardo: “E el rey amava muyto Affonso Sanchez e fazia muyto do que elle queria.”⁶¹⁶

609 MARQUES, A. II. de Oliveira. *A Sociedade Medieval Portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1987, p. 209-210.

610 ...os mestres de Santiago (D. Pedro Escacho), Cristo (D. Gil Martins), e Avis (D. Vasco Afonso), o prior do Hospital (D. Estêvão Vasques Pimentel)... — MARQUES, A. II. de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV. Ibid.*, p. 492.

611 SOUZA, Armindo de. “1325-1480” In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal — A Monarquia Guerreira (1096-1480)*. Lisboa: Editorial Estampa, s/d, p. 359.

612 Sabemos inclusive que D. Dinis reintegrou o conde nos seus domínios, pois este estava exilado em Castela. Ver CINTRÁ, Luís Filipe Lindley. *Crónica Geral de Espanha de 1344. Ibid.*, vol. I, p. CLIV.

613 MATTOSO, José. “A guerra civil de 1319-1325” *Ibid.*, p. 307.

614 Inquéritos sistemáticos levados a cabo pela realza com o intuito de afirmar a autoridade do rei e coibir os abusos dos poderes senhoriais. A primeira inquirição data de 1220, durante o reinado de Afonso II. Juizes e Delegados régios recolhiam depoimentos para averiguar as sonegações aos direitos régios em virtude do alargamento dos senhorios eclesiásticos, das ordens militares e dos fidalgos. Os inquiridores consignavam por escrito todos os foros e serviços que deviam ser pagos aos mordomos régios e registravam a quem pertenciam os direitos patronais sobre as igrejas e os proprietários eclesiásticos. Trata-se de uma inovação precoce no contexto das centralizações régias europeias. Ver MATTOSO, José (dir.) *História de Portugal — A Monarquia Feudal (1096-1480)*. Lisboa: Editorial Estampa, s/d, p. 111-112.

615 *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Ibid.*, 71D4, p. 130.

616 *Crónica Geral de Espanha de 1344. Ibid.*, vol. IV, capítulo DCCXXIII, p. 252.

Dessa maneira, para melhor compreendermos as estruturas mentais motivadoras do conflito, devemos nos orientar por este prisma, embora sem deixar de lado a perspectiva histórica global. Até porque o cronista era bastardo, irmão de ambos os contendores, e uma das formas de renovação dos quadros da nobreza medieval portuguesa era a bastardia, principalmente entre o grau mais elevado do terceiro estado: os cavaleiros vilãos⁶¹⁷

Em 1319, o infante exigiu do rei que lhe entregasse a justiça do reino. Aqui encontramos a insatisfação dos nobres com a repressão dos abusos senhoriais por parte do poder judicial⁶¹⁸ O infante é o expoente dessa nobreza, pouco a pouco limitada pela expansão do poder real. A longa duração vê o ponto: a centralização política é a grande questão subjacente. A bastardia é a espuma da grande corrente, o evento em sua seqüência, hoje o sabemos. Mas é a expressão da mentalidade da época que orienta o documento: a questão infante-bastardo perpassa o código social vigente. É a genealogia dinástica que não deve ser deixada de lado por um rei que prefere o que não é o primogênito legítimo. Neste ponto, a revolta do infante é a revolta da legitimação, da permanência dos laços feudais.

A guerra teve início em 1320. Oliveira Marques a divide em três fases⁶¹⁹ Na primeira, de 1320 a maio de 1322, as lutas iniciaram-se em Entre-Douro-e-Minho e na faixa litorânea, até Lisboa. Os rebeldes capturaram e perderam Leiria, Coimbra e Santarém. A rainha Santa Isabel foi desterrada para Alenquer e privada de suas rendas, por ser partidária do infante. D. Dinis conseguiu com o papa João XXII uma bula condenando todos os nobres que incitassem o infante à revolta. Com as intervenções do rei Jaime II de Aragão e do

617 MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV. Ibid.*, p. 263-264.

618 MATOSO, José. "Dois séculos de vicissitudes políticas" In: *História de Portugal — A Monarquia Feudal (1096-1480)*. Lisboa: Editorial Estampa, s/d, p. 162.

619 *Ibid.*, p. 493-494.

papa, chegou-se a um acordo. A rainha foi reintegrada aos seus direitos e o infante recebeu os senhorios de Coimbra, Montemor-o-Velho, Feira, Gaia e Porto, além de um acréscimo em suas rendas. Contudo, o infante teve de prestar homenagem ao rei. As sementes da discórdia permaneceram.

Nesta primeira fase, o cronista D. Pedro ressalta as vitórias de D. Afonso em Coimbra, Montemor-o-Velho, Feira, castelo de Gaia e torre da menagem do Porto, além do cerco sobre Guimarães, defendido pelo cavaleiro e meirinho-mor Meen Rodriguez de Vasconcelos (segundo a *Crónica de Espanha*, o infante foi aconselhado por Martim Anes de Briteiros a atacar Guimarães)⁶²⁰. Não mencionou o assassinato do bispo de Évora pelos partidários do infante (05.03.1321), nem os manifestos publicados por D. Dinis e lidos nos principais concelhos, nos quais o rei ressaltava o número de criminosos que estavam do lado do infante⁶²¹. Pelo contrário, deu ênfase aos excessos cometidos pelo rei em sua reconquista de Coimbra (março de 1322):

*"El rei dom Denis soube que jazia sobre a vila de Guimarães, e el veo-se deitar sobre Coimbra. E chegou i o primeiro dia de Março, em Coreesma, e fez muito estrago, e o arrebalde todo foi estragado. E derribarom as casas, e filharom muito pam e muito vinho e muito azeite, e danarom todo o campo, que era semeado de pam novo, e cortarom todos os olivae, e também d'aaquem como d'aalem."*⁶²²

Podemos estender este modelo de guerra feudal também aos exércitos do infante, embora o cronista não o mencione — talvez aqui explicitando sua posição simpática ao irmão. Tanto pai quanto filho faziam a guerra medieval. Nela,

620 *Crónica Geral de Espanha de 1344. Ibid.*, vol. IV, cap. DCCXXIII, p. 254.

621 Os três manifestos de D. Dinis contra o filho são de 01/07/1320, 15/05 e 17/12 de 1321; logo, todos da primeira fase da guerra. No último (o de 17/12/1321), a resposta do infante foi a ocupação de Coimbra, no mesmo mês.

622 *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Ibid.*, 71D5, p. 130-131.

era o povo quem mais sofria. Não admira que detestassem essa nobreza pré-revolução de 1383⁶²³.

Mas voltemos ao cerco de D. Dinis a Coimbra. O fato de o cronista ressaltar a devastação efetuada pelo rei em plena Quaresma, período de quarentena e penitência para os cristãos, pode insinuar o desagravo com a atitude do pai — além de mostrar a violência contra as populações camponesas. O infante aparece como o cavaleiro salvador, cercado de ricos-homens (inclusive o próprio conde D. Pedro) e grande poder de cavalaria, para trazer uma (curta) trégua:

*“O ifante, quando soube que seu padre jazia sobre Coimbra, alçou-se de Guimarães e chegou a Sam Paulos com o conde dom Pedro, seu irmão, que entom era exerdado do reino, e com outros ricos homees e com gram poder de cavalaria, e jouve i tres dias, per tregua que houve antre seu padre e ele.”*⁶²⁴

É interessante observarmos que o conde D. Pedro omite no *Livro de Linhagens* — talvez propositadamente — a atuação da rainha Santa Isabel nas conversações de paz de março de 1322, embora também tenha tomado parte, pois tinha regressado de Castela, onde estava exilado. Pelo contrário, a *Crónica de Espanha* ressalta a atuação da rainha: “E, estando o iffante sobre Guimarães, chegou hy sua madre, a reya dona Isabel, por trautar alguma aveeça antre elle e seu padre.”⁶²⁵ Ou nesta passagem: “E a reynha andava en este feito muy trabalhada, assy por parte do filho como do marido.”⁶²⁶ Poderíamos conjecturar que o conde, bastardo, não nutria maiores simpatias pela rainha santa. A presença da

623 “...a nobreza de Portugal, nos finais da Idade Média, foi um grupo detestado pelo povo. Pelo povo dotado de voz, o das cidades e vilas com assento em cortes, e muito provavelmente pelo povo da noite, o das aldeias e dos sertões, sacrificados rústicos.” — SOUZA, Armindo de. “1325-1480” In: MATTEOSO, José (dir.) *História de Portugal — A Monarquia Feudal (1096-1480)*. *Ibid.*, p. 459.

624 *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. *Ibid.*, 7D6, p. 131.

625 *Crónica Geral de Espanha de 1344*. *Ibid.*, vol. IV, cap. DCCXXIII, p. 254.

626 *Ibid.*, vol. IV, cap. DCCXXV, p. 258.

rainha na *Crónica* e sua ausência no *Livro de Linhagens* poderia indicar que estas seriam obras escritas por mãos diferentes, ou em tempos diferentes.⁶²⁷

Além disso, a *Crónica* revela outro ponto interessante: o conde D. Pedro dava-se bem com o infante D. Afonso. Mais: seu exílio em Castela deveu-se a uma contenda com seu irmão João Afonso, a mando de Afonso Sanchez. Embora vitorioso D. Pedro, a contenda foi apartada pelo próprio infante:

*“Dom Pedro, que era o mayor, chegavasse ao iffante (D. Afonso) e aguardavao e conhocialhe senhorio (...) E entom Joham Affonso mândou desaffiar o conde e mândoulhe dizer que o esperasse IIII dias en certo lugar, ca se queria ver com elle. E o conde era muyto amado dos filhos d’algo e ajuntou tâttos vassallos e amigos que foram mais que os outros (...) ataa que veo o iffante dom Affonso de Lixboa por partir a cõtenda (...) Depois desto, ordenou dom Affonso Sanchez com el rey que tolhesse a terra ao conde dom Pedro; e elle foyse pera Castella e amdou la IIII anos e meo.”*⁶²⁸

Aos olhos da *Crónica*, o rei D. Dinis é submisso aos desejos do filho querido: “Ordenou dom Affonso Sanchez com el rey...” Nesta passagem podemos entender o que motiva as omissões do conde D. Pedro em seu *Livro de Linhagens*. Exilado em Castela por culpa de seu irmão Afonso Sanchez, ele ressalta seu meio-irmão (o infante D. Afonso) em suas vitórias e mostra o lado infame da guerra ao rei. Isto embora D. Pedro tenha recebido de D. Dinis o título de conde de Barcelos, em 1314, e alferes-mor, em 1317, além de vários bens em Lisboa, Estremoz, Évora-Monte, Sintra,

627 Tal discussão não é a intenção deste trabalho. Contudo, como encontramos este detalhe a diferenciar a visão do cronista na guerra civil e a importante atuação da rainha como intermediadora, achamos por bem fazer a indagação. Até porque o próprio Lindley Cintra abordou outras hipóteses distintas da sua: “Conclui Menéndez Pidal que é preferível considerar anônima, como tantas outras, esta *Crónica de 1344*.” — *Crónica Geral de 1344. Ibid.*, vol. I, p. CXXIX.

628 *Ibid.*, vol. IV, cap. DCCXXIII, p. 252-253.

Tavira, Beira, juntamente com a própria vila de Barcelos. As doações tornaram o conde de Barcelos um dos mais poderosos senhores de Portugal, até seu exílio em Castela, aproximadamente em 1320.

D. Pedro voltou a Portugal a pedido de D. Afonso: “E o iffante, quando tomara Coymbra e Monte Mayor (Montemor-o-Velho), mādara rogar o conde dō Pedro que veesse a elle. E o conde veosse logo...”⁶²⁹ Sua presença nos proporcionou a maior parte das informações da guerra civil.

Em junho de 1322, o rei caiu enfermo e mandou redigir seu segundo testamento. Aos sessenta e um anos de idade está cansado e velho. A guerra civil e a revolta do filho devem ter feito a sua parte. No entanto, D. Dinis ainda teve forças para continuar as inquirições e leis restritivas aos abusos da nobreza. O processo de centralização continuava. Seria o rei *labrador* até o fim de seu reinado.

Após um pequeno período de trégua, as hostilidades reiniciaram-se com as cortes de Lisboa, em outubro de 1323, numa **segunda fase** da guerra civil. D. Afonso, não atendido em suas reivindicações, retirou-se com seus partidários nobres para Santarém, marchando em seguida sobre Lisboa. Aconteceu então uma batalha, em Albogas, perto de Loures. A rainha interveio novamente. Noutro recontro, em Alvalade, uma vez mais os dois exércitos foram contidos pela rainha, agora acompanhada do bispo da cidade, D. Gonçalo Gonçalves de Pereira, futuro arcebispo de Braga e pai de D. Álvaro Gonçalves de Pereira, herói da Batalha do Salado.

No entanto, foi mais uma breve conciliação. O conde D. Pedro omitiu esse período: reportou-se à **terceira e última fase da guerra civil**, em 1324:

“E depois esto, houve este ifante, na era de mil CCC LX II, no mes de Fevereiro, outra vez gram desavença com el rei seu padre, em Santarém. E levantaram-se em volta, de ua parte e da outra, e matarom

629 *Ibid.*, p. 253.

os d'el rei uu boo cavaleiro, que havia nome Fernam Gomez de Carvalho, que era vassalo do ifante. E soube esto o ifante, e armou-se e foi contra os d'el rei, e matarom muitos da parte d'el rei, e matarom mais se nom fora que quis Deus que os partio a noite..”⁶³⁰

Mais uma vez o conde manipulou os fatos, resumiu-os, moldou-os. O que realmente aconteceu? Em fevereiro de 1324, o rei dirigiu-se de Lisboa a Santarém. Esta última se rebelou contra D. Dinis (coincidentemente, o infante aí residia): tanto seu concelho quanto o infante negaram-se a recebê-lo. Sobreveio então a batalha, violenta mas sem vencedor. Novamente a *Crónica* é melhor detalhada. Após descansarem e comerem nas casas que pertenceram ao nobre Rodrigues Anes Redondo, as hostes reais começaram a pelejar contra os do infante e os da vila (de Santarém). Muitos cavaleiros de ambos os lados morreram. Antes do cair da noite foi feita uma trégua.

Foram então escolhidos doze cavaleiros de cada lado para discutir a paz (“foilhes mädado e outorgado que todo o que elles e aquelle feyto determinassem e julgassem que fosse recebido e cumprido.”⁶³¹). Neste momento de decisão, é bastante significativa a menção ao número doze, como os doze apóstolos de Cristo (“Chamou os doze discípulos e deu-lhes autoridade de expulsar os espíritos imundos e de curar toda a sorte de males e enfermidades — Mt 10, 1)⁶³²

D. Dinis e o infante D. Afonso delegavam estes poderes aos seus irmãos de sangue e armas. Como uma espécie de dupla congregação de apóstolos, os cavaleiros receberam a missão de pôr fim àquela guerra entre pai e filho. Num sentido ideal, para os medievos letrados, a cavalaria é também a mantenedora da paz. Como nas palavras do catalão Ramón Llull: “...hoy debe ser oficio de caballero pacificar a los

630 *Livro de Linbagens do Conde D. Pedro. Ibid.*, 7D7, p. 131.

631 *Crónica Geral de Espanha de 1344. Ibid.*, vol. IV, cap. DCCXXV, p. 259.

632 *A Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Edições Paulinas, 1991, p. 1855.

hombres..."⁶³³.

A guerra então já durava, com breves e malsucedidas tréguas, cinco longos anos. O rei já tinha 63 anos. A nobreza estava cansada de assistir seus filhos caírem em campo de batalha. "E, em outro dia, houverom os cavaleiros acordo antre si, que **se nom matassem uus a outros** (o grifo é meu); e trabalharom per tal guisa, que meterom paz antre el rei e seu filho dom Afonso."⁶³⁴

Neste dia de 26 de fevereiro, a comissão dos vinte e quatro cavaleiros decidiu que o rei deveria aumentar em 10.000 libras a renda do infante herdeiro⁶³⁵. D. Dinis também comprometeu-se a retirar o cargo de mordomo-mor do bastardo preferido Afonso Sanchez, além de substituir o meirinho-mor Mem Rodrigues de Vasconcelos por Vasco Pereira e o meirinho da casa real Lourenço Anes Redondo por Lourenço Mendes⁶³⁶. O intransigente rei das inquirições cedia, no final da vida, à sua nobreza guerreira. Por esse motivo, o historiador José Mattoso questiona a solidez da política anti-senhorial dionisina⁶³⁷

De qualquer modo, o embate rei-nobreza iria perdurar por toda a Idade Média portuguesa. Para dar caráter sagrado à celebração de paz⁶³⁸, o arcebispo de Compostela chegou à Santarém para confirmar o acordo decidido pela nata da cavalaria portuguesa, a mando do papa João XXII.

Depois da paz de Santarém, o rei dirigiu-se a Lisboa, sua capital, enquanto o infante foi para Coimbra. D. Dinis caiu novamente enfermo, fazendo seu terceiro e último testamento. A *Crónica* ressalta sua atuação junto aos pobres: "E

633 LULIO, Raimundo. *Libro del Orden de Caballeria — Príncipes y Juglares*. Buenos Aires: Espasa-Calpe Argentina S. A., 1949, p. 47.

634 *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. *Ibid.*, 7107, p. 131.

635 *Crónica Geral de Espanha de 1344*. *Ibid.*, cap. DCCXXV, p. 259.

636 MATTOSO, José. "Dois séculos de vicissitudes políticas" In: *História de Portugal — A Monarquia Feudal (1096-1480)*. *Ibid.*, p. 163.

637 "...mas a guerra civil mostrara que não era possível acabar facilmente com os privilégios senhoriais da nobreza" — MATTOSO, José. *Ibid.*

638 MATTOSO, José. *Ibid.*

el rey fuisse en amdas pera Sanctarem e steve hy enfermo ataa VII dias de Janeiro, fazendo sempre muytas esmolas aos pobres e outrossi muyto be por amor de Deus.”⁶³⁹ Como sua rainha, D. Dinis também passa a imagem de caridoso, do rei que se preocupa com seus pobres⁶⁴⁰

D. Dinis morreu em Santarém, em 7 de janeiro de 1325. Presentes em suas exéquias o infante guerreiro, nosso conde cronista D. Pedro, o outro bastardo D. João Afonso, além de D. João de Lacerda (seu genro) “e outros muytos ricos homees e cavaleiros.”⁶⁴¹ Note-se a ausência de seu favorito Afonso Sanchez, motivo causador desta guerra civil. Talvez soubesse que o novo rei o tivesse como primeiro desafeto oficial do reino.

O acordo de Santarém não foi capaz de unir o que uma rainha santa (e uma mãe) não conseguiu⁶⁴². Presumivelmente o rei morreu sem ter feito as pazes com o filho primogênito. Inúmeras mortes e o caos reinante em Portugal por cinco anos de guerra civil provavelmente aumentaram ainda mais o fosso de mágoas entre os dois. O cheiro da carne morta após uma tarde de sangue torna o homem cômico de sua efemeridade. Para um rei administrador como D. Dinis, ver o trabalho de uma vida diluir-se em meia década de luta intestina deve ter sido um golpe avassalador. A guerra contra o filho exauriu-lhe as últimas forças⁶⁴³. Dessa maneira Afonso IV foi entronado: sob a sombra da guerra, cumprindo as

639 *Crónica Geral de Espanha de 1344. Ibid.*, cap. DCCCXXV, p. 159.

640 A rainha santa Isabel notabilizou-se por sua caridade, principalmente durante a fome de 1333: “Mandava a santa rainha distribuir muitas esmolas de pão e carne aos pobres da cidade (de Coimbra) e aos que se acumulavam nas albergarias; e como era grande o número de mortos, nem destes se esquecia, distribuindo mortalhas, mandando abrir sepulturas e encarregando os seus clérigos da encomendação dos finados.” — ALMEIDA, Fortunato de. *História da Igreja em Portugal*. Porto: Portucalense Editora, S. A. R. L., 1967, vol. I, p. 262.

641 *Crónica Geral de Espanha de 1344. Ibid.*, cap. DCCCXXV, p. 259.

642 Praticamente no mesmo momento de sua viuvez, a rainha santa Isabel entrou no convento de franciscanas de Santa Clara, em Coimbra, vestindo o hábito, mas sem fazer profissão religiosa.

643 Embora no final de 1324 tenha ainda feito uma inquirição sobre a mata da Urqueira, na zona da Vila Nova de Ourém, e ter consignado uma lei contra os abusos da jurisdição feudal.

Escrituras: “Os filhos se levantarão contra os pais e os farão morrer.” (Mt 10, 21)⁶⁴⁴. Ele é o novo rei-guerreiro de Portugal, Afonso (do godo, *Hathafuns*, guerreiro).

VII. 2. Ato 2 — O protagonista no centro do palco: rei-guerreiro, rei-cruzado

O novo monarca tem 33 anos. Idade simbólica, idade da razão, idade de Cristo. Era um rei politicamente maduro que, em seu primeiro ato (abril de 1325) convocou cortes em Évora para jurar sua entronização: “...pera me receberem por Rey e por senhor e me fazerem menagem e me conhecerem senhorio e divido natural como a Rey e a senhor a que som theudos de conhecer e pera livrar com eles algus cousas.”⁶⁴⁵

Mas o primeiro sentimento que se apossou da alma do jovem rei-guerreiro foi o da vingança. Apesar de Afonso Sanchez (que se encontrava em Castela) ter-lhe enviado juramento e menagem através de um procurador, perante todos os ricos-homens, cavaleiros e outros fidalgos, Afonso IV, nas mesmas cortes de Évora, acusou seu meio-irmão de tentar envenená-lo e tomar-lhe o trono. Condenou-o a desterro perpétuo e confiscou-lhe bens patrimoniais. Tudo indicava que o conflito renasceria.

Esta medida denota uma mentalidade de governo tipicamente feudal: D. Afonso IV, colocando ódios pessoais acima de qualquer coisa, não levou em conta o bem-estar de seus súditos⁶⁴⁶. A *Crónica*, diante deste incessante ímpeto guerreiro, faz sua ressalva: “Depois que foy morto el rey do

644 *A Bíblia de Jerusalém. Ibid.*, p. 1856.

645 “Acréscete-se ‘inédita’ e só retomada no século XV. Porque, desde 1254 — ano das primeiras cortes seguramente comprovadas — até 1433, não conhecemos outras, além destas de 1325 (Évora), que tenham sido expressamente convocadas para jurar um rei acabado de subir ao trono. Anote-se, portanto, este facto.” — SOUZA, Armindo de. “1325-1480”. In: MAITOSO, José. *História de Portugal — A Monarquia Feudal (1096-1480)*. *Ibid.*, p. 484.

646 “Tudo bem escusado, **provavelmente sem fundamento, e perigoso para o País e seus habitantes** (o grifo é meu).” — SOUZA, Armindo de. “1325-1480” *Ibid.*

Denis, alçarom logo por rey seu filho dom Affonso e foy muy boo rey e de grande regimeto e justiça. Mas, logo em começo de seu regnado, mandou tomar a Affonso Sanchez, seu irmão, toda a terra que avya e Portugal.”⁶⁴⁷

A conjunção adversativa **mas** que o cronista colocou antes da expressão “foi muy boo rey”, além de ressaltar que Afonso Sanchez era “irmão” do rei, nos sugere sua reprovação da nova guerra de Afonso IV. A *Crônica* ressalta o que o bastardo disse ao rei: “E elle lhe mādou dizer e *afrontar* que lhe nō tomasse sua terra, **ca nō havia razom por que** (o grifo é meu).”⁶⁴⁸

Ao mesmo tempo em que o cronista destaca a importância dos laços feudais, dá voz a Afonso Sanchez em seu infortúnio. O bastardo então juntou seus vassallos a forças castelhanas e leonesas, invadindo Trás-os-Montes e o Alentejo:

*“E dom Affonso Sanchez ajuntou logo grande gente de Castella e de Leon e entrou per terra de Bragança e fez elle grande dâpno na terra; e esto mesmo fez antre Tejo e Odiana, ca lhe fez muyto mal na terra, queymandoa e roubandoa. E desy foyse pera Alboquerque.”*⁶⁴⁹

Serão quatro anos de mais uma guerra civil (1325-1329). Novas desgraças que a nobreza impõe ao povo. Observamos que o cronista considera a devastação praticada pelo bastardo um mal que atinge diretamente o rei, e não as populações que trabalham a terra. Elas não merecem sua atenção, são apenas uma extensão do poder real. Quando o bastardo destrói a terra, ele está ferindo o próprio Afonso IV. Após esse ataque, o rei ordenou que o mestre de Avis combatesse seu meio-irmão. Este foi derrotado em campo aberto, mesmo com toda a força militar do rei:

647 *Crônica Geral de Espanha de 1344. Ibid.*, cap. DCCCXXVI, p. 260.

648 *Ibid.*

649 *Ibid.*

*“...ca en Auguella stava o meestre d'Avis cõ peça de cõcelhos e de vassallos del rey. E dom Affonso Sanchez, como o soube, veo sobre o meestre e lidou cõ elle e cõ todo o poder del rey que hy era e veceuos. E dessy tornousse muy ben andâte pera Alboquerque”*⁶⁵⁰

Afonso IV rebateu, atacando Albuquerque (atual província de Badajoz), além do castelo da Codesseira (La Codosera, em Castela). Fez cerco ao castelo, que se rendeu em 1326, quando então deu-o a Diego Lopez, filho de Luis de Mendonça, de “gaança” (graça?)⁶⁵¹. Jogava-se uma delicada guerra feudal. Em seu ódio pessoal, impulso maior dessa “guerra mesquinha”⁶⁵², o rei português provavelmente não pensou nas possibilidades de o conflito alastrar-se pela península. Isto porque o senhor de Albuquerque era sogro de Afonso Sanchez. O rei de Castela, Afonso XI, embora genro de Afonso IV de Portugal (casara-se com sua filha, D. Maria⁶⁵³), tinha obrigações feudais de proteger Albuquerque contra o ataque de Afonso IV. Havia então a possibilidade de a guerra entre irmãos tornar-se guerra entre monarcas.

A situação acirrou-se quando, em 04 de julho de 1326, Afonso IV prendeu e mandou executar o outro bastardo, D. João Afonso. Vingança total, execração completa. “Ódio são! ódio bom! sê meu escudo”⁶⁵⁴. Ressalte-se apenas que toda a ira do rei não era pelo fato de serem bastardos, mas sim pela disputa pelo poder que remonta ao fim do reinado de D. Dinis, como vimos. Nosso conde-cronista D. Pedro também o era, e passou imune por essa onda de paixão sangrenta. Sabemos que, durante o reinado de Afonso IV, D. Pedro

650 *Ibid.*

651 *Ibid.*

652 *Ibid.*

653 “...este rey dô Affonso casou sua filha, a iffante dona Maria, cõ el rey de Castella en Fonte Guinaldo” — *Crónica Geral de Espanha de 1344. Ibid.*

654 CRUZ E SOUZA. *Últimos sonetos*. Paris: Aillaud & Cia., 1905, p. 138.

655 CINTIRA, Luís Filipe Lindley. “Introdução” In: *Crónica Geral de Espanha de 1344. Ibid.*

teve discreta participação pública, residindo a maior parte do seu tempo nos paços de Lalim, perto de Lamego, uma de suas propriedades da Beira⁶⁵⁵.

A guerra parecia ser o *modus vivendi* do novo rei. Isso apesar dos insistentes apelos da rainha Santa Isabel, que, de seu retiro em Coimbra enviava regularmente ao filho-rei pedidos de consenso e paz, para restituir ao bastardo seus bens espoliados⁶⁵⁶. Mas a guerra só teve seu desfecho porque o bastardo Afonso Sanchez caiu doente e suspendeu a luta, negociando a paz através de intermediários castelhanos e portugueses⁶⁵⁷. A única maneira de Afonso IV concordar com essa proposta de paz era devolver os bens ao bastardo, motivo principal da guerra. Provavelmente por desejar ver seu reino pacificado, e poder governar em sua plenitude, o rei concordou⁶⁵⁸.

Logo depois, Afonso Sanchez morreu (1329?). Como se vê, não há maiores informações dos dois últimos anos de guerra. Ele apenas a conclui: "...e (Afonso IV) tornou-se pera Portugal e *despois* ouve de fazer tregoa cõ dom Affonso Sanchez *por lhe nom fazer mal na terra*"⁶⁵⁹ Talvez nosso cronista estivesse por demais preocupado com esses anos de sangue, que não pareciam ter fim. "E despois per tempo, este rey dõ Affonso casou sua filha, a iffante dona Maria, cõ el rey de Castela en Fonte Guinaldo. E esto foi na era de mil e trezentos e sateenta e [...] annos, no mes de Setembro."⁶⁶⁰

VII. 3. Ato 3 — *A guerra: modus vivendi da política afonsina*

Afonso IV teve sete filhos com D. Beatriz. Em ordem: D. Maria (1313-1357), D. Afonso (1315-?), D. Dinis (1317-1318), D. Pedro (1320-1367, futuro Pedro I, 1357-1367), D.

656 SOUZA, Armindo de. "1325-1480". *Ibid.*, p. 485.

657 MARQUES, A. II. de Oliveira. *Portugal na crise dos Séculos XIV e XV*. *Ibid.*, p. 496.

658 "Afonso IV viu-se obrigado a restituir os confiscos ao odiado irmão" — *Ibid.*

659 *Crônica Geral de Espanha de 1344*. *Ibid.*, p. 260.

660 *Ibid.*, p. 260.

Isabel (1324-1325), D. João (1326-1327) e D. Leonor (1328-1348)⁶⁶¹. Em 1328 casou sua filha mais velha, D. Maria, com o rei Afonso XI de Castela, que para isso repudiara D. Constança Manuel, filha de D. João Manuel, um dos maiores senhores feudais de Castela (e que era filho do infante D. Manuel)⁶⁶². Talvez por mais esse motivo D. João foi um dos líderes castelhanos do grupo senhorial opositor de Afonso XI. Em Castela também acontecia o “embate centralizador”⁶⁶³ entre o rei e a nobreza.

O casamento entre D. Maria e Afonso XI não foi feliz. O rei praticamente a repudiava em troca de Leonor de Gusmão⁶⁶⁴. Para piorar a situação, D. Maria escreveu várias cartas a seu pai Afonso IV contra seu marido, queixando-se da situação. “Mágoas de mal-amada”, como bem disse Armindo de Souza⁶⁶⁵. As embaixadas entre as duas cortes intensificaram-se. Como resposta, Afonso IV negociou o casamento do infante D. Pedro com a mesma D. Constança Manuel, que havia sido repudiada por Afonso XI.

Dessa forma, o rei português contrariava o tratado de aliança perpétua entre Portugal, Aragão e Castela, firmado por ele mesmo em 1328 e confirmado em 1329. Nele havia a promessa de que a futura mulher do infante D. Pedro (logo, também futura rainha de Portugal) haveria de ser D. Branca, sobrinha de Afonso XI. Ao trocar D. Branca por D. Constança Manuel como nora, Afonso IV dava a sua resposta aos maus-tratos à sua filha praticados pelo rei castelhano.

661 MARQUES, A. II. de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV. Ibid.*, p. 240-241 (Quadro I da Dinastia de Borgonha).

662 A *Crónica Geral de Espanha de 1344* o chama de Joham Nunez de Lara, enquanto A. II. de Oliveira Marques em seu livro *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV* dá o nome de D. João Manuel. Para o presente texto fizemos a segunda opção, embora nas citações da Crónica deva sempre constar Joham Nunez de Lara.

663 BARROS, José Costa D'Assunção. *A Arena dos Trovadores — Estudo das representações das tensões sociais no cancioneiro galego-português (1250-1340)*. Niterói: Dissertação de mestrado em História Medieval pela Universidade Federal Fluminense (UFF), 1994, vol. I, p. 152.

664 SOUZA, Armindo de. “1325-1480” *Ibid.*, p. 485.

665 SOUZA, Armindo de. “1325-1480”. *Ibid.*

É interessante observarmos a postura de nosso cronista no jogo de interesses político-matrimoniais das duas cortes ibéricas:

*"Depois da tornada de Gibaltar, foy movida preitesia a el rey dō Affonso de Portugal que casasse seu filho, o iffante dom Pedro, cō dona Costança, filha de dom Joham, filho do iffante dom Manuel, e que por esta razom staria firme o casamento de sua filha, a reya, por que esta dons Costança fora esposada cō el rey de Castella, ante que casasse. E el rey dom Affonso de Portugal consentyo en este casamento por as razões que ditas som. E, por que outrossi dona Branca, filha do iffante dom Pedro (de Castela), que stava pera casar cō o iffante dom Pedro de Portugal, nō era de tam boo siso como compria, mandou dizer el rey / dom Affonso a el rey de Castella as miguas daquella dona Branca e que por esta razom queria casar seu filho, o iffante dom Pedro, com a filha de dom Joham e que nom tevesse por mal."*⁶⁶⁶

Como vemos, o cronista absolve Afonso IV de qualquer iniciativa neste novo conflito. Para ele, esta não é uma guerra como a outra. Trata-se agora de lidar com as regras do parentesco europeu, que estavam acima dos interesses dos seus respectivos povos. Nesse intrincado jogo de matrimônios inerente à diplomacia européia medieval, Afonso IV tinha agora como sogro e aliado um dos principais opositores de Afonso XI: o senhor feudal castelhano D. João Manuel. Isto soava quase como uma declaração de guerra. E de fato o era.

Antes de entrarmos na guerra propriamente dita, temos de explicitar as razões profundas que moviam os interesses de ambos os reis. Como na guerra civil de 1320-1325, os motivos encobertos pelas querelas dinásticas — sejam de

⁶⁶⁶ *Crónica Geral de Espanha de 1344. Ibid., cap. DCCXXVII, p. 261.*

bastardia ou de casamento — eram de caráter expansionista e de afirmação do poder real⁶⁶⁷. Mas, como no caso anterior, o que motiva a narrativa do cronista é o jogo da corte, o seu mundo nobiliárquico. Não podemos prescindir desta mentalidade de elite para penetrarmos naquele distante mundo do século XIV.

Voltemos à guerra. Parece que a gota d'água foi o rapto de D. Constança, a prometida do infante D. Pedro, por Afonso XI:

*"Mas el rey dom Affonso de Castela foy çercar dõ Jobam Nunez en Lerma por seus merecimentos, segundo adeante ouviredes. E por esta razom nõ pode dom Jobã trager ne mandar sua filha a Portugal, ca tam bem se temya elle del rey. E, por detimento desta dona Costança que nõ podia viir a Portugal, ouve el rey dom Affonso de fazer guerra a el rey de Castella e esta guerra durou huu tempo."*⁶⁶⁸

A atitude do rei castelhano, que assim visava impedir o casamento do infante português e reafirmar — agora à força — o tratado de aliança perpétua de 1328, precipitou a guerra. Ela espalhou o "terror e sangue em toda a terra e no mar"⁶⁶⁹, segundo Rui de Pina, "matando, roubando, e quey-mando, e cativando, assi como contra inimigos mortaes"⁶⁷⁰. A primeira fase da guerra foi de iniciativa portuguesa. Nosso cronista, o conde D. Pedro, saiu de Barcelos e atravessou com suas hostes o rio Minho para fazer cerco ao castelo de Entienza, onde se encontrava o arcebispo de Santiago de Compostela, que se preparava para invadir Portugal:

667 SOUZA, Armindo de. "1325-1480". *Ibid.*, p. 486.

668 *Crónica Geral de Espanha de 1344*. *Ibid.*, p. 262.

669 SOUZA, Armindo de. "1325-1480". *Ibid.*, p. 486.

670 PINA, Rui de. "Crónica de D. Afonso IV". *Apud*. SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar — Compêndio de História Militar e Naval de Portugal. Desde as origens do Estado Portucalense até o fim da Dinastia de Bragança*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991, p. 119.

*"E este conde dom Pedro, quando houwe guerra antre Portugal e Castela. logo do começo, esteve em Riba de Minho, per mandado d'el rei de Portugal. E estando este conde no moesteiro de Ganfei, e o arçobispo de Santiago juntou as mais companhas que pode haver, e o pendom de Santiago, e Roi Paaez de Bemba, que veinha i com el, que era adeantado d'el rei de Castela em Galiza, com aqueles que pode haver. E queria passar o Minho pera acó u o conde estava. E o conde soube-o, e juntou aqueles que tiinha e passou aaalem do Minho, ca disse que era melhor de o atender na sa terra ca em Portugal."*⁶⁷¹

Após o aviso de que "queria lidar" com o arcebispo, o conde D. Pedro assediou o castelo de Entienza por três dias: "E assi teve o conde cercado tres dias, que nunca saio do castelo nem de arredor del, demandando cada dia ao conde tregoa, tambem o arçobispo come o adeantado d'el rei."⁶⁷² D. Pedro mostra que também sabe fazer a guerra feudal: "E o conde mandou-lhi cada dia roubar e filhar o que eles haviam mester, e queimar a terra. E nunca el i ousou a tornar"⁶⁷³.

Mais uma vez o povo — português ou castelhano — era o que mais sofria com a guerra dos nobres. Novamente encontramos diferenças entre as duas fontes. A *Crónica Geral de Espanha de 1344* simplesmente omite a guerra, passando imediatamente para os anos seguintes, como podemos ver:

*"...ouve el rey dom Affonso de fazer a guerra a el rey de Castella e esta guerra durou huu tempo. Mas depois forom muy be aviindos, segundo conta a estoria, ca lhe fez depois muytas e boas ajudas, assy de sua frota como de seu corpo e de seus naturaaes..."*⁶⁷⁴

671 *Livro de Linbagens do Conde D. Pedro. Ibid.*, 221112, p. 277-278.

672 *Ibid.*, 221112, p. 278.

673 *Ibid.*

674 *Crónica Geral de Espanha de 1344. Ibid.*, p. 262.

A devastação do conde durou provavelmente algumas semanas, como era o costume. Depois disto, retornou a Barcelos. Era o primeiro lance da guerra. Logo depois, Afonso IV, numa segunda frente, também invadiu Castela, cercando Badajoz e assolando toda a região sul — Aroche, Cortegana e Aracena, até próximo de Sevilha. Seus arrebaldes foram “queimados e destruídos, muitas gentes mortas, donde trouxeram também muytos cativos e grandes roubos e despojos”⁶⁷⁵. No entanto, suas fileiras foram desbaratadas em Villanueva del Fresno, o que obrigou o rei português a voltar para Portugal.

Em setembro de 1336, uma terceira frente foi aberta, agora pela frota portuguesa. Capitaneada por D. Gonçalo Camelo, as 20 galés com aproximadamente 2.000 homens armados tiveram o efeito de um vendaval sobre a costa andaluza. Atacaram a partir da foz do Guadiana a Punta Umbria, terra adentro pelos rios Odiel e Piedras — até Gibrleón e Lepe, onde aconteceram dois confrontos. A vila de Lepe chegou a ser tomada, mas os castelhanos conseguiram expulsar os invasores. Gibrleón foi atacada; um nobre da família dos Portocarrero, alcaide de Lepe, conseguiu socorrer a vila, detendo os invasores⁶⁷⁶.

A represália dos castelhanos veio em seguida. Em 1337, Afonso XI invadiu o Alentejo, em Elvas estragou todas as hortas e olivais e trouxe consigo gados e portugueses cativos. Atingiu ainda Arronches — “que pôs a ferro e fogo”⁶⁷⁷ —, Assumar, Veiros, Vila Viçosa e Olivença, quando então retirou-se, por estar doente.

Enquanto isso, um exército castelhano invadia o Minho (sob o comando de D. Fernando de Castro e seu irmão D. Juan de Castro) por Viana de Caminha. Avançou sobre o rio

675 SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991, p. 119.

676 MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. *Ibid.*, p. 498.

677 *Ibid.*

Douro, seguindo próximo à beira-mar até o Porto. Foi então detido por uma força de aproximadamente 1.400 homens de pé e a cavalo⁶⁷⁸, comandados pelo arcebispo de Braga, D. Gonçalo Pereira, pelo bispo do Porto e pelo mestre da ordem de Cristo, D. Estêvão Gonçalves Leitão⁶⁷⁹. Os castelhanos recuaram para próximo de Braga; D. Gonçalo Pereira foi ao seu encalço e a batalha se deu. Os portugueses saíram vitoriosos: D. Juán de Castro morreu na luta. O derrotado exército castelhano retirou-se então para a região da Galiza.

Uma segunda frota portuguesa, agora com o almirante Manuel Pessanha, saiu do rio Tejo para atacar as costas da Galiza. Subindo pelas Astúrias na primavera de 1337, a frota queimou navios e atacou lugares, aparentemente sem nenhuma baixa em sua esquadra⁶⁸⁰. Manuel Pessanha saiu novamente, desta vez para a Andaluzia. Na altura do cabo de São Vicente foi abordado por uma frota de 40 galés do almirante castelhano Jofre Tenório (que já havia saído de Sevilha antes para interceptar D. Gonçalo Camelo, mas um temporal impediu-lhe de prosseguir).

O recontro deu-se a 21 de julho. As forças castelhanas eram superiores em número. Apesar de o almirante Manuel Pessanha ter chegado a render 9 galés inimigas, foi derrotado. O almirante Tenório aprisionou a capitânia, levando prisioneiro o almirante-mor de Portugal, além de seu filho Carlos.

Com a vitória do cabo de São Vicente, Afonso XI de Castela passou à dianteira. Em 1338, devastou o Algarve oriental, atravessando o rio Guadiana próximo a Alcoutim. Castro Marim, Loulé, Faro e Tavira foram atacadas. Sua frota seguiu-o de perto, devastando igualmente a região. Os por-

678 SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar. Ibid.*, p. 120.

679 "O quarto (mestre da ordem de Cristo) foy dom Efteuão Gonçalvez Leytão, irmão do fobreditto dom Martim Gonçalves, que por fuas muitas virtudes lhe succedeo no lugar, por afsi o querer el Rey dom Afonso; foy Mestre noue annos; faleceo no de mil & trezentos & quarenta & quatro" — *DEFINIÇÕES E ESTATUTOS DOS CAVALEIROS & FREIRES da Ordem de N. S. Iesu Cbristo, com a bistoria da origem, & principio della. Ibid.*, p. 60.

680 SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar. Ibid.*, p. 121.

tugueses contra-atacaram. Afonso IV invadiu a Galiza novamente e saqueou Salvatierra de Minõ, Orense e Neves.

Em meio a combates sangrentos em terra e mar, temos notícia de um “milagre”. Segundo Rui de Pina, o rei castelhano parece ter levantado o cerco a Tavira e retornado a Castela por ter tido uma visão maravilhosa. Nos telhados da igreja matriz da vila, teria visto os fantasmas dos sete cavaleiros de Santiago, “ali mortos um século antes, durante a tomada da vila aos mouros por D. Paio Peres Correia”⁶⁸¹. Segundo uma tradição, posterior ao século VI, São Tiago (“o filho do trovão”) teria sido o primeiro evangelizador da Espanha. No século IX, o bispo Teodomiro de Iria teria reencontrado suas relíquias. A vila, que tomou então o nome de Compostela, tornou-se centro de peregrinação europeu, e o santo, uma representação da luta contra o Islã. Sua iconografia o representa a cavalo, de espada em punho⁶⁸².

D. Paio Peres Correia foi mestre da Ordem de Santiago, sediada em Uclés, no reino de Castela. Fora o protagonista da conquista do Algarve, durante os anos 1249-1250. O rei D. Sancho II de Portugal confiou-lhe Tavira, em janeiro de 1244⁶⁸³. A vila tinha sido alcançada pelos portugueses em 1242⁶⁸⁴. A visão do rei castelhano liga-se, assim, à retomada de uma consciência cruzada durante a guerra entre reis cristãos. Na mentalidade cristã, o mito da *mirabilia* visual⁶⁸⁵,

681 *Ibid.*

682 SGARBOSSA, Mario e GIOVANNINI, Luigi. *Um Santo para cada dia*. São Paulo: PAULUS, 1983, p. 234-235.

683 MARQUES, José. “Os castelos algarvios da Ordem de Santiago no reinado de D. Afonso III”. In: *Relações entre Portugal e Castela nos finais da Idade Média*. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, p. 127-128.

684 “Uma parte das conquistas portuguesas, nomeadamente as de Aljustrel, Mértola, Cacela, Tavira e Pademe são expressamente atribuídas pela Crónica da conquista do Algarve à Ordem de Sant’ago, sob a chefia de Paio Peres Correia. As últimas, porém, se a data de 1242 que acima indicamos, está exacta, não lhe podem ser atribuídas, porque nesse ano já ele se encontrava em Castela.” — MATTEOSO, José. “Dois séculos de vicissitudes políticas” In: *História de Portugal — A Monarquia Feudal (1096-1480)*. *Ibid.*, p. 124.

685 LE GOFF, Jacques. *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 1990, p. 17-35.

num momento que precede a invasão marroquina de 1340 — quando os reis beligerantes uniram-se contra o inimigo comum — de certa forma é um “chamado” à missão original das monarquias ibéricas: a expulsão dos invasores muçulmanos.

Mas antes, era necessário selar a paz. Em fins de 1338, o papa Benedito XIII, talvez informado dos rumores de uma nova invasão sarracena na península⁶⁸⁶, enviou o bispo de Rodes para tentar dar fim à guerra. Não devemos considerar esta escolha aleatória. Rodes era, desde 1308, quartel-general e sede da Ordem do Hospital. A ilha tinha sido conquistada pelos cavaleiros hospitalários com a ajuda de um pirata genovês, Vignolo dei Vignoli (que por sua vez havia obtido do imperador bizantino Andrônico II o aluguel das ilhas de Cos e Leros). A posse de Rodes pela ordem religioso-militar foi saudada na Europa como uma vitória cruzada⁶⁸⁷.

A escolha papal é, portanto, cheia de significado. O bispo, além do poder papal a ele outorgado, é um representante cruzado. Braço armado da igreja, simboliza a verdadeira luta. Nessa concepção teológica, o ocidente cristão não deve verter seu sangue em guerras entre si, e sim no verdadeiro campo de batalha escolhido por Deus: contra os profanadores árabes. Esta visão de mundo está explicitada na bula papal de fundação da Ordem de Cristo, sucessora dos templários. As ordens militares são um “muro de defenfa, & hum vallo da fee inuenciuel” contra “aquella torpe nação dos dittos Sarracenos, & inimiga impia do nome Chriftão”⁶⁸⁸.

686 SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar. Ibid.*, p. 122.

687 “La conquista, conseguida a expensas de los cristianos gregos, **fue saludada en Occidente como un gran triunfo cruzado** (o grifo é meu); y es cierto que dio al Hospital nuevo vigor y medios para llevar a cabo la tarea impuesta. Pero los pobres rodios tuvieron que esperar más de seis siglos para poder recuperar su libertad.” — RUNCIMAN, Steven. *Historia de las Cruzadas*. Madrid: Alianza Universidad, 1983, vol. III, p. 396.

688 *DEFINIÇÕES E ESTATUTOS DOS CAVALLEIROS & Freires da Ordem de N. S. Iesu Christo, com a bistoria da origem, & principio della. Ibid.*, p. 19 e 21.

Em sua missão de paz, o bispo de Rodes foi auxiliado pelo bispo de Reims, enviado do rei francês Filipe VI. O *Livro de Linhagens* também atribui ao arcebispo de Braga, D. Gonçalo Pereira, importante papel na paz entre os dois reinos:

*“Este arcebispo foi o que pôs treguas antre este infante dom Afonso o quarto, que entom era rei, e el rei dom Afonso, o Bão, de Castela (...) E enesto fez gram serviço a Deus, porque a guerra era mui crua e mui danosa aos reinos, per mare per terra, e desepercerom i muitas gentes.”*⁶⁸⁹

No final de 1338, foi acertada a trégua — que na prática já existia — e, após intensas negociações, o tratado de paz foi assinado em Sevilha (julho de 1339). As fronteiras entre os dois reinos permaneceram inalteradas. D. Constança Manuel, prometida ao infante português D. Pedro e raptada por Afonso XI, pôde ir à Portugal. D. Branca, sobrinha de Afonso XI e considerada demente (tinha sido prometida ao infante D. Pedro), voltou para Castela. O rei castelhano foi obrigado pelo tratado a dar a sua mulher, a rainha D. Maria (filha de Afonso IV de Portugal e motivo maior desta guerra) um tratamento digno⁶⁹⁰. Tudo voltava a ser como antes. A guerra fora sangrenta e inútil. A cristandade ibérica podia agora unir-se para enfrentar o inimigo comum. A invasão marroquina de 1340 batia às portas da península⁶⁹¹.

VII. 4. Ato 4 — *A Peste Negra e o bode expiatório: os judeus*

Após a vitória no Salado em 1340, Afonso IV retornou aclamado a Portugal: “...se tornou el rei de Portugal pera seu reyno cõ muyta honrra.”⁶⁹² Com esse feito, a História o pre-

689 *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Ibid.*, 21G14, p. 238-239.

690 MARQUES, A. II. de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV. Ibid.*, p. 500.

691 Neste ensaio, não trataremos da Batalha do Salado (1340).

692 *Crónica Geral de Espanha de 1344. Ibid.*, p. 537.

miou com o epíteto de *o Bravo*. Embora não tenhamos a descrição da chegada do rei português, esta recepção real insere-se em um quadro de dimensão simbólico-representativa⁶⁹³. Por sua expressão coletiva e expressiva do social, ela é também um ato religioso, um ato de fé⁶⁹⁴.

A vitória militar de um rei medieval ibérico incita os súditos do reino a uma atitude de coesão social e exaltação do poder real. O acontecimento guerreiro representa o triunfo da comunidade dirigida por seu soberano. Ele contribui para uma idéia de bem comum, especialmente importante na condução do poder régio⁶⁹⁵. Afonso IV bem o sabe. Ele resgata uma das imagens reais mais preciosas para o mundo ibérico, a do rei-guerreiro, “guía por excelencia de la lucha contra el infiel”⁶⁹⁶, momentaneamente deixada de lado por seu pai, o rei D. Dinis.

Além da vitória, Afonso IV mostrou magnanimidade. Na divisão dos despojos, Afonso XI de Castela determinou que os prisioneiros, juntamente com o quinto real, fossem ao castelo de Tarifa, para que seu sogro escolhesse o que bem lhe aprouvesse. Segundo consta, Afonso IV levou consigo para Portugal apenas uma cimitarra e, como escravo, um sobrinho do sultão invasor merínida de Marrocos, Abu-l-Hassan ‘Ali⁶⁹⁷.

Nos anos que se seguiram, Afonso IV auxiliou o genro Afonso XI de Castela contra os muçulmanos. Em 1341, uma frota de 10 galés comandada pelo almirante Manuel Pessanha (o mesmo da guerra entre Castela e Portugal) uniu-se a outra armada castelhana, para dar combate a uma frota muçulmana. Com a vitória, os dois reis impediram outra invasão árabe⁶⁹⁸.

No ano seguinte, Afonso IV passou à ofensiva contra

693 SORIA, Jose Manuel Nieto. *Ceremonias de la realeza — Propaganda y legitimación en la Castilla Trastámara*. Madrid: NEREA, 1993, p. 145.

694 ROMANO, Ruggiero (dir.). *Enciclopédia Einaudi. Religião — Rito*. Volume 30. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994, verbete “Religião”, p. 181.

695 *Ibid.*, p. 158.

696 SORIA, Jose Manuel Nieto. *Op. cit.*, p. 145.

697 SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar. Ibid.*, p. 124.

698 *Ibid.*

Granada. Com suas 10 galés, Manuel Pessanha juntou-se a uma força de lanceiros e besteiros comandada pelo herói do Salado, o prior da ordem do Hospital (Crato) D. Álvaro Gonçalves Pereira. Ambos juntaram-se à armada e ao exército castelhano para assaltarem Algeciras, então ocupada pelos mouros.

Novamente combatendo o inimigo comum, os protagonistas do Salado ajudaram Afonso XI de Castela a cercar Algeciras. Participaram barcos aragoneses, castelhanos, portugueses e genoveses, embora os genoveses tenham auxiliado os merínidas muçulmanos a derrotarem a frota do almirante castelhano Jofre Tenório em 1340. Nesse aspecto, a posição dos genoveses é “pós-feudal”, ou “pré-capitalista” Auxiliar militarmente quem melhor oferecesse dinheiro, sendo cristão ou não, é definitivamente uma posição que se desvincula dos tradicionais laços mentais da união cristianismo-feudalismo. São os novos burgueses, segundo Georges Duby, a grande “virada do século XIV”⁶⁹⁹

A cidade rendeu-se em março de 1344, após 22 meses de assédio ininterrupto. Nova trégua com o reino muçulmano de Granada foi assinada. O rei Yusuf I (1333-1354) comprometeu-se a pagar a Castela a quantia de 12.000 *doblas* de ouro por ano⁷⁰⁰.

O ímpeto guerreiro do rei português foi contido pela peste negra, que grassou no país em 1348, matando talvez um terço da população⁷⁰¹. Apesar disso, Afonso IV ainda encontrou homens no reino para mandar ao genro castelhano, que em 1349 fez cerco a Gibraltar⁷⁰². Um corpo de tropas e outra frota de galés foram enviados, mas o cerco foi suspenso

699 “Na Itália de 1300, **para onde se transferiu o principal da inovação**, os que predominam não são nem os camponeses, nem os guerreiros, nem os padres. São os negociantes, os banqueiros, que traficam de tudo... (o grifo é meu)” — DUBY, Georges. *A Europa na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1988, p. 105.

700 RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da Península Ibérica*. *Ibid.*, p. 202.

701 MARQUES, A. II. de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. *Ibid.*, p. 503.

702 SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar*. *Ibid.*, p. 125.

com a morte de Afonso XI (março de 1350), acometido pela peste que atingiu suas tropas⁷⁰³.



Peste. “Tragédia social e cataclismo de valores”⁷⁰⁴. Em uma de suas múltiplas faces, ela é também o castigo de Deus, a banalização da morte. O nauseabundo espetáculo macabro só poderia acontecer durante o reinado de Afonso IV.

Não existem maiores dados sobre os caminhos sociais da peste. Sabe-se que atingiu principalmente as principais cidades: Lisboa, Coimbra, Braga. O *Livro da Noa*, do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra registrou-a desta forma:

*“Era de mil e trezentos e oytenta e seys anos foy grande mortaydade polo mundo assy que ygualmente morrerom as duas partes das gentes. Esta mortaydade duraua na terra por spaço de tres meses. E as mays dores das doenças eram de leuacoens que tijnham nas verilhas e so os bracos. E as de mays das gentes também as que morrerom como as que ficaram todos ouerom estas doores. [À margem:] por sam Miguel de Setembro se compeçou esta pestilença.”*⁷⁰⁵

Ao impacto demográfico segue-se o drama da alma humana, exposta a uma situação de catarse psíquica. “Homens aturdidos, assombrados, doentes e apáticos foi o que restou”⁷⁰⁶. O medo chegou ao paroxismo, apoderando-se dos corações dos homens. Medo do contágio, medo da morte. Agnolo di Tura, um cronista de Siena, nos deu um retrato aterrador da devastação provocada pela peste:

703 RUCQUOI, Adelinc. *História Medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 180.

704 SOUZA, Armindo de. “1325-1480”. *Ibid.*, p. 340.

705 RAU, Virgínia. “Um documento português sobre a Peste Negra de 1348” *In: Estudos de História Medieval*. *Ibid.*, p. 128-131.

706 SOUZA, Armindo de. “1325-1480” *Ibid.*, p. 341.

*"Pais abandonavam os filhos, mulheres deixavam os maridos, os irmãos se desconheciam (...) pois a peste parecia pegar pelo hálito e pela vista. E assim morriam. E não se encontrava ninguém para enterrear os mortos, por dinheiro ou amizade (...) E eu, Agnolo di Tura, chamado o Gordo, enterrei meus cinco filhos com minhas próprias mãos, o mesmo fazendo muitos outros."*⁷⁰⁷

Como a mentalidade da época explicava o surto maligno? Entre os sábios, luta titânica entre planetas e oceanos, exalações sulfurosas do interior da terra, conjunção negativa dos planetas. Em outubro de 1348, um relatório da Universidade de Paris feito para o rei Filipe VI da França atribuiu a "Grande Mortalidade" a uma tríplice conjunção de Saturno, Júpiter e Marte no 40º grau de Aquário, que teria ocorrido a 20 de março de 1345⁷⁰⁸.

Entre a população, a ira de Deus. Talvez Ele tivesse mandado um "aviso": no dia de São Bartolomeu de 1346 a terra tremeu "a ponto de os sinos tocarem nas torres, pavorosamente, um dobre de finados, anunciando o acabar do mundo"⁷⁰⁹

E como reagiu a realeza afonsina ao cataclismo? Como um típico cruzado que vê o mundo dicotomicamente: os grandes responsáveis pelo sofrimento da cristandade são os "outros" Quais, além dos combatidos muçulmanos? Os judeus⁷¹⁰.

707 *Apud.* TUCHMAN, Barbara W. *Um espelho distante — O terrível século XIV*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1990, p. 91.

708 *Ibid.*, p. 96.

709 MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães Editores, 1987, p. 87.

710 "O impacto da peste foi mais específico no domínio mental. (...) Em primeiro lugar, intensificaram-se as tensões sociais (...) Cólera contra as minorias: judeus ou leprosos, suspeitos de terem atraído a vingança de Deus, ou ainda mais concretamente acusados de propagarem a epidemia envenenando os poços. Daí as matanças generalizadas, os massacres..." — BONASSIE, Pierre. *Dicionário de História Medieval*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1985, p. 171. Nesse aspecto, Afonso IV reflete perfeitamente a mentalidade de sua época, embora em grau muito menos intenso do resto da Europa, principalmente de além-Pireneus.

Tempos distintos. D. Dinis, ao contrário de seu filho Afonso IV e infringindo leis canônicas, dispensou os judeus do dízimo à Igreja, concedendo privilégios especiais até a comunas inteiras⁷¹¹. Legislou de forma que as judiarias tivessem órgãos judiciais e administrativos paralelos aos da sociedade cristã. “Chamava-lhes ‘meus judeus’, coisas do rei”⁷¹².

Já Afonso IV recuperou a imagem do rei-cristão, que reconhece sua autoridade opressora sobre súditos peculiares como os judeus — um mundo à parte do restante do corpo social. Nas cortes de Évora, que em 1325 entronizaram o rei-guerreiro, sabemos que este não se esqueceu da situação dos “seus” judeus portugueses. Fez-se a reafirmação da lei que determinava que

*“...os judeus não podiam aparecer publicamente sem o distintivo, a estrêla hexagonal amarela, colocada no chapéu ou no capote, nem usar colares de ouro e prata, e menos ainda, enfeitar seus cavalos com topetes o que, aliás, era vedado até mesmo aos cristãos.”*⁷¹³

Destaque da diferença, espécie de “aviso visual” Um poeta da época, Afonso Giraldes, destacou a energia da prática da lei: “E fez a todos Judeus traser sinaes divisados”⁷¹⁴. Isto embora os portugueses tenham tido, sempre, maior capacidade de tolerância com a mentalidade anti-semita da época do que os castelhanos⁷¹⁵.

Mas buscamos aqui o detalhe do momento histórico. Temos no trono um rei-cruzado. E o que nos diz sua lei? A riqueza e a ostentação da comunidade judaica em Portugal indignavam os cristãos⁷¹⁶. Povo e clero uniam-se nesta quei-

711 KAYSERLING, Meyer. *História dos Judeus em Portugal*. São Paulo: Pioneira, 1971, p. 17.

712 SOUZA, Armindo de. “1325-1480” *Ibid.*, p. 352.

713 KAYSERLING, Meyer. *História dos Judeus em Portugal*. *Ibid.*, p. 21.

714 *Ibid.*, p. 45.

715 SOUZA, Armindo de. *Ibid.*, p. 352.

xa. “Os Judeus (...) se encrespavaõ, levantando topetes no cabelo e passavaõ de topetudos atropissimos...”⁷¹⁷.

A Peste de 1348 acirrou os ânimos da população contra os judeus. “O povo incrédulo culpou os hebreus”⁷¹⁸. Usando de sua autoridade, Afonso IV conteve a fúria das multidões, não sem cobrar por isso⁷¹⁹. A partir das cortes de Lisboa de 1352, o rei promulgou uma série de medidas contra os judeus⁷²⁰. Proibiu-os de emigrar, o que demonstra sua preocupação com a economia portuguesa — sabia que uma emigração judaica em massa abateria sensivelmente o comércio e a situação econômica do reino.

Em 1353, Afonso IV organizou um fisco geral de todas as comunas judaicas em Portugal. Como não diminuíram as reclamações dos cristãos contra a prática da usura, promulgou uma lei que proibia aos judeus “contratos usureiros”, limitando os juros a 33 1/3% do valor do empréstimo ou contrato⁷²¹.

São atitudes bem distintas das de seu pai. Denotam outra mentalidade real e administrativa. Dentro do processo de centralização régia levado a cabo pela dinastia de Borgonha,

716 “Uma minoria, pois. Mas minoria extremamente activa, económica e culturalmente muito acima da média. É sabido que se encontravam no meio das fileiras judaicas os homens mais instruídos e avançados do século XV português, médicos, cirurgiões, economistas, técnicos e artifices. A Imprensa, por exemplo, tal como, muito antes, o papel, foi introduzida por eles.” — SOUZA, Armindo de. “1325-1480”. *Ibid.*, p. 354.

717 KAYSERLING, Meyer. *História dos Judeus em Portugal*. *Ibid.*, p. 20.

718 *Ibid.*, p. 21.

719 “Aos judeus que habitavam o País, concedia o Rei a proteção necessária mediante o pagamento de apreciáveis quantias. A pouca confiança que o Soberano (Afonso IV) nêles depositava originava-se do fato de exigir documentos formais referentes ao pagamento correto dos dinheiros de proteção, como por exemplo, dos judeus de Faro, no Algarve.” — KAYSERLING, Meyer. *Ibid.*, p. 21.

720 Leis de 28-07-1349 (Livro das Leis e Posturas), Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV, art. 4º dos Capítulos Gerais das Cortes de Lisboa de 1352), 15-11-1352 (Ordenações do Senhor Rey D. Afonso IV, livro II, tit. LXXIV) 30-10-1352 e 10-07-1354. MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. *Ibid.*, p. 503.

721 “Todo judeu que possuísse bens até o valor de 500 libras não podia deixar o País sem licença régia; em caso de contravenção, perdia suas posses, tomando-se propriedade do Rei com todos que o acompanhavam, isto é, mulher e filhos.” — KAYSERLING, Meyer. *Ibid.*, p. 21.

o controle sobre minorias como os judeus explica-se pela oportunidade surgida — a Peste Negra — de afirmar a força da nobreza sobre as camadas inferiores, como trabalhadores rurais/urbanos e artesãos⁷²². A tentativa de regular os juros é um bom exemplo. Já neste período começam a surgir problemas sociais derivados pela adaptação da nobreza ao desenvolvimento do comércio urbano, artesanato e outras atividades com fins lucrativos⁷²³.

Voltar os olhos para os judeus daquele momento histórico nos parece cheio de significado metafórico. Na concepção medieval ibérico-cristã, “eles” sempre foram alheios ao mundo cristão. Esta mentalidade remonta ao período visigodo, que, como vimos, os reis aplicaram uma série de leis restritivas às comunidades judaicas — especialmente a partir da conversão do rei Recaredo (586-601) ao cristianismo, durante o III Concílio de Toledo, em 589.

Não é por coincidência que as perseguições aos judeus se acentuassem nos reinados de Sisebuto (601-612) e Recaredo II (612-621), após surtos de pestes e calamidades naturais na Galécia e Lusitânia durante um período de vinte anos (600-620). Portanto, a associação **judeus — castigo divino** não era nova nem exclusiva dos medievos dos séculos subseqüentes.

Até mesmo o acontecimento da invasão árabe de 711 trouxe novamente a tradição de um “corpo estranho” à sociedade cristã medieval; vimos que Lucas de Tuy e Ibn Haiyan afirmaram que judeus ibéricos auxiliaram muçulmanos a tomar os principais pontos estratégicos em mãos visigodas. A tradição de ter sempre um “corpo estranho em si” permaneceu na concepção do poder régio ibérico.

722 “O século XIII assinala o aparecimento da burguesia e entre os primeiros burgueses, porque os mais ricos da classe, acham-se os comerciantes de gêneros alimentares, quer os de grosso trato, quer os retalhistas.” — SOUZA, Arnindo de. “1325-1480” *Ibid.*, p. 336.

723 MARQUES, A. II, de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XII e XV. Ibid.*, p. 502.

Desta maneira, Afonso IV retoma a idéia de “povo excluído” dentro dos “incluídos” Como não associar a uma visão cruzadística? Afonso IV busca novamente a imagem do rei-cristão, talvez a imagem do “maior cristão dentre todos os cristãos”⁷²⁴. Em que pese o clima de terror criado pelo surto das mortes das gentes de seu reino, a peste e os anos de fome e guerra não eram estranhos aos homens medievais portugueses⁷²⁵. E como vemos, principalmente durante o reinado de Afonso IV. Portanto, trazer de volta a imagem do “outro” dentro de seu próprio reino, como um dos principais causadores do mal divino que o afligia, é reviver o espectro da mentalidade de cruzada num momento em que ela própria estava em declínio na Europa⁷²⁶.

VII. 5. Ato 5 — O epílogo do reinado:

Inês de Castro e Afonso IV, o “flagelo benéfico”

No final de seu reinado, Afonso IV, como seu pai, era um rei velho. Ao contrário do infante Pedro, que cavalgava de terra em terra, o rei cansado raramente ultrapassava o triângulo Lisboa-Coimbra-Évora. O infante assim fazia-se popular, conhecendo pessoalmente os domínios senhoriais circunscritos em seu reino⁷²⁷. No entanto, o casamento do infante D. Pedro com D. Constança Manuel — um dos motivos da guerra com Castela de 1336-1339 — não foi feliz. Ele

724 FRÓES, Vânia Leite. Anotações de sala de aula durante o curso *A “fabricação” do rei e do reino e da identidade ibérica medieval — estudo comparativo entre Portugal e Castela*. Universidade Federal Fluminense, 2º semestre de 1995.

725 “A fome e as guerras geravam pestes. A primeira metade do século XIV fora uma cadeia de desgraças. “No ano de Senhor, de 1310, diz o livro de Ceíça, foi a pestilência grande e morreram então em dois meses cento e cinquenta religiosos” Os lázaros eram tantos e tão antigos que D. Dinis deixara-lhes em testamento duas mil libras.” — MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. *Ibid.*, p. 87.

726 “O brilho da ideia europeia de cruzada já se tinha apagado, quando os seus efeitos se sentiram em Portugal” — ERDMANN, Carl. *A Ideia de Cruzada em Portugal*. Coimbra: Publicações do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, 1940, p. 49.

727 MARQUES, A. II. de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. *Ibid.*, p. 504. O infante D. Pedro passou à condição de príncipe herdeiro com as mortes dos infantes D. Afonso (1315-?) e D. Dinis (1317-1318).

arvorou-se num romance com uma dama da casa de sua mulher, Inês de Castro. Esta teria vindo para Portugal em 1340, acompanhando o séquito do casamento da infanta castelhana. Era provavelmente a predileta de D. Constança, pois havia sido madrinha dos dois primeiros filhos do casal: D. Luís (1341), que morreu logo depois, e D. Maria. Portanto, era comadre dos infantes⁷²⁸.

Neste período, o comadrio — *cognatio spiritualis* — era um laço de parentesco religioso, impedia o casamento entre compadres. D. Pedro era também primo direto do pai de Inês. Segundo as leis canônicas, isso impedia a união sexual⁷²⁹. Inês, bisneta de Sancho IV de Castela (1284-1295), era filha bastarda de D. Pedro Fernández de Castro, o *da Guerra*. D. Pedro Fernández era um grande senhor galego, camareiro-mor de Afonso XI de Castela e amigo do rei D. Dinis. Inês tinha irmãos poderosos; um deles era D. Álvaro Pires Castro, condestável de Portugal e conde de Arraiolos⁷³⁰. Sua família, portanto, tinha livre trânsito nas duas mais importantes cortes ibéricas da época. Afonso IV, sabendo da situação adúltera de seu filho, expulsou Inês de Castro de Portugal. Ela então acolheu-se no castelo de Albuquerque, que ficava perto da fronteira com Castela, residência de sua mãe adotiva D. Teresa de Albuquerque (que por sua vez era viúva de um filho de D. Dinis).

Em 1345, a infanta D. Constança teve um terceiro e último filho, D. Fernando, que viria mais tarde a ser rei. Após sua morte, em 1348 ou 1349, D. Pedro fez Inês regressar a Portugal e instalou-a em Coimbra — no paço junto ao mosteiro de Santa Clara, que sua avó, a rainha Santa D. Isabel, construiu. Passou a viver publicamente com ela, com quem teve quatro filhos. “Casou outra vez este rei dom Pedro com

728 D. Maria, foi dada mais tarde em casamento a Fernando de Aragão (1329-1366), marquês de Tortosa e filho de Afonso IV de Aragão (1299-1336).

729 SARAIVA, António José. *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1988, p. 48.

730 *Ibid.*, p. 49.

a ifante dona Enês, filha de dom Pedro de Castro e fez em ela/o ifante dom Joham/e o ifante dom Dinis/e a ifante dona Beatriz.”⁷³¹

Isto contrariava publicamente o desejo de seu pai. Ao que parece, em 1351 D. Pedro tentou obter do papa Clemente VI uma dispensa que permitisse o casamento com Inês, provavelmente com base na bula de 1325⁷³². Afonso IV teria então escrito ao arcebispo de Braga, que se encontrava em Avinhão, D. Guilherme, para que atuasse junto ao papa com o objetivo de invalidar a bula de João XXII⁷³³. Não possuímos maiores informações sobre os anos 1351-1354. Sabemos apenas que o casamento lhe foi negado⁷³⁴. Em 1354, as intrigas agitavam Castela. Com a morte de Afonso XI (1350), vitimado pela peste enquanto sitiava Gibraltar, seu primogênito, Pedro I, o *Cruel* (1350-1369), com brutal política de assassinatos e a recusa em aceitar conselhos, dividiu a nobreza castelhana em facções:

*“Este rei dom Pedro foi muito justo e temido dos reis seus vizinhos e dos de seu reino (...) e matou muitos e boos d’alto linhagem, antre os quaes matou o ifante dom Fernando e o ifante dom Joham, seus vassalos, filhos d’el rei d’Aragom, e sua madre deles, que era sua tia, irmãa de seu padre; e matou três irmãos seus, filhos d’el rei dom Afonso (XI), e outros muitos grandes homees. E por estes pecados o desamparou Deus, e alçou-se o reino contra ele...”*⁷³⁵

731 *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Ibid.*, vol. II/1, 21 B (de A12), p. 217. O Livro de Linhagens não considera D. Afonso, morto no mesmo ano de seu nascimento. Portanto, os filhos do infante D. Pedro e de Inês de Castro são, nessa ordem, os seguintes: Afonso (1350-?), João (1352-1397), Dinis (1353-1403) e Beatriz (1354-?).

732 A bula de 1325, do papa João XXII (1316-1334), autorizava D. Pedro a se casar com qualquer parenta, desde que fosse nobre e devota à santa Igreja de Roma.

733 SOUZA, Maria Leonor Machado de. *Inês de Castro — Um tema português na Europa*. Lisboa: Edições 70, 1987, p. 22.

734 Segundo um conselheiro de Afonso IV inquirido pelas cortes de Coimbra, “por certo a única testemunha próxima da tragédia ainda viva em 1385.” — *Ibid.*

735 *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Ibid.*, 21A15, p. 214-215.

D. Pedro Fernández de Castro, pai de Inês, fazia parte da oposição ao rei castelhano. Em 1354, esta facção convidou o infante Pedro de Portugal a aceitar a coroa de Castela⁷³⁶. Isto provavelmente preocupou Afonso IV, pois talvez envolvesse seu filho em intrigas castelhanas, e Inês poderia influenciá-lo para aceitar a proposta. Além disso, havia a possibilidade de os parentes de Inês em Portugal, liderados por seu irmão D. Álvaro Pires Castro, assassinarem o infante herdeiro D. Fernando, filho de D. Pedro e D. Constança⁷³⁷. Outra corrente defende a tese de que, a pedido de Afonso IV, Diogo Lopes Pacheco (amigo de um dos filhos de Inês) intercedeu junto ao infante para que este se casasse legalmente com Inês. D. Pedro não quis⁷³⁸.

Seja como for, o fato é que Afonso IV, num “complexo passional”⁷³⁹, decidiu pela morte de Inês de Castro. Em janeiro de 1355, foi de Montemor-o-Velho a Coimbra — onde residia o casal, nas casas do mosteiro de Santa Clara: juntamente com um grupo armado, e aproveitando a ausência do filho, praticou o crime. Inês foi degolada, um “bruto assassinio”⁷⁴⁰. A reação do infante D. Pedro foi violenta. A *Crónica Geral de Espanha de 1344* é sucinta:

*“Seendo el rey mal cõtente de teer seu filho dona Inês, dize que, per maaõ consselho de Diogo Lopez Pacheco e de Pero Coelho e d’Alvaro Gonçalvez, a matou nos paaços de Santa Crara de Coymbra. Desta obra crua e feita cõ sanha, foy el rey dinamete reprehendido. E o iffante dele muy queixoso. E andou em / algumas revoltas cõ el rey. E nõ tardou muyto que el rey morreo. E jaz na See de Lixboa.”*⁷⁴¹

736 MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV. Ibid.*, p. 504-505.

737 SARAIVA, António José. *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal. Ibid.*, p. 49.

738 SOUZA, Maria Leonor Machado de. *Inês de Castro — Um tema português na Europa. Ibid.*, p. 23.

739 SARAIVA, António José. *Ibid.*, p. 50.

740 *Ibid.*

741 *Crónica Geral de Espanha de 1344. Ibid.*, III, lcap. 11, vol. IV, p. 538.

Mais uma guerra civil a assolar o reino durante o reinado de Afonso IV. Seu tempo começou com guerra, iria terminar com ela. O *Livro de Linhagens* é mais detalhado: dá o nome dos assassinos mandados pelo rei e ressalta a dor do infante viúvo:

*“...o ifante dom Pedro andava alçado del, queimando e destroindo muitos logares do reino, fazendo mal e danando a Diego Lopes Pacheco e a dom Gil Vaasques de Reesende e a Pero Coelho e a todos os que el culpava que foram conselheiros da ifante dona Enês de Crasto, que el rei seu padre matou.”*⁷⁴²

Sabemos, portanto, que tanto a *Crónica Geral* quanto o *Livro de Linhagens* são unânimes em afirmar que Afonso IV assassinou (ou mandou matar) Inês de Castro. E este foi o motivo da última guerra de Afonso IV. Como seu pai contra seu avô, o infante D. Pedro reuniu gentes de Galiza e Portugal, vassalos de D. Fernando Pérez de Castro (o pai) e de D. Álvaro Pires de Castro (irmão), e partiu em sua marcha de vingança e devastação das terras. Os exércitos saíram de Entre-Douro-e-Minho e de Trás-os-Montes, com destino à vila do Porto. Provavelmente causaram estragos no caminho, como afirma a passagem citada acima do *Livro de Linhagens*.

A vila estava defendida pelo prior do Hospital, D. Álvaro Gonçalves de Pereira, mandado pelo rei, sabedor das técnicas da guerra de que os hospitalários eram especialistas. O prior levantou muros e organizou a defesa, ensinando a população do Porto a defender os muros recém-construídos pelos hospitalários:

“Este priol dom Alvaro foi o que pôs os pendões por muro, estando na vila do Porto pera a guardar, per mandado deste rei dom Afonso, o quarto (...) E a vila do Porto nom era murada em aquel tempo senom // em poucos logares de mau muro, e o priol dom Al-

742 *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Ibid.*, vol. II/1, 21G15, p. 241.

varo fez muro de pendões das naos que i estavam, chantageando as astas deles pelo campo a redor da vila, e percebendo sas gentes como defendessem os pendões."⁷⁴³

D. Pedro fez cerco durante 16 dias, "com grande poder de fidalgos portugueses e de Galiza"⁷⁴⁴ Os nobres ansiavam conquistar a vila, "por a riqueza dela"⁷⁴⁵. O *Livro de Linbagens* omite um importante motivo. O exército rebelde possui outros interesses, além de vingar a morte de Inês de Castro: o desejo de saque e rapina, impulso material que movia todo o exército medieval reunido inicialmente por outras motivações, na maioria das vezes de cunho nobiliárquico ou espiritual⁷⁴⁶.

O cerco durou até a chegada do rei, quando o prior entregou-lhe o comando da defesa da vila. Parece que o infante hesitou atacar mais violentamente, em consideração ao prior: "e alguus disserom que o ifante se sofreo de combater a vila por honra do priol dom Alvaro, e a verdade assi pareceo."⁷⁴⁷ O fato é que o prior teve papel preponderante no encaminhamento das negociações de paz entre pai e filho:

*"...ca o priol dom Alvaro, como entregou a vila a seu senhor el rei, começou d'andar em pretesias antre el e seu padre, e aveo-os, e fez-lhe dar sa contia de maravidiis que lhe seu padre tiinha alçada, e fez-lhe dar o condado ao ifante dom Jobam, seu filho, e outras muitas mercees que lhe el rei fez."*⁷⁴⁸

743 *Ibid.*

744 *Ibid.*

745 *Ibid.*

746 Como Georges Duby ressalta a propósito dos exércitos reunidos para as cruzadas no Oriente: "...como que parecia realizar-se o sonho de uma sociedade sem ordens, sem funções distintas. O sonho com que se deliciavam os conventículos heréticos e que se perdera na fogueira, o sonho que novamente se esboçara por entre as palavras para a paz de Deus e que Cluny remodelara, engrandecera, desabrochava na cruzada. Era um sonho. A sociedade de cruzada não mostrou mais pureza nem mais unanimidade que as outras. Pelo contrário, na aventura de além-mar aprofundou-se mais a fractura que separa os laicos em duas condições porque, na luta armada, se realçaram os valores da cavalaria." — DUBY, Georges. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982, p. 224-225.

747 *Livro de Linbagens do Conde D. Pedro. Ibid.*, p. 241.

O *Livro de Linhagens* ainda sublinha o prior do Hospital como conselheiro real de grande importância: “E o ifante amou sempre muito a este priol dom Alvaro, e fez-lhe muitas mercees em seendo ifante, e ao depois que foi rei. E o priol conselhou-o sempre mui verdadeiramente.”⁷⁴⁹ Isto é um fato revelador da importância política dos hospitalários e de como essa ordem religioso-militar estava enraizada no seio da corte portuguesa. Especialmente ligada aos seus reis, desde Afonso I, como vemos em sua doação:

*“E deu ao Espital de Sam Joham de Jerusalem tres mil marcos d'ouro pera comprar herdades pera os enfermos da enfermaria, pera lhes darem de cada dia senhos pães alvos quentes de triigo e senhos vasos de vinho, polo meterem cada dia em oraçom. E deu grandes liberdades aa dita ordem do Espital no priorado de Portugal. E fez muitas mercees aas ordees, e por esto lhe fez Deus muito bem, ca ele foi de grandes feitos e acabou-os a gram serviço de Deus.”*⁷⁵⁰

Desde Afonso I, portanto, a tradição linhagística portuguesa entende que doar à ordem do Hospital é estar em graça com Deus. Tê-la perto de si e fazer-lhe “mercee” é estar sintonizado com um futuro abençoado. É sob este prisma que a nobreza portuguesa vê a ordem do Hospital. A paz de 1355 entre Afonso IV e o infante D. Pedro foi “abençoada” pelo prior D. Álvaro, da mesma forma que a paz entre Portugal e Castela (1336-1339) foi “abençoada” pelo pai de D. Álvaro, o arcebispo de Braga D. Gonçalo Pereira: “Este arcebispo foi o que pôs treguas antre este ifante dom Afonso o quarto, que entom era rei, e el rei dom Afonso, o Bõo, de Castela...”⁷⁵¹. Além dela, D. Gonçalo interveio numa trégua na guerra civil entre D. Dinis e o então infante D. Afonso, juntamente com a rainha Santa Isabel, como vimos.

748 *Ibid.*

749 *Ibid.*

750 *Ibid.*, 7B12, p. 127.

751 *Ibid.*, 21G14, p. 238.

A paz foi acertada em Canavezes, perto do Porto (05-08-1355), no que ficou conhecido como “pacto de amnistia e concórdia”. O infante tornou-se co-governante, além de receber poder de plena jurisdição cível e crime em todo o reino⁷⁵². Ironicamente, este tinha sido um dos desejos de Afonso IV quando se rebelou contra seu pai, o rei D. Dinis. Apesar disto, o pacto estabelecia que o infante “...perdoava e perdoou pera sempre a todollos que cõ ElRey chegarom e se acercarom en sa companha ao tempo da morte da dicta dona Enes e aos outros que el auya e Razoava por culpados.”⁷⁵³ Como sabemos, quando se tornou rei D. Pedro quebrou a palavra empenhada no acordo de 1355. Mas isso já é outra história.

A guerra com o filho abalou as forças de Afonso IV, então com 65 anos. Antes de sua morte, em 28 de maio de 1357, ainda pôde assistir seu reino ser assolado por nova epidemia de peste e um terremoto. Talvez uma trilogia perfeita para seu epitáfio: pestes, terremotos, guerras.



Ao resgatar o ideal de rei-guerreiro deixado momentaneamente de lado por seu pai, Afonso IV recuperou a imagem da “superioridade real incomparável”, a que não possuía limites dentro das fronteiras do reino⁷⁵⁴. “Em toda parte o soberano é, em primeiro lugar, um chefe militar: a monarquia surge do heroísmo carismático”⁷⁵⁵. Isto sem deixar de lado suas prerrogativas reais como, por exemplo, a continuidade da afirmação do poder normativo da realeza portuguesa, iniciado como Afonso II e levado a cabo por D. Dinis e

752 MARQUES, A. II. de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV. Ibid.*, p. 505.

753 SOUZA, Maria Leonor Machado de. *Inês de Castro — Um tema português na Europa. Ibid.*, p.17.

754 SORIA, José Manuel Nieto. *Fundamentos Ideológicos del Poder Real en Castilla (Siglos XIII-XV)*. Madrid: EUDOMA, 1988, p. 111.

755 ROMANO, Ruggiero (dir.). *Enciclopédia Einaudi. Religião — Rito*. Vol. 30. *Ibid.*, verbete “Realeza”, p. 415-416.

pelo próprio Afonso IV, estes dois últimos “dois dos reis legisladores por excelência da nossa Idade Média pré-século XV”.⁷⁵⁶

O poder carismático: este é um conceito originalmente caro à terminologia do cristianismo primitivo. Ele é um dom concedido por Deus através do Espírito Santo, uno e ao mesmo tempo diverso: “Há diversidade de dons, mas o Espírito é o mesmo; diversidade de ministérios, mas o Senhor é o mesmo; diversos modos de ação, mas é o mesmo Deus que realiza tudo em todos (Coríntios, 12, 4-7)”⁷⁵⁷.

O carisma do rei é uma dádiva do Espírito Santo. Na mentalidade medieval, ele se obtém no sagrado campo de batalha, lugar do “extracotidiano”⁷⁵⁸. O rei o adquire através de poderes miraculosos, como no caso da batalha do Salado. Dessa forma realça-se sua natureza majestática, que se une a um lado violento, selvagem e, principalmente, vitorioso. Assim lhe confere distinção entre os homens. O rei é assim, “meta-humano”⁷⁵⁹. Seu reino é uma extensão de seu corpo⁷⁶⁰. A guerra fortalece esse elo mágico. Estar em guerra é tornar o flagelo benéfico, “aquele que traz a morte torna-se um portador de vida”⁷⁶¹.

Nas guerras de natureza pessoal de Afonso IV, está inserida uma visão do poder real português como imbricamento de relações pessoais da família real. Esta visão da realeza pode ser caracterizada dentro de um “poder incontrollável”, típica manifestação do rei-guerreiro medieval⁷⁶². Afonso IV

756 HOMEM, Armando Luís de Carvalho. *Dionisus et Alfonsus, del gratia reges et communis utilitatis gratia legiferi*. Porto: Separata da Revista da Faculdade de Letras, II Série, Vol. XI, 1994, pág. 13.

757 *A Bíblia de Jerusalém*. *Ibid.*, p. 2.163.

758 WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora UnB, 1994, p. 161.

759 *Ibid.*, p. 421.

760 “Com efeito, o corpo é um e, não obstante, tem muitos membros, mas todos os membros do corpo, apesar de serem muitos, formam um só corpo (...) O corpo não se compõe de um só membro, mas de muitos.” (Coríntios, 12, 12-15) — *A Bíblia de Jerusalém*, *Ibid.*, p. 2.164.

761 ROMANO, Ruggiero (dir.). *Enciclopédia Einaudi. Religião* — *Rito*. *Ibid.*, p. 422.

762 *Ibid.*

se utiliza deste expediente para melhor fazer valer tanto as estruturas sociais quanto a submissão de seus súditos.

A realeza possui base teológica: é a subserviência da cristandade ao poder civil (leia-se real): “Todo homem se submeta às autoridades constituídas, pois não há autoridade que não venha de Deus, e as que existem foram estabelecidas por Deus. De modo que aquele que se revolta contra a autoridade, opõe-se à ordem estabelecida por Deus. E os que se opõem atrairão sobre si a condenação (Romanos, 13, 1-2)”⁷⁶³.

Assim, a religião cristã penetra para além de uma vida ética e moral. Ela se estende para dentro da própria vida jurídica do reino. Este passa a ser uma imagem perfeita da Jerusalém celeste, extensão material desta imagem sagrada. E é através do poder da força, das armas voltadas para a guerra, que Afonso IV transcende essa energia “desordenada e violenta”⁷⁶⁴, quando transforma as duas catarses básicas do rei-guerreiro (corpo do rei-reino e morte-vida) para a perfeita integração da realeza afonsina.

A dinastia de Borgonha é a dinastia da espada. Sua aclamação deu-se através de um ritual guerreiro. Afonso IV resgatou a tradição guerreira de Afonso Henriques, que se afirmou rei pela força das armas. Dentro do conjunto de representações reais portuguesas, a espada e o escudo, mais do que a coroa e o cetro, foram os símbolos do rei por excelência⁷⁶⁵. Isto tem relação direta com o ritual de iniciação cavaleiresca. O caso do rei português foi o de reafirmar-se eternamente pela luta. Esta foi a função eminentemente guerreira da soberania afonsina.

763 *A Bíblia de Jerusalém. Ibid.*, p. 2.141.

764 ROMANO, Ruggiero (dir.). *Enciclopédia Einaudi. Religião — Rito. Ibid.*, p. 432.

765 MAITOSO, José. “A Realeza de Afonso I Henriques” *In: Fragmentos de uma composição medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 224.

A BATALHA DO SALADO: PARADIGMA CRUZADO PORTUGUÊS

A batalha do Salado pode ser considerada o paradigma literário-linhagístico da mentalidade cruzadística em Portugal⁷⁶⁶, fruto de um longo processo de afirmação da idéia de cruzada na história da Reconquista ibérica. Mas como se chegou a este desfecho?

A estabilização política trazida pelo reinado de D. Dinis firmou a corrente migratória dos cavaleiros andantes em Portugal, e o movimento perdeu seu caráter coletivo⁷⁶⁷. Desta maneira, a mentalidade cavaleiresca sofreu uma transformação: difundiu-se um culto generalizado da poesia trovadoresca e dos romances de cavalaria. Com o maior controle das pulsões, os costumes tornaram-se menos rudes⁷⁶⁸. O gradativo controle das guerras santas por parte do papado trouxe uma absorção do código do guerreiro pela missão cristã⁷⁶⁹.

Vimos que este refinamento do modelo guerreiro forjou o ideal do monge-cavaleiro, defendido por São Bernardo e Ramón Llull. Em seu modo de vida, que misturava os ideais cavaleirescos com o ascetismo religioso, as ordens militares propagaram rapidamente a mentalidade cruzada pela Euro-

766 ERDMANN, Carl, p. 54.

767 MATTOSO, José. *A nobreza medieval portuguesa*, p. 367.

768 ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador — Formação do Estado e Civilização*, p. 18 e 44.

769 "Não demorou muito para que o foco do ideal cavaleiresco fosse transferido, no mundo dos cruzados, da pessoa do senhor para a da própria Igreja." — KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*, p. 310.

pa⁷⁷⁰. O fim das cruzadas na Palestina ofereceu à Igreja — através destes monges-guerreiros — um novo e abençoado palco de atuação para o exercício militar: as “Espanhas”⁷⁷¹.

Mais tarde, este fascínio pela cavalaria enquanto *modus vivendi* da nobreza foi, gradativamente, cedendo terreno a novas formas de combate⁷⁷². Assim, o limiar do século XIV marcou também a mudança para novos tempos, em que o uso da besta e do canhão solapou os ideais cavaleirescos. Então, a idéia de cruzada em Portugal já tinha cumprido sua missão maior: a unificação da nação portuguesa num corpo geográfico talhado à custa da Reconquista.

Digno de nota da influência do desenvolvimento das armas na mudança da mentalidade guerreira é o fato de, na batalha do Salado, aparecerem pela primeira vez as bombardas⁷⁷³ — máquinas de guerra com que se arremessavam grandes blocos de pedra (também conhecida como *tron*). Assim, a guerra passava gradativamente a servir como instrumento de trabalho, tanto a fabricantes de armas quanto de armaduras.

A batalha do Salado é uma espécie de epílogo dessa mentalidade cavaleiresco-cruzada de que as ordens hierosolimitanas foram protagonistas. Praticamente foi uma das últimas vezes que assistimos na Península a guerra ser travada sem os determinantes técnicos e econômicos que a idade moderna consagrou. Portanto, o Salado ainda **não pode** ser considerado uma guerra moderna, tal qual a entendemos hoje⁷⁷⁴.

770 CONTAMINE, Philippe. *War in the Middle Ages*. New York: Oxford University Press, 1984, p. 75.

771 Além disso, havia os torneios, considerados pecaminosos pela Igreja. Para esse tema ver LE GOFF, Jacques. “Realidades sociais e códigos ideológicos no Início do século XIII: Um *exemplum* de Jacques de Vitry sobre os torneios” In: LE GOFF, Jacques. *O Imaginário Medieval*, p. 267-279.

772 Não existe melhor exemplo deste declínio do que a descrença de Maquiavel pela cavalaria enquanto corpo eficaz de combate. Em seu tratado *A arte da guerra*, de 1519-1520, ele diz: “Quanto aos cavaleiros, principalmente a cavalaria pesada (...) pode-se admitir que a artilharia a mantenha na retaguarda” — MAQUIAVEL. *A Arte da Guerra*. Brasília: Editora UnB, 1994, p. 31.

773 RUCQUOI, Adelinc. *História Medieval da Península Ibérica*, p. 241.

É neste contexto de transformação — tanto do material disponível quanto da mentalidade bélica — que se deu a batalha do Salado. Neste aspecto, a ideologia social defendida pelo cronista-refundidor estava em franco processo de esfacelamento. Com efeito, a revolução de 1383-1385 em Portugal enterrou definitivamente o projeto político do cronista, quando novos atores sociais — a “arraia miúda” — participaram decisivamente na construção da nova dinastia, de Avis.



A ofensiva cristã promovida por Afonso XI de Castela fez com que Muhammad IV de Granada apelasse para o Marrocos. Uma nova dinastia emergente — merínidas⁷⁷⁵ — controlava a região, anexando outros reinos berberes do norte da África⁷⁷⁶. Tinha como grande líder e comandante militar o sultão Abu-Hasan' Ali (1331-1351).

Seus olhos voltaram-se para a Península. Em 1333, Abu-l-Hasan' Ali retomou Gibraltar para o mundo muçulmano. Apesar de o papa João XXII garantir uma nova pregação de cruzada, em 1334 Afonso XI de Castela fez uma trégua com Yusuf I de Granada⁷⁷⁷. Com o final do pacto de não agressão, as hostilidades reiniciaram.

Em 30 de junho de 1340, forças marroquinas merínidas comandadas por Abu-l-Hasan' Ali invadiram a Península, unin-

774 Para definição da guerra moderna: “A guerra é antes do mais considerada como actividade humana e como tal manifesta-se como *trabalho*, trabalho social duma certa *comunidade*...” — ANCONA, Clemente. “Guerra” In: ROMANO, Ruggiero (dir.). *Enciclopédia Einaudi* 14. *Estado — Guerra*, p. 371.

775 *Merínidas* (ou marínidas) — dinastia berbere de Fez que reinou no Marrocos de 1196 a 1464, substituindo o poder Almôada.

776 “...caso dos de Tlemcen ou Tremecem, nas mãos dos Abd al-Wadides a partir de 1236 (...) e o de Tunis, chefiado pelos Hafsidas (...), daí resultando a reunificação política de grande parte da Berberia e o reconhecimento islâmico do poder detido pelo sultão de Fez, bem patente na homenagem que lhe fizeram, após a conquista de Tlemcen em 1337, os monarcas do Sudão e os do Egito mameluco.” — KRUS, Luis. *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*, p. 133-134.

777 HIOUSLEY, Norman. *The Later Crusades — From Lyons to Alcazar (1274-1580)*, p. 279.

do-se com as de Yusuf I — nas duas crônicas consultadas, Abu-l-Hasan' Ali é chamado de Almafadem, Albofadem ou Albohacem. Após quatro meses do desembarque, fizeram cerco a Tarifa, quando uma coalizão cristã composta por Portugal, Castela e Aragão veio em auxílio dos sitiados.

O corpo português era formado quase que exclusivamente pela cavalaria. Calcula-se numericamente em aproximadamente 1.000 lanças (4.000 a 5.000 homens). A batalha foi travada às margens do rio Salado (30.10.1340), na Andaluzia. Na formação dos exércitos, Afonso XI de Castela postou-se à direita das forças cristãs, avançando pelo rio contra as forças marroquino-merínidas⁷⁷⁸.

Coube a Afonso IV de Portugal o confronto com forças em sua maior parte granadinhas. Os portugueses lutaram à esquerda: "Os reis cristãos houverom seu acordo que fossem partidos em duas partes: el rei de Castela pela riba do mar, el rei de Portugal per antre as montanhas e o campo (...) Os reis partirom-se ali, e uu foi a destro e o outro a seestro."⁷⁷⁹ Após várias horas de luta, os Muçulmanos, mesmo numericamente superiores, foram derrotados⁷⁸⁰.

Segundo a *Crónica de Don Alfonso el Onceno* — que obviamente se preocupa muito mais em descrever os acontecimentos do lado castelhano — os cruzados, após a debandada muçulmana, como de hábito, mais uma vez realizaram uma chacina, matando crianças e mulheres:

*"...muchos Christianos se pararon en los reales de los Moros a matar et a cativar los Moros del Rey Albohacen, et las mugeres, et los mozos pequeños, et a robar grandes averes de oro et de plata que y fueron fallados (os grifos são meus)."*⁷⁸¹

778 SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar*, p. 123.

779 MATTOSO, José (ed. crítica). *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, vol. II/1, 21G15, 67-69, p. 243.

780 MARQUES, A. II. de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, p. 500.

781 "Crónica de Don Alfonso el Onceno" In: SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio (org.). *La España Musulmana. Según los autores islámicos y cristianos medievales*, p. 507.

Entre os cativos, encontrava-se o filho mais velho do sultão Abu-l-Hasan' Ali, Abohamar e seu sobrinho ("fijo de su hermano Abohali, que fue Rey de Sujulmenza"). Foram mortas esposas muçulmanas e cristãs, além de outra esposa do sultão, a filha do rei de Túnis, Tunecia Hatima ("...la más honrada que él avía).

Os cristãos ainda mataram sua irmã, de nome Homalfat, dois filhos seus ainda pequenos e três escravas alforriadas⁷⁸². O cronista castelhano termina o massacre louvando Deus pelo pequeno número de cristãos mortos, afirmando que:

*"Et Dios que fue vencedor en esta sancta lid tovo por bien que nom moriesen y más de quince a veinte Christianos de los de caballo, que morieron en el comienzo de la pelea; et de los Moros fueron y mortos et cativos muchos dellos (...) et fueron y muertos et cativos otros muchos moros de grandes solares et muy poderosos."*⁷⁸³

É importante frisar que todas as manifestações do maravilhoso cristão contidas na fonte portuguesa **não são corroboradas pela fonte castelhana**. Muito pelo contrário, nesta última não existe nenhuma hierofania presente no acontecimento, como veremos adiante a respeito da narrativa do Salado contida no *Livro de Linhagens*. A *Crónica de Don Alfonso el Onceno* é mais "crua" e direta, tanto em suas informações quanto em seus comentários sobre a batalha.

Do lado português, a vitória cristã foi realçada pelo cronista-refundidor ao afirmar que era grande o número de muçulmanos presentes na luta. Os campos, vales e montanhas, cheios de mouros, deram-lhe a impressão que nem em "todo Africa nem em Asia" poderiam existir tantos cavaleiros muçulmanos⁷⁸⁴. A vitória cristã no Salado acabou com as pre-

782 "Crónica de Don Alfonso el Onceno" In: SÁNCI IFEZ-ALBORNOZ, Claudio (org.). *La España Musulmana. Según los autores islamicos y cristianos medievales*, p. 508.

783 "Crónica de Don Alfonso el Onceno" In: SÁNCI IFEZ-ALBORNOZ, Claudio (org.). *La España Musulmana. Según los autores islamicos y cristianos medievales*, p. 508.

tensões do Islã — pelo menos a curto prazo — de recuperar os territórios perdidos para os reinos cristãos.

Conquanto a derrota muçulmano-merínida não se compare com os retrocessos muçulmanos dos séculos anteriores, o fato é que, visto em retrospecto, a vitória cristã no Salado foi decisiva para a fase final da Reconquista, pois inibiu os merínidas de novas intervenções na Península⁷⁸⁵. Salado foi a última grande batalha na Península onde os portugueses enfrentaram os mouros, o paradigma de uma mentalidade guerreira de cunho religioso com base ideológica nas ordens militares.

Embora numericamente os exemplos de personagens portugueses mortos nas guerras santas tenham sido menores do que nas guerras com Castela⁷⁸⁶, o fato é que, na primeira metade do século XIV, o ideal de cruzada ainda ativava o imaginário cavaleiresco dos nobres guerreiros lusitanos, lembrando velhos feitos passados frente ao inimigo maior: o mouro. Uma exortação célebre de Afonso IV momentos antes da batalha do Salado bem mostra este ideal:

“Meus naturaes e meus va//ssalos, sabedes bem em como esta terra da Espanha foi perduda por rei Rodrigo e ganhada pelos Mouros, e em como outra vez entrou Almançor, e em como os vossos avoos, donde descendedes, por gram seu trabalho e por mortes e lazeiras ganharom o reino de Portugal. Em como el rei dom Afonso Anrequiz, com que a eles guanharom, lhis deu honras e coutos e liberdades e contias por que vivessem honrados, e nom tam solamente fez esto a eles, mais por a sua honra dava os maravedis aos filhos que jaziam nos berços, e os padres serviam por eles; em como os reis, que depós el veeram, aguardarom

784 MATTOSO, José (ed. crítica). *Livro de Linbagens do Conde D. Pedro*, vol. II/1, 21G15, 63, p. 243.

785 HOUSLEY, Norman. *The Later Crusades — From Lyons to Alcazar (1274-1580)*, p. 280.

786 MATTOSO, José. *A nobreza medieval portuguesa*, p. 367.

esto. Eu, depois que viim a este logo, fiz aquilo que estes reis fizeram; e, se alguma cousa i há pera emendar, eu o corregerei se me Deus daqui tira."⁷⁸⁷

Neste trecho, observamos o sentido nobiliárquico do cronista-refundidor. Seus escritos possuem público certo: a nobreza peninsular. Ela deveria ser novamente unida através da fraternidade de armas. A terra — seu grande elo de ligação — também era seu patrimônio hereditário⁷⁸⁸. Afonso IV, em seu chamamento, trouxe de volta velhas lembranças das cruzadas de Reconquista. A ideologia senhorial e o ideário dos cavaleiros resumidos neste discurso, dão continuidade ao ideal de Reconquista, agora relido na idéia de cruzada⁷⁸⁹. O sentido de unidade religiosa, que excluía o "outro" de seu espaço cultural⁷⁹⁰, fincou raízes em terras lusas e permaneceu como um dos motivos ideológicos formadores da nacionalidade portuguesa.

A invasão marroquino-merínida de 1340 e a vitória cristã na batalha do Salado foi o paradigma bélico dessa idéia guerreira em terras peninsulares. Como afirma Erdmann, "salta aos olhos a semelhança (do Salado) com a batalha de Navas de Tolosa"(1212)⁷⁹¹. Neste aspecto, podemos perfeitamente caracterizar a batalha do Salado como uma cruzada, a cruzada do Salado⁷⁹².

787 MATTOSO, José (ed. crítica). *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, vol. II/1, 21G15, 73, p. 243.

788 SARAIVA, António José. "O autor da narrativa da batalha do Salado e a Refundição do Livro do Conde D. Pedro", p. 15.

789 SARAIVA, António José. "O autor da narrativa da batalha do Salado e a Refundição do Livro do Conde D. Pedro", *Id. Ibid.*, e *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*, p. 157. Pela intensidade com que resume o espírito e as motivações da nobreza portuguesa das vésperas da revolução de 1383, António Saraiva chega a comparar o discurso de Afonso IV ao de Péricles aos atenienses, durante a guerra do Peloponeso (433-404 a.C.). Para isso, ver TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987, I, 140-144, pp. 77-80.

790 TODOROV, Tzvedan. *Nós e os outros — A reflexão francesa sobre a diversidade humana* — I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, p. 12.

791 ERDMANN, Carl. *A Ideia de Cruzada em Portugal*, p. 54.

792 HOUSLEY, Norman. *The Later Crusades — From Lyon to Alcazar (1274-1580)*, p. 281.

VIII. 1. Cristãos, muçulmanos e a astrologia no Salado

A invasão muçulmana de 1340 trouxe sentimentos distintos aos combatentes do Salado. Segundo o cronista-refundidor, muitos cavaleiros acreditavam que era um castigo divino, como que para expiarem seus pecados. Outros pensavam que a multiplicação dos cavaleiros muçulmanos tinha uma explicação mágico-astrológica:

“...porque os Mouros som grandes estrolagos, que faziam parecença de fantasmas d'homees de cavalo, e nom eram tantos como pareciam. Estavam tam fremosamente ordinados pera lidar que bem era de pensar que, posto que todos Espanhoes e Franceses e Alemaes e Ingreses ali estevessem, que haveriam lides pera VIII dias (o grifo é meu).”⁷⁹³

O poder da astrologia não era exclusividade dos muçulmanos⁷⁹⁴. Embora a astrologia tenha sido inicialmente condenada pela Igreja — que a considerava um conhecimento mágico que envolvia a interpretação dos astros — na Península Ibérica, desde o século VI, as obras de São Martinho de Braga (*De correctione rusticorum*) e Santo Isidoro de Sevilha (*Originum seu Etymologiarum libri XX*) arrolaram tais práticas.

Vários textos árabes sobre astrologia foram traduzidos para o castelhano, fazendo esta ciência ressurgir no século XIII⁷⁹⁵. Ela passou então a ser valorizada na cultura cristã

793 MATTOSO, José (ed. crítica). *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, 21G15, 65-66, p. 243-244.

794 Embora intinamente interligadas ao longo da História, astronomia e astrologia diferem entre si basicamente por um ponto: enquanto a astronomia trata da posição relativa e do movimento dos corpos celestes, a astrologia se auto-intitula a “arte de predizer acontecimentos na Terra mediante observação dos movimentos do Sol, Lua e demais corpos celestes.” — LOYN, H. R. (org.). *Dicionário da Idade Média*, p. 34.

795 SANTOS, Dulce Oliveira Amarante dos. *Entre o Público e o Privado: Práticas Mágicas nos Reinos Ibéricos (1250-1350)*. Trabalho baseado em tese de doutorado da congressista, apresentado em “O Público e o Privado na Antiguidade e no Medievo: II Simpósio Internacional de História Antiga e Medieval do Cone Sul/VII Simpósio de História Antiga” Porto Alegre: UFRGS, 1996.

como uma ciência erudita e especulativa do futuro (*Ciencia Iuditorum Estelarum*) — magia natural proveniente de Deus⁷⁹⁶.

Em Portugal, a arte do agouro não era desconhecida. Tanto o *Livro do Deão* (escrito entre 1337 e 1340) quanto o *Livro de Linhagens* falam a respeito de um tal Fernam Pires Farinquel, que “catou bem os agouros”⁷⁹⁷. O prior da Ordem do Hospital D. Álvaro Gonçalves também era possuidor deste tipo de conhecimento divinatório. Seus conhecimentos de astrologia eram famosos na época. O cronista Fernão Lopes afirma que o prior tinha demoradas práticas com um mestre-pedagogo astrólogo de nome Tomás⁷⁹⁸.

Como existiam grandes tratados árabes sobre a astrologia⁷⁹⁹, é possível que o estreito contato das ordens militares hierosolimitanas com o mundo muçulmano tanto na Palestina quanto na Península tenha favorecido esta prática no alto escalão da hierarquia hospitalária. Esta sabedoria mágica de D. Álvaro também é demonstrada na batalha do Salado. Segundo o cronista-refundidor, durante o combate, quando os cristãos se encontravam numa situação delicada, três cavaleiros desesperados foram ao seu encontro — aqui talvez uma alusão cristã aos três reis Magos — e perguntaram-lhe: “Senhor, que fazedes? Os cristãos estão em perdição, assim como veeis, si Deus i nom pom outra salvaçom. As azes de coinha e do corral e cinque mogotes estão folgados, e nom é cousa que, como veeis a lidar, os possade sofrer. A Vera Cruz nom teedes aqui?”⁸⁰⁰

796 SANTOS, Dulce Oliveira Amarante dos. *Op.cit.*

797 PIEL, Joseph e MATTOSE, José (ed. crítica). *Livros Velhos de Linhagens — Livro do Deão*. Lisboa: Publicações do II Centenário da Academia das Ciências, 1980, volume I, VII, 9AU5, p. 141, e MATTOSE, José (ed. crítica). *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, 36X8, p. 415.

798 LOPES, Fernão. *Crônica de D. João I*. Primeira Parte, XXXIV. *Apud*. MARTINS, Oliveira. *A vida de Nun'Álvares — História do estabelecimento da dinastia de Avis*. Porto: Lello & Irmão — Editores, 1983, p. 10.

799 Por exemplo, al-Kindi, que “sugeriu poderem os astros irradiar influências ocultas e explicou a magia pela astrologia.” — LOYN, H. R. (org.). *Dicionário da Idade Média*, p. 34.

O prior se preocupou, pois tinha vaticinado a Afonso IV a vitória cristã graças à bem-aventurada Santa Vera Cruz. Quando o fim do dia se aproximou e o combate já estava decidido a favor dos portugueses, o cronista-refundidor mais uma vez deu a contenda um caráter maniqueísta: “Os Mouros virom que seu feito ia pera mal de todo. Disserom que seu Mafomede (Maomé) nom havia poder pera os defender. Ali começaram de fugir...”⁸⁰¹.

Nesse embate universal pela conquista das almas, o vaticínio do prior hospitalário foi asseverado quando da vitória final: “Aqui se cumpriu o que disse o priol dom Álvaro de Pereira a el rei dom Afonso, que el, pela Santa Vera Cruz e pelos nobres fidalgos, havia de vencer primeiro.”⁸⁰²

Os poderes mágico-astrológicos de cristãos e muçulmanos estavam a serviço de seus credos. Eles eram mais um instrumento confirmador das ortodoxias em luta. Mesmo no momento da derrota muçulmana, a astrologia era posta a serviço das ações militares. Ao ver suas forças batendo em retirada, o sultão Almofacem lamentou a má sorte e clamou aos céus a perda de seu prestígio:

*“Ai, Deus poderoso, ai Deus vencedor! Porque desamparasti este velho, coitado de pressa de mezquidade, coberto de mingua de vergonha sobre todos os reis do mundo? Ai velho, hoje perdiste o teu nome que havias em toda Eiropa, em toda Africa, e em Asia. Lançava as mãos da barva, que tiinha muii longa e cãa, e messava-a toda e dava grandes feridas em seu rostro.”*⁸⁰³

Ciente da gravidade da situação, o comandante turco Alcarac sugeriu ao sultão Almofacem que se retirasse do com-

800 MAT'TOSO, José (ed. crítica). *Livro de Linbagens do Conde D. Pedro*, 21G15, 139-141, p. 247.

801 MAT'TOSO, José (ed. crítica). *Opus cit.*, 21G15, 171, p. 249.

802 MAT'TOSO, José (ed. crítica). *Opus cit.*, 21G15, 173, p. 249.

803 MAT'TOSO, José (ed. crítica). *Opus cit.*, 21G15, 184-187, p. 249-250.

bate e fosse escoltado para Algeciras, no reino de Granada⁸⁰⁴. O rei não concordou, e resolveu tentar uma última investida contra as forças cristãs, baseando-se mais uma vez nos astros:

*“Alarac, sabe que as costulações do ceo das pranas, e as boas ventuuras e as maas destas costulações nacam pelo poderio que lhís Deus ordinhou. E se ora houvemos maa costaalaçom, have-la-emos boa. Estes cristãos veem desacaudelhados e teem que já nom podemos tornar a eles. Segue-me, Alcarac, e nom me desempares, e tornemos aa lide (os grifos são meus).”*⁸⁰⁵

A interpretação da conjunção astral deu forças ao rei muçulmano para tentar mais uma derradeira ofensiva. Mas antes, fez uma exortação aos seus, conclamando-os ao último ataque:

*“Senhores, nembre-vos que eu soo vosso rei Almafacem, aventurado e vencedor de todalas lides que fiz. (...) Sabedes que a Espanha foi de vossos avoos. Estes cristãos perros, que vo-la teem forçada, nom parecerom hoje em campo XIII mil cavaaleiros, e muitos deles som mortos e som fora de força, por o gram trabalho que hoje houverom. Nom percades as famas de bondades de cavalaria que sempre houvestes (...) E disse Mafomede, Mafomede, nom desampares os teus!”*⁸⁰⁶

No entanto, a vitória cristã já estava assegurada. Sabendo disso, o comandante mouro Alcarac dissuadiu o sultão Almofacem deste ataque suicida. “Senhor, nom é hoje o dia

804 Junto com o turco Alcarac vieram para o Salado “...guerreiros do Islã oriental, os turcos muçulmanos que, a partir do Egipto mameluco, tinham conquistado o reino latino de Jerusalém.” — KRUS, Luis. *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*, p. 134.

805 MÁTTOSO, José (ed. crítica). *Livro de Linbagens do Conde D. Pedro*, 21G15, 196-200, p. 250.

806 MÁTTOSO, José (ed. crítica). *Opus. cit.*, 21G15, 202-207, p. 250-251.

vosso (...) ca nom não queremos que aqui moirades...”⁸⁰⁷ O cronista-refundidor dá voz aos muçulmanos, para que estes comentem entre si sua derrota. Neste olhar entre culturas, são arroladas diversas explicações, todas de cunho mágico e maravilhoso envolvendo a cruz do Santo Lenho, guardada pela Ordem do Hospital.

Neste momento, acreditamos que nosso cronista-refundidor cria um elo imaginário idealizado entre a vitória cristã e a presença da ordem hierosolimitana na batalha. Como veremos, sem a cruz mágica, a vitória muçulmana seria certa. É essa a opinião que se credita aos mouros. Sua presença deu forças às hostes cristãs e permitiu seu crescimento justamente nas horas em que se encontravam em maior desvantagem. Além do que, como vimos, o prior D. Álvaro predisse que a vitória de Afonso IV seria graças às forças emanadas da “Santa Vera Cruz”. Ela foi o centro irradiador do espírito cruzado vencedor no Salado.

VIII. 2. *A tática militar hospitalária no Salado: a az*

Segundo a narrativa do cronista-refundidor, logo no início da batalha do Salado, o comandante mouro Alcarac, reconhecendo os cavaleiros hospitalários presentes e temendo que estes se organizassem numa az de curral, ordenou que suas hostes formassem uma az de cunha. O cronista-refundidor então discorre sobre tais táticas de guerra, demonstrando grande respeito pelo poder bélico da Ordem do Hospital, pois os hospitalários “lidam com o poder dos Turcos”⁸⁰⁸.

Na Idade Média, az era a unidade de combate⁸⁰⁹. Corresponhia aproximadamente a um conjunto de 700 a 1.000 lanças — 2.100 a 3.000 homens⁸¹⁰. A formação muçulmana

807 MATTOSO, José (ed. crítica). *Opus. cit.*, 21G15, 211, p. 251.

808 MATTOSO, José (ed. crítica). *Opus. cit.*, vol. II/1, 21G15, 59, p. 242.

809 Az. — do latim *acies*: exército romano formado na linha de batalha. O termo é encontrado na obra de Júlio César, *De bello Gallico* (I, 51, 1). *Apud*: CARCOPINO, Jérôme. *Júlio César*. Lisboa: Publicações Europa-América, s/d, p. 233-372.

(az de cunha) era uma forma triangular com a ponta para a frente, justamente com o objetivo de desfazer a az de curral hospitalária — formação defensiva em forma de quadrado que tinha como intuito reorganizar as forças dispersas no campo de batalha.

Como a guerra medieval tinha como principal característica a falta de uma coordenação perfeitamente hierarquizada entre os cavaleiros⁸¹¹, os monges hospitalários preenchiam um importante função tática com a az de curral no campo de batalha: dar um sentido organizacional aos seus comandados. O movimento da az de curral consistia num rápido desmonte dos cavaleiros e em seguida sua organização em pé em forma de quadrado ou retângulo. Podemos designá-la conceitualmente como uma cavalaria desmontada. Caso o inimigo atacasse esta formação, a derrota era quase certa⁸¹².

A disciplina necessária para este movimento bélico era realçada pela tradicional forma de ataque da cavalaria cristã: o impulso desordenado. Desfeito à disciplina e à ordens de comando, o cavaleiro medieval considerava o avanço impetuoso e desorganizado como símbolo de coragem e honra⁸¹³.

Assim, o corpo de cavaleiros das ordens militares, além de oferecerem seus serviços praticamente em tempo integral — uma espécie de corpo de elite cavaleiresco — tornavam-se o grupo medieval de cavalaria mais coeso e disciplinado em campo de combate. O mouro Alcarac bem o sabia. E, ao que parece, exatamente pela necessidade de contar com cavaleiros treinados e disciplinados, a az de curral era uma especialidade dos hospitalários:

810 MARQUES, A. II. de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, p. 342.

811 ...os cavaleiros eram irresistíveis. Mas só se podia contar com eles para um ataque maciço; era quase impossível reorganizá-los para um novo ataque. Os comandantes cruzados tinham que avaliar o tempo do ataque com perfeição — e controlar seus impetuosos homens até o momento certo." — PRESTWICH, Michael. "A Era da Cavalaria" In: BOYLE, Charles (ed.). *A Arte da Guerra*, p. 55.

812 MARQUES, A. II. de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, p. 342.

813 MARQUES, A. II. de Oliveira. *Op. cit.*, p. 342.

“E aquel mouro Alcarac, polo que já vira no ordinhamento das lides que faziam os cavaleiros hospitaleres, que sempre faziam a az do curral, temendo-se que os cristãos fizessem este ordinhamento daaz do curral, ordinhou estas duas azes de coinha pera a fenderem (o grifo é meu).”⁸¹⁴

Em outros momentos, a descrição da batalha comenta as duas formações táticas dos cristãos: azes de cunha e curral. Ao que tudo indica, os cavaleiros da Ordem do Hospital presentes no combate utilizaram a az de curral, enquanto que os outros fidalgos portugueses a az de cunha. Dessa forma, ao ressaltar a az de curral, o cronista-refundidor atribui a vitória cristã no Salado, em que pese sua inferioridade numérica (“E assi estavam os campos e vales e montanhas cubertas deles — mouros”⁸¹⁵), ao seu melhor preparo estratégico, onde os cavaleiros hospitalários desempenharam importante e decisivo papel.

VIII. 3. *O maravilhoso cristão no Salado*

Encontraram-se no Salado duas visões teológicas de mundo que aspiravam à totalidade: cristianismo e islamismo. Com todas as suas cargas estruturais e sistêmicas — ambas sincrônicas e autônomas em relação às suas respectivas sociedades⁸¹⁶ — as duas religiões pretendiam moldar o vivido, rematerializando-o sacramento⁸¹⁷

Enquanto o Islão já era nesse momento uma religião estatal, o cristianismo afirmava-se universal, acima de reis e

814 MATTOSO, José (ed. crítica). *Livro de Linbagens do Conde D. Pedro*, vol. II/1, 21G15, 59, p. 242.

815 MATTOSO, José (ed. crítica). *Opus. cit.*, vol. II/1, 21G15, 59, p. 242.

816 ELIADE, Mircea e COULIANO, Ioan P. *Dicionário das Religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 18-19.

817 Como afirmou o Pe. Félix Pastor Piñero (Universidade Gregoriana de Roma) em recente palestra, “...as **religiões monoteístas** (judaísmo, cristianismo e islamismo) são **credos intolerantes** (o grifo é meu)” “Comemorações dos Centenários de José de Anchieta e Antônio Vieira” Rio de Janeiro: Centro Loyola de Fé e Cultura, PUC-Rio, 26 de agosto de 1996.

imperadores. O papado, desde Inocêncio III (1198 — 1216), exercia, pelo menos em teoria, o que a Igreja chamava de *plenitudo potestatis* — a plenitude do poder. Nesta perspectiva teológica globalizante, ambos os lados viam-se maravilhosamente.

Entendemos o maravilhoso como um “...conjunto das representações que exorbitam do limite colocado pelas constatações das experiências e pelos encadeamentos dedutivos que estas autorizam.”⁸¹⁸ É um dos pilares do sistema de representações de um período, seja ele “verbal ou visual, filosófico ou estético, intelectual ou emocional”⁸¹⁹ Dessa forma, os limites entre o real e o imaginário são “variáveis com as experiências coletivas e individuais, ocupando, localizações distintas em cada cultura, em cada indivíduo, sujeitando-se, assim, às variáveis cronológicas, espaciais e mentais”⁸²⁰.

No entanto, o maravilhoso insere-se dentro da perspectiva da ideologia; seria mesmo uma das manifestações da ideologia. As representações do maravilhoso estão contidas na perspectiva social do indivíduo ou grupo que o atesta, seja manifestação pessoal ou coletiva, esta última o próprio caso do maravilhoso expresso na batalha do Salado. Seu registro escrito passa pelos filtros do narrador e de que posição social narra. A ideologia maravilhosa cria identidade de grupo e faz com que este passe a agir coletivamente. Esta é uma das funções da ideologia⁸²¹. No caso do Salado, como veremos, as manifestações da hierofania fizeram com que os guerreiros cruzados sentissem suas forças revigoradas e mudassem o curso do combate.

Este momento histórico é um período mental em que os historiadores das mentalidades e do imaginário afirmam

818 PATLAGEAN, Eveline. “A história do imaginário” In: LE GOFF, Jacques (dir.). *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p. 291.

819 GREENBLATT, Stephen. *Possessões Maravilhosas — o deslumbramento do Novo Mundo*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 40.

820 FERREIRA, Roberto Godofredo Fabri. *O papel do maravilhoso na construção da identidade nacional portuguesa: análise do mito afonsino (séculos XIII-XV)*, p. 38.

821 CALLINICOS, Alex. *Making History*, p. 135.

ter ocorrido uma esteticização do maravilhoso⁸²². Houve uma diversificação do sobrenatural, que redimensionou estas expressões visuais fantásticas dentro do universo da religião cristã. Esta imaginação mágica teve na Idade Média uma época privilegiada para a sua propagação⁸²³.

O campo de batalha medieval afigurou-se um novo teatro abençoado do exercício militar⁸²⁴. Nele irromperam *miraculosus* — o milagre propriamente cristão⁸²⁵. A narrativa do Salado está recheada de passagens que confirmam estas manifestações maravilhosas. Segundo os especialistas, esta auréola maravilhosa que cerca a narrativa do combate do Salado faz com que o texto seja dotado de uma certa ambigüidade, um duplo sentido (real — imaginário) que, no entanto, não invalida seu sentido realístico⁸²⁶.

A visão que o cronista-refundidor do Salado tem dos mouros é o olhar cristão do “outro” Esse olhar é, sobretudo, o do cruzado, e, como vimos, muito provavelmente o do monge-cruzado⁸²⁷. Os diálogos que nos foram legados pelo cronista-refundidor do título XXI estão recheados de maravilhas cristãs, que são afirmadoras da verdadeira fé.

E o mais inusitado: o *miraculosus* foi visto e comentado por muçulmanos, mas através do olhar de um cristão. Explica-se: o cronista-refundidor que narra a batalha é cristão, e ele faz o “outro” falar: “E vi estes Portugueses assi revolver a

822 LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente Medieval*, p. 21.

823 KAPPLER, Claude. *Monstros, demônios e encantamentos no fim da Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1994, p. 366.

824 LE GOFF, Jacques. *O Imaginário medieval*, p. 275.

825 “...parece-me que nos séculos XII e XIII o sobrenatural ocidental se divide em três âmbitos que se recobrem, mais ou menos, com três adjetivos: *mirabilis*, *magicus*, *miraculosus*. *Mirabilis* (...) o nosso maravilhoso com as suas origens pré-cristãs (...) *Magicus* (...) o sobrenatural maléfico, o sobrenatural satânico (...) O sobrenatural propriamente cristão (...) é o que procede do *miraculosus*...” — LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente Medieval*, p. 22.

826 SARAIVA, António José. “O autor da narrativa da batalha do Salado e a Refundição do Livro do Conde D. Pedro”, p. 01.

827 “O autor (da narrativa do Salado) era provavelmente um clérigo relacionado com a ordem hospitalária (presidida por D. Álvaro) e muito marcado pelo espírito das ordens militares” — SARAIVA, António José. *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*, p. 157.

lide e ferir tam estranhamente que semel[h]avam diaboos do inferno”⁸²⁸.

Muito provavelmente, estas são representações do imaginário muçulmano que faziam parte do universo dicotômico e cruzadístico do cronista-refundidor. Em outras palavras, nestas passagens deparamo-nos com um cristão imaginando o que se passava na mente dos muçulmanos derrotados. Ao dar voz ao outro lado, nosso escritor anônimo deu-nos a oportunidade de entrar em contato com uma projeção idealizada que a mentalidade cruzadística dos quatrocentos fazia dos muçulmanos.

Uma das imagens da guerra cruzada foi a do maravilhoso cristão; ele possui amplo espaço nas crônicas da época. Ele, como a guerra, é também um produto cultural⁸²⁹. O contato entre culturas que a guerra proporcionou trouxe imagens que distorceram a realidade, tornando concretas novas atitudes perante o “outro”, mas com objetivos bem específicos. Um deles foi o da afirmação cristã. Mostrar a superioridade do cristianismo obtida no campo de batalha, palco maior das decisões divinas. Mostrar que Cristo era superior a Maomé. A vitória no Salado é um momento escatológico. Uma batalha decisiva como esta é como um feixe de luz que ilumina as trevas⁸³⁰.

828 MAITOSO, José (ed. crítica). *Livro de Linbagens do Conde D. Pedro*, 21G15, 236, p. 252.

829 LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente Medieval*, p. 25.

830 **“Toda batalha é decisiva. É um raio de luz que dispersa as trevas**, abre os olhos, põe fim a qualquer vacilação, é uma sentença sem apelação. Conduz à ordem, e **por muito tempo assinala o fim de uma era e o começo de outra**. Quando a noite desce sobre o campo de batalha, todos sabem que a próxima aurora será a de uma nova primavera do mundo. De um universo pacificado (os grifos são meus).” — DUBY, Georges. *O Domingo de Bouvines — 27 de julho de 1214*, p. 165.

VIII. 4. *O maravilhoso cristão materializado: a Cruz do Marmelar e a Ordem do Hospital*

Mas o maior paradigma maravilhoso e cruzadístico do Salado está intimamente ligado à Ordem do Hospital. Trata-se da Santa Cruz do Marmelar, ou Santo Lenho, guardada em Portugal por esta ordem militar e trazida para o campo de batalha a pedido do rei Afonso IV. Também presente na crônica da *Conquista de Lisboa aos mouros em 1147*, como vimos, a Santa Cruz do Marmelar teria sido “trazida do Além mar, onde no confronto com os Infiéis passara muitos perigos e feitos de armas⁸³¹,” por Afonso Pires Farinha, mestre em Portugal da Ordem do Hospital e um dos grandes auxiliares e confidentes de Afonso III⁸³².

A Ordem então edificou, por volta de 1268, o mosteiro de Santa Cruz do Marmelar para servir de monumento depositário da relíquia. Em seu derradeiro testamento, D. Dinis mandou restituir aos hospitalários da Igreja do Marmelar a santa cruz que havia tirado para uso próprio, afirmando “ca nom filhei senon por devançam que em ela havia, e com entençom de a fazer tornar u ante sia”⁸³³.

A *Crónica da Tomada de Ceuta* provavelmente também se refere à relíquia do Santo Lenho. Antes de morrer, a rainha Filipa “mandou trazer ua cruz daquele verdadeiro pao em que Nosso Senhor padeceu e partiu-o em quatro partes segundo os quatro braços que estão na cruz e deu a cada um dos infantes seu braço, e o quarto guardou para el-rei seu Senhor”⁸³⁴.

Mas voltemos ao *Livro de Linhagens*. Segundo o cronista-refundidor — em mais uma construção genealógica fal-

831 KRUS, Luis. *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*, p. 135.

832 MATTOSO, José. *Identificação de um país*, vol. II, p. 163.

833 SOUZA, António Cactano de. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: 1739, volume I, pág. 100. *Apud*: MATTOSO, José. *Identificação de um país*, vol. II, p. 49.

834 PEREIRA, Esteves (ed.). *Crónica da Tomada de Ceuta*. Lisboa: 1915, p. 126. *Apud*: SARAIVA, António José. *A cultura em Portugal. Teoria e História*, p. 239.

sificada com os mesmo objetivos de ligação Ordem do Hospital-família dos Pereiras — Afonso Pires possuía parentesco com a linhagem dos Pereiras através de sua bisavó, Elvira Froiaz de Trastâmara, tia de D. Gonçalo Rodrigues de Palmeira (ver árvore genealógica da linhagem dos Pereiras em Portugal — extraída do Título XXI do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*)⁸³⁵. De qualquer modo, a cruz do Marmelar teve, tanto no Salado quanto na tomada de Lisboa, uma função unificadora típica dos objetos que se tornam símbolos nos fenômenos mágico-religiosos⁸³⁶.

A alegoria simbólica da presença da Santa Cruz do Marmelar na Batalha do Salado — e na *Conquista de Lisboa aos mouros em 1147* — também pode ser interpretada através da estaurologia⁸³⁷. A cruz é madeira transformada pela mão do homem: ela mescla o símbolo cristão da árvore (árvore/lenho/madeiro). Na tradição bíblica pode significar tanto a vida e morte (Gn 2,16-17)⁸³⁸ quanto o conhecimento (Gn 3,22)⁸³⁹ e a cura (Ap, 22,1-2)⁸⁴⁰. A própria alegoria da cruz cristã anuncia a boa nova: enquanto na tradição judaica a dualidade cruz-árvore é um símbolo da maldição (Dt,21,22)⁸⁴¹, no Novo Testamento ela é o cerne da mensagem cristã

835 Na verdade, a bisavó de Afonso Pires Farinha teria sido Maria Anaia. Ver KRUS, Luis. *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*, p. 135.

836 ELIADE, Mircea. *Tratado de História das Religiões*, p. 355 e 368-369.

837 Parte da Teologia que trata da simbologia da cruz nas Sagradas Escrituras. Entrevista concedida no dia 06.06.97 pelo Pastor Fausto Aguiar de Vasconcelos, da Primeira Igreja Batista do Rio de Janeiro.

838 "Podes comer de todas as árvores do jardim. Mas da árvore do conhecimento do bem e do mal não comerás, porque no dia em que dela comeres terás que morrer." — *A Bíblia de Jerusalém*, p. 33-34.

839 "Depois disse Iahweh Deus: "Se o homem já é como um de nós, versado no bem e no mal, que agora ele não estenda a mão e colha também da árvore da vida, e coma e viva para sempre." — *A Bíblia de Jerusalém*, p. 36.

840 "No meio da praça, de um lado e do outro lado do rio, há árvores da vida que frutificam doze vezes, dando fruto a cada mês; e suas folhas servem para curar as nações." — *A Bíblia de Jerusalém*, p. 2328.

841 "Se um homem, culpado de um crime que merece a pena de morte, é morto e suspenso a uma árvore, seu cadáver não poderá permanecer na árvore à noite; tu o sepultarás no mesmo dia, pois o que foi suspenso é um maldito de Deus." — *A Bíblia de Jerusalém*, p. 304.

(1Cor,18,22)⁸⁴², e do poder de Deus (Gl,6,14)⁸⁴³ Lendas cristãs acreditavam que, do madeiro da árvore do conhecimento do Paraíso, foi construída a cruz de Cristo; no Gólgota, a cruz de Cristo teria sido erguida no cepo da árvore do conhecimento⁸⁴⁴.

Dentre os três significados para a cruz descritos acima, a presença da Cruz do Santo Lenho em campo de batalha (tanto em Lisboa quanto no Salado), foi redimensionada dentro da perspectiva cruzadística. Ela pode ser interpretada alegoricamente como instrumento de vida e morte, um elo com os desígnios de Deus: as forças guerreiras irradiadas a partir do Lenho no Salado possuem ligação direta com os freires encarregados de transportá-la.

A Ordem do Hospital, guardadora do Lenho, teve um papel preponderante na impregnação desta mentalidade mágica cruzada⁸⁴⁵. Na narrativa do cronista-refundidor é enfatizado o momento da entrada no campo de batalha da cruz do Marmelar, trazida por freires hospitalários:

*"Disse (Afonso IV) [a] dom Álvaro Gonçalvez de Pereira, prior da Ordem da cavalaria de Sam Jobam no reino de Portugal, que fizesse mostrar a Vera Cruz do Marmelar que lhi el mandara trager. E o prior dom Álvaro de Pereira mandou vestir uu crerigo de missa em vestimentas alvas, e a Vera Cruz em ua hasta grande, que a podessem veer de todas partes, e fez o crerigo cavalgar em uu muu muito alvo e trouxe a Vera Cruz ant'el rei..."*⁸⁴⁶

842 "Com efeito, a linguagem da cruz é loucura para aqueles que se perdem, mas para aqueles que se salvam, para nós, é poder de Deus." — *A Bíblia de Jerusalém*, p. 2148.

843 "Quanto a mim, não aconteça gloriar-me senão na cruz de nosso Senhor Jesus Cristo, por quem o mundo está crucificado para mim e eu para o mundo." — *A Bíblia de Jerusalém*, p. 2195.

844 "Assim, a cruz de Cristo tornou-se a nova árvore da vida (...) Illos primitivos cristãos chamam a cruz de Cristo de a mais frutífera árvore (Fortunato) ou lhe associam os apóstolos como seus doze ramos (Cipriano)." — HEINZ-MOHR, Gerd. *Dicionário dos símbolos — Imagens e sinais da arte cristã*, p. 35.

845 MATTEOSO, José (dir.). *História de Portugal — A Monarquia Feudal (1096-1480)*, p. 257.

A cruz do redentor venerada em Santa Cruz do Marmelar, era a “mais preciosa relíquia de todas”⁸⁴⁷, e estava sob a guarda dos hospitalários portugueses. Isso bem demonstra o grau de sacralidade que envolvia a Ordem e sua relação direta com a eficácia cristã na guerra contra os mouros. O ato narrado também sugere-nos uma crença na sacralidade mística das práticas religiosas que precediam o momento de uma batalha cruzada.

Assim como na analogia que fizemos entre a tomada de Jerusalém de 1099 e o cerco de Lisboa de 1147, em muitos aspectos esta passagem da narrativa do Salado também lembra um episódio passado na Primeira Cruzada, conhecido como Santa Lança — a mesma que tinham perfurado a costela de Cristo na cruz (“Chegando a Jesus e vendo-o já morto, eles não lhe quebraram as pernas, mas um dos soldados traspassou-lhe o lado com a lança e imediatamente saiu sangue e água (Jo, 19, 33, 34).”⁸⁴⁸ É interessante observar que esta passagem — origem da lenda do Santo Graal (José de Arimatéia teria colhido com o cálice da Última Ceia este sangue de Cristo) — só consta do Evangelho de João. Mateus, Marcos e Lucas não nos dizem nada a respeito do soldado e da lança. Este símbolo do sofrimento divino foi revelado em sonhos e visões por Santo André a um pobre camponês que acompanhava a expedição de nome Pedro Barthélemy.

Após um aviso premonitório — um meteoro que pareceu ter caído no campo turco — um fragmento da lança foi encontrado sob as lajes de uma Igreja em Antioquia, e incutiu nas hostes cruzadas um fervor inusitado para a luta⁸⁴⁹. A

846 MATTOSO, José (ed. crítica). *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, 21G15, 86-88, p. 244.

847 MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal — A Monarquia Feudal (1096-1480)*, p. 257.

848 *A Bíblia de Jerusalém*, p. 2037.

849 Este acontecimento é relatado pelo cronista Raimundo de Aguillers, que acreditou inteiramente em Pedro Barthélemy. *Historia Francorum qui ceperunt Jerusalem*. In: *Recueil des Historiens des Croisades*. Paris: Public. Académie des Inscriptions et Belles Lettres, 1841-1906, X, p. 253-255. *Apud*: RUNCIMAN, Steven. *Historia de las Cruzadas*, vol. I, p. 234.

veracidade das visões do camponês foi posta em dúvida mais tarde tanto por cruzados quanto pelo enviado papal, Ademar de Le Puy⁸⁵⁰. Mas o que nos interessa aqui é a eficácia da crença no momento de sua anunciação, plenamente realizada em meio aos guerreiros cruzados.

No Salado, a Cruz do Marmelar teve um efeito semelhante. Momentos antes da luta, Dom Álvaro Gonçalves portou-se como um autêntico líder cruzado, ao pedir pela fé em Cristo que seu povo fosse o vencedor daquela contenda maniqueísta:

*“Senhor, vedes aqui a Vera Cruz. Orade-a e poede em ela feuzza e pedide-lhi que aquel que prendeu morte e paixom em ela por vos salvar, qu’el (?) vos faça vencedor destes que som contra a sua fe. E nom dultedes que, pela sua vertude e por os boos fidalgos vossos naturaes que aqui teedes, haveades de vencer estas lides, e vós haveades de vencer primero”*⁸⁵¹

Este papel de exortação guerreira era função dos líderes hospitalários. Assim como D. Álvaro, outro hospitalário, frei Guérin, eleito de Senlis, mais de cem anos antes esteve em outra batalha, a de Bouvines (1214), com esta mesma função. Segundo o cronista então presente, Guilherme, o Bretão, o frade professo do Hospital, além de “homem sábio e maravilhoso na previsão das coisas futuras”, estava no campo de guerra “...armado, não para combater, mas para admoestar e exortar os barões e os outros cavaleiros em prol da honra de Deus, do rei e do reino, e da defesa de sua própria integridade.”⁸⁵²

850 “Es notable que incluso en la época que los milagros se consideraban posibles en todas partes, Ademaro se percatasse claramente de que Pedro era un charlatán; y, como demostraría la continuación, esta desconfianza era compartida por muchos más. Pero no se divulgó aún. El hallazgo de la reliquia había animado tanto a los cristianos, incluyendo también a los griegos y los armenios, que nadie quería anular su efecto.” — RUNCIMAN, Steven. *Historia de las Cruzadas*, vol. I, p. 234.

851 MATIOSO, José (ed. crítica). *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, 21G15, 89-90, p. 244.

852 GUILHERME, o Bretão. *Gesta Philippi Augusti, Philippides*. Apud.: DUBY, Georges. *O Domingo de Bouvines — 27 de julho de 1214*, p. 60.

Também no Salado, D. Álvaro predissera a vitória graças à santa cruz. Sua entrada no campo de batalha trouxe as energias guerreiras necessárias ao triunfo cristão⁸⁵³. O discurso do prior hospitalário renovou as forças dos cruzados portugueses:

“El rei e aqueles que com ele estavam foram mui ledos e esforçados destas palavras do priol dom Álvaro, e dixerom: <<Assi o compra Jesus Christo.>> E fizeram sua oraçom a Vera Cruz muito homil-dosamente (...) Os Portugueses andavam per a lide ferindo e derribando, e diziam uus contra os outros: <<Senhores, este é o nosso dia, em que havemos d'escrarecer, e este é o dia da salvaçom de nossas molhe-res e filhos e daqueles que de nós decenderem. E este é o dia em que havemos semelhar nossos avoos, que ganharam a Espanha. Este é o dia da salvaçom das nossas almas; nom se perca hoje per nossa fraqueza. Feiramo-los de toda crueldade>>. (os grifos são meus)”⁸⁵⁴

Sempre relacionando o presente com o passado glorioso da Reconquista, o cronista-refundidor atribui à Santa Cruz a divindade guerreira carismática da cavalaria cristã. Como relíquia cristológica, ela mediatizava os guerreiros eleitos para este combate final⁸⁵⁵. São descritos vários momentos do combate (“Ali se renovou a lide mui doorida de crueza e de sanha.”⁸⁵⁶), quando então os cristãos passam por dificuldades.

É elaborada uma dicotomia narrativa opondo o silêncio dos cristãos (“As vozes deles eram baixas e tam mudadas que se nom entendiam uus a outros...”) ao turbilhão sonoro das hostes muçulmanas:

853 KRUS, Luis. *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*, p. 136.

854 MATTOSO, José (ed. crítica). *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, 21G15, 91-92, p. 244 e 103-108, p. 245.

855 KRUS, Luis. *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*, p. 136.

856 MATTOSO, José (ed. crítica). *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, 21G15, 113, p. 251.

“E os gritos deles e das trombas e anafiis e d’altântaros e atavaques e gaitas assi reteniam que parecia que as montanhas se arreigavam de todas partes. Esta hora foi aos cristãos d’escoridõe, d’amar-gura, de gemidos. E diziam contra Jesu Cristo: <<Sen-nhor, porque entraste no ventre da Virgem Maria e naciste dela, e foi virgem ante parto e depois parto?”⁸⁵⁷

Como vimos, a utilização de sons escatológicos em campo de batalha era uma característica do modo muçulmano de se fazer a guerra, introduzida na Península com a invasão almorávida. Esta dicotomia silêncio $\times$ som, uma das formas clássicas de oposição de um mesmo tema⁸⁵⁸, é desenvolvida pelo cronista-refundidor como uma espécie de prólogo-tensão ao clímax da narrativa, que se dá no segundo momento do aparecimento da Santa Cruz na batalha, novamente com a função de renovar as forças dos cristãos, que se encontravam em desespero.

Podemos afirmar que a Santa Cruz do Marmelar é o ponto de convergência entre o Salado — momento crucial da Reconquista para os portugueses — e a Terra Santa — espaço simbólico de “comunicação entre o celeste e o terrestre”⁸⁵⁹. O espaço físico do Salado torna-se sagrado, com um valor existencial de referência cristã: é o ponto fixo, centro do mundo⁸⁶⁰.

Quando um cavaleiro, presumivelmente hospitalário, chegou ao campo de batalha com seus três criados “bem armados” e a Cruz do Santo Lenho, posta numa grande haste para que todos a vissem, as milícias estiveram em comunhão divina: a graça de Deus “era com eles” Naquele momento, os cristãos sentiram-se

857 MATTOSO, José (ed. crítica). *Opus cit.*, 21G15, 129-131, p. 251.

858 CHEVALIER, Jean e GIEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos*, p. 275.

859 KRUS, Luis. *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*, p. 136.

860 “A descoberta do ‘ponto fixo’, o ‘centro’, equivale à orientação na homogeneidade caótica.” — ROSENDAILL, Zeny. *Espaço & Religião — uma abordagem geográfica*, p. 31.

“...valentes e esforçados come em começo da lide, e disserom a grandes vozes: ‘Senhor Jesu Christo, louvado é o teu nome, ca assi praz a ti. Senhor piedoso, que acorres a quem te praz, mantem-nos em estas forças que nos deste, ca hoje o teu nome seera espargudo e nomeado antre todas as gentes do mundo.’”⁸⁶¹

A presença da cruz insuflou o ardor belicista nos cristãos. Naquele momento, viram suas forças crescerem e “...mudou-se a aventura, que estava de choro [e de lagrimas e de gram lastima] e amargura a toda a cristaidade, e tornô-se em toda [ledice] (?) e em todo goivo. Os cristãos seguirom a Vera Cruz per u ia.”⁸⁶²

Os exércitos cristãos, “cobertos da graça da Vera Cruz”, viram suas forças físicas se renovarem. As espadas, antes “muito alvas”, cobriram-se de sangue que escorria pelas lorigas até os cotovelos, “pelos mui grandes golpes que se ali faziam”⁸⁶³.

Mas a cruz do Marmelar não saiu de cena após a vitória cristã. O mouro Alcarac, ao explicar a derrota ao sultão Almo-facem, afirmou que tinha visto coisas estranhas acontecerem durante a batalha: “Senhor si, porque eu vi cousas estranhas e tam maravilhosas que por homees nom se poderia pensar.”⁸⁶⁴ Alcarac ressalta o “valor e a honra” da cavalaria portuguesa, mas credita seu sucesso a fatos mágicos ocorridos no campo de batalha.

Segundo o cronista-refundidor, o mouro afirmou que os portugueses se metamorfosearam em gigantes e seus cavalos eram maiores que camelos. Mais: um cavaleiro luso, “antressinado de sobressinais vermelhos el e o cavalo [de sobressinaels de prata”, penetrou nas hostes muçulmanas

861 MAITOSO, José (ed. crítica). *Livro de Linbagens do Conde D. Pedro*, 21G15, 157-159, p. 251.

862 MAITOSO, José (ed. crítica). *Op. cit.*, 21G15, 160, p. 251.

863 MAITOSO, José (ed. crítica). *Op. cit.*, 21G15, 167-170, p. 251.

864 MAITOSO, José (ed. crítica). *Op. cit.*, 21G15, 227, p. 252.

carregando uma cruz que brilhava como o sol e lançava raios de fogo⁸⁶⁵.

Este foi um momento de grande dor para os muçulmanos. Os portugueses vieram com todo ímpeto, seguindo o cavaleiro com a cruz do Marmelar. Graças à santa cruz, os cavaleiros portugueses estavam agora rápidos e certos nos golpes. O mouro Alcarac, vendo que o sultão Almofacem não acreditava em suas palavras ("Alcarac, nom posso creer taes cousas como me dizes, ca som contra natura..."), ainda afirmou que o cavaleiro com a "grande haste" trouxe a derrota para o árabes. E asseverou:

*"Respondeu Alcarac: <<Senhor, **nom dovides na verdade**. E ainda mais, sabede que, **como aquel cavaleiro pareceu com aquela grande haste en'o cabeço que estava acima donde lidavades a vista dos vossos, que logo a essa hora foram vencidos** (...) E se dovidades desto, pergunta[d']lestes cavaleiros muitos que aqui estão, que passaram todo>>. E os cavaleiros disseram que aquela era a verdade (os grifos são meus)." ⁸⁶⁶*

Consideramos estas manifestações físicas resultantes da aparição da Santa Cruz em campo de batalha contidas na narrativa do cronista-refundidor uma **hierofania** — algo de sagrado que se revela, algo de misterioso ligado à realidade que não pertence a este mundo⁸⁶⁷

O cronista-refundidor, aceitando a hierofania do acontecimento, exprimiu-se através de um sentimento religioso de caráter não-venerativo, mas de adoração do sagrado como um momento de distinção do cotidiano⁸⁶⁸. A Cruz do Santo Lenho se lhe revelou uma realidade sobrenatural, represen-

865 MATTOSO, José (ed. crítica). *Op. cit.*, 21G15, 244, p. 253.

866 MATTOSO, José (ed. crítica). *Op. cit.*, 21G15, 257-263, p. 253.

867 ROSENDAIL, Zeny. *Espaço & Religião — uma abordagem geográfica*, p. 27.

868 *Id. Ibid.*

tando algo que simbolicamente está contido dentro de um espaço sagrado peninsular e cruzado⁸⁶⁹.

Além da hierofania, o que mais tornou esta força miraculosa vitoriosa frente ao Islã? A combinação Santa Cruz-Ordem do Hospital. Sem esta conexão mental de cunho apologético-cavaleiresco e messiânico criada pelo cronista-refundidor, as forças cristãs não seriam vencedoras. Trata-se de uma concepção providencialista das milícias peninsulares⁸⁷⁰, da qual as ordens militares foram seu expoente bélico maior.

Através da pena do cronista-refundidor, a presença dos hospitalários na batalha, além de conferir ao Salado o *status* ideológico de cruzada — desde 1312 a Ordem do Hospital era a única ordem hierosolimitana na Península —, criou uma estreita sintonia ideológica entre os hospitalários portugueses e a nobreza peninsular hispânica.

Neste sentido, o título XXI do *Livro de Linhagens*, além de um documento de ideologia social, é também um manifesto programático⁸⁷¹, que se utilizou da Ordem do Hospital como um instrumento político de coesão social nobiliárquica.

D. Álvaro e seus hospitalários representaram a Igreja em armas. Eles deram à Reconquista o tom impiedoso da guerra *à outrance* que marcou os cavaleiros cruzados até em seus momentos finais. O apoio da Igreja através das ordens militares deu um poderoso impulso à libertação da Península do Islã. A guerra santa também foi ali, nas “Espanhas”

VIII. 5. *Análise semântica da narrativa da Batalha do Salado*

Como no caso da *Conquista de Lisboa aos mouros em 1147*, a narrativa da Batalha do Salado contida no título XXI

869 “...espaço sagrado, consagrado por uma hierofania (...) geografia mítica sagrada, a única espécie efetivamente real, em oposição à geografia profana...” — ELIADE, Mircea. *Imagens e Símbolos. Ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso*. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p. 35.

870 KRUS, Luis. *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*, p. 137.

871 KRUS, Luis. *Op. cit.*, p. 140.

do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* reporta aos ideais peninsulares de cavalaria, também sendo uma simbolização escrita de um acontecimento paradigmático. Seguindo a mesma metodologia utilizada na crônica da *conquista de Lisboa*, o quadro seguinte é também um inventário das palavras segundo sua quantificação no texto da batalha do Salado.

Palavras mais citadas no texto

Cavaleiros (cristãos ou muçulmanos)	33
Cristãos	20
Mouros	20
Alcarac	19
Maomé (ou “Deus árabe”)	14
Portugueses	12
Ali Albofacem (ou Almafadem)	12
Cavalaria	10
Álvaro Gonçalves Pereira	08
Jesus Cristo	07
Deus (cristão)	07
Castelhanos	05
Cristandade	03
Cavaleiros hospitalários	03
Aboemar, rei de Túnis	03
Afonso IV	03
Reis cristãos	03
Alárabes	03
Alcorão	02
Turcos	02
Infante Bayzane	02
Infante Aboanem	02
Cecio	02
Rei Rodrigo	01
Infante Abomelique	01
Infante Nazar	01
Almançor	01
Anza, senhor dos alávares	01
Afonso I de Portugal	01
Espanhóis	01

Franceses	01
Alemães	01
Ingleses	01
Rei de Castela	01
Rei de Portugal	01
Andaluzes	01
Arqueiros	01
Ginetes	01
Sírios	01
Virgem Maria	01

A partir desta breve quantificação, num processo de categorização, fizemos algumas classificações valorativas sobre a mensagem do cronista-refundidor (emissor do texto) que reforçam as teses desenvolvidas até aqui.

A palavra mais vezes citada, cavalaria, indica que a primeira intenção do cronista-refundidor era o enaltecimento da instituição da cavalaria, fosse ela cristã ou muçulmana — a palavra possui o mesmo número de citações tanto no contexto cristão quanto no muçulmano (ver quadro seguinte). O cronista-refundidor possui a mesma concepção de sociedade cavaleiresca perfeita de Ramón Llull na obra que analisamos. A cavalaria deveria guiar os bons-homens. Sem este referencial social, o universo estabelecido, tal qual o cronista-refundidor o entendia, não teria significado.

Qual a relação feita no texto entre Deus e a cavalaria (um dos exemplos mais característicos dos textos cruzadísticos)? A cristandade possui a dádiva de possuir as graças divinas: o campo de batalha exprime Seus desígnios. A vitória cristã é explicada através desta associação perfeita: sua materialização se dá através da presença da Ordem do Hospital e a guarda da relíquia do Santo Lenho, trazida no momento crucial do combate. Na concepção do cronista-refundidor, Deus não abandona Sua cavalaria, Maomé sim. Esta dor é exprimida na lamentação do rei Albofacem após a derrota: “Senhor, porque desamparaste o meu senhorio, que

era têmedo (?) e guardado (...) Senhõr, porque desamperaste a mea boa ventura, que sempre por ti houve em todalas lides que fiz? E porque desemperast[el] meus filhos (...) e mea nobre cavaleria...⁸⁷²

Nesta passagem, o cronista-refundidor nos mostra o desamparo dos muçulmanos. Maomé os abandonou. A cavalaria cristã vence porque Deus não a abandona. Por esse motivo, a sociedade cavaleiresca perfeita se cristaliza no Salado: através da vitória sobre os muçulmanos e na união Santo Lenho-Ordem do Hospital.

A dicotomia cristão—muçulmano está em claro destaque. O mesmo número de vezes que as duas palavras são citadas indica a disposição do enunciador de tornar claro o embate das duas concepções religiosas, cada uma em busca de uma supremacia. Esta dualidade cristão—muçulmano expressa pelo cronista-refundidor no texto pode dar-nos uma abertura para um novo agrupamento de palavras dentro do processo de categorização:

**Palavras relativas
ao mundo cristão**

**Palavras relativas
ao Islã**

Cristãos	20	Mouros	20
Cavalaria	33	Cavalaria	33
Portugueses	12	Alcarac	19
Álvaro Gonçalves Pereira ...	08	Maomé	14
Deus (cristão)	07	Ali Albofacem (ou Almafacem)	12
Jesus Cristo	07	Aboemar, rei de Túnis	03
Castelhanos	05	Alárabes	03
Cristandade	03	Alcorão	02
Cavaleiros hospitalários	03	Turcos	02
Afonso IV	03	Infante Bayzane	02
Reis cristãos	03	Infante Aboanem	02
Rei Rodrigo	01	Cecio	02

872 MATTEOSO, José (ed. crítica). *Livro de Linbagens do Conde D. Pedro*, 21G15, 270-272, p. 254.

Afonso I de Portugal	01	Infante Abomelique	01
Espanhóis	01	Infante Nazar	01
Franceses	01	Almançor	01
Alemães	01	Anza, senhor dos alávares.	01
Inglese	01	Sírios	01
Rei de Castela	01	Ginetes	01
Virgem Maria	01	—	
Rei de Portugal	01	—	
Arqueiros	01	—	
Total 114 vezes		Total 120 vezes	

Embora o cronista-refundidor seja cristão — e provavelmente membro da Ordem do Hospital, como vimos — o maior número de palavras citadas são, como mostra o quadro, relativas ao mundo muçulmano. Nobres (reis e príncipes) ou mesmo as divindades (Deus ou Maomé) são mais citadas do que personagens cristãos, além de diálogos inteiros entre personagens muçulmanos onde os cristãos não tomam parte ativa, sendo utilizados como motivo do discurso.

Assim, o texto aponta para o seu oposto. Ao abrir um espaço tão significativo para o “outro lado” do combate, o cronista-refundidor utiliza uma técnica chamada de **euforização** — admiração e enaltecimento do inimigo para que a vitória cristã seja ainda mais ressaltada. Isto fica claro no número de reis e príncipes muçulmanos citados (11), em oposição ao número de cristãos (04), ou nas citações de Deus (07) e Maomé (14). Neste último item, a soma das citações de Deus (07) e Jesus Cristo (07) se iguala às citações de Maomé (14).

O texto possui um padrão binário de pensamento; sua narrativa tem como preocupação básica o equilíbrio entre os dois mundos, com um eixo de oposição de forças proporcionais. Apesar de euforizar o universo muçulmano, o cronista-refundidor não perde a perspectiva da dicotomização do mundo conhecido, entre as forças cristãs e muçulmanas. Em contrapartida, o destaque dado ao universo político de *al-*

Andaluz, esta clara predileção pelos personagens muçulmanos faz com que se possa fazer uma esquematização ideológica desta oposição⁸⁷³, como fizemos no segundo quadro quantitativo.

E como se inserem estes personagens na narrativa? Num estilo elegante e erudito (alatinado), o cronista-refundidor constrói um discurso dramatizado com passagens oratórias⁸⁷⁴. Valendo-se de períodos longos, com construções enfáticas, o autor ressalta a importância dos ideais cavaleirescos através das ações dos combatentes cruzados de ambos os lados na frequência bastante regular de adjetivos (“mouros mui esforçados e feridores”) e substantivos abstratos (honra, fiuza [fé], pecado, fraqueza, coragem [coração], crueldade, amor, bondade [“O priol do Hospital sempre deu muitos bons conselhos”])).

Seus personagens são tipos idealizados, num estilo panegírico imediatamente predecessor das biografias dos séculos seguintes. A narrativa da batalha possui pelo menos um fio condutor (o prior do Hospital D. Álvaro Gonçalves Pereira), um clímax (a vitória no Salado) e um desénlace (a morte de D. Álvaro). Este personagem monástico-cavaleiresco serve de ponto referencial para as várias seqüências narrativas que fazem parte do restante do título XXI do *Livro de Linhagens*.

Podemos supor que este novo modelo de narrativa criado pelo cronista-refundidor no *Livro de Linhagens* pode ter influenciado os cronistas portugueses do século seguinte. Os especialistas acreditam encontrar em Zurara o mesmo espírito literário do cronista-refundidor: a exaltação dos valores senhoriais, da cavalaria, a mesma concepção de história-biografia⁸⁷⁵.

873 SARAIVA, António José. “O autor da narrativa da batalha do Salado e a Refundição do Livro do Conde D. Pedro”, p. 02.

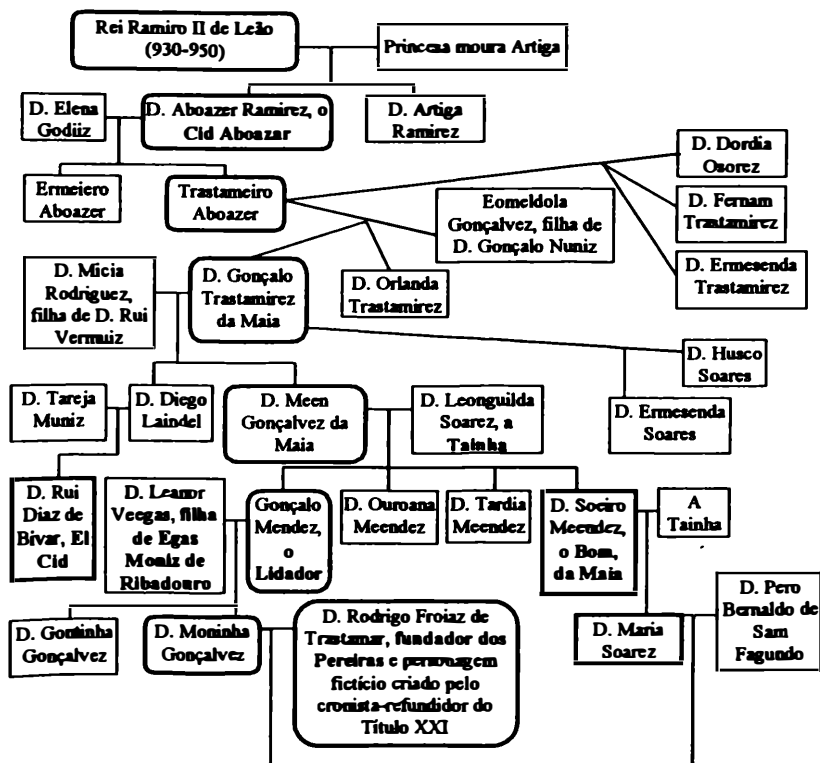
874 SARAIVA, António José. *Op. cit.*, p. 06.

875 “Se entre nossos cronistas quiseremos encontrar um com o espírito semelhante ao do historiador do Prior D. Álvaro, não é Fernão Lopes, mas sim Zurara quem devemos escolher (...) **Zurara é portanto o continuador de uma historiografia senhorial**

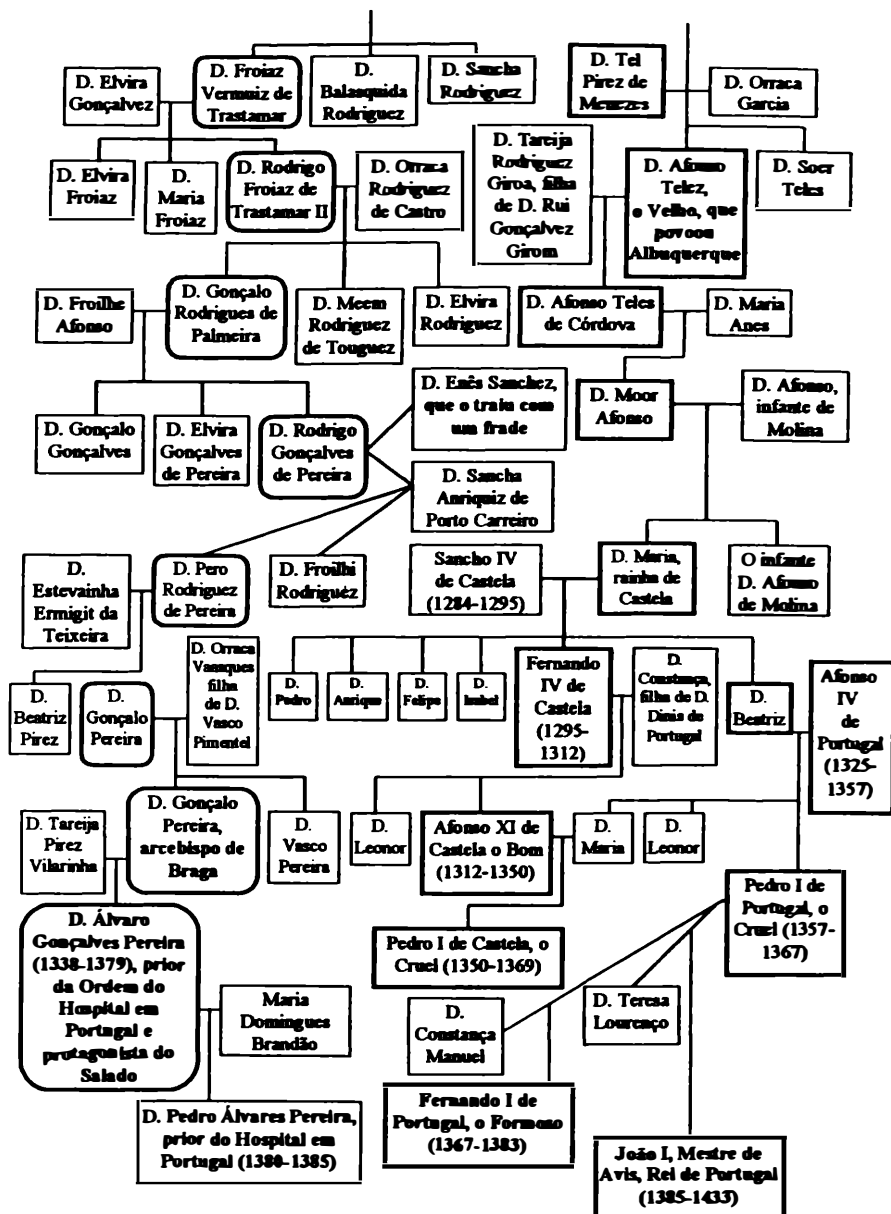
Adotando esta mesma linha interpretativa, trataremos no capítulo seguinte das passagens do título XXI do *Livro de Linhagens* que antecedem a descrição da Batalha do Salado, com o objetivo de asseverar as nuances desta associação criada pelo cronista-refundidor: Ordem do Hospital — Linhagem dos Pereiras — Cruz do Santo Lenho do Marmelar. Estas ligações idealizadas possivelmente criaram um novo gênero literário português, a narrativa linhagística panegírica e maravilhosa do guerreiro-cruzado perfeito (D. Álvaro), inaugurando no *Livro de Linhagens* um novo modelo literário através da pena do cronista-refundidor.

cont. **Já brilhante antes de Fernão Lopes.** E não deixa de ser uma coincidência intrigante o fato de que um dos principais monumentos dessa historiografia senhorial e biográfica, entre o narrador do Salado e Zurara, é precisamente a *Cronica do Condestabre Nuno Álvares Pereira*, que é o filho mais notável do nosso Prior D. Álvaro, do Salado, e um dos raros sobreviventes do naufrágio em que pereceu a nobreza dos Livros de Linhagens (o grifo é meu)." — SARAIVA, António José. *Op. cit.*, p. 16.

Árvore genealógica da linhagem dos Pereiras em Portugal — extraída do Título XXI do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*⁸⁷⁶



876 Algumas seqüências colaterais da genealogia dos Pereiras não foram incluídas. Por exemplo, os descendentes do casamento de D. Elvira Froiaz, irmã de D. Rodrigo Froiaz de Trastamar II. Em contrapartida, a segunda ramificação, a partir dos descendentes de Sociro Meendez, o Bom, da Maia, foram acrescentadas, não constando do título XXI do *Livro de Linhagens*. Por fim, não incluímos os trinta e dois filhos do prior D. Álvaro Gonçalves Pereira, citando apenas seu primogênito D. Pedro, também prior do Hospital e mestre da ordem de Calatrava em Castela (1384), morto na batalha de Aljubarrota (1385).



O SEGUNDO PROTAGONISTA DO SALADO EM CENA: O PRIOR DO HOSPITAL D. ÁLVARO GONÇALVES PEREIRA

IX. 1. *A genealogia maravilhosa do prior*⁸⁷⁷

Para perscrutar o sentido prodigioso das linhas que decorrem sobre a batalha do Salado, é necessário que se faça um levantamento pormenorizado da genealogia fantástica contida no título XXI, motivo principal da narrativa de nosso cronista-refundidor⁸⁷⁸. Nela encontramos vestígios de sua mentalidade aristocrática e cavaleiresco-cruzada, sua visão de mundo e de sociedade, seu modo de compreender a realidade que o cercava, enfim, sua ideologia.

Em sua visão de mundo hierarquizada e providencialística, a família dos Pereiras teve papel crucial no desenrolar da luta contra os muçulmanos. Seu ponto físico de fixação como centro irradiador da mentalidade cruzada no Salado é a figura do prior do Hospital D. Álvaro Gonçalves. Ele encarnou o ideal cruzadístico em sua pessoa e na instituição que representou.

877 Este capítulo deve ser lido tendo como fio condutor da narrativa a árvore genealógica construída nas páginas anteriores.

878 Teremos como base metodológica a **contextualização histórica dos conteúdos e a descrição analítica de análise dos significados**: "A descrição analítica funciona segundo procedimentos sistemáticos e objetivos de **descrição do conteúdo das mensagens** (o grifo é meu)." — BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*, p. 34.

Esta íntima ligação entre os Pereiras e a Ordem do Hospital é a base ideológica da narrativa daquele combate escatológico decisivo. A vitória dos cristãos portugueses foi também a vitória da cruzada monástico-militar dos freires hospitalários.

Para este propósito salvacionista, a linhagem dos Pereiras deveria ter origens reais e uma história de luta e vitórias contra os mouros na Península. Com esse objetivo, o cronista-refundidor de 1380 — 1383 traçou sua genealogia⁸⁷⁹. É esta suposta ascendência real e guerreira que os Pereiras dos séculos XIII-XIV possuíam, em especial o prior do Hospital D. Álvaro Gonçalves, que nos interessa nesta montagem genealógica. Ela garantia ao prior uma aura maravilhosa e cruzadística ideal para sua consagração no Salado.

Para isso, no início do título XXI, o cronista-refundidor remontou a origem da linhagem dos Pereiras ao rei Ramiro II de Leão (930-950), que “cobrou a terra a Mouros, depois que foi perdida por rei Rodrigo”⁸⁸⁰. Efetivamente, Ramiro II tomou Madri (932), derrotou as tropas do primeiro califa omíada Abd al-Rahman III em Simancas (939), e, numa expedição a Talavera (950), fez sete mil cativos, obtendo imenso espólio⁸⁸¹.

Com efeito, a criação desta associação linhagística criou uma idéia mental de longa duração de guerra contra os mouros, mesmo a despeito da intensa paixão de Ramiro II por uma mouro, batizada com o nome cristão de Artiga, conforme descrição do título XXI⁸⁸² — este é um tema caro à

879 Para toda a discussão genealógica deste capítulo, ver a **Genealogia do título XXI do Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, preparada com este objetivo**. Esta montagem se baseia fundamentalmente no cronista-refundidor de 1380-1383, mas possui **alguns acréscimos meus**, principalmente na parte da linhagem que desemboca nas dinastias reais portuguesas e castelhanas do século XIV (ver árvore genealógica).

880 MAITTO, José (ed. crítica). *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, vol. II/1, 21A1, 4, p. 204.

881 RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da Península Ibérica*, p. 151.

882 MAITTO, José (ed. crítica). *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, vol. II/1, 21A1, 4, 21A, 132, p. 204-211.

tradição cavaleiresca, o feminino demoníaco, a mulher que alterna, em sua essência, o bem e o mal⁸⁸³.

Por que o cronista-refundidor perde tanto tempo com a história de amor entre o rei Ramiro e a moura Artiga? Possivelmente, esta qualidade da conquista amorosa completa o modelo ideal do rei-fundador. Este guerreiro, na visão do cronista-refundidor também um rei-cruzado, além de originar a linhagem perfeita dos Pereiras, não só guerreia em campos de batalha — e vence — mas também conquista o outro em sua totalidade. Isto inclui também o feminino. A mulher moura, endemoniada e corrompedora, é subjugada, seduzida e domesticada. Este é um dos aspectos do projeto civilizador guerreiro-cruzado: a permanente tensão entre pacificação e violência⁸⁸⁴. Assim, o outro é totalmente assimilado à cultura de Deus.

O esquema literário desta narrativa, folclórico e ibérico, se mescla com acontecimentos locais e a conjuntura histórica: a dicotomia cristão $\times$ mouro, a figura do rei Ramiro, guerreiro invencível e fundador da linhagem vitoriosa no Salado, a traição amorosa e a tentação feminina na figura da princesa islâmica. Trata-se de belo exemplo de texto narrativo, característico do novo modelo literário criado pelo cronista-refundidor, como veremos adiante. O autor deve ter conhecido esta história através da cultura jogralesca: muito provavelmente os jograis ainda cantavam esta história no século XIII⁸⁸⁵, muito provavelmente também no século XIV.

A narrativa segue com o filho de Ramiro II com a moura Artiga, de nome dom Aboazer Ramirez, chamado de Cid Aboazar porque

*“...fez muitas lides com mouros, e tirou-os de
Sam Romão e de Crasto d'Alveoso e de Crasto de*

883 SARAIVA, António José. *A cultura em Portugal. Teoria e História*, p. 88.

884 ELIAS, Norbert. *Os Alemães. A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, p. 161.

885 SARAIVA, António José. *Op. cit.*, p. 112.

Gondomar e de Todea e de todo Antre Doiro e Minho e d'Aleem dos Montes, contra Bragança, e passou-os aalem Doiro a Lamego, a Sam Martinho de Mouros, e foi-os tirar de contra Coimbra."⁸⁸⁶

Portanto, nesta longuíssima construção histórica, o cronista-refundidor atribui ao segundo antepassado dos Pereiras, filho ilegítimo de um rei guerreiro-cristão com uma moura, uma grande ofensiva militar que fez recuar a linha divisória entre os dois mundos, aumentando a área reconquistada aos muçulmanos.

Logo a seguir, ele fez a primeira grande conexão ideológica entre duas idéias básicas para o ideal monástico-militar: guerra contra os mouros e religiosidade cristã, ambas fundamentais para a ideologia hospitalária e a vitória no Salado: este Cid Aboazar fundou, com sua esposa asturiana dona Elena Godiiz, um mosteiro, dedicado a São Nicolau (chamado no século XIV de Santo Tisso de Riba d'Ave) e guardado por três senhores, cavaleiros vassalos⁸⁸⁷. Assim, já a partir deste segundo personagem — segunda metade do século X — está montada toda a estrutura ideológica que torna os Pereiras e a Ordem do Hospital vitoriosos no Salado.

A narrativa prossegue com estes antepassados dos Pereiras. Para que os protagonistas portugueses do Salado sejam reconhecidos por seus pares quatrocentistas como detentores do carisma guerreiro vencedor, é necessário que esta conexão ideológica prossiga ao longo do tempo. O cronista segue então com os primogênitos de cada casamento até chegar à 5.^a geração desde Ramiro II.

Neste momento, a árvore genealógica faz uma grande divisão em duas grandes ramificações (ver quadro). De um lado, a primeira e mais importante, que tem como principal

886 MATTOSO, José (ed. crítica). *Livro de Linbagens do Conde D. Pedro*, vol. II/1, 21A1, 132-135, p. 211.

887 MATTOSO, José (ed. crítica). *Livro de Linbagens do Conde D. Pedro*, vol. II/1, 21A2, 1-4, p. 211.

personagem linhagístico D. Gonçalo Mendes, o Lidador (6.^a geração). Este tronco chegará até o prior D. Álvaro Gonçalves Pereira (15.^a geração).

De outro, a partir do irmão primogênito do Lidador, D. Soeiro Mendes, o Bom, da Maia, a linhagem formará reis ibéricos. Em Castela, Sancho IV (1284-1295), Fernando IV (1295-1312), Afonso IX, o Bom (1312-1369), Pedro I, o Cruel (1350-1369); em Portugal, através do casamento de D. Beatriz — portanto, numa linha genealógica matrilinear — com Afonso IV de Portugal, a linhagem gerará Pedro I, o Cruel (1357-1367), Fernando I, o Formoso (1367-1383) e João I de Avis (1385-1433)⁸⁸⁸. Nesta conexão, os filhos de Afonso IV de Portugal são parentes — distantes, é verdade — dos Pereiras. A ligação linhagística vitoriosa na cruzada do Salado é também detentora do sangue real peninsular.

Após tratar dos descendentes de D. Soeiro Mendes, o Bom, da Maia, num breve “desvio” de rota, o cronista-refundidor volta aonde tinha interrompido, para então contar a trajetória de Gonçalo Mendes, o Lidador, “...e das batalhas que houve.”⁸⁸⁹ Nesta passagem — a famosa morte do Lidador — são atribuídos ao personagem discursos de exortação à batalha, semelhantes ao discurso de Afonso IV no Salado: “Eneesto disse dom Gonçalo Meendez: ‘Senhores, estes Mouros veem com gram loucura, vaamo-los receeber.’”⁸⁹⁰

Além disso, o cronista-refundidor faz uma clara associação cruzadística — a força da imagem de são Tiago durante a luta:

“Ali se espedaçavam capelinas e bacinetes, e talhavam escudos e esmalhavam fortes lorigas. E fe-

888 Nós completamos este segundo ramo (real) da linhagem, pois o cronista-refundidor não prossegue nele no título XXI. No entanto, como era do conhecimento dos nobres de então, acreditamos que esta ligação foi perfeitamente compreendida na época. Ver quadro *Genealogia do título XXI do Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*.

889 MATTOSO, José (ed. crítica). *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, vol. II/1, 21G6, 1, p. 219.

890 MATTOSO, José (ed. crítica). *Op. cit.*, vol. II/1, 21G6, 32, p. 221.

rirom-se de tam dura força e de tamanhos golpes, que os cristãos da Espanha e os Mouros que desto ouvirom falar, dos talhos das espadas que naquele lugar foram feitos, disserom que taes golpes nom podiam seer dados por homees (...) E disserom que Sam Tiago os fezera com as mão, pero a verdade foi esta: eles foram dados por os mui boos fidalgos com ajuda de Sam Tiago."⁸⁹¹

Acredita-se que as narrativas que o cronista-refundidor fez dos combates do Lidador contra os mouros contidas no título XXI foram baseadas num "núcleo épico primitivo" e enormemente ampliadas⁸⁹², logicamente para seu objetivo imediato, de exaltação do tronco linhagístico dos Pereiras. Com efeito, o personagem o Lidador é visto pela historiografia hoje como o paradigma da mitificação do cavaleiro nobre que se dedicou à guerra santa por ter sido rejeitado pelas estruturas familiares de parentesco⁸⁹³ — da mesma forma que os nobres secundogênitos portugueses, como vimos, entregues às ordens militares.

Após a morte do Lidador, "d'idade de noventa e cinco annos"⁸⁹⁴, a narrativa prossegue com o casamento da filha de D. Gonçalo Mendez, D. Moninha Gonçalves, com o fidalgo galego Rodrigo Froiaz (Forjaz) de Trastâmara (Trastamar), também um vencedor de lides contra os mouros⁸⁹⁵.

Aqui existem diferenças genealógicas entre os *Livros de Linhagens*. Segundo o *Livro do Deão* (como se sabe, escrito entre 1337 e 1340), D. Gonçalo Rodrigues de Palmeira era filho de D. Rodrigo Froiaz de Trastâmara:

"E esta dona Gontinha Gonçalves foi casada com dom Rodrigo Froiaz de Trastamar, e houve dela

891 MAITOSO, José (ed. crítica). *Op. cit.*, vol. II/1, 21G6, 38-43, p. 221-222.

892 MAITOSO, José. *Ricos-homens, Infâncias e Cavaleiros*, p. 102 e 165.

893 MATTOSO, José. *Op. cit.*, p. 85.

894 MATTOSO, José (ed. crítica). *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, vol. II/1, 21G6, 47, p. 222.

895 "E este dom Rodrigo Froiaz, em sendo mui moço, foi mui guerrero contra os Mouros, em tempo d'el rei dom Fernando..." — MATTOSO, José (ed. crítica). *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, vol. II/1, 21G7, 6, p. 224.

*dous filhos: dom Mem Rodrigues de Tougues e dom
Gonçalo Rodrigues da Palmeira (o grifo é meu)."*⁸⁹⁶

Esta genealogia do *Livro do Deão* é bastante diferente da genealogia traçada pelo cronista-refundidor no título XXI do *Livro de Linhagens* (escrito nos anos 1383 — 1385)⁸⁹⁷. Segundo este último, os pais de D. Gonçalo Rodrigues da Palmeira seriam D. Rodrigo Froiaz de Trastamar II (neto de seu homônimo) e D. Orraca Rodriguez de Castro⁸⁹⁸:

*"Este dom Rodrigo Froiaz de Trastamar (II) foi casado com dona Orraca Rodriguez de Crasto, irmã de dom Fernam Rodriguez de Crasto (...) e fez em ela dom Gonçalo Rodriguez de Palmeira e dom Meem Rodriguez de Tougues e dona Elvira Rodriguez (o grifo é meu)."*⁸⁹⁹

Este detalhe altera substancialmente a linha genealógica dos Pereiras. Para o cronista-refundidor, D. Gontinha Gonçalves é irmã de D. Moninha Gonçalves, esta sim, mulher de D. Rodrigo Froiaz de Trastamar (I). Neste traçado genealógico, bastante diferente do *Livro do Deão*, ambas seriam filhas de Gonçalo Mendes, o Lidador. De qualquer modo, D. Rodrigo Froiaz de Trastâmara — o primeiro — é um **personagem fictício** criado pelo cronista-refundidor. Ele baseou-se na figura de Rodrigo Gomes de Trava, último dos Trava, presen-

896 PIEL, Joseph e MATTOSO, José (ed. crítica). *Livros Velhos de Linhagens — Livro do Deão*, volume I, VII, A2, p. 125.

897 No caso do *Livro do Deão*, o autor não é identificado. Em contrapartida, seu objetivo imediato é recuperar um passado peninsular com origens na conquista de Toledo. Para isso, o deão alarga as linhagens nobres legítimas para além das cinco originais referidas no *Livro Velho* (escrito entre 1282 e 1290, por um monge associado à família Maia).

898 Irmã de D. Fernam Rodriguez de Castro, "Este dom Fernam Rodriguez houve virtude em quantas lides entrou, todas as venceu. El venceu o conde dom Henrique de Lara e matou-o, e prendeu o conde dom Nuno seu irmão duas vezes, e assi fez com quantos cristãos e mouros lidou." — MATTOSO, José (ed. crítica). *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, vol. II/1, 11C7, 34, p. 167.

899 MATTOSO, José (ed. crítica). *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, vol. II/1, 21G9, 109-113, p. 235.

te no cerco a Sevilha e morto no final da década de 50 do século XIII⁹⁰⁰.

Como Rodrigo Gomes era o último descendente direto dos antigos Trastâmara da Galiza condal e feudal do conde Monido, os Pereiras portugueses passavam a ser os únicos descendentes do tronco genealógico do conde galego ancestral⁹⁰¹. Assim, estas interpolações cronológicas, que são uma característica da refundição de 1383-1385, revalorizam os Pereiras como afirmadores linhagísticos e políticos de Portugal quatrocentista.

Também servindo de exemplo, em outra ocasião, o cronista-refundidor coloca Pêro Mendes de Azevedo como tio-avô de Rodrigo Froiaz de Trastâmara, num absurdo histórico com o objetivo de aproximar duas linhagens presentes no Salado, os Pereiras (na figura de D. Álvaro Gonçalves) e os Azevedos (Gonçalo Gomes de Azevedo, alferes de Afonso IV)⁹⁰².

Prosseguindo na genealogia maravilhosa do prior do Hospital, de Rodrigo Froiaz, o narrador chega a seu neto, D. Rodrigo Froiaz de Trastamar II (9.^a geração), que também “filhou muitos logares a Mouros”⁹⁰³, chegando a seguir ao seu filho, D. Gonçalo Rodrigues de Palmeira. Este esteve presente nas cortes de D. Henrique, D. Teresa (seu primeiro mordomo-mor) e de Afonso Henriques, de 1110 a 1154⁹⁰⁴. Foi senhor de Penafiel de Bastuço (1128) e Vermoim (1146) — nesta última onde situava-se o couto de Palmeira:

900 “Com efeito, o verdadeiro conde de Trastâmara presente no cerco de Sevilha foi Rodrigo Gomes de Trava (...) com ele, extinguiu-se o principal ramo genealógico, o dos Travas, do velho tronco familiar dos senhores de Trastâmara, a partir de então apenas representado pela linhagem dos de Pereira (o grifo é meu).” — KRUS, Luis. *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*, s/d, p. 223.

901 KRUS, Luis. “As Origens Lendárias dos Condes de Trastâmara”. In: HESPAÑHA, A. M. (dir.). *Penélope — Fazer e Desfazer a História*. Lisboa: Edições Cosmos, n.º 8, 1992, p. 48-49.

902 KRUS, Luis. *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*, p. 224.

903 MATTOSO, José (ed. crítica). *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, vol. II/1, 21G9, 2, p. 230.

904 MATTOSO, José. *Identificação de um país*, vol. I, p. 181.

“Este dom Gonçalo Rodriguez de Palmeira chamou-se de Palmeira porque era senhor do couto, que era naquel tempo grande, e gaanhou-o d’el rei dom Sancho de Portugal (Sancho II), que lho deu quando s’el veio de Castela a Portugal, por palavras que houve com dom Alvar Pirez de Crasto (os grifos são meus)...”⁹⁰⁵

Mais adiante, o cronista-refundidor se refere à lide de 1231 em Jerez. Ibn Hud, senhor de Córdoba e Jáen, tentou com seus exércitos revidar as inúmeras correrias efetuadas pelos cristãos na região, que saíram vitoriosos da batalha. Este acontecimento serve de motivo para que seja descrita uma discórdia sobre a repartição dos despojos entre os cristãos. D. Gonçalo Rodrigues acusa então D. Álvaro Pires de Castro de ter sido “fantasma nas lides, que levava a nomeada e nom fazia rem por o corpo.”⁹⁰⁶

A discussão teria terminado na morte de D. Fernam Goterrez por D. Gonçalo, que saíra em defesa de D. Álvaro⁹⁰⁷. Por este incidente, D. Gonçalo exilou-se para Portugal — talvez apoiando-se no conde Bermudo Peres de Trava, ligado efemeramente a D. Teresa e seu primo direto — quando então teria recebido o couto de Palmeira⁹⁰⁸.

Na verdade, mais uma vez o cronista-refundidor alterou os fatos, num “habitual desprezo pelo rigor cronológico”⁹⁰⁹. O couto de Palmeira foi doado à D. Gonçalo por Afonso Henriques antes de 1177; e o próprio *Livro de Linhagens*, na narrativa da linhagem dos Castro, ao contrário do título XXI,

905 MATTOSO, José (ed. crítica). *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, vol. II/1, 21G10, 1-3, p. 236.

906 MATTOSO, José (ed. crítica). *Opus. cit.*, vol. II/1, 21G10, 7-8, p. 236.

907 “...e Gonçalo Rodriguez deu-lhe com ua espada aaquele cavaleiro que o desmentio por cima do ombro, que o talhou até a cinta.” — MATTOSO, José (ed. crítica). *Opus. cit.*, vol. II/1, 21G10, 11, p. 236.

908 Para o relacionamento de D. Teresa e os Travas, ver MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal — A Monarquia Feudal (1096-1480)*, p. 48-49.

909 KRUS, Luis. *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*, p. 222.

enaltece a atuação de D. Álvaro Pires, embora também acentue sua obesidade⁹¹⁰.

Mas o que é importante ressaltar nesta narrativa é a introdução, parte do cronista-refundidor, da figura do novo vencedor, D. Gonçalo Rodrigues de Palmeira, “campeão da Cristandade contra os *reis mouros* da Andaluzia”⁹¹¹. Assim, na pena do cronista-refundidor, a construção histórica da uma gloriosa linhagem cruzadística prosseguia.

O couto de Palmeira situava-se às margens do rio Vizela, fazendo também fronteira com o rio Ave, próximo do mosteiro de Landim, “centro espiritual da linhagem”⁹¹². Ascendente da família dos Pereiras em Portugal⁹¹³, D. Gonçalo Rodrigues de Palmeira, segundo o *Livro do Deão*, casou-se com Froilhe Afonso,

“...filha d'el conde dom Afonso, irmão d'el conde dom Nuno de Cela Nova, e irmão de Sam Raseundo, que jaz em Cela Nova. E este dom Gonçalo Rodrigues de Palmeira fez em esta dona Froilhe Afonso um filho e uma filha: O filho houve nome dom **Rodrigo Gonçalves da Palmeira** e a filha houve nome dona Elvira [Gonçalves] da Palmeira (o grifo é meu).”⁹¹⁴

910 “Este dom Alvar Pirez foi mui booo fidalgo e muito honrado, e lidou muitas vezes com os Mouros, e houve contra eles mui boas aventuras (...) E os Mouros eram bem XV mil de cavalo, e os de pee nom haviam conto, e os cristãos nom chegavam a mil de cavalo e os de pee nom chegavam a dous mil e quinhentos. E com esforço deste dom Alvar Pirez de Castro, que ia na dianteira, houverom a lidar com eles e a vence-los. Este dom Alvar Pirez era tam grande e tam gordo, que nom pode teer cem aquela lide senom ua falifa delgada e ua vara na mão; mas tantos exempros boos deu aos seus e tamanho esforço disse, que lhes fez cobrar os corações, por que houverom a seer os Mouros vencidos (os grifos são meus).” — MATTOSO, José (ed. crítica). *Livro de Linbagens do Conde D. Pedro*, vol. II/1, 11C9, 2-9, p. 168-169.

911 KRUS, Luis. *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*, p. 222.

912 MATTOSO, José. *Identificação de um país*, vol. I, p. 181.

913 Pessoa de quem se descende; ancestre. MATTOSO, José. *Ricos-homens, Infanções e Cavaleiros*, p. 119.

914 PIEL, Joseph e MATTOSO, José (ed. crítica). *Livros Velhos de Linbagens — Livro do Deão*, VII, B3, p. 126.

Aqui, tanto o *Livro do Deão* quanto o cronista-refundidor do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* não indicam o segundo casamento de D. Gonçalo Rodrigues, com D. Urraca Viegas, filha de Egas Moniz⁹¹⁵. De qualquer modo, a narrativa prossegue com Rodrigo Gonçalves Pereira, que foi traído no castelo de Lanhoso pela esposa com um frade do convento do Boiro. D. Rodrigo vingou-se, queimando os dois amantes, homens, mulheres, cães, gatos e galinhas do castelo⁹¹⁶.

O cronista-refundidor chega a D. Gonçalo Pereira, neto de D. Rodrigo, que distribuiu sessenta e quatro cavalos pelos seus vassallos fidalgos⁹¹⁷. Esta qualidade — *grãdeza* (palavra derivada de *grado*) — é um perfeito atributo cavaleiresco e linhagístico⁹¹⁸. Como a ligação de sangue, a lealdade ao senhor, a fraternidade de armas, a generosidade era uma forma de medir a importância do senhor: com esse gesto, D. Gonçalo obteve sessenta e quatro dependentes, ligados a ele por laços de lealdade e amizade.

Além disso, o verdadeiro cavaleiro tinha o dever de nada reter em suas mãos. Desta *grãdeza* (a *largueza* franca) o cavaleiro hauria as forças que o distinguiam e o essencial de seu poder, realização completa do gentil-homem⁹¹⁹. Ao atribuir esta terceira qualidade cavaleiresca a um antepassado do prior do Hospital D. Álvaro, o cronista-refundidor qualificava a linhagem dos Pereiras como uma verdadeira estirpe cavaleiresca⁹²⁰.

915 "Foi D. Gonçalo casado duas vezes, no que são unânimes todos os genealogistas; a ordem destes casamentos, e do nascimento dos filhos deles havidos, é que constitui matéria controversa (...) Terá pois D. Gonçalo Rodrigues da Palmeira casado em primeiras núpcias com D. Froilhe Afonso, filha do Conde D. Afonso de Celanova, e, em segundas, com D. Urraca Viegas, filha de Egas Moniz, o célebre aio do nosso primeiro Rei." — LANCASTRE E TAVORA, D. Luiz Gonzaga de. *Pereiras Titulares e Titulares Pereiras*. Lisboa: Edição da S. A. A., 1971, p. 22.

916 MATTOSO, José (ed. crítica). *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, vol. II/1, 211G11, 6-8, p. 237.

917 MATTOSO, José (ed. crítica). *Op. cit.*, vol. II/1, 21G13, 1-3, p. 237.

918 Nos textos dos séculos seguintes, o conceito de *grãdeza* foi substituído pelo de *liberalidade*. Ver SARAIVA, António José. *A cultura em Portugal. Teoria e História*, p. 87.

919 DUBY, Georges. *Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo*, p. 120.

De D. Gonçalo Pereira, o cronista-refundidor chega ao seu filho, o arcebispo de Braga D. Gonçalo Pereira. Neste momento, os Pereiras já desfrutavam de importantes posições de chefia na Ordem do Hospital, tanto em Portugal quanto em Castela.

O tio paterno de D. Gonçalo Pereira (e homônimo do pai), D. Gonçalo Pires Pereira havia sido comendador-mor da Ordem do Hospital na Península nos anos 1269-1291; seu tio materno, Estêvão Vasques Pimentel, prior nos anos 1307-1336⁹²¹. Ambos foram executores dos dois últimos testamentos feitos por D. Dinis durante a guerra civil contra seu filho, o infante D. Afonso, futuro Afonso IV. Este é um indicativo de o quanto a Ordem do Hospital se encontrava próxima à casa de Borgonha e, conseqüentemente, no centro das grandes decisões político-administrativas do reino.

Historicamente, em sua carreira eclesiástica, o arcebispo D. Gonçalo Pereira teve o apoio do arcebispo de Bracara, D. Martinho Pires de Oliveira (1295-1313), homem de confiança de D. Dinis. Ascendeu a deão do cabido portuense em 1296⁹²², completando sua formação na universidade de Salamanca, entre 1214 e 1221 — como vários clérigos portugueses dos séculos XIII e XIV:

"Este dom Gonçalo Pereira, arcebispo, sendo escolar mui novo, sem ordees, e estando no estudo de Salamanca, filhou i ua dona que chamavam dona Tareja Pires Vilarinha, filha de dom Pero Gonçalvez Vilarinho, e fez em ela uu filbo que chamaram dom lvoro Gonçalvez de Pereira, e foi

920 As três qualidades ideais do cavaleiro eram: fidelidade, valerosidade e largueza. "Talvez aqui eu devesse enunciar um quarto preceito: com igual temeridade, conquistar o amor das damas (...) Mas as mulheres têm parte ínfima no relato que me d tais informações: por isso não me detenho na cortesia." — DUBY, Georges. *Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo*, *Ibid*.

921 KRUS, Luis. *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*, p. 98. Ambos não constam da genealogia maravilhosa do cronista-refundidor.

922 **Cabido**: corporação dos cnegas de uma catedral.

metido na ordem do Espirital muito moço (os grifos são meus). ”⁹²³

Embora fosse bastante comum para os clérigos do período terem filhos e contraírem matrimônio — mesmo contra as regras de celibato vigentes há muito —, esta informação do cronista-refundidor novamente não corresponde à realidade. Quando de sua estada em Salamanca, D. Gonçalo já tinha recebido a ordenação sacerdotal⁹²⁴, mas não chegou a se casar com D. Teresa Peres Vilarinha⁹²⁵.

De qualquer modo, o eclesiástico foi integrante do grupo de clérigos do rei; como embaixador português, D. Gonçalo encontrava-se em Avinhão (1321) com o objetivo de negociar a transferência dos bispos de Lisboa e Porto (que haviam apoiado o infante D. Afonso contra D. Dinis) para sedes episcopais estrangeiras, obtendo sucesso. Foi nomeado bispo de Lisboa e, a partir daí, trabalhou como executor da política de centralização régia movida por D. Dinis.

Durante a guerra civil de 1319-1324, interveio como pacificador junto com a rainha D. Isabel⁹²⁶. Como vimos anteriormente, este papel de intermediador dos conflitos nobiliárquicos é uma função primordial dos Pereiras e da Ordem do Hospital em Portugal:

“Este arcebispo foi o que pôs trevoas antre este infante dom Afonso o quarto, que entom era rei, e el rei dom Afonso, o Boo, de Castela, que filhou Aljazira a Mouros e outros muitos logares na frontaria dos

923 MATTOSO, José (ed. crítica). *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, vol. II/1, 21G14, 9-11.

924 “Curiosamente, essa situação de filho de sacerdote e mãe solteira **foi considerada** (para o cronista-refundidor) **pouco prestigiante para a memória do futuro prior do Hospital** (...) dando-o como clérigo que ainda não se encontrava obrigado ao celibato sacerdotal, o que, na realidade, não correspondia à verdade (os grifos são meus)” — KRUS, Luis. *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*, p. 257.

925 LANCASTRE E TAVORA, D. Luiz Gonzaga de. *Pereiras Titulares e Titulares Pereiras*. Lisboa: Edição da S. A. A., 1971, p. 37.

926 Todas as informações sobre D. Gonçalo Gonçalves, em KRUS, Luis. *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*, p. 98-99.

Mouros. E enesto fez gram serviço a Deus, porque a guerra era mui crua e danosa aos reinos, per mar e per terra, e desperecerom i muitas gentes."⁹²⁷

De fato, embora D. Gonçalo Pereira tenha atuado junto ao rei Afonso XI de Castela, o Bom e Afonso IV de Portugal para acertar a paz entre os dois reinos⁹²⁸, o dom da concórdia, inato na linhagem dos Pereiras, é uma construção histórica elaborada pelo cronista-refundidor com o objetivo de despertar qualidades ecumênicas, guerreiras, cruzadas, adormecidas na nobreza peninsular pré-revolução de Avis.

Esta nobreza dos Pereiras ligava-se às ordens militares, e, portanto, era possuidora de méritos de fidalguia pertencentes ao "patrimônio coletivo da nobreza portuguesa"⁹²⁹. Com esses atributos e utilizando o acontecimento do Salado, o cronista-refundidor acreditava poder novamente unir um segmento social que se encontrava em crise. Foi certamente uma derradeira tentativa de unidade cristã hispânica através da narrativa heróica, cruzada e exaltadora do título XXI. Ao utilizar os Pereiras para o centro da narrativa — uma linhagem estreitamente ligada à uma ordem militar hierosolimitana — o cronista-refundidor tinha como ideal um elo a cimentar estes laços enfraquecidos: a idéia de cruzada.

Por fim, devemos enfatizar o sentido missionário que o refundidor de 1380 — 1383 do título XXI do *Livro de Linhagens* atribuiu aos Pereiras. Sua missão histórica seria a de "salvar" a nobreza de sua 'decadência", além de mostrar de que maneira deveriam prosseguir na luta contra os mouros⁹³⁰.

927 MATTOSO, José (ed. crítica). *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, vol. II/1, 21614, 5-7, p. 238-239.

928 LANCASTRE E TAVORA, D. Luiz Gonzaga de. *Pereiras Titulares e Titulares Pereiras*, p. 37.

929 KRUS, Luis. *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*, p. 312.

930 MATTOSO, José. "Prefácio" In: KRUS, Luis. *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*, p. 8.

IX. 2. Uma pré-biografia idealizada

A genealogia proposta pelo cronista-refundidor de 1380 — 1383 no título XXI do *Livro de Linhagens*, que culmina com a batalha do Salado, é uma pré-biografia com fins enaltecedores do prior do Hospital, D. Álvaro Gonçalves de Pereira⁹³¹, um verdadeiro panegírico⁹³².

Segundo o *Livro de Linhagens*, D. Álvaro foi eleito prior do Hospital em Portugal com a idade de dezoito anos:

*“Este (D. Álvaro) fez-se i tam bem ensinado e conversador com os cavaleiros da Ordem, que o enlegerom em priol despos morte do priol dom Estevam Vaasquez Pimentel, seendo el d'idade de XVIII annos (o grifo é meu).”*⁹³³

As qualidades carismáticas da linhagem dos Pereiras são enfatizadas na figura do novo prior desde cedo. D. Álvaro sucede, no priorado, seu tio por linha materna, D. Estêvão Vasques Pimentel (1307-1336). Combatendo o Islã turco a partir de Rodes — sede geral da Ordem —, D. Álvaro representa a personificação do cavaleiro andante das lides do Senhor⁹³⁴. No entanto, seu caráter é distinto dos cavaleiros andantes típicos do período, que correm os reinos em busca de torneios e justas, como D. Gonçalo Rodrigues Ribeiro⁹³⁵. D. Álvaro congrega as qualidades de um novo modelo social: o cavaleiro andante iniciático, monge-guerreiro que busca a harmonia hispânica cavaleiresca através de uma espiritualização quase transcendental⁹³⁶.

931 MATTOSO, José. “Introdução”. In: MATTOSO, José (ed. crítica). *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, vol. I, p. 41.

932 SARAIVA, António José. “O autor da narrativa da batalha do Salado e a Refundição do Livro do Conde D. Pedro”. *Ibid.*

933 MATTOSO, José (ed. crítica). *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, vol. II/1, 21G15, 1-2, p. 239.

934 KRUS, Luis. *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*, p. 141.

935 MATTOSO, José. *A nobreza medieval portuguesa*, p. 369.

936 KRUS, Luis. *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*, p. 141.

Por outro lado, o cronista-refundidor atribui a D. Álvaro uma importante participação política em Castela, como grande conselheiro do rei Pedro, o Cruel: “E el rei dom Pedro pôs em ele grande fiuza, e feze-o do seu conselho, e durou gram tempo com este rei dom Pedro.”⁹³⁷ Como já foi visto pelos especialistas, não consta sua presença na documentação régia de Leão e Castela do período⁹³⁸. Baseado provavelmente em alguma estada do prior em Castela, mais uma vez o cronista-refundidor confere atributos sociais a um personagem da linhagem dos Pereiras, com o objetivo de conferir uma proximidade régia peninsular prestigiante⁹³⁹.

Para o cronista-refundidor, além de cavaleiro andante iniciático, D. Álvaro era modelo de bom vassalo hispânico. Sua presença em Castela era suficiente para semear a paz por entre a nobreza castelhana:

“(D. Álvaro) andava i (em Castela) dom Jobam Afonso, o Boo, senhor d’Albuquerque e de Medelim, eram ambos muito amigos, e enquanto eles estiverem com el rei e o conselbarom, passou o reino bem. E depois que d’i partirom, desaveu-se el rei de todos los boos do reino (os rífos são meus).”⁹⁴⁰

O prior do Crato em Portugal era um geral provincial com “dignidade quase episcopal e com jurisdição civil e criminal sobre seus cavaleiros”⁹⁴¹. É significativo que D. Álvaro tenha sido o primeiro prior do Crato em Portugal⁹⁴². Em 1356,

937 MATTOSO, José (ed. crítica). *Liuro de Linbagens do Conde D. Pedro*, vol. II/1, 21G15, 4, p. 239.

938 KRUS, Luis. *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*, p. 253.

939 “...o refundidor do *Liuro de Linbagens* atribui-lhe uma carreira política castelhana que, na realidade, apenas fora protagonizada por João Afonso de Albuquerque.” — KRUS, Luis. *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*, p. 254.

940 MATTOSO, José (ed. crítica). *Liuro de Linbagens do Conde D. Pedro*, vol. II/1, 21G15, 5-6, p. 239.

941 SOUZA, Tude Martins de, e RASQUILHO, Francisco Vieira. *Amieira do antigo Priorado do Crato*, p. 10.

942 Os domínios do Crato recaíam sobre as vilas de Crato, Gáfete, Tolosa, Amieira, Gavião, Belver, Envedos, Carvoeiro, Proença, Sertã, Pedrógão Pequeno, Oleiros e Álvaro.

o prior mandou construir igreja acastelada e mosteiro torreado no Crato, onde está enterrado hoje, ao lado de seus pais, o arcebispo de Braga, D. Gonçalo Pereira e Tareja Pires Vilarinha, a salamanquina⁹⁴³.

O Crato tornou-se a capital dos estabelecimentos hospitalários em Portugal. Em Amieira, D. Álvaro mandou edificar castelo, provavelmente por motivos estratégicos. Neste período, a vila de Amieira teve um rápido crescimento, com a fixação de populações atraídas pela difusão agrícola dos terrenos adstritos, além da criação de gado, seguindo o modelo de repovoamento hospitalário já comentado anteriormente. Uma das obrigações dos alcaides-mores do priorado do Crato era o provimento do pão, através da exclusividade dos fornos⁹⁴⁴.

Através da pena do cronista-refundidor, D. Álvaro Gonçalves de Pereira cristalizou em sua pessoa todas as qualidades carismáticas presentes no ideal cavaleiresco monástico-militar hospitalário. A doutrina das ordens militares de perfeição espiritual⁹⁴⁵, satisfazia somente a um reduzido grupo aristocrático, do qual D. Álvaro foi seu maior representante. Estes personagens sociais, integrantes das ordens militares — a *novae militiae* de São Bernardo —, deveriam preencher as qualidades de uma “aristocracia espiritual”, como uma nova categoria de paradigma social⁹⁴⁶. No caso em questão, sua missão (em particular os Pereiras) consistia em reunir novamente a unidade aristocrática peninsular, perdida no final do século XIV.

cont. Ver SOUZA, Tude Martins de, e RASQUILHO, Francisco Vieira. *Amieira do antigo Priorado do Crato*, p. 10.

943 MARTINS, Oliveira. *A vida de Nuno Álvares — história do estabelecimento da dinastia de Avis*, p. 10.

944 SOUZA, Tude Martins de, e RASQUILHO, Francisco Vieira. *Amieira do antigo Priorado do Crato*, p. 14.

945 ROMERO, José Luis. *La Revolución Burguesa en el Mundo Feudal*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1979, p. 157.

946 ROMERO, José Luis. *Op. cit.*, p. 159.

No desenrolar da batalha do Salado, ao encontrarem-se nas hostes portuguesas dois Pereiras — o arcebispo de Braga, D. Gonçalo Gonçalves e seu filho, o prior do Hospital, D. Álvaro Gonçalves Pereira⁹⁴⁷ — D. Álvaro é apresentado como herói trágico, modelo ideal de protagonista social guerreiro⁹⁴⁸.

Melhor: herói trágico cavaleiro-perfeito, cuja expressão literária tem uma base biográfica — exatamente como o título XXI do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* — e tem como alicerces éticos cavaleirescos o trinômio devoção-austeridade-fidelidade — exatamente como o ideal cavaleiresco das ordens militares, união dos votos de cavalaria com monaquismo⁹⁴⁹.

Devoção, pelos próprios votos quando do ingresso na Ordem; austeridade, base do “ascetismo primitivo e espontâneo” do ideal cavaleiresco⁹⁵⁰; e fidelidade, laço fundamental a cimentar as relações medievais aristocráticas (como bom modelo de vassalo hispânico, mais um de seus atributos sociais⁹⁵¹).

Na narrativa, além de se desenvolverem na figura do prior as vicissitudes da vida e da morte, a ação guerreira e seu significado profundo, suas ações, praticadas pela vontade divina, contribuem para “reafirmar o estatuto geral da

947 Além deles, “o **mestre de Santiago**, D. Garcia Peres, o **mestre de Avis**, D. Frei Gonçalo Vaz, os senhores feudais Lopo Fernandes Pacheco, Gonçalo Gomes de Sousa e outros ainda, tantos laicos quanto eclesiásticos (os grifos são meus).” — MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, p. 500.

948 “Os **heróis trágicos**, não obstante o seu nome que reconduz ao passado (...) são, pois, em cada caso, explicitamente **heróis contemporâneos dos que os olham** (...) Ninguém o pôs alguma vez em dúvida (...) o herói trágico nunca hesita sobre o comportamento a adoptar e nunca calcula verdadeiramente os prós e os contras (os grifos são meus).” — ROMANO, Ruggiero (dir.). *Enciclopédia Einaudi* 30. *Religião — Rito*, p. 137.

949 “Este **culto dos heróis** no declínio da Idade Média encontra a sua expressão literária na biografia do **perfeito cavaleiro** (...) São estas as cores da devoção, da austeridade e da fidelidade com que se pinta a imagem ideal dum cavaleiro (os grifos são meus).” — ITUIZINGA, Johan. *O Declínio da Idade Média*. Lousã: Editora Ulisseia, s/d, p. 78.

950 ITUIZINGA, Johan. *O Declínio da Idade Média*, p. 78.

951 KRUS, Luis. *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*, p. 256.

sociedade”⁹⁵². Embora a narrativa panegírica seja construída em torno de sua pessoa, ele ainda não é o herói individualizado biografado dos tempos posteriores — como seu filho Nun’Álvares. A glória da vitória militar, assim como a honra devida a grupos sociais — honra da profissão ou do clã, por exemplo — ainda se dava sob a forma coletiva⁹⁵³.

No entanto, embora seu tipo ideal ainda não seja o do herói individualizado, a virtude maior atribuída ao prior D. Álvaro é o heroísmo, que se relaciona com o valor vital da nobreza. A santidade, os valores espirituais e a nobreza são três dos cinco valores éticos fundamentais⁹⁵⁴ que distinguem o novo modelo de protagonista guerreiro e que são encarnados na figura do prior, que aparece no Salado como o guerreiro cristão perfeito. Os atos do prior do Hospital são a expressão da obra do universo social cristão em luta contra o mal islâmico.

Neste aspecto — a Reconquista como fim último da nobreza e da monarquia ideal — os ideais do cronista-refundidor são uma visão arcaica de seu presente⁹⁵⁵, já que a sociedade portuguesa do final do século tinha mudado substancialmente este modelo cavaleiresco. A idealização da figura do prior é um modelo ecumênico de congregação aristocrática, que anseia novamente pelo corpo social hierarquicamente idealizado na trifuncionalidade cristã, modelo já perdido para os novos segmentos emergentes com a revolução de Avis.

952 ROMANO, Ruggiero (dir.). *Enciclopédia Binaudi 30. Religião — Rio*, p. 148.

953 HUIZINGA, Johan. *O Declínio da Idade Média*, p. 72.

954 CURTIUS, Ernst Robert. *Literatura Europeia e Idade Média Latina*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996, p. 223.

955 KRUS, Luis. *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*, p. 235.

IX. 3. *A Ordem do Hospital e a permanência da mentalidade de cruzada em Portugal: o conceito de cristalização textual tardia*

Ao discorrermos sobre a narrativa do Salado, tentamos mostrar que o ideal de cruzada em Portugal atingiu seu momento paradigmático. Isto também significa que, nos dois séculos anteriores, a Reconquista movida pela dinastia de Borgonha continha elementos ideários baseados nas cruzadas hierosolimitanas.

Esta tese vem apoiada pela presença, na Península, das ordens militares criadas na Terra Santa durante as cruzadas: templários e hospitalários. Mais do que formarem efetivamente um corpo militar pronto para o combate contra os muçulmanos — seus assentamentos repovoadores não tiveram fins militares de imediato —, as ordens militares tiveram a importante função de “importar” para a nobreza peninsular valores e códigos de conduta cavaleiresca associados diretamente à tradição cristã de missão.

Assim, defendemos o conceito de cristalização textual tardia para a formação da mentalidade de cruzada em Portugal. Devido às características peculiares do reino luso dentro do processo de Reconquista — os portugueses não contavam com um excedente populacional capaz de preencher os espaços adquiridos às expensas muçulmanas —, os monges-guerreiros portugueses não foram capazes de acompanhar numericamente a imensa demanda de terras doadas pela nobreza portuguesa, além do próprio número de monges-cavaleiros aptos para entrar em combate, como vimos anteriormente.

Portanto, sua importância histórica no contexto peninsular está circunscrita ao âmbito da difusão de uma ideologia através das mentalidades nobiliárquicas coletivas ibéricas do que propriamente ao seu efetivo numérico de forças disponíveis para o combate.

Vale ressaltar a tradição historiográfica portuguesa, que,

baseada no clássico do historiador Carl Erdmann, definiu uma diferença básica entre o ideal de cruzada presente na Terra Santa e inexistente na Reconquista, pelo menos até a batalha de Las Navas de Tolosa (1212). Segundo este opúsculo, as guerras contra os mouros na Península não podem ser consideradas como cruzadas tais quais as ocorridas no Oriente Próximo.

Vários fatores foram arrolados para esta tese: o povo português não possuía inclinações para as aventuras peregrinas dos cruzados europeus; eles não conceberam suas guerras como cruzadas — apesar do papado, através das indulgências de cruzada, tê-las sempre considerado como tal; existiam diferenças gritantes entre as atitudes dos cruzados e dos portugueses quando da tomada de Lisboa — assunto já comentado; as ordens militares demonstraram pouca combatividade à época de sua implantação na Península⁹⁵⁶. Para o autor, a idéia de cruzada só vingou na mentalidade portuguesa a partir da batalha de Alcácer do Sal (1217), a “primeira cruzada portuguesa”⁹⁵⁷.

No entanto, vimos que a conquista de Lisboa de 1147 pode ser vista como uma autêntica guerra cruzada. Ao contrário do autor, talvez devamos antecipar a idéia de cruzada em Portugal ao seu nascimento como reino. Assim, a grande questão que se afigura é: a natureza do conceito de guerra santa ou cruzada coaduna com os aspectos administrativos ligados a um governo monárquico estabelecido que tem de lidar com uma população também moura, ou, na pior das hipóteses, com o “inimigo” próximo de suas fronteiras?

A comparação com as cruzadas hierosolimitanas serve perfeitamente ao nosso objetivo de confrontação histórica. Sabemos que os reinos cristãos instalados após a Primeira Cruzada enfrentaram este mesmo tipo de questão ideológica. O estabelecimento destas novas monarquias trouxe o

956 ERDMANN, Carl. *Op. cit.* p. 15, 28, 24-25, 35-39.

957 “Todavia temos razões para duvidar se esta cruzada gozou de popularidade entre os portugueses.” — ERDMANN, Carl. *Op. cit.*, p. 45.

convívio com uma população culturalmente múltipla. Também encontramos em Outremer a mesma “permissividade” com que a realeza portuguesa administrava seus súditos muçulmanos. Em vários momentos das cruzadas, guerreiros-peregrinos recém-chegados à Terra Santa escandalizavam-se com os costumes orientalizados dos reis cristãos.

Por outro lado, muitos árabes residentes na Palestina admitiam prosperarem melhor sob a justiça franca do que com uma nação islâmica. Mesmo as ordens militares, formadas para combaterem o Islã, em meados do século XII já se encontravam em pleno processo de aculturação com o mundo muçulmano.

Um bom exemplo da força destas trocas culturais é o relato de Usuma ibn Munqidh (1095-1188), emir de Shaizar, em sua *Autobiografia*⁹⁵⁸. Nela, o cronista se declara amigo dos templários e seu protegido:

“Este é um exemplo do barbarismo franco, Deus os amaldiçoe! Quando eu estava em Jerusalém, fui à Masjid al-Aqsa, ao lado de um pequeno oratório que os francos tinham construído dentro uma igreja. Quando eu fui para dentro da mesquita, a qual estava nas mãos dos templários que eram meus amigos, eles colocaram o pequeno oratório à minha disposição, onde eu poderia fazer minhas preces. Um dia eu entrei ali, disse o Allāh akhbar (início da sequência canônica de preces muçulmanas) e elevei-o para começar minhas preces, quando um franco arremessou a si próprio por trás de mim, levantou-me e afastou-me para que eu encarasse o leste. ‘Este é o caminho para se rezar!’ ele disse. Alguns templários intervieram, agarraram o homem e o tiraram de meu caminho, enquanto eu retomei minha prece. Mas no

958 “...o emir Ussama Ibn Munqidh ocupa um lugar à parte entre os testemunhos árabes das cruzadas. Escritor, diplomata, político, conheceu pessoalmente Nureddin, Saladino, Moinuddin Unar, o rei Fulque e muitos outros. Ambicioso, intrigante, conspirador, foi acusado de ter mandado matar um califa fatímida e um vizir egípcio (...) Foi todavia a imagem do excelente letrado, do observador perspicaz e cheio de humor que ficou.” — MAALOUF, Amin. *As Cruzadas Vistas pelos Árabes*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988, p. 248.

momento que eles pararam de zelar por mim, ele me agarrou novamente e forçou minha face para o leste, repetindo que aquele era o caminho para se rezar. Novamente os templários intervieram e o tiraram. Eles pediram-me desculpas e disseram: 'Ele é um estrangeiro que chegou hoje de sua terra natal no norte, e ele nunca viu ninguém rezar para outra direção que não fosse o leste.' 'Eu terminei minhas preces', disse, e saí à esquerda, estupefato com o fanático tão perturbado e transtornado por ver alguém orando na direção da qibla (de Meca) (a tradução é minha)." — (Usama, 99)"⁹⁵⁹

Esta passagem do cronista muçulmano é bastante significativa. Ela indica o quanto a população cristã nativa na Palestina já havia adquirido certos hábitos de convivência com a cultura árabe. É digno de nota o fato de serem cavaleiros templários seus amigos, além das diferenças culturais entre os cristãos nativos e os "estrangeiros" recém-chegados da Europa.

Logo, toda a belicosidade demonstrada entre cristãos e muçulmanos em campos de batalha pela Europa é Oriente Próximo não se transferia necessariamente para o dia-a-dia destas sociedades fronteiriças. Os atos de vandalismo praticados por cruzados francos, germânicos e ingleses, após as vitórias durante as cruzadas na Palestina, deram lugar a preocupações administrativas corriqueiras em todos os reinos medievais.

O fato de os cruzados portugueses não praticarem as carnificinas dos guerreiros de além-Pireneus, não desqualifica a idéia de cruzada presente em Portugal, pelo menos desde a tomada de Lisboa de 1147 por Afonso I. Pelo contrário, as decisões dos reis portugueses de não permitirem uma política de terra arrasada nas guerras cruzadas de Reconquista demonstraram um alto grau de consciência administrativa e política da dinastia borgonhesa.

959 GABRIELLI, Francesco (ed.). *Arab historians of the crusades*, p. 79-80.

Por outro lado, a estreita relação que fazemos entre as ordens militares — especificamente a hospitalária — e a permanência da mentalidade de cruzada em Portugal para além dos séculos XI-XIII é comprovada pela **alteração na maneira de se redigir** o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. A pena do cronista-refundidor é acusativa desta mentalidade cavaleiresca e cruzadística, inovadora nos textos linhagísticos portugueses. Seu estilo é bastante distinto do conde D. Pedro, que possui uma prosa considerada mais tateante, tosca⁹⁶⁰.

O tom do cronista-refundidor é narrativo, cheio de imagens vigorosas e estimulantes. Com dramaticidade própria, contagia o leitor, principalmente nas passagens bélicas, quando as exortações dos chefes militares oferecem ao historiador uma oportunidade singular de perscrutar as motivações ideológicas dos cruzados peninsulares quatrocentistas⁹⁶¹. A associação que o cronista-refundidor faz no título XXI do *Livro de Linhagens* à família dos Pereiras e aos hospitalários mostra a força da associação ordem militar e idéia de cruzada.

Isto possibilitou uma perspectiva de unidade da nobreza peninsular em torno de uma idéia e de um tronco linhagístico específico: os Pereiras. Às vésperas da Revolução de 1383-1385, seu propósito está claro: a nobreza portuguesa poderia ser novamente unida através de uma idéia de cruzada, associada a uma ordem militar — a do Hospital — e a uma linhagem — a dos Pereiras.

IX. 4. *A Ordem do Hospital e sua importância na difusão da ideologia cavaleiresca*

A atuação da Ordem do Hospital em Portugal não se limitou às questões puramente materiais — como o intenso

960 SARAIVA, António José. "O autor da narrativa da batalha do Salado e a Refundição do Livro do Conde D. Pedro", p. 01.

961 "Quanto à construção frásica e estilística, em períodos longos, cláusulas frequentemente oratórias, com predomínio da subordinação, não tem paralelo na prosa contemporânea e anterior." — SARAIVA, António José. "O autor da narrativa da batalha do Salado e a Refundição do Livro do Conde D. Pedro", p. 01.

processo de repovoamento cristão nos territórios conquistados, promoção do arroteamento dos campos, ensino de novos processos de cultura agrícola, além de proverem estes novos povoadores de proteção militar, serviços religiosos, igrejas e clérigos⁹⁶².

Para além destas funções sócio-econômicas e comerciais, a presença dos hospitalários na Península, além de ajudar a arraigar na Península o espírito de cruzada, formou por entre a nobreza portuguesa um certo tipo de modelo heróico, baseado na literatura cavaleiresca produzida então⁹⁶³. Várias obras épicas peninsulares — *Cantar de Mio Cid*, *Romance do Abade João de Montemor* — tiveram nas ordens militares os intermediadores culturais mais propícios para sua difusão por entre a nobreza ibérica⁹⁶⁴. Esta “ponte cultural” entre diferentes mentalidades que se entrecruzavam não era inédita na Península.

A partir do século XIII, as novelas arturianas passaram também a ser difundidas na Península. Durante o reinado de Afonso III (1248-1279) foi traduzido do francês para o português *A Demanda do Santo Graal (Post-Vulgata)*⁹⁶⁵. Quando infante, o secundogênito Afonso — filho de Afonso II de Portugal e irmão de Sancho II — emigrou em 1227 para a França.

962 IRADIEL, Paulino, MORETA, Salustiano e SARASA, Esteban. *Historia Medieval de La España Cristiana*, p. 197

963 “Estudos e pesquisas sobre a cultura medieval portuguesa têm contribuído para resgatar, das fontes histórico-literárias do período, os indícios da introdução, absorção e difusão, em Portugal, de temas recorrentes da literatura transpirenaica, tendo como veículo indivíduos pertencentes aos círculos palacianos de poder. Um inventário dos textos literários encontrados nas bibliotecas da nobreza de corte portuguesa conferem dados significativos a este respeito.” — PEREIRA, Rita de Cássia Mendes. *O Herói e o Soberano — Modelo heróico e Representações da soberania na Demanda do Santo Graal*. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), dissertação de mestrado, 1996 (cópia em disquete de computador).

964 MATTOSO, José. *Identificação de um país*, vol. I, p. 127.

965 “Segunda prosificação do ciclo arturiano (iniciado nos anos 1210-1220) (ou ciclo do Pseudo Boron), que é composto por três títulos: 1-) O Livro de José de Arimatéia (praticamente o mesmo da Estória do Santo Graal, da primeira prosificação); 2-) Merlim e 3-) A Demanda do Santo Graal (que encerra o ciclo com um resumo da morte de Artur)” — MEGALE, Heitor. “Apresentação” In: MEGALE, Heitor (trad.). *A Demanda do Santo Graal*. São Paulo: Editora Imaginário, 1996, p. 11-25.

Lá já se difundiam os romances arturianos, e o séquito do então infante tomou conhecimento deles⁹⁶⁶. Existe ainda a possibilidade do romance ter sido traduzido por um freire da Ordem de Santiago de nome João Vivas⁹⁶⁷. Tal como nosso cronista-refundidor do título XXI do *Livro de Linhagens*, este clérigo letrado está relacionado com uma ordem militar, de grande tradição cruzadística na península — a Ordem de Santiago foi a grande protagonista da conquista do Algarve durante os anos 1249 — 1250 no reinado de Sancho II. É também possível que as ordens militares não só ajudaram a difundir este modelo cavaleiresco como também um ideal de modelo guerreiro próprio da nobreza peninsular, que antes do século XIII, como vimos, não considerava socialmente prestigiosa a atividade militar⁹⁶⁸.

Mas o que nos interessa delimitar neste momento é a importância da Ordem do Hospital no processo. Embora exista uma carência de pesquisas sobre o ambiente cultural das ordens militares na península⁹⁶⁹, é provável que estas instituições tenham sido o lugar mais provável de instrumento de difusão dos modelos transpirenaicos da cavalaria, como segmento social mais propício à função dos *bellatores*. Sabemos que o ideal cavaleiresco demorou a se impor na nobreza portuguesa⁹⁷⁰. E, neste aspecto, as ordens militares — enquanto locais de produção e difusão cultural dos modelos cavaleirescos — estavam diretamente ligados a uma cultura senhorial, que tinha interesse na exaltação da cavalaria e seus valores mais diretos (guerra, cruzada, etc.)⁹⁷¹.

966 SARAIVA, António José. *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*, p. 61.

967 ...documentado entre 1240-1263 em diplomas provenientes do mosteiro crúzio de Chelas (...) Trata-se, assim, de um clérigo letrado relacionado com um cenóbio aparentado com Santa Cruz de Coimbra (um centro eclesiástico particularmente devotado à difusão dos ideais cruzadísticos)." — KRUS, Luis. *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*, p. 159.

968 MATTOSO, José. *Identificação de um país*, vol. I, p. 127.

969 MATTOSO, José. *Op. cit.*, vol. I, p. 127.

970 MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal — A Monarquia Feudal (1096-1480)*, p. 184.

971 MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, p. 426.

Neste aspecto, o ciclo arturiano possui estreitas ligações com a ideologia cavaleiresca propugnada pelas ordens militares. Sua ideologia de santificação da pureza moral, do serviço à dama, da virtude e da luta contra os infiéis como suficientes para garantir a santidade, todas estas qualidades místicas fazem deste modelo arturiano um modelo cultural conexo com as ordens militares⁹⁷². Isto sem desconsiderar a aculturação espontânea ocorrida na Península Ibérica entre cristãos, muçulmanos e bizantinos⁹⁷³, que ajudou a trazer para a mentalidade cristã o conceito de guerra santa — qualidade mística fundamental na idéia de cruzada —, principalmente após as invasões Almorávidas e Almôadas, como vimos.

A interpenetração dos conceitos religiosos no ideal cavaleiresco por parte das ordens militares permite-nos imbricar o conceito de cultura senhorial ao de clerical, ou eclesiástica⁹⁷⁴. Portanto, para a difusão da ideologia cavaleiresca que tem como instrumento social as ordens militares, está em discussão a gradativa apropriação de uma cultura senhorial-clerical de cunho belicista-cruzado e apologético por parte da nobreza portuguesa.

O primeiro grande indício de produção cultural voltada para uma mentalidade cavaleiresca movida pelo clero está nas manifestações do espírito de cruzada advindas do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, fundado em 1131 — um pujante centro cultural do “princípio da nacionalidade portuguesa”⁹⁷⁵. Mas o grande sinal de colaboração entre nobreza e clero está na elaboração da cultura profana, a partir da segunda metade do século XIII⁹⁷⁶.

972 ELIADE, Mircea e COULIANO, Ioan P. *Dicionário das Religiões*, p. 111.

973 FRANCO JR., Hilário. *A Eva Barbada — Ensaio de Mitologia Medieval*, p. 35.

974 Para a discussão sobre cultura erudita e popular, ver LE GOFF, Jacques. *Para um novo conceito de Idade Média — tempo, trabalho e cultura no ocidente*. Lisboa: Editorial Estampa, 1980, p. 205-310.

975 MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal — A Monarquia Feudal (1096-1480)*, p. 262.

976 "...cultura profana propriamente dita, isto é, de um ponto de vista não teológico dão-se durante a segunda metade do século XIII simultaneamente em dois domínios (...)

Estes primeiros escritos produzidos nos meios nobiliárquicos por clérigos ajudam a introduzir conceitos como consciência do tempo e sucessão genealógica⁹⁷⁷ — legitimadora do questionamento do processo de centralização movido pela casa real borgonhesa. Na verdade, o conde D. Pedro de Barcelos é considerado a síntese perfeita deste processo de colaboração na formação de uma cultura profana. No caso específico dos ideais cavaleirescos e dos romances de cavalaria, eles estão presentes a partir do cronista-refundidor de 1380-1383⁹⁷⁸. Para defender esta tese, a já referida alteração no estilo de se escrever o *Livro de Linhagens* por parte do cronista-refundidor pode ser trazida novamente. Com um importante acréscimo: é feita uma importante inversão na criação literária.

Com efeito, a base fundamental da redação do *Livro de Linhagens* por parte do conde de Barcelos — datada por volta de 1340-1344 — são as genealogias, entremeadas com pequenas narrativas servindo de complemento. Mesmo a primeira refundição, datada entre 1360-1365 e feita já por iniciativa do prior do Hospital D. Álvaro Gonçalves Pereira — que possivelmente utilizou um clérigo a seu serviço ou um parente⁹⁷⁹ —, não apresenta os ideais cavaleirescos da segunda refundição de 1380-1383, objeto principal de nossa análise. Trechos, frases, expressões tiradas dos livros de cavalaria — em especial um paralelismo entre parte da história de Rodrigo Froiaz de Trastâmara, ancestral dos Pereiras, e o *Amadis de Gaula*⁹⁸⁰ — indicam a forte influência monásti-

cont. No Norte senhorial, quando um monge ou clérigo (...) redige o Livro Velho de Linhagens (...) e no centro do país (...) quando um clérigo (...) traduz (...) a *Geografia* de Rasis." — MATTOSO, José. "A literatura genealógica e a cultura da nobreza em Portugal (s. XIII-XIV)" In: *Portugal Medieval — novas interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, p. 325.

977 MATTOSO, José. "A literatura genealógica e a cultura da nobreza em Portugal (s. XIII-XIV)" In: *Portugal Medieval — novas interpretações*, p. 326.

978 MATTOSO, José. *Op. cit.*, p. 327.

979 MATTOSO, José. "Introdução" In: MATTOSO, José (ed. crítica). *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, volume II/1, p. 49.

co-militar da Ordem do Hospital na redação do cronista-refundidor.

No caso da poesia dos trovadores e jograis, da qual o *Amadis de Gaula* é sua expressão literária idealizada, a analogia com a mentalidade cavaleiresca do título XXI do *Livro de Linhagens* pode ser feita porque ambas são provenientes do mesmo tipo de manifestações culturais⁹⁸¹. Como as ordens militares, os jograis e segréis também serviram de intermediadores culturais, ao transmitirem a um vasto público um repertório folclórico ibérico, transformando o registro escrito em cultura oral⁹⁸².

A poesia trovadoresca também percorreu o circuito ideológico dos ideais vassálico-cavaleirescos em algumas cantigas, criticando o processo de centralização monárquica ao sair em defesa dos direitos senhoriais. O trovador Gil Pérez Conde, fidalgo português exilado em Castela durante o reinado de Afonso III, é um bom exemplo da preocupação nobiliárquica com a pureza do ideal cavaleiresco⁹⁸³. Além disso, o universo jogralesco também sofreu uma “invasão” monástica: vários clérigos se tornaram trovadores, fazendo registros escritos das cantigas e organizando grupos de autores e coleções⁹⁸⁴.

980 MATI'OSO, José. *Op. cit.*, p. 48. “O livro (*Amadis de Gaula*) poderia ter sido redigido na corte de Afonso-X-o-Sábio (...) **ideal trovadoresco** expresso nos **cançoneiros** que teve sua expressão em prosa narrativa escrita (...) livro em prosa onde mais exemplarmente se espelham os modelos amorosos das cortes de Afonso X ou de D. Dinis... (os grifos são meus)” — SARAIVA, António José. *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*, p. 44.

981 “A **poesia lírica e satírica** representa, portanto, a **expressão mais típica da cultura cortesã**. **Outra manifestação importante da mesma cultura é a historiografia**. A sua forma mais precoce foi talvez a das genealogias, que provavelmente se limitaram não a uma enumeração pura e simples dos ascendentes, mas incluíram desde cedo o relato de <<estórias>> peculiares... (os grifos são meus)” — MATI'OSO, José (dir.). *História de Portugal — A Monarquia Feudal (1096-1480)*, p. 264.

982 SARAIVA, António José. *A cultura em Portugal. Teoria e História*, p. 56.

983 BARROS, José Costa D'Assunção. *A Arena dos Trovadores — Estudo das representações das tensões sociais no cancionero galego-português (1250-1340)*, vol. II, p. 339-342.

984 MATI'OSO, José (dir.). *História de Portugal — A Monarquia Feudal (1096-1480)*, p. 264.

Mas voltemos ao *Livro de Linhagens* e à difusão da ideologia cavaleiresca do cronista-refundidor. Já nesta segunda refundição de 1380-1383, **o centro do texto se desloca da genealogia para a narrativa**. Ao contrário do conde D. Pedro, agora, são “estórias” permeadas de seqüências linhagísticas. Portanto, esta ênfase que o cronista-refundidor dá às narrativas, que são permeadas com um ideal cavaleiresco, guerreiro-cruzado e nobiliárquico, o colocam como um modelo literário expoente da influência hospitalária na formação de uma ideologia cavaleiresca nas mentalidades nobiliárquicas em Portugal.

Seu projeto de providencialismo hispânico baseado nas milícias cruzadas cristãs guiadas pela Ordem do Hospital, última remanescente das gloriosas ordens hierosolimitanas a combatentes da Terra Santa, foi bruscamente interrompido com a revolução de 1383-1385. No entanto, as conseqüências de sua glorificação dos Pereiras e sua mentalidade cavaleiresco-cruzada teve resultados imediatos nas gerações seguintes pós-revolução de Avis. Por exemplo, a divulgação do ciclo arturiano em Portugal teve seu período de maior repercussão entre a nobreza na primeira metade do século XV. Data de 1433 o aparecimento do manuscrito *A Crónica do Condestabre de Portugal* — impresso em 1526.

Nele, o cronista afirma que Nun'Álvares, filho do prior D. Álvaro Gonçalves, gostava muito de ler e ouvir as histórias de Galaaz⁹⁸⁵. Seria ele mesmo o Galaaz português, personagem precursor e arrebatado por aquele misticismo de cunho cavaleiresco e nobiliárquico⁹⁸⁶. Teria mesmo uma obsessão pela virgindade, qualidade e virtude dos heróis da Távola Redonda⁹⁸⁷. Mas não só Nun'Álvares. O cronista Fernão Lopes

985 SARAIVA, António José. *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*, p. 72.

986 “Mal pensava em criança Nun'Álvares, ao ouvir a história de Galaaz, cujo 'corpo bem talhado e contenenente manso' era também como o dele próprio, que tal seria a sua demanda do Santo Sepulcro e do Graal de José de Arimateia!” — MARTINS, Oliveira. *A vida de Nun'Álvares — História do estabelecimento da dinastia de Avis*, p. 20.

987 SARAIVA, António José. *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*, p. 72.

conta que os cavaleiros de D. João I se comparavam aos heróis arturianos — Tristão, Lancelote, Galaaz⁹⁸⁸.

Assim, percebemos nas crônicas dos séculos subseqüentes a forte influência da corrente espiritual arturiana na nobreza portuguesa e, conseqüentemente, os frutos da concepção ideológica monástico-militar. hospitalária do cronista-refundidor de 1380-1383. Os contos arturianos se estabelecem definitivamente como ideal cavaleiresco imaginário com a dinastia de Avis, numa espécie de associação literária premeditada visando legitimar ideologicamente os protagonistas da Revolução de 1383-1385, Nun'Álvares e D. João I. É também uma vigorosa reação conservadora face o espírito trovadoresco presente nas cortes dinásticas borgonhesas⁹⁸⁹, mais descompromissado ideologicamente a um segmento social.

Embora Nun'Álvares não tenha sido um professo da Ordem do Hospital — seu irmão mais velho Pedro Álvares era o prior do Crato⁹⁹⁰ — suas qualidades com estrategista bélico durante a Revolução de 1383-1385 — vitórias contra os castelhanos em Atoleiros (1384), Aljubarrota (1385) e Valverde (1385) — credibilita-nos associar seu gênio no comando militar à educação que recebeu até os treze anos junto aos hospitalários, quando então D. Álvaro Gonçalves o levou para a corte do rei D. Fernando I, em 1373⁹⁹¹.

Neste período de sua vida, residindo nos domínios hospitalários portugueses de Sertã e Sernache do Bonjardim — local de seu nascimento⁹⁹² — o futuro condestável português foi criado a “grão viço”⁹⁹³. Recebendo a mais aprimora-

988 SARAIVA, António José. *Op. cit.*, p. 72.

989 SARAIVA, António José. *Op. cit.*, p. 72.

990 Pedro Álvares foi também mestre da Ordem de Calatrava, em Castela, e morreu na batalha de Aljubarrota (1385).

991 MARTINS, Oliveira. *A vida de Nun'Álvares — História do estabelecimento da dinastia de Avis*, p. 22.

992 24.06.1360 (dia de São João). Bonjardim, próximo da Sertã, localizava-se no alto de montes que dividem as águas do Zêzere com o Tejo.

993 RODRIGUES, António dos Reis. *Nun'Álvares — Condestável e Santo*. Lisboa: Edição da Direcção do Serviço Histórico-Militar, 1985, p. 19.

da educação, provavelmente deve ter sido iniciado não só nos contos arturianos, mas também na arte da guerra, uma especialidade das ordens militares.

A figura histórica de Nuno Álvares é o coroamento do projeto ideológico-linhagístico do cronista-refundidor. Com Nuno Álvares os Pereiras ascenderiam como linhagem senhorial mais importante de Portugal⁹⁹⁴. Mas sem a legitimação carismática de D. Álvaro Gonçalves no Salado realizada pelo cronista-refundidor provavelmente isto teria sido obnubilado.

994 KRUS, Luis. "As Origens Lendárias dos Condes de Trastâmara" *In*: HESPANIA, A. M. (dir.). *Penélope — Fazer e Desfazer a História*. Lisboa: Edições Cosmos, n.º 8, 1992, p. 49.

CONCLUSÃO

Existe uma continuidade mental na idéia de cruzada por entre a nobreza peninsular portuguesa desde a conquista da cidade de Lisboa até a batalha do Salado. Durante este período, o modelo cruzadístico propugnado pelas ordens militares hierosolimitanas estabelecidas em solo português afigurou-se como uma projeção idealizada para a guerra levada a cabo contra o mundo muçulmano. Isto em que pese a comprovada desconexão entre nobreza e serviço militar a cavalo em Portugal até o fim do século XII, como vimos.

O problema central abordado foi o da mentalidade de cruzada presente entre os dois acontecimentos, a conquista de Lisboa e o Salado. Este processo mental conferiu à Reconquista portuguesa um caráter sagrado às práticas da guerra levadas a cabo pela nobreza.

Deste problema central, desdobram-se outros aspectos. A batalha do Salado foi o paradigma desta mentalidade de cruzada, na medida em que a Ordem do Hospital, como principal protagonista na condução da guerra do lado português, concentrou em si a personificação do ideário cruzadístico. No discurso do Salado proferido pelo cronista-refundidor de 1380-1383 está presente uma mentalidade cruzadística de cunho sagrado, graças em parte à presença da Ordem do Hospital como principal protagonista cruzado e propagadora das energias cristãs catalisadoras responsáveis pela vitória. Assim, em Portugal teria se dado uma cristalização textual tardia da idéia de cruzada em relação ao mundo medieval além-Pireneus.

Como fundamento para esta tese apresentamos a idéia da Cruz do Santo Lenho como maior objeto simbólico da mentalidade de cruzada, presente em ambos os acontecimentos e ideologicamente intensificado no decorrer da batalha do Salado. Como? Através da alteração dos atores sociais. A grande diferença entre a conquista de Lisboa e a vitória no Salado é a presença das ordens hierosolimitanas, em maneira especial, a Ordem do Hospital. Ela está encarregada — na figura de seu prior D. Álvaro Gonçalves — por Afonso IV de portar este objeto cristológico e cruzadístico no campo de batalha, como epicentro ideológico e material reorganizador das energias guerreiras.

Além disso, é de fundamental importância a conexão feita pelo cronista-refundidor entre a Cruz do Santo Lenho, a Ordem do Hospital e a família dos Pereiras, linhagem destinada a reconduzir a nobreza portuguesa aos seus gloriosos dias da Reconquista.

O desejo de registrar o acontecimento tem como foco literário central a instituição da cavalaria e seu modelo ideal, personificado na figura do prior do Hospital, D. Álvaro Gonçalves de Pereira. Através de sua imagem de monge-cavaleiro portador da cruz do Santo Lenho se reconstitui o ideal cruzadístico para os guerreiros portugueses, não só os presentes no acontecimento mas também toda a cristandade.

O maravilhoso cristão é associado à cruz do Santo Lenho e aos seus portadores, os cavaleiros hospitalários, comandados pelo prior D. Álvaro. Assim, podemos afirmar que, se antes já existia a idéia de cruzada no processo português de Reconquista, agora esta mentalidade está cristalizada graças, em parte, à presença das ordens hierosolimitanas na fase final da Reconquista ibérica.

Esta cristalização textual da mentalidade cruzadística se deve à mudança dos atores sociais envolvidos no drama. Estes novos protagonistas guerreiros, novos modelos sociais — heróis trágicos cavaleiros-perfeitos —, possuem uma consciência mais clara do papel que exercem em sua sociedade,

da imagem e do modelo que a realeza e a cavalaria ostentam — tanto a seus pares quanto para o resto do corpo social⁹⁹⁵. Assim, transformam o sentido da tensão do drama que participam através das novas e contraditórias expectativas criadas em relação ao mesmo papel⁹⁹⁶.

As manifestações mágico-religiosas descritas na fonte e associadas à cruz do Santo Lenho são aspectos de uma hierofania. Graças a isto, a cavalaria portuguesa foi vitoriosa frente a um exército muito superior.

Para consolidar a força carismática do prior do Hospital, o cronista-refundidor se valeu de uma construção genealógica fantástica criando vários núcleos de sentido prodigiosos, onde podem ser encontrados vestígios de sua mentalidade e sua ideologia aristocrática cavaleiresco-cruzada.

Nesta *weltanschauung*⁹⁹⁷, o cronista-refundidor une em uma só construção literária idealizada a família dos Pereiras (com toda sua genealogia, já comentada) e a ordem do Hospital, gerando no Salado um centro físico irradiador da mentalidade cruzada, o prior D. Álvaro. Esta conexão é a base ideológica de sua narrativa.

A análise semântica das fontes, além de reforçar as teses aqui expostas, trouxe novos aspectos categorizados valorativamente.

A concepção de sociedade do cronista-refundidor é a mesma de Ramón Llull (o que reforça ainda mais a associação entre a mentalidade cruzadística hospitalária — base do ideal exposto pelo cronista-refundidor — e o autor catalão).

995 BURKE, Peter. *O mundo como teatro — estudos de antropologia histórica*. Lisboa: Difel, 1992, p. 152-153.

996 BURKE, Peter. *Sociologia e História*. Porto: Edições Afrontamento, s/d, p. 46. A relação entre o modelo dramatúrgico da ação social e a narrativa, da maneira como associamos aqui, está inserida na perspectiva da abordagem chamada interpretismo sociológico e antropológico, ou realismo simbólico. Ver LLOYD, Christopher. *As Estruturas da História*, p. 97-99.

997 "...valores ou princípios culturais subjacentes que definem a filosofia da vida ou a concepção do universo de uma sociedade ou grupo..." MORROW, Raymond A. "Weltanschauung" In: OUTIWAITE, William e BOTTMORE, Tom (ed.). *Dicionário do Pensamento Social do século XX*, p. 805.

Ambos vêem a cavalaria como base estrutural da sociedade cristã; sem esta instituição, o mundo tal qual eles conheciam não teria sentido.

A dicotomia cristão—muçulmano indica a importância deste embate teológico para a cristandade peninsular do século XIV. Ela serve de pano de fundo para o drama principal, a salvação da sociedade portuguesa através do resgate dos ideais cruzados de cavalaria tão bem conjugados na linhagem dos Pereiras e na ordem do Hospital.

Não pudemos tratar de maneira mais aprofundada alguns aspectos abordados. Futuras pesquisas poderiam atuar neste campo. Por exemplo, uma investigação mais profunda sobre as áreas sociais de atuação da influência hospitalária na difusão dos modelos transpirenaicos da cavalaria, como por exemplo o ciclo arturiano. Ou até que ponto a obra de Ramón Llull teve um impacto imediato junto aos grupos letrados difusores dos ideais de cavalaria em Portugal. São questões que foram abordadas no decorrer do trabalho mas que podem gerar pesquisas mais profundas e profícuas.



É fato que nossa espécie, a humana, possui uma tendência de representar a realidade que a cerca em categorias opostas, em contraposições dialéticas⁹⁹⁸. O caso histórico ibérico não é diferente. A guerra de Reconquista produziu na Península duas massas culturais distintas, mas duplamente entrelaçadas⁹⁹⁹. Neste aspecto, a Guerra Santa — cristã ou muçulmana — afigurou-se como um ideal de guerra.

998 GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais — Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 97.

999 "A bipartição da massa no islamismo é absoluta: ela separa o amontoado dos fiéis daquele dos infiéis. O destino de ambos, que permanecerá apartado para sempre, é combater um ao outro. A guerra da fé é tida por um **dever sagrado**, de modo que, já nesta vida, *prefigura-se* a cada batalha (...) a massa dupla do juízo final (os grifos são meus)." — CANETTI, Elias. *Massa e Poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 142.

A Reconquista forjou uma cultura ibérica singular, uma civilização antitética enriquecida por constantes sínteses parciais¹⁰⁰⁰. As ordens militares hierosolimitanas foram fundamentais neste longo processo, por estarem sempre no limite entre os dois mundos e realizarem contatos culturais através de sua missão civilizacional, tanto em campo de batalha quanto no dia-a-dia da administração de suas herdades fronteiriças.

1000 CORTESÃO, Jaime. "A cavalaria andante e o português" Artigo publicado no Jornal **Diário de Notícias**, 30 de setembro de 1951.

BIBLIOGRAFIA

1. Fontes impressas

- AGOSTINHO, Santo. *A Cidade de Deus*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, 02 volumes.
- AQUINO, Tomás de. *Suma Teológica*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Livraria Sulina Editora/Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1980, 10 volumes.
- FROIDMONT, Hélinand. *Os Versos da Morte — poema do século XII*. São Paulo: Ateliê Editorial/Editora Imaginário, 1996.
- FROISSART. *Crônicas*. Madrid: Ediciones Siruela, 1988.
- JORDANES. *Gothic History*. Princeton University Press, 1915.
- LLULL, Ramón. *Livro do Amigo e do Amado* (introd., trad. e estudos de Esteve Jaulent). São Paulo: Edições Loyola, 1989.
- LULIO, Raimundo. *Libro del Orden de Caballeria — Príncipes y Juglares*. Buenos Aires: Espasa-Calpe Argentina S. A., 1949.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- MAQUIAVEL. *A arte da Guerra*. Brasília: Editora UnB, 1994.
- TÁCITO, Cayo Cornelio. *Obras Completas*. Madrid: M. Aguilar, Editor, 1946.
- TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987.
- WOLFRAM VON ESCHENBACH. *Parsifal* (trad. de A. R. Schmidt Patier). São Paulo: Antroposófica, 1995.
- A Demanda do Santo Graal* (trad. de Heitor Megale). São Paulo: Editora Imaginário, 1996.
- Arab Historians of the Crusades*. GABRIELI, Francesco (sel.). London: Routledge & Kegan Paul, 1984.
- Carmina Burana* [Canções de Beuern]. WOENSEL, Maurice van (trad., introd. e notas). São Paulo: ARS POETICA, 1994.
- Crônica Geral de Espanha de 1344*. CINTRA, Luís Filipe Lindley (ed. crítica). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 04 volumes, 1983-1991.

- Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147 — Carta de um cruzado Inglês.* (trad. de OLIVEIRA, José Augusto de). Lisboa: Livros Horizonte, 1989.
- Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (ed. crítica por MATTOSO, José). Lisboa: Publicações do II Centenário da Academia das Ciências, 1980, 02 volumes.
- Narrativas dos Livros de Linhagens* (sel. de MATTOSO, José). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.
- Livros Velhos de Linhagens* (ed. crítica por PIEL, Joseph e MATTOSO, José). Lisboa: Publicações do II Centenário da Academia das Ciências, 1980, volume I.
- La España Musulmana — Según los autores islamitas y cristianos medievales.* SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio (org.). Madrid: Espasa-Calpe, S. A., 1986, 02 volumes.
- A Bíblia de Jerusalém.* São Paulo: Edições Paulinas, 1991.
- Significado dos versículos do ALCORÃO SAGRADO.* (trad. de HAYEK, Samir El). São Paulo: MarsaM Editora Jornalística, 1994.

2. Obras citadas

- ALMEIDA, Fortunato de. *História da Igreja em Portugal.* Porto: Portucalense Editora S. A. R. L., 1967, 04 volumes.
- ANDERSON, Perry. *Passagens da Antigüidade ao Feudalismo.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo.* São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações.* Brasília: Editora UnB, 1986.
- ASHTOR, Eliyahu. *The Jews of Moslem Spain.* Reed. Filadélfia, 1973-1979, 02 volumes.
- BAER, Yitzhak. *Historia de los judios en la España cristiana.* Madrid: José Luis Lacave, 1981.
- BALANDIER, Georges. *O Poder em Cena.* Brasília: Editora UnB, 1982.
- BANNIARD, Michel. *A Alta Idade Média Ocidental.* Lisboa: Publicações Europa-América, s/d.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo.* Lisboa: Edições 70, 1994.
- BARRACLOUGH, Geoffrey (ed.). *Atlas da História do Mundo.* São Paulo: Empresa Folha da Manhã S. A., 1995.

- BARROS, José Costa D'Assunção. *A Arena dos Trovadores — Estudo das representações das tensões sociais no cancioneiro galego-português (1250-1340)*. Niterói: Dissertação de mestrado em História Medieval pela Universidade Federal Fluminense (UFF), 1994, 02 volumes.
- BERLIOZ, Jacques (apres.). *Monges e Religiosos na Idade Média*. Lisboa: Terramar, 1994.
- BETTENCOURT O.S.B., Estêvão. "Que é a Ordem dos Cavaleiros de Malta?". In: *Pergunte e Responderemos*. Rio de Janeiro: Edições *Lumen Christi*, 1992, n.º 359.
- BLOCH, Marc. *A Sociedade Feudal*. Lisboa: Edições 70, 1987.
- BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco (org.). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UnB, 1995, vol. I (A/K).
- BONNASSIE, Pierre. *Dicionário de História Medieval*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1985.
- BOYLE, Charles (ed.). *A arte da guerra*. Rio de Janeiro: Abril Livros/Time-Life, 1993.
- BRAET, Herman & VERBEKE, Werner (eds.). *A morte na Idade Média*. São Paulo: Edusp, 1996.
- BURGUIÈRE, André. *Dicionário das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1993.
- BURNS, Thomas S. "The Battle of Adrianople: A Reconsideration" In: *Historia*, 22, 1973.
- BURKE, Peter. *O mundo como teatro — estudos de antropologia histórica*. Lisboa: DIFEL, 1992.
- BURKE, Peter. *Sociologia e História*. Porto: Edições Afrontamento, s/d.
- CAHEN, Claude. *El Islam — Desde los orígenes hasta el comienzo del Imperio otomano*. Madrid: Siglo veintiuno, México/Argentina, España, 1992.
- CALLINICOS, Alex. *Making History*. London: Basil Blackwell, 1987.
- CANETTI, Elias. *Massa e Poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CARCOPINO, Jérôme. *Júlio César*. Lisboa: Publicações Europa-América, s/d.
- CARDAILLAC, Luis (org.). *Toledo, séculos XII-XIII — Muçulmanos, cristãos e judeus: o saber e a tolerância*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

- CARDOSO, Ciro Flamarion e BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os Métodos da História — Introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. "No Limiar do Século XXI". In: *Tempo. Dossiê Teoria e Metodologia*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, vol. 1, n.º 2, dezembro de 1996, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1996, pp. 07-30.
- CHAFFANJON, Arnaud e GALIMARD-FLAVIGNY, Bertrand. "Les Chevaliers de Malte" In: *Histoire Spécial 403 bis*. Paris: Librairie Jules Tallandier, 1980.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural — Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil/DIFEL, 1990.
- CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT. *Dicionário de Símbolos — mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, números*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1995.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. Lisboa: Publicações Europa-América, s/d.
- CONTAMINE, Philippe. *War in the Middle Ages*. New York: Oxford University Press, 1984.
- CORTADA, Francisco Castillon. "Política Hidráulica de templários y sanjuanistas en el valle del Cinca (Huesca)." In: ZURITA, J. (dir.) **Cuadernos de Historia**, n.º 35, 1980.
- COSTA, Ricardo Luiz Silveira da. *A Ordem dos cavaleiros do Hospital de São João de Jerusalém durante as cruzadas (1048-1291)*. Rio de Janeiro: Universidade Estácio de Sá, dissertação de graduação (fotocopiado), 1993.
- CRUZ E SOUZA. *Últimos sonetos*. Paris: Aillaud & Cia., 1905.
- CUNHA, Rui Vieira da. *Estudo da nobreza brasileira. IV - Grandes do império*. Rio de Janeiro, 1996.
- CURTIUS, Ernst Robert. *Literatura Européia e Idade Média Latina*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- DUBY, Georges. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.
- DUBY, Georges. *Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.
- DUBY, Georges. *O Domingo de Bouvines — 27 de julho de 1214*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. 312.p.

- DUBY, Georges. *Heloísa, Isolda e outras damas no século XII*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.
- DUBY, Georges, PERROT, Michelle e KLAPISCH-ZUBER, Christiane (dir.). *História das Mulheres 2 — A Idade Média*. São Paulo: Edições Afrontamento (Porto)/Ebradil (São Paulo), s/d.
- ECO, Umberto. *Arte e beleza na estética medieval*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1989.
- ELIADE, Mircea. *Imagens e Símbolos. Ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- ELIADE, Mircea. *Tratado de História das Religiões*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1993.
- ELIADE, Mircea e COULIANO, Ioan P. *Dicionário das Religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- ELIAS, Norbert. *A Condição Humana — Considerações sobre a evolução da humanidade, por ocasião do quadragésimo aniversário do fim de uma guerra (8 de Maio de 1985)*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S. A./Difel, 1991.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, 02 volumes.
- ELIAS, Norbert. *Os Alemães. A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- ERDMANN, Carl. *A Idea de Cruzada em Portugal*. Coimbra: Publicações do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, 1940.
- FERREIRA, Roberto Godofredo Fabri. *O papel do maravilhoso na construção da identidade nacional portuguesa: análise do mito afonsino (séculos XIII-XV)*. Niterói: Dissertação de mestrado em História Medieval pela Universidade Federal Fluminense (UFF), 1997.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.
- FOURQUIN, Guy. *Senhorio e Feudalidade na Idade Média*. Lisboa: 1987.
- FRANCO JR., Hilário. *Peregrinos, monges e guerreiros — feudo-clericalismo e religiosidade em Castela medieval*. São Paulo: HUCITEC, 1990.
- FRANCO JR., Hilário. *A Eva Barbada — Ensaio de Mitologia Medieval*. São Paulo: Edusp, 1996.
- FRÓES, Vânia Leite (org.). *Cultura e Imaginário no Ocidente Medieval*.

- GADAMER, Hans-Georg. *Truth and Method*. London: Sheed & Ward, 1975.
- GAY, Peter. *Freud para historiadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- GAY, Peter. *A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud — O cultivo do ódio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- GIDDENS, Anthony. *Para Além da Esquerda e da Direita — o futuro da política radical*. São Paulo: Unesp, 1996.
- GILSON, Etienne. *A Filosofia na Idade Média*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1995.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais — Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GLICK, Thomas F. *Cristianos y musulmanes en la España medieval (711-1250)*. Madrid: Alianza Universidad, 1994.
- GONZÁLEZ-JIMÉNEZ, M. "Reconquista y Repoblacion del Occidente Peninsular" In: *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987, pp. 455-489.
- GREENBLATT, Stephen. *Possessões Maravilhosas — o deslumbramento do Novo Mundo*. São Paulo: Edusp, 1996.
- GROUSSET, René. *As cruzadas*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965.
- HEINZ-MOHR, Gerd. *Dicionário dos símbolos — Imagens e sinais da arte cristã*. São Paulo: Paulus, 1994.
- HOBSBAWN, Eric. *Sobre a História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HOURLANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- HOUSLEY, Norman. *The Later Crusades — From Lyons to Alcazar (1274-1580)*. New York: Oxford University Press, 1995.
- HÜHNE, Leda Miranda (org.). *Ética*. Rio de Janeiro: UAPÊ/SEAF, 1997.
- HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens — O Jogo como elemento da Cultura*. São Paulo: Editora Perspectiva S. A., 1996.
- HUIZINGA, Johan. *O Declínio da Idade Média*. Lousã: Editora Ulisseia, s/d.

- HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- IRADIEL, Paulino, MORETA, Salustiano e SARASA, Esteban. *Historia Medieval de La España Cristiana*. Madrid: Ediciones Catedra, 1989.
- JOHNSON, Allan G. *Dicionário de Sociologia. Guia Prático da Linguagem Sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- JONES, A. H. M. *The Later Roman Empire 284-602*. Oxford: Norman, OK, 1964, 4 vol.
- KAPPLER, Claude. *Monstros, Demônios e Encantamentos no fim da Idade Média*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1994.
- KATZ, S. *The Jews in the Visigothic and Frankish Kingdoms of Spain and Gaul*. Cambridge, 1937.
- KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KRUS, Luis. "As Origens Lendárias dos Condes de Trastâmara" In: HESPANHA, A. M. (dir.). *Penélope — Fazer e Desfazer a História*. Lisboa: Edições Cosmos, n.º 8, 1992, p. 43-50.
- KRUS, Luis. *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380) — Geografia dos Livros de Linhagens medievais portugueses*. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian, s/d. 334 p.
- LANCASTRE E TAVORA, D. Luiz Gonzaga de. *Pereiras Titulares e Titulares Pereiras*. Lisboa: Edição da S. A. A., 1971.
- LE GOFF, Jacques. *Para um novo conceito de Idade Média — tempo, trabalho e cultura no ocidente*. Lisboa: Editorial Estampa, 1980.
- LE GOFF, Jacques. *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 1990.
- LE GOFF, Jacques (dir.). *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- LE GOFF, Jacques. *O Imaginário Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (dir.). *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (dir.). *História: Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- LE GOFF, Jacques, e NORA, Pierre (dir.). *História — Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1995.

- LE GOFF, Jacques (apres.). *As Doenças têm história*. Lisboa: Terramar, s/d.
- LEHMANN, Johannes. *Las cruzadas — Los aventureros de Dios*. Barcelona: Ediciones Martínez Roca, 1989.
- LEVI, Giovanni e SCHMITT, Jean-Claude (org.). *História dos Jovens 1 — Da Antiguidade à Era Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- LEVI, Giovanni e SCHMITT, Jean-Claude (org.). *História dos Jovens 2 — A época contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- LEWIS, Bernard. *Os árabes na História*. Lisboa: Editorial Estampa, 1990.
- LEWIS, Bernard. *O Oriente Médio — do advento do cristianismo aos dias de hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- LLOYD, Christopher. *As Estruturas da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- LÓPEZ, ANA RODRÍGUEZ. *La consolidación territorial de la monarquía feudal castellana — expansión y fronteras durante el reinado de Fernando III*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1994.
- LOYN, H. R. *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Lisboa: Gradiva, 1989.
- MAALOUF, Amin. *As Cruzadas vistas pelos árabes*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- MACHADO, Luiz. *O cérebro do cérebro*. Rio de Janeiro: Cepuerj, 1997.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Elementos de lingüística para o texto literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. *Ensaio da História Medieval Portuguesa*. Lisboa: Editorial Vega, 1980.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983, volume 1.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. *A sociedade medieval portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1987.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

- MARQUES, José. "A presença da Igreja na História Militar Portuguesa das origens aos finais do século XIV". In: *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987, pp. 09-27.
- MARTINS, Oliveira. *A vida de Nun'Álvares — história do estabelecimento da dinastia de Avis*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1983.
- MATTOSO, José. *Portugal Medieval — novas interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 1985.
- MATTOSO, José. *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros — A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*. Lisboa: Guimarães Editores, 1985.
- MATTOSO, José. *Identificação de um país — ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986, 02 volumes.
- MATTOSO, José. *Fragmentos de uma composição medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.
- MATTOSO, José. *A nobreza medieval portuguesa — A Família e o Poder*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.
- MATTOSO, José. *A escrita da História — teoria e métodos*. Lisboa: Editorial Estampa. 1988.
- MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal — Antes de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, volume I, s/d.
- MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal — A Monarquia Feudal (1096- 1480)*. Lisboa: Editorial Estampa, volume II, s/d.
- MELEIRO, Maria Lucília F. *A Mitologia dos Povos Germânicos*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.
- MIQUEL, André. *O Islame e sua civilização*. Lisboa: Edições Cosmos, 1971.
- MOHR-HEINZ, Gerd. *Dicionário dos Símbolos — Imagens e sinais da arte cristã*. São Paulo: Paulus, 1994.
- MORENO, Humberto Baquero. "A organização militar em Portugal nos séculos XIV e XV" In: *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987. pp. 29-41.
- MUIR, Sir W. *The Caliphate*. London: 1891.
- OMAN, Charles. *A History of the Art of War in the Middle Ages*. London: Methuen, 1924, vol. I.

Impresso nas oficinas gráficas da
Editora Vozes, Ltda.,
Rua Frei Luís, 100 — Petrópolis, RJ,
com filmes e papel fornecidos pelo editor.

Trata-se de um estudo da permanência da mentalidade de cruzada no imaginário cavaleiresco ibérico durante a Reconquista Portuguesa, entre os séculos XII e XIV. Baseia-se em séria pesquisa com fontes primárias adequadas ao tema e tratadas com pertinência metodológica. Partindo da via central de uma permanência em longa duração, o autor mostra como a mentalidade cruzadística está presente desde cedo em Portugal e de que forma é utilizada ao longo do tempo.

Dra. Vânia Leite Fróes
Universidade Federal Fluminense



ISBN 85-86451-04-



9 788586 451041